



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

ESCARLETE RAÍSSA EVANGELISTA DA SILVA

**AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM
XEQUE: caminhos, avanços e desafios de um programa na Amazônia**



MANAUS/AM
2022

ESCARLETE RAÍSSA EVANGELISTA DA SILVA

**AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM
XEQUE: caminhos, avanços e desafios de um programa na Amazônia**

Dissertação elaborada pela discente Escarlete Raíssa Evangelista da Silva, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Roberta Ferreira Coelho de Andrade, para fins de apresentação ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito final para obtenção do título de mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Linha de pesquisa: Questão Social, Políticas Sociais, Lutas Sociais e Formação Profissional

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Roberta Ferreira Coelho de Andrade

MANAUS/AM
2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586a Silva, Escarlete Raíssa Evangelista da
Avaliação da pós-graduação em Serviço Social em xeque: caminhos, avanços e desafios de um programa na Amazônia / Escarlete Raíssa Evangelista da Silva . 2022
190 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Pós-graduação. 2. Avaliação. 3. Amazônia. 4. Serviço Social. 5. Região Norte. I. Andrade, Roberta Ferreira Coelho de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

ESCARLETE RAÍSSA EVANGELISTA DA SILVA

**AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM
XEQUE: caminhos, avanços e desafios de um programa na Amazônia**

Dissertação elaborada pela mestrandia Escarlete Raíssa Evangelista da Silva, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Roberta Ferreira Coelho de Andrade, para fins de apresentação ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito final para obtenção do título de mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Aprovado em 14 de outubro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Roberta Ferreira Coelho de Andrade – Presidente
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof.^a Dr.^a Marinez Gil Nogueira – Membro Interno
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof.^a Dr.^a Jane Cruz Prates – Membro Externo
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Dedico este trabalho aos coordenadores, docentes e discentes dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social do Brasil que, em tempos de ataque à Educação, estão resistindo e realizando verdadeiros malabarismos para expandir e consolidar os cursos de Serviço Social.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu Deus. Obrigado, meu Deus, por me dar um novo recomeço e por me amar muito mais do que eu mereço. A construção desta pesquisa só foi possível com a colaboração e ajuda de pessoas que se dispuseram em energia e tempo. Agradeço a todos que ajudaram de forma direta e indireta. De modo especial, agradeço:

À minha família, especialmente minha mãe, que não mediu esforços para que eu não desistisse do mestrado. Obrigada pela compreensão por todas às vezes que eu deixei a casa virada pelo avesso e fiquei horas em frente ao *notebook*. À minha querida tia Jack, que me levou chocolates, lanches e cuidou de toda minha família nos momentos mais difíceis durante os anos de 2020-2022.

À minha querida professora e orientadora, Prof.^a Dr.^a Roberta Ferreira Coelho de Andrade, que me mostrou um novo mundo acerca da pesquisa e docência em Serviço Social. Sem dúvidas, sem sua orientação e incentivo, essa dissertação não teria sido concluída. Agradeço por colocar meus pés no chão quando foi necessário, e por me acompanhar nos momentos em que precisei alçar voo. Nada foi solitário, eu me senti segura. Existem tantas coisas que podem ser ditas, mas quero agradecer especialmente por não ter desistido da sua aluna. Obrigada pelas oportunidades de conhecer novos mundos, e por trazer novamente os dias ensolarados. Os cafés e caçadas ao tesouro em meio aos fungos aqueceram meu coração durante o último semestre.

À minha estimada e querida professora Dr.^a Marinez Gil Nogueira, a famosa “*professora dos quadros*”, que foi minha primeira orientadora na UFAM. A responsável por abrir os caminhos do mundo científico em minha vida, e a principal incentivadora para que eu realizasse o processo seletivo do PPGSS. Obrigada pelo carinho, incentivo e pelos conselhos de nossa última conversa.

À querida e calorosa professora, Prof.^a Dr.^a Jane Cruz Prates, que por meio das participações nas aulas do PPGSS, sempre foi muito gentil e solícita em esclarecer minhas dúvidas. Obrigada pelas aulas acerca do método marxiano, análise de conteúdo e pelas incontáveis contribuições no Exame de Qualificação e Defesa de Dissertação. É uma honra ter alguém como você participando da banca.

À minha querida amiga e mestra, Shirley Vitória Teixeira de Menezes, que foi uma parceira nos momentos de alegria e lágrimas. Obrigada por me incentivar e ter me apoiado nas fases mais difíceis durante o mestrado. Amo você!

À minha querida amiga e caseira, Evelyn Barroso Pedrosa, que não mediu esforços para me ajudar com os dados da pesquisa. Ajudou-me na procura dos documentos em caixas, me ajudou na agilização da sistematização dos documentos que não estavam digitalizados, e sempre tirava minhas dúvidas sobre o Relatório Sucupira e processo de Avaliação. Você será uma professora maravilhosa!

Às minhas queridas irmãs de alma, Isabelle Fragoso e Ádria Lavour, que aguentaram meus desabafos e sumiços enquanto eu escrevia. Meninas, obrigada por todas as orações que fizeram por mim. Sem vocês duas, talvez eu nem tivesse chegado até esse momento. O apoio de vocês foi imprescindível para que eu concluísse essa dissertação. Amo vocês!

Às amigadas que fiz durante esses três anos, Denise, Shirley, Glória, Sarah, Marjory, Isadora, Evelyn, Suellen, Silvana, Adriana, Ariel e Léo. Foram tantos os momentos que compartilhamos e escrevo isso emocionada. Vocês foram o arco-íris depois dos dias chuvosos em minha vida. Que nossos cafés, fofocas e caçadas em papéis cheios de fungos perdurem por longos anos.

Ao Grupo de Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS), que aprofundou meu olhar sobre o processo investigativo. E, me fez compreender que o “óbvio” deve e precisa ser registrado.

Às professoras que aceitaram participar da pesquisa, que não mediram esforços para encontrar registros antigos, anotações, velhas agendas, fotografias e velhas memórias sobre o PPGSS.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), que contribuíram por meio das disciplinas e apontamentos sobre meu objeto de pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas (FAPEAM), pela concessão da bolsa de mestrado e apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento do projeto PROCAD Amazônia.

*“...o presente não é só contemporâneo, ele é herdeiro de
nossa história”.*

Elenise Scherer

RESUMO

Este estudo teve como foco a trajetória e a consolidação do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), o segundo mestrado *stricto sensu* implantado na região Norte, o qual se insere no contexto da pós-graduação no Brasil. O programa foi avaliado como nota três (regular) por três vezes consecutivas, o que o colocou em uma posição de risco para sua sobrevivência junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Seu objetivo geral foi: Analisar os avanços e desafios do PPGSS à luz dos critérios de avaliação da CAPES, para dar visibilidade às particularidades da região Amazônica e contribuir para a qualificação do programa. Os objetivos específicos consistiram em: contextualizar a trajetória histórica e as singularidades do PPGSS no Amazonas; evidenciar os avanços do PPGSS nas avaliações quadrienais dos anos (2013-2016/2017-2020); e desocultar os principais desafios e entraves do PPGSS à luz dos indicadores de avaliação da CAPES. Para alcançar os objetivos, foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Por ser uma pesquisa explicativa, à luz do Materialismo Histórico e Dialético, a coleta e o tratamento dos dados se deram por meio Enfoque Misto, dada a necessidade de articulação de dados quantitativos e qualitativos. Ao longo dos quinze anos de história na UFAM, o programa avançou em vários aspectos, seja na qualificação do corpo docente, no tempo de titulação dos alunos, nas pesquisas que trazem as particularidades do Amazonas. Os resultados encontrados apontam que, entre obstáculos e aprendizados, o programa tem construído seu amadurecimento e consolidação, o que resulta do trabalho coletivo de várias gestões e do empenho da comunidade acadêmica. O divisor de águas é o processo de apreensão e adoção do planejamento estratégico-participativo em relação às regras da avaliação conduzida pela CAPES, e amadurecimento propiciado pela experiência no PROCAD/Amazônia, o qual resultou na obtenção da nota quatro na avaliação quadrienal 2017-2020, cujo resultado foi conhecido em 2022.

Palavras chaves: Pós-graduação; Avaliação; Amazônia; Serviço Social; Região Norte.

ABSTRACT

This study focused on the trajectory and consolidation of the Postgraduate Program in Social Work and Sustainability in the Amazon (PPGSS), the second *stricto sensu* master's degree implemented in the North region, which is part of the context of postgraduate studies in Brazil. The program was evaluated as a grade three (regular) for three consecutive times, which put it at risk for its survival with the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). Its general objective was: To analyze the advances and challenges of the PPGSS in the light of CAPES evaluation criteria, to give visibility to the particularities of the Amazon region and contribute to the qualification of the program. The specific objectives consisted of: contextualizing the historical trajectory and the singularities of the PPGSS in Amazonas; highlight the advances of the PPGSS in the four-year evaluations of the years (2013-2016/2017-2020); and uncover the main challenges and obstacles of the PPGSS in the light of CAPES evaluation indicators. To achieve the objectives, bibliographic, documentary and field research were carried out. As it is an explanatory research, in the light of Historical and Dialectical Materialism, the collection and treatment of data took place through a Mixed Approach, given the need for articulation of quantitative and qualitative data. Over the fifteen years of its history at UFAM, the program has advanced in several aspects, be it in the qualification of the faculty, in the time of the students' degree, in the research that brings the particularities of the Amazon. The results found indicate that, between obstacles and learning, the program has built its maturity and consolidation, which is the result of the collective work of several administrations and the commitment of the academic community. The watershed is the apprehension process and adoption of strategic-participatory planning in relation to the rules of the evaluation conducted by CAPES, and maturation provided by the experience in PROCAD/Amazônia, which resulted in obtaining a grade four in the four-year evaluation 2017-2020, whose result was known in 2022.

Keywords: Postgraduate studies; Evaluation; Amazon; Social Work; North Region.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O caminho da pesquisa	18
Figura 2: Panorama Geral da Pós-Graduação no Brasil	21
Figura 3: Panorama da Pós-Graduação na região Norte do Brasil.....	22
Figura 4: Ausência de Programas em Serviço Social e Balanço da Distribuição por região, status e conceito..	71
Figura 5: Linha cronológica da criação e desenvolvimento do PPGSS no período de 2006-2009.....	86
Figura 6: Propostas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia ..	89
Figura 7: Estágio de foco, zona de conforto e pressão em relação ao processo de avaliação.	122
Figura 8: Oficina de Avaliação e Planejamento Interno do PPGSS/UFAM.....	128
Figura 9: I Seminário de Autoavaliação e Planejamento do PPGSS/UFAM.....	130
Figura 10: Etapas do Plano de Autoavaliação e Planejamento Estratégico do PPGSS/UFAM.	144
Figura 11: Linha de tempo da Coordenação do PPGSS/UFAM no período 2007-2013.....	178
Figura 12: Linha de tempo da Coordenação do PPGSS/UFAM no período 2013-2017.....	179
Figura 13: Linha de tempo da Coordenação do PPGSS/UFAM no período 2017-2020.....	180
Figura 14: Linha de tempo da Coordenação do PPGSS/UFAM no período 2021-2023.....	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Formação Profissional em nível de Especialização e Mestrado.-----	100
Tabela 2: Formação Profissional em nível de Doutorado e Estágio Pós-Doutoral-----	101
Tabela 3: Temáticas trabalhadas pelos grupos de pesquisa do PPGSS/UFAM até o ano de 2022	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Produção Científica sobre o PPGSS/UFAM em 2020.	24
Quadro 2: Documentos de fonte primária e secundária utilizados na pesquisa,	35
Quadro 3: Principais tipologias do Conceito de Avaliação	46
Quadro 4: Síntese da periodicidade de Avaliação realizada pela CAPES no período 1976-2024... 64	
Quadro 5: Distribuição dos Programas de Pós-Graduação de Mestrado em Serviço Social entre a década de 1970 e 1980.	67
Quadro 6: Distribuição dos Programas de Pós-Graduação de Mestrado em Serviço Social a partir da década 1990 e 2000.	68
Quadro 7: Distribuição dos Programas de Pós-Graduação de Mestrado em Serviço Social a partir da década 2010.	69
Quadro 9: Ordem decrescente das áreas reconhecidas e avaliadas pela CAPES.	71
Quadro 10: Distribuição dos programas e cursos avaliados e reconhecidos pela CAPES.	72
Quadro 11: Organização da Pós-Graduação em Serviço Social na Região Norte em 2022.	73
Quadro 12: Área de concentração e linhas de pesquisa da 1ª proposta do PPGSS	83
Quadro 13: Corpo docente e área de titulação do doutorado	85
Quadro 14: Disciplinas Obrigatórias e Eletivas das Grades Curriculares do período de 2007-2022	91
Quadro 15: Objetivos, missão, visão e valores do PPGSS/UFAM.....	93
Quadro 16: Professores que contribuíram na proposta e ministraram disciplinas no PPGSS.	98
Quadro 17: Professores do PPGSS no ano de 2022.	99
Quadro 18: Grupos de Estudos e Pesquisas vinculados ao PPGSS/UFAM	103
Quadro 19: Produção científica sobre o PPGSS/UFAM.	110
Quadro 20: Trajetória do PPGSS/UFAM em relação à avaliação no período 2008-2022.	113
Quadro 21: Avaliações do PPGSS/UFAM nas trienais 2007-2009 e 2010 e 2012	118
Quadro 22: Movimentos do jogo de xadrez em alusão ao processo de avaliação	125
Quadro 23: Ações adotadas no processo de autoavaliação do PPGSS/UFAM.....	130
Quadro 24: Potencialidades e Fragilidades do PPGSS identificadas em 2019.....	131
Quadro 25: Comissões de Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.....	133
Quadro 26: Principais atividades realizadas, não realizadas e pendências com base nas deliberações do seminário 2019	135

Quadro 27: Principais Potencialidades aprimoradas com base nas deliberações de 2020	146
Quadro 28: Principais fragilidades permanentes com base nas deliberações de 2020	147
Quadro 29: Principais metas operacionais para o quadriênio 2021-2024	151

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ADUA	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CPPG	Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação
CRESS	Conselhos Regionais de Serviço Social
CTS	Conselho Técnico Científico
DINTER/NF	Doutorado Interinstitucional Novas Fronteiras
DO	Doutorado Acadêmico
DP	Doutorado Profissional
DSS	Departamento de Serviço Social
EAD	Ensino a Distância
EMESCAM	Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
ENC	Exame Nacional de Cursos (ENC)
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ENTIS	Encontro Nacional de Trabalho Interdisciplinar e Saúde .
ERE	Ensino Remoto Emergencial
ESTRADAS	Grupo de Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FUFPI	Fundação Universidade Federal do Piauí
FUFSE	Fundação Universidade Federal de Sergipe
GEDHS	Grupos de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia
GEPKA	Grupos de Estudos e Pesquisa da Complexidade Amazônica
GEPOS	Grupos de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder

GEPPSSAM	Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Sociais e Seguridade Social no Amazonas
GETRA	Grupo de Estudos e Pesquisa em Processos de Trabalho e Serviço Social na Amazônia
INTERAÇÃO	Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia
IC	Iniciação Científica
ICHL	Instituto de Ciências Humanas e Letras
IFCHS	Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
ME	Mestrado Acadêmico
MEC	Ministério da Educação
MP	Mestrado Profissional
MPF	Ministério Público Federal
PACPG	Plano de Autoavaliação e Planejamento Estratégico do Apoio à Consolidação e Avanço da Qualidade da Pós-Graduação
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
PROAP	Programa de Apoio à Pós-Graduação
PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PROCAD/NF	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica Novas Fronteiras
PRODOUTORAL	Programa de Formação Doutoral Docente
PROPESP	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.
PUC-GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RIU	Repositório Institucional da Universidade Federal do Amazonas
SIQSSAM	Seminário Internacional de Questões Socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia
SISTEBIB	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas

SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TEMPPUS	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social Crítica, Estado Movimentos Sociais e Políticas Sociais
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UERJ	Universidade do Estado do Rio De Janeiro
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB-JP	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal do Pernambuco
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFT	Universidade Federal de Tocantins
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNB	Universidade de Brasília
UNESP-FR	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

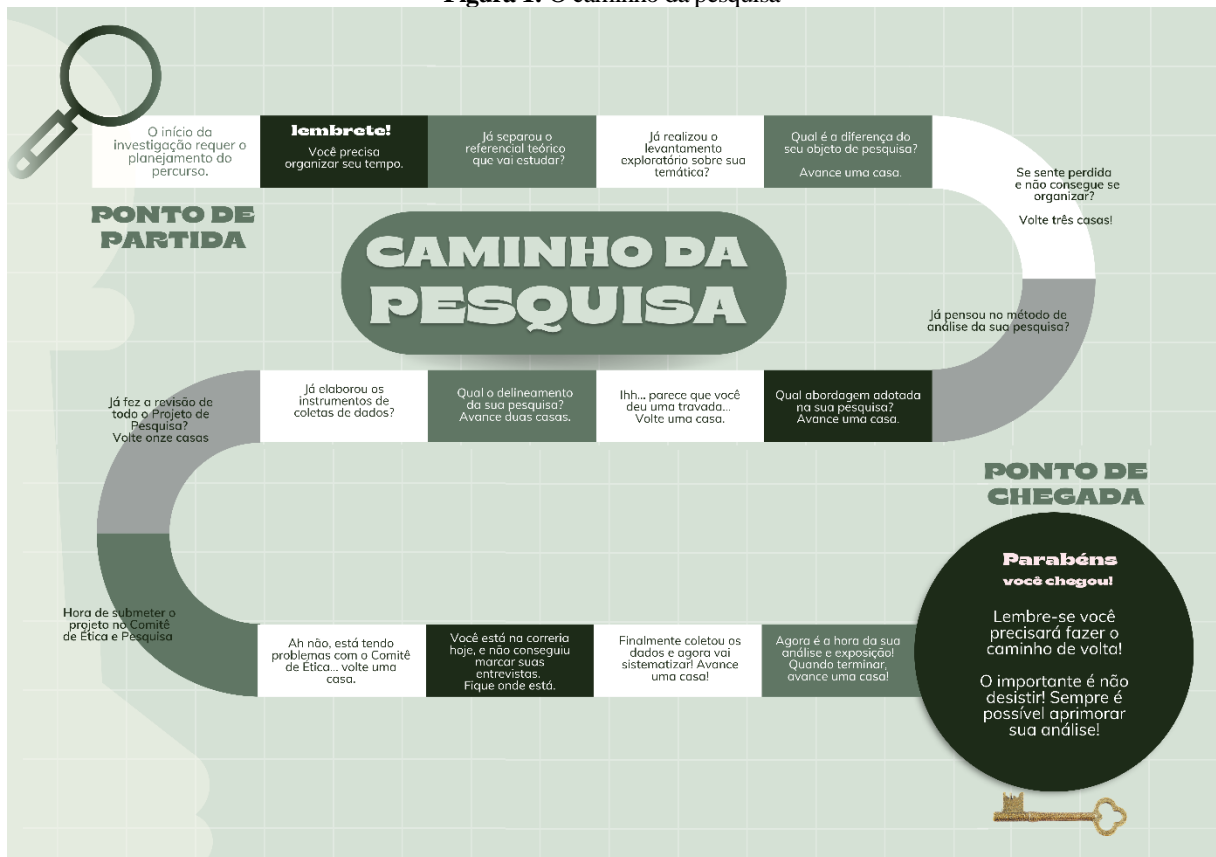
CAPÍTULO I - DO PONTO DE PARTIDA AO PERCURSO METODOLÓGICO EFETIVADO	18
1.1 O ponto de partida: a origem do problema e relevância da pesquisa para Região Norte.....	20
1.2 As pedras no meio do caminho: os impactos da pandemia no desenvolvimento da pesquisa.....	27
1.3 O percurso metodológico trilhado: metodologia, análise e exposição da pesquisa.....	29
CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO PROFISSIONAL SOB AVALIAÇÃO: UM DESTAQUE À PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	39
2.1 Entre disputas e ambivalências: descortinando caminhos e possibilidades da avaliação	39
2.2 A pós-graduação no Brasil à luz das orientações de qualidade da CAPES: caminhos e (des)caminhos	50
2.3 A pós-graduação em Serviço Social: caminhos de implantação, consolidação e expansão.....	65
CAPÍTULO III - SINGULARIDADES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA NA REGIÃO NORTE ...	75
3.1 O Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia: os caminhos para sua criação e implantação.....	76
3.2 As estruturas e propostas do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia na Região Norte	88
3.3 As especificidades do corpo acadêmico, docente e pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia na Região Norte.....	95
CAPÍTULO IV - O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA À LUZ DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES: ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS	112
4.1 A consolidação do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia: entre avanços e desafios.....	113
4.2 Os caminhos trilhados para qualificar o conceito do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia na Região Norte.....	124
4.3 Entre o passado e presente: desenhando novos caminhos para futuro do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	157
APÊNDICES	172
ANEXOS	182

CAPÍTULO I

DO PONTO DE PARTIDA AO PERCURSO METODOLÓGICO EFETIVADO

Uma pesquisa sempre nasce de um questionamento envolto de contradições e inúmeras hipóteses sobre o problema do objeto. O caminho escolhido pelo pesquisador para desvendar essas contradições desde a definição do problema até a interpretação dos resultados é o diferencial para a realização de uma exposição crítica. Como nos ensina Netto (2011), o desenvolvimento de uma pesquisa crítica não é um mero conjunto de regras formais. Mas para chegar a uma análise que ultrapasse a aparência, é necessário caminhar por uma trilha metodológica coerente com a direção social crítica defendida pela formação em Serviço Social. Todo esse processo envolve um ponto de partida e um ponto de chegada, que, na verdade, é também um ponto de retorno, porque o movimento dialético pressupõe que o conhecimento não é acabado, conforme explicitado no exemplo a seguir:

Figura 1: O caminho da pesquisa



Fonte: Elaborado pela pesquisadora para fins explicativos.

Tal desenvolvimento pode ser exemplificado de forma didática através do “jogo do caminho ou jogo de percurso”. Com base nos estudos de Santos (2006, p.122), entendemos que “o processo de conhecimento realizado a partir da imediatividade tem dois momentos, que Marx elucida como o “caminho de ida” – ponto de partida – e o “caminho de volta” – ponto de chegada”. Para alcançar os objetivos da presente pesquisa foi fundamental pensar em um percurso que considerasse as conexões e múltiplas determinações que envolviam o objeto de pesquisa. Dessa forma, o primeiro capítulo é a introdução da dissertação e está estruturado em três partes interdependentes que explicitam como foi desenvolvida a presente investigação.

O primeiro item apresenta como surgiu o problema da pesquisa e a importância de fazer uma pesquisa sobre a história e avaliação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) no estado do Amazonas. Em seguida, é evidenciado como aconteceu o processo de desenvolvimento e execução da pesquisa durante a pandemia e quais foram os principais desafios, mudanças adotadas durante esse período e a importância do Grupo de Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS) no desenvolvimento da pesquisa. O último item explicita o percurso metodológico efetivado durante todas as fases da pesquisa, oportunidade em que é destacado como aconteceu o processo de organização, sistematização, análise e exposição dos dados coletados.

A presente dissertação intitulada “Avaliação da pós-graduação em Serviço Social em xeque: caminhos, avanços e desafios de um programa na Amazônia” é resultado de pesquisa desenvolvida entre os anos 2020-2022, com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). É um trabalho vinculado aos estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa ESTRADAS, referência em pesquisas sobre a formação profissional no Amazonas. É um dos desdobramentos do projeto guarda-chuva “Serviço Social no Amazonas entre sombras e luzes: historiografia, formação e trabalho profissional” da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Entre os anos 2020-2022, a pesquisa esteve agregada ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD/Amazônia) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio da vinculação no projeto “A formação e o trabalho profissional do Assistente Social: aproximações e particularidades entre Amazônia e Sul do Brasil”, desenvolvido em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Universidade Federal do Pará (UFPA), os quais contribuíram por meio dos seminários externos e internos na aproximação do objeto estudado e aprimoramento da pesquisa por meio dos encontros que envolveram a discussão sobre o método, as diferentes técnicas e modos de realizar uma análise.

1.1 O ponto de partida: a origem do problema e relevância da pesquisa para Região Norte

Os caminhos trilhados na formação de um pesquisador e professor em Serviço Social nunca são solitários. Durante todo o percurso, até a finalização da dissertação a pesquisa foi orientada pela Prof.^a Dr.^a Roberta Ferreira Coelho de Andrade. No princípio, o objeto de pesquisa da presente dissertação seria o Estágio Docente, mas, durante o processo de orientação e levantamento exploratório no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a temática avaliação da pós-graduação ganhou foco.

Presenciar o esforço coletivo do corpo acadêmico do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) para evitar um possível descredenciamento acabou despertando inquietações e curiosidades sobre o processo de avaliação. Mas principalmente teceu a pergunta “*Por que o programa tirou nota três?*”. Sem entender nada sobre avaliação, foram surgindo novas informações como: “*ele pode ser descredenciado porque tirou nota três em três avaliações*”, mas ao presenciar o esforço dos professores, aquele cenário parecia irreal e injusto, o que acabou determinando que estudaríamos sobre a avaliação do programa.

Com base em levantamento exploratório, identificamos que havia um consenso crítico de que a formação em Serviço Social na Pós-Graduação enfrentava uma gama de desafios atrelados ao incentivo do empresariamento da educação e produção de conhecimentos. O arcabouço teórico de pesquisas científicas relacionado à pós-graduação era amplo e diversificado. Entretanto, no que concerne à produção de conhecimento no Amazonas, havia uma lacuna sobre a pós-graduação *stricto sensu* e como aconteceu seu processo de expansão à luz dos critérios e indicadores de avaliação da CAPES.

Sabemos que a expansão e a consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil são orientadas a cada decênio por um Plano Nacional de Pós-graduação (PNGP). O documento delineia diretrizes, estratégias e metas no desenvolvimento da pós-graduação que busquem assegurar a qualidade, a adequação e o aperfeiçoamento dos programas de pós-graduação no Brasil. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é fundamental nesse processo, pois vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tem como finalidade subsidiar a formação de políticas e recursos humanos que assegurem a qualidade e expansão da pós-graduação *stricto sensu*.

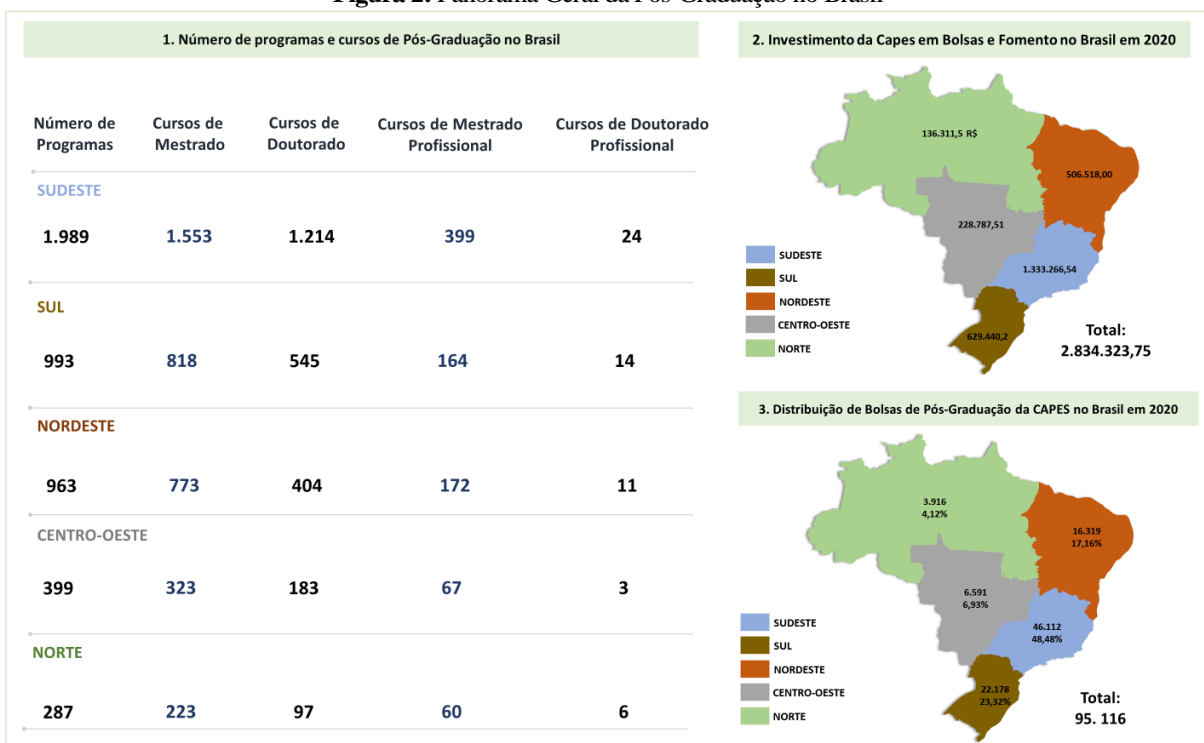
Esse processo envolve um acompanhamento e uma avaliação periódica dos cursos de pós-graduação, direcionada pela CAPES, e realizada pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNGP), objetivando certificar a entrada de novos cursos, como também, certificar a permanência ou descredenciamento de um programa. De acordo com a CAPES, esse processo é fundamentado no

“reconhecimento e confiabilidade [...] assegurada pela análise dos pares; critérios debatidos e atualizados pela comunidade acadêmico-científica a cada período avaliativo; Transparência firmada na ampla divulgação das decisões, ações e resultados” (BRASIL, 2020, n.p).

Todavia, o debate crítico acerca do processo de avaliação da pós-graduação traz questionamentos que devem ser refletidos e discutidos. Um dos principais elementos é sua ênfase na produção quantitativa de artigos periódicos qualificados. Outros questionamentos estão relacionados às assimetrias regionais, distribuição desigual de recursos e critérios de avaliação que parecem não contemplar as particularidades ou dimensões sociais de um programa, nem as consequências desse modelo de avaliação para os programas. Não é à toa que o processo de avaliação da CAPES tem se tornado objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento.

Os dados da Plataforma Sucupira sinalizavam que o Brasil possuía 4.631 programas desenvolvendo 7.053 cursos concentrados em 49 áreas, distribuídas em 3 Colégios e 9 Grandes Áreas, sendo 3.690 em nível de mestrado acadêmico, 2.443 em nível de doutorado e 862 em nível de mestrado profissional (BRASIL, 2021). A distribuição por região revela uma gritante disparidade quanto à expansão de programas e cursos. Mas essa não é uma discussão recente, o debate crítico revela que as regiões Norte e Centro-Oeste sempre estiveram nos focos de discussão quando o assunto é assimetria regional e distribuição de recursos financeiros, conforme demonstra a figura 2:

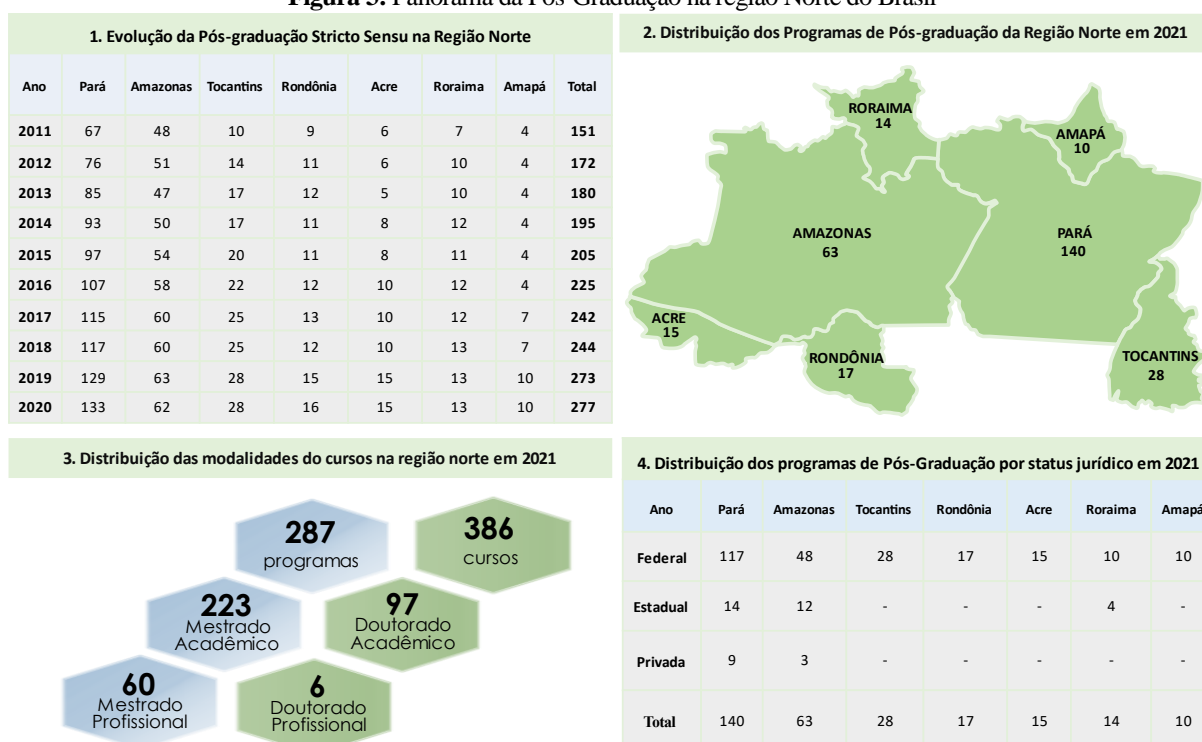
Figura 2: Panorama Geral da Pós-Graduação no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Plataforma Sucupira (BRASIL, 2021).

Ao considerar todas as regiões, dos 4.631 programas implantados no Brasil, apenas 36 são da área de Serviço Social. Até o ano de 2022, 12 programas estavam localizados na região Sudeste, 12 programas na região Nordeste, 6 programas na região Sul, 3 programas na região Centro-Oeste e apenas 3 programas na região Norte. É evidente a disparidade no número de programas nas regiões Centro-Oeste e Norte. No que concerne aos 287 programas da região Norte, 10 estão no Amapá, 15 no Acre, 14 em Roraima, 17 em Rondônia, 28 em Tocantins, 63 no Amazonas e 140 no Pará, conforme demonstra a figura 3:

Figura 3: Panorama da Pós-Graduação na região Norte do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Plataforma Sucupira (BRASIL, 2021).

Dos 63 programas concentrados no Amazonas, este estudo apresenta as singularidades de apenas um, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o único programa *stricto sensu* em Serviço Social no Amazonas. Assim, intitulada “Avaliação da Pós-Graduação em Serviço Social em xeque: caminhos, avanços e desafios de um programa na Amazônia”, a presente dissertação tem como temática central a pós-graduação em Serviço Social. O objeto de estudo é o processo de avaliação do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

A Amazônia é reconhecida por sua biodiversidade. É um campo extenso e complexo para o desenvolvimento de pesquisas. Embora haja uma atenção nacional e internacional sobre os aspectos ambientais e potencialidade dos recursos naturais da Amazônia, é necessário reconhecer também sua

sociodiversidade, considerando as diversas culturas, os múltiplos saberes tradicionais, a pluralidade dos povos e, principalmente, as múltiplas expressões da questão social que envolvem a sua sociabilidade. Baseada nesta dinâmica e outras particularidades regionais e sociais, são pensadas a formação e pesquisas em nível de pós-graduação em Serviço Social na região Norte.

Contudo, embora a CAPES reconheça a importância do investimento nas pesquisas sobre as especificidades desta região, e compreenda a importância do equilíbrio regional, superação das assimetrias e disparidades, os programas ainda enfrentam diversas fragilidades no processo de sobrevivência à luz das orientações dos Planos Nacionais de Pós-Graduação e indicadores de qualidade no Brasil. Esse processo é exemplificado desde os desafios vivenciados na criação dos programas enquanto adequação de proposta como também na permanência e consolidação desses programas junto à CAPES.

Constata-se que a Região Norte em comparação às outras regiões se desenvolveu de forma tardia no processo de expansão da pós-graduação iniciado na década de 1970. A região possui apenas três programas *stricto sensu*, o primeiro criado em 1996 na Universidade Federal do Pará (UFPA), o segundo criado em 2007 na Universidade Federal do Amazonas (2007) e o último aprovado em 2018 na Universidade Federal de Tocantins (UFT). Esses programas estão concentrados nas áreas de Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos (UFT), Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais (UFPA), Serviço Social, Políticas Públicas, Trabalho e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM) (BRASIL, 2021).

A permanência e a consolidação desses programas na Região Norte são de extrema importância para subsidiar a produção científica crítica no âmbito do Serviço Social e fortalecer a qualificação profissional de excelência. Contudo, a sobrevivência desses programas é permeada por diversos desafios. Quando essa pesquisa nasceu, o PPGSS estava próximo de um possível descredenciamento no Amazonas. O programa já havia passado por três avaliações, em que foi classificado como nota três (regular), por três vezes consecutivas, o que o colocou em uma posição de risco para sua sobrevivência enquanto programa de pós-graduação junto à CAPES.

Dessa forma, o interesse pela temática formação profissional e avaliação da pós-graduação teve quatro pontos de partidas: o primeiro diz respeito às mudanças na conjuntura política e econômica que afetam a política educacional e estimulam tendências na avaliação dos programas e impactos na formação profissional em Serviço Social em nível de pós-graduação. O segundo ponto deveu-se à constatação do exaustivo esforço coletivo do corpo docente, corpo acadêmico e coordenação no aperfeiçoamento do conceito do programa em contexto de um possível descredenciamento.

O terceiro ponto surgiu do aprimoramento do objeto de pesquisa durante os primeiros 6 meses do mestrado. Em razão da pandemia, o PPGSS perdeu pessoas que deixaram marcas, registros

documentais e bibliográficos, mas também levaram consigo memórias particulares que fazem parte da história de sobrevivência do programa. O último ponto brotou da escassez de pesquisas sobre o PPGSS. Ainda em 2020, quando optamos por estudar a história e avaliação do programa, não havia nenhuma pesquisa ativa ou material público que abordasse o objeto delineado. De acordo com levantamento exploratório, foram encontrados alguns trabalhos, conforme demonstra o quadro 1:

Quadro 1: Produção Científica sobre o PPGSS/UFAM em 2020.

Categoria	Título	Ano	Região
Relatório de Iniciação Científica	A Pós-Graduação em Serviço Social: uma análise do perfil acadêmico, profissional e das pesquisas dos alunos de mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.	2012	Norte
	O destino dos mestres em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia: da qualificação à inserção profissional.	2013	Norte
	A produção intelectual do corpo docente do Programa de Pós- graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) no período de 2010 a 2012.	2015	Norte
Artigos em Anais Internacionais	Na trilha da qualificação profissional: educação, formação e o destino dos mestres.	2013	Norte
Matéria em Revista	Mestrado em Serviço Social: há dez anos fortalecendo a perspectiva da sustentabilidade.	2017	Norte

Fonte: Elaboração própria com base em levantamento exploratório, 2020.

A pesquisa exploratória no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas (SISTEBIB/UFAM) revelou que não havia também nenhuma dissertação ou tese que abordasse a trajetória e consolidação do PPGSS, nos últimos 15 anos. O levantamento no Repositório Institucional da UFAM evidenciou três produções bibliográficas de Iniciação Científica nos anos 2012, 2013 e 2015, delimitadas em especificidades do programa, conforme sinalizado no quadro 1. Destaca-se que, a partir do ano de 2020, surgiram diversas produções acerca do programa. Todavia, nenhuma produção trabalhou uma sistematização da história ou entraves vivenciados pelo programa em relação às notas regulares.

Com base em levantamento exploratório no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, não foi encontrada nenhuma dissertação ou tese em Serviço Social que abordasse de forma conjunta no título as temáticas pós-graduação e avaliação no período 2010-2020. Porém, ao utilizar o mecanismo de refinamento e inserir o termo “Pós-graduação em Serviço Social”, foram localizadas 14 produções bibliográficas, sendo 71% (10) dissertações e 29% (4) teses. Desse total, 50% (7) estão localizadas na Região Sudeste, 14% (2) na Região Nordeste, 21% (3) no Sul, 7% (1) no Centro-Oeste e 7% (1) na Região Norte.

Na época, o único trabalho encontrado na Região Norte era uma pesquisa desenvolvida no ano de 2016, uma dissertação do PPGSS intitulada “As transformações do trabalho docente na Universidade Federal do Amazonas: da produção ao produtivismo na pós-graduação”, mas que não

trabalhava a trajetória histórica ou processo de avaliação do programa. O que fez com que essa pesquisa se diferenciasse dos demais estudos, pois ela apresenta os avanços e desafios que conduziram o processo de implantação e consolidação do PPGSS no Amazonas durante 15 anos.

É importante ressaltar que, a partir do 2º semestre do ano de 2020, novas produções científicas acerca do PPGSS foram publicadas, mas estavam centradas em diferentes objetos de estudo, o que torna essa dissertação uma importante contribuição sobre a historiografia da pós-graduação em Serviço Social no Amazonas, uma vez que as únicas pesquisas sobre o programa não se aprofundavam no movimento histórico dos desafios ou avanços do programa como espaço de formação e sobrevivência junto à CAPES.

Os resultados deste estudo são relevantes sob diferentes aspectos. O primeiro aspecto pode ser sinalizado pela escassez de pesquisas desenvolvidas sobre o único programa de Serviço Social que trabalha como uma de suas temáticas centrais a perspectiva da sustentabilidade ambiental. Neste contexto, contribui para a produção científica crítica da região Norte sobre a pós-graduação e avaliação e enfatiza de forma crítica a necessidade de superação das disparidades regionais, como também pode proporcionar uma reflexão e debates sobre os atuais mecanismos e critérios de avaliação da CAPES em âmbito nacional.

Um outro aspecto diz respeito à contribuição para a própria autoavaliação do PPGSS, no sentido de gerar reflexões acerca dos entraves e desafios enfrentados pelo programa. Na época da construção da pesquisa, o resultado da quadrienal 2017-2020 seria determinante acerca do destino do programa. Apostando na continuidade do programa, compreendíamos que os resultados deste estudo poderiam possibilitar o mapeamento de aspectos a serem melhorados e a construção de possíveis estratégias para o fortalecimento do programa junto à CAPES.

Um terceiro aspecto seria contribuir para que estudantes interessados em ingressar no PPGSS possam conhecer sua história, seus objetivos, seus grupos de pesquisa e possíveis possibilidades de pesquisa, bem como a proposta que norteia as atividades desenvolvidas. Mas também, afirmar a importância e a necessidade do programa na formação de mestres e produção de pesquisas no Amazonas. E, principalmente, colaborar com os estudos desenvolvidos pelo ESTRADAS, o qual tem sistematizado a história do Serviço Social no Amazonas desde a década de 1930, ao cenário contemporâneo.

Dessa forma, para que pudéssemos apresentar a realidade além da aparente descrição de dados, mas tentar realizar uma aproximação da essência que envolveu o desenvolvimento do programa, foi necessário compreender sob quais condições e contradições o mesmo se consolidou ao longo de sua trajetória entre os anos 2007-2020. Entendíamos que as condições e direções temporais de cunho de político, social e cultural moldaram parte de sua história e proposta. Neste viés, foi

fundamental resgatar e sistematizar sua história, uma vez que não estava havia produção bibliográfica na época acerca do assunto.

Assim, buscando evidenciar a importância e as singularidades do PPGSS no Amazonas, o estudo se propôs a apresentar a trajetória do programa como espaço de formação profissional na UFAM e investigar os avanços e desafios de sua trajetória que incidiram no seu possível descredenciamento. Então foi definida como questão norteadora central: “Quais foram os principais avanços e desafios do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) no seu processo de consolidação como espaço de formação profissional da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), à luz da avaliação realizada pela CAPES?”.

Coerente com a questão norteadora central, definiram-se as questões secundárias: Qual a trajetória histórica e as singularidades do PPGSS como espaço de formação profissional no Amazonas? Quais os principais avanços do PPGSS no processo de consolidação nos últimos quinze anos? Quais foram os principais desafios enfrentados pelo PPGSS para sua sobrevivência no Amazonas à luz do processo de avaliação? Essas perguntas nortearam todo o desenvolvimento da pesquisa ao longo dos anos 2020-2022. A partir delas também foram construídos os objetivos e os capítulos da presente dissertação.

Dessa forma, o estudo propôs como objetivo geral: analisar os avanços e desafios do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) à luz dos critérios de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para dar visibilidade às particularidades da região Amazônica e contribuir para a qualificação do programa. Como objetivos específicos: contextualizar a trajetória histórica e as singularidades do PPGSS no Amazonas, evidenciar os avanços do PPGSS nas avaliações quadriênis (2013-2016/2017-2020), e desocultar os desafios e entraves do PPGSS à luz dos indicadores da CAPES.

Além da introdução e considerações finais, a dissertação está estruturada em três partes. O segundo capítulo explicita a formação profissional sob avaliação: um destaque à pós-graduação em Serviço Social. O primeiro item destaca brevemente os caminhos e descaminhos da avaliação sob diferentes conceitos, sua relação com a avaliação e planejamento. O segundo item salienta a relação a estruturação da pós-graduação no Brasil à luz das orientações de qualidade da CAPES. O terceiro item apresenta um panorama geral da pós-graduação em Serviço Social no Brasil, seus caminhos de implantação, consolidação e expansão.

O terceiro capítulo aponta as singularidades Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) na Região Norte. No primeiro momento discorre acerca dos primeiros caminhos traçados para a criação e implantação do PPGSS. No segundo item, expõe as estruturas e propostas que nortearam a atuação e desenvolvimento do programa ao longo de 15 anos.

O terceiro item indica algumas especificidades do corpo acadêmico, docente, objetivos e pesquisas desenvolvidas pelo programa durante o período 2007-2020.

O quarto capítulo discorre sobre os avanços e desafios do PPGSS, à luz do processo de avaliação realizado pela CAPES. No primeiro momento, faz uma leitura acerca das fases de avaliação vivenciadas pelo programa. No segundo item, discute sobre os caminhos trilhados para qualificar o conceito do programa e todo o processo que envolveu a construção de estratégias para superar o conceito três. Por último, apresenta uma leitura sobre o cenário atual do programa, possíveis desafios e novos caminhos para futuro.

Esperamos que os resultados teóricos e empíricos apresentados nesta dissertação evidenciem a importância e necessidade do programa na Região Norte; oportunizem aos leitores que compõem o programa a urgente reflexão acerca do aprimoramento contínuo do processo de autoavaliação; evidenciem a importância da superação da competitividade e individualidade entre os alunos, docentes e corpo técnico; sejam um instrumento para fortalecimento da coletividade; e, contribuam para outras produções científicas sobre o PPGSS no Amazonas.

1.2 As pedras no meio do caminho: os impactos da pandemia no desenvolvimento da pesquisa

“Todo começo é difícil”, já dizia Marx (2013, n.p.). Tentar desvendar e construir uma linha histórica acerca do passado, presente e futuro não foi uma tarefa fácil. Durante todo o desenvolvimento da pesquisa houve diversos desafios externos e internos que ocasionaram adaptações e vários redesenhos na pesquisa. As atividades acadêmicas no PPGSS iniciaram no dia 09 de março de 2020. O tema da aula inaugural foi “Os desafios da pós-graduação em Serviço Social em um contexto de ataque à educação”. A nova turma de calouros nem imaginava o que enfrentaria nos anos seguintes: cursar o mestrado em um cenário pandêmico. A turma, que teve apenas duas aulas presenciais e iniciou o curso com diversas expectativas, precisou parar por 06 meses enquanto a UFAM pensava em medidas para a continuidade das atividades acadêmicas no novo contexto.

Embora não houvesse aula presencial, foi iniciado o processo de readequação do projeto em consonância com as medidas de segurança orientadas pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP). Simultaneamente aos esforços de readequação do projeto, a pandemia se agravou e o luto na cidade se tornou diário. Familiares, amigos e professores partiram. Dias sombrios cercaram o estado do Amazonas e trouxeram mudanças que terão impactos a curto, médio e longo prazo. As atividades acadêmicas retornaram no mês de setembro de 2020, sob uma nova configuração, no modelo de Ensino Remoto

Emergencial (ERE), em razão da biossegurança e da não proliferação do vírus. Os discentes que não tinham condições e equipamentos não seriam obrigados a cursar o semestre especial.

Todavia, retornamos no semestre especial, pois entendíamos que o PPGSS estava sendo avaliado e seria importante para aumentar o conceito do programa. Contudo, estudar no ERE não foi tão simples. É importante ressaltar este cenário pela defesa do retorno presencial. Na casa da pesquisadora moravam oito pessoas, quatro eram universitários, um trabalhava na modalidade *home office* e três crianças tinham aula on-line pela Rede Municipal, um caos na divisão de equipamentos. Ainda no mês de novembro de 2020, dois equipamentos tiveram perda total. O início do mês de novembro foi desafiador, sem os equipamentos adequados e as aulas prosseguiram. A pesquisadora utilizou o celular para terminar a revisão teórica do projeto e acompanhar as aulas síncronas.

O resultado de todo esse processo foi adocedor em diversos aspectos em curto, médio e longo prazo. Mas também foi no mês de novembro que a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) concedeu uma bolsa de estudos, a qual foi fundamental para permanecer no PPGSS. O projeto foi readaptado e para se aprofundar sobre a trajetória de avanços e desafios do programa, a pesquisadora passou a integrar a “Comissão de comunicação” e a “Comissão de autoavaliação e planejamento estratégico” do programa. A participação nas comissões foi fundamental para compreender os objetivos do programa e apreender seus principais desafios. Os seminários de avaliação foram imprescindíveis para que houvesse um mergulho na realidade do PPGSS.

No ano de 2021, desenvolver a pesquisa dentro do Modelo de Ensino Emergencial (ERE) se tornou uma obrigação. O desânimo de continuar o mestrado era constante. É extremamente necessário relatar que o ERE agudizou sintomas de ansiedade, procrastinação e medo. Apesar de entender o mestrado como um espaço privilegiado de aprendizagem, o processo de adaptação a esse formato emergencial foi turbulento. O ambiente conhecido como “lar” se transformou em ambiente de estudo e trabalho, equilibrar ambos e lidar com problemas cotidianos em consequência da pandemia foi exaustivo, mas não impediu que o aprendizado acontecesse. Ao mesmo tempo, o sentimento de não estar atendendo aos requisitos do mestrado foi companheiro durante o 1º e 2º semestre.

Durante essa trajetória foram cursadas oito disciplinas obrigatórias e uma eletiva. O conteúdo ministrado nas disciplinas foi essencial para o desenvolvimento do projeto e o primeiro capítulo da dissertação. As professoras Hamida Assunção, Marinez Cunha, Débora Rodrigues, Socorro Chaves, Lidiany Cavalcante, Milena Barros, Roberta Ferreira, Cristiane Fernandez e Iraildes Caldas foram as responsáveis pelas disciplinas. Existe um pedaço delas nos capítulos da dissertação, são mulheres, professoras e pesquisadoras de excelência que merecem ser evidenciadas na trajetória do PPGSS. Merecem ser lembradas pelo seu empenho, empatia e incentivo em tempos tão difíceis.

O mestrado também proporcionou a experiência no Estágio Docência, em que o aluno pode realizar uma aproximação às habilidades e competências exercidas no magistério sob duas óticas: aprendendo e ensinando. Se aprender no ERE é desafiador, ensinar é mais difícil ainda. Foi desolador realizar nesse modelo. A interação com os alunos através de uma tela de computador ou celular é extremamente limitada. Em todo esse processo, a parte mais recompensadora foi perceber e ouvir dos alunos que estavam aprendendo algo, que você fez parte do processo ou contribuiu para seu crescimento. Também foi incentivador ouvir dos alunos que estavam conseguindo compreender o que estava sendo ensinado depois de estarem 1 ano sem estudar.

Outro desafio externo foi compreender que o assunto “Avaliação e Pós-Graduação” era uma discussão em movimento contínuo. Durante os dois anos de desenvolvimento da pesquisa, surgiram novas informações, mudanças, crises. Por ser um objeto ao qual não tinha apropriação, a pesquisadora enfrentou o desafio de entender aquilo que era importante no momento, e o que poderia deixar para investigar em outras pesquisas. Acompanhar o movimento do cenário político e econômico em relação à educação também foi um divisor de águas. Foi desta relação que houve a possibilidade de compreender o processo avaliativo realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e os possíveis caminhos do PPGSS/UFAM no Amazonas.

A participação no grupo de pesquisa ESTRADAS foi imprescindível para que o olhar de pesquisadora se ampliasse e conseguisse ver as conexões, tensões e a própria importância da historiografia nesse processo todo. A pesquisa estava inserida em um projeto guarda-chuva que requeria uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo mais ampla. Observar como a orientadora conduzia o desenvolvimento pesquisa e participar deste processo propiciou o aprendizado de caminhos para a investigação e análise da presente dissertação. Essa dissertação é resultado de uma investigação que não fecha todas as lacunas sobre a história, consolidação e avaliação do programa, mas apresenta uma aproximação sob o olhar de uma discente pesquisadora.

1.3 O percurso metodológico trilhado: metodologia, análise e exposição da pesquisa

A produção de conhecimento científico é concebida à luz da teoria e do método. A teoria, por sua vez, é constituída para apreender e explicar um fenômeno (MINAYO, 2008). Na perspectiva marxiana, a teoria é “a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito de pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do seu objeto de pesquisa” (NETTO, 2011, p. 21). Entende-se que a teoria é o resultado do pensamento do pesquisador através das aproximações e compreensão do movimento de uma determinada realidade. Todavia, a

interpretação do pesquisador não é uma verdade unívoca, sendo passível de ser refutada. Portanto, para atingir os objetivos propostos explicitados na introdução, foi fundamental planejar um percurso metodológico coerente com uma pesquisa social crítica.

Os estudos de Minayo (2008) elencam que o conceito de metodologia é um assunto controverso e com diversas interpretações. Enquanto alguns separam teoria e método, outros, ao contrário, afirmam a indissociabilidade entre ambos. A supracitada autora entende o conceito de metodologia como o “caminho do pensamento” (percurso que a investigação requer para análise de uma realidade), que inclui de modo justificado uma teoria de abordagem (método), onde sua prática é exercida através da operacionalização de instrumentos (técnicas) e criatividade do pesquisador (a articulação da sua interpretação com as teorias e experiência), que foram previamente pensadas para responder inquietações da investigação. Dessa forma, Minayo (2009, p. 15) afirma que a metodologia:

[...] inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade[...]a teoria e a metodologia caminham juntas, intrinsecamente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática.

Assim, a elaboração de um percurso metodológico e o desenvolvimento da investigação fundamentada em teorias e métodos requerem um planejamento prévio que contemple todas as fases de uma pesquisa. Dessa forma, foi necessário planejar um caminho metodológico que atendesse aos objetivos propostos da investigação e que estivesse coerente com os pressupostos defendidos na formação profissional em Serviço Social. De acordo com Prates (2017), muito além da execução de técnicas, o desenvolvimento de uma pesquisa exige o exercício da mediação teórico-prática, sendo a pesquisa um instrumento imprescindível para a formação e trabalho no adensamento de conceitos e desocultamento das contradições que atravessam todos os processos da realidade.

Um dos pressupostos defendidos pela formação profissional e trabalho em Serviço Social é a relação indissociável entre teoria e prática. Para Guerra (2009, p. 14), “a dimensão investigativa está intrinsecamente relacionada com a dimensão interventiva, e a qualidade de uma implica a plena realização da outra”. Por isso, a pesquisa assume centralidade na formação profissional e trabalho, pois é um instrumento interventivo capaz de desvendar as refrações da questão social e desocultar os padrões limitados de intervenção do Estado condicionados pelo capitalismo. É através da pesquisa que se identificam e se constroem estratégias que possam orientar e instrumentalizar a ação profissional, atender as demandas da sociedade em um constate movimento crítico (GUERRA, 2009).

Nesse processo, é indispensável uma postura investigativa com um compromisso ético em superar o aparente mediato, sendo primordial em uma pesquisa, a articulação de conteúdos teóricos

com dados empíricos que descendem de uma realidade transfigurada pelo capitalismo (PRATES, 2017). Assim, a produção de conhecimentos materializada pela formação profissional em Serviço Social, que busca desvendar as contradições agudizadas pelo capitalismo, precisa estar ancorada em uma perspectiva teórica coerente aos objetivos da investigação e formação. O método marxiano é considerado imprescindível para questionar e descortinar as aparências que ocultam a essência de um fenômeno. Reitera-se, portanto, que o:

[...]o método marxiano é o movimento que o autor faz para desocultar uma realidade marcada pelo modo de produção capitalista que, para acumular, precisa explorar e produzir desigualdades, precisa padronizar, negando a diversidade, precisa tornar abstrato, meramente quantitativo, o trabalho qualitativo, ocultando suas particularidades (PRATES, 2014, p. 215).

Contudo, desocultar e apresentar uma nova leitura sobre uma realidade não é uma tarefa simples, pois “a realidade não é transparente e é sempre mais rica e mais complexa do que nosso limitado olhar e nosso limitado saber” (MINAYO, 2009, p. 17). O marxismo enquanto abordagem propicia uma aproximação da “historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais [...]” (MINAYO, 2009, p. 24). E, enquanto método, assegura uma apreensão dialética capaz de “analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais” (MINAYO, 2009, p. 24).

Na ótica de Netto (2011, p. 22), “o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto”. Prates (2012, p. 122), baseada nas análises marxianas de Hobsbawm (1989) e Lefebvre (1991), complementa que “o método de investigação deve primar por uma pesquisa profunda e exaustiva da realidade, estabelecer categorias, [...] identificando contradições e conexões”. Para problematizar a atual realidade do PPGSS, foi fundamental desvendar as contradições que envolveram o seu desenvolvimento. Não se trata de uma simples investigação, pois, de acordo com os estudos de Kosik (1969), compreender o fenômeno não implica apenas em conhecer o aparente mediato, mas conseguir apreender através de suas manifestações a essência, conforme aponta:

O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças a seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno (KOSIK, 1969, p.11).

Richardson (2012, p.52) corrobora que a aparência é a parte superficial de uma realidade, porém “é uma forma de expressão da essência e depende dela”. O autor ainda aponta que a essência é a parte mais profunda da realidade e concorda com Kosik (1969) ao afirmar que a essência está escondida debaixo de uma superfície de aparências. Netto (2011) advoga que a aparência é um nível da realidade e não deve ser descartada, pois é por meio da aparência imediata e empírica que se inicia o processo de conhecimento e apreensão da essência. Com base nestes fundamentos teóricos, a presente dissertação adotou como método o **Materialismo Histórico e Dialético**, entendendo a importância de realizar uma leitura que supere a superficialidade.

Os estudos de Behring e Boschetti (2011) asseveram que o método na perspectiva marxiana não está fundado em regras ou materialização de meras técnicas, mas é o estabelecimento de uma relação entre sujeito e objeto, que permite que o pesquisador realize uma aproximação das características do objeto, onde o conhecimento não será absoluto, mas será possível apreender algumas de suas múltiplas determinações. Guerra (2009, p.7), corrobora que, o materialismo histórico e dialético é capaz de captar o movimento do objeto de investigação, ou seja, sua lógica de constituição, apreendendo nesse processo “o que o objeto é, e como chegou a ser o que é (seu processo de constituição), quais seus fundamentos, sua capacidade de transformar-se em outro”.

Para Prates (2012), baseada em Marx, o método dá visibilidade às contradições e transformações ocorridas no percurso histórico, transformações que resultam de múltiplas determinações. Dessa forma, para conhecer o PPGSS, foi necessário “começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva” do objeto (NETTO, 2011, p. 41). Por meio de múltiplas determinações acabou gerando abstrações que puderam colaborar com uma análise da trajetória do programa. A presente dissertação buscou apresentar uma sistematização da história do programa, mas também tentou explicitar as contradições, conexões e transições que condicionaram e envolveram sua história de consolidação no Amazonas.

Partindo do princípio de que o PPGSS era um objeto inserido em uma realidade dinâmica em constante transformação política, social, histórica e cultural, foi fundamental realizar uma análise que contemplasse essas conexões. Mesmo que de forma singela, tentamos trabalhar com a tríade do passado, presente e futuro, pois “a realidade também carrega elementos novos e velhos. O passado convive com o presente e aponta tendência para o futuro” (GUERRA, 2009, p.12). Assim, ao analisar a tríade que envolveu o programa foi possível identificar os elementos que constituíram sua história e possíveis caminhos para o futuro.

Dessa forma, o estudo não pode deixar de lado as múltiplas determinações econômicas, políticas, culturais e sociais que condicionaram ou direcionaram o desenvolvimento do programa e

sua proposta de formação. De acordo com Prates (2012, p. 122), “não basta apenas explicar as contradições, mas reconhecer que elas possuem um fundamento [...] que a realidade possui não apenas múltiplos aspectos, mas também aspectos cambiantes e antagônicos”. Neste contexto, para compreender universalidade, particularidade e singularidade do PPGSS, foram utilizadas as categorias ontológicas totalidade, contradição, mediação e historicidade. Essas categorias foram escolhidas, pois, entende-se que são indissociáveis no processo de análise de um fenômeno.

De acordo com os estudos de Netto (2011, p. 45), “o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, particularidades e singularidades”, mas enfatiza que a totalidade não é o todo, mas um complexo constituído por partes integradas. A pesquisa desenvolvida por Pontes (1997) salienta que a particularidade assume centralidade na dialética do conhecimento, pois é constituída dentro de um campo de mediações. Já os estudos de Behring e Boschetti (2011) corroboram que a totalidade é constituída por elementos que se articulam em um campo complexo e contraditório de forças. Além disso, Prates (2021, p. 10) salienta que a totalidade concreta mais do que:

[...] a junção de fatores diversos é sua interconexão porque a unidade dos diversos muda o sentido do todo e da parte, é reconhecer o universal no particular e vice-versa, na verdade são o amplo e o miúdo simbiotizados, que são separados provisoriamente apenas para fins didáticos, para melhor explicá-los. Porque é sempre importante reiterar, a dialética marxiana quer explicar, é radical, quer ir a raiz dos fenômenos e desvendar as interconexões que os conformam no seu processo de constituição. É totalidade também a articulação entre teoria e prática que se realimentam sucessivamente e é essa prática concreta, práxis, portanto que é critério de verdade.

Ainda acordo com a autora, o processo regressivo investiga na história a gênese dos elementos que compõem a estrutura ‘parte do presente, retorna ao passado para descobrir o processo que permitiu a presente ser o que é’ (PRATES, 2003 *apud* PRATES, 2012, p. 120). Considerando que o PPGSS não é um objeto isolado ou estático, mas possui conexões, ligações recíprocas e se articula com outros elementos na sociedade, foi necessário regredir na história que envolve a gênese, construção e consolidação do PPGSS. Nesse sentido, entender sobre a contrarreforma e suas implicações na política educacional foi essencial para apreender como o programa surgiu e se desenvolveu no Amazonas.

Ao buscar adensamento na história que envolve o movimento do PPGSS até sua configuração na realidade, utilizamos um processo complementar, o processo progressivo que ‘partindo do passado, retorna ao presente mostrando seu desenvolvimento’ (PRATES, 2003 *apud* PRATES, 2012, p. 120). Nesse caminho foi possível identificar, por meio das contradições, os desafios internos e externos do programa, bem como as transformações que o moldaram. Tal processo permitiu compreender como se desenvolveu a relação do PPGSS com os órgãos avaliadores da pós-graduação, bem como foi a

sua sobrevivência no Amazonas com base nos norteadores de qualidade da pós-graduação, e o posicionamento coletivo das pessoas que compõem o PPGSS, em um contexto permeado pela pressão capitalista.

Em relação à **abordagem**, foi adotada no processo de investigação o **enfoque misto**, porque “a expressão do real se manifesta e se constitui por elementos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos, particulares e universais, intrinsecamente relacionados” (PRATES, 2012, p. 177). De acordo com Prates (2012), baseada em Lefebvre (1991), para analisar o movimento da realidade é necessário o reconhecimento de que todos esses elementos estão interconectados em uma investigação ancorada no materialismo histórico e dialético. Assim, considerando que esta investigação buscou apreender o movimento do PPGSS ao longo desses quinze anos, foi fundamental trabalhar de forma articulada as características quantitativas e qualitativas de modo complementar para fortalecer a interpretação crítica da pesquisa, pois:

[...] o enfoque misto na pesquisa que une quantidade e qualidade, trabalha com dados quantitativos que dão força ao argumento, que permitem dimensionar recursos, tempos, vagas, mas acresce a estes dados fundamentais o planejamento de políticas, as expressões, necessidades, sugestões, críticas dos sujeitos e grupos, dadas por suas expressões pela via da linguagem oral ou corporal ou pela via de documentos. A técnica principal utilizada nesse processo, que pode se valer de instrumentos diversos, como questionários, entrevistas, vídeos, coletas coletivas, enfim técnicas formais ou alternativas, é a triangulação (PRATES, 2014, p. 218).

Considerando que buscou analisar as singularidades, entender os avanços e desafios do PPGSS, e o motivo de ter tirado conceito três em três avaliações seguidas, a natureza da pesquisa é de cunho **explicativo**. Conforme Gil (2008, p.28), as pesquisas explicativas objetivam “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. [...] é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”. Em relação aos procedimentos técnicos, instrumentos e análise de dados, a pesquisa foi desenvolvida em quatro fases interdependentes: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo e análise e exposição dos dados:

- **1ª Fase – Pesquisa Bibliográfica:**

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 183), a “pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo”. A pesquisa bibliográfica esteve presente desde a construção do pré-projeto até a finalização da presente dissertação. Os principais materiais utilizados foram livros, teses, dissertações, artigos científicos, relatórios de

iniciação científica, revistas, dentre outros materiais bibliográficos que não estavam concentrados apenas na área de conhecimento de Serviço Social.

A pesquisa bibliográfica foi imprescindível para compreender a relação e as contradições entre pós-graduação, avaliação e contrarreforma. Essa leitura, dentro de uma perspectiva mais ampla, possibilitou que entendêssemos como esses conceitos influenciaram a consolidação do PPGSS. Sendo que a categoria contrarreforma foi imprescindível para apreender as contradições e tensões que envolveram toda a trajetória histórica do programa nos anos 2007 a 2020, desde os caminhos para elaboração da proposta e sua implantação dentro do processo de expansão da pós-graduação em Serviço Social que acontecia no Brasil.

É importante ressaltar que a pesquisa bibliográfica, nos termos de Marconi e Lakatos (2003, p.183), “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Nesse sentido, optamos por utilizar todo o material bibliográfico acerca do PPGSS desenvolvido por docentes e discentes do programa, com intuito de dar visibilidade a esses textos e torná-los conhecidos. Mas é importante salientar que a presente dissertação apresenta uma nova leitura e um novo objeto de estudo distinto das demais produções publicizadas entre os anos 2013-2020.

▪ 2ª Fase - Pesquisa Documental:

Em relação à pesquisa documental, Marconi e Lakatos (2003, p. 174) salientam que “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Dessa forma, foram utilizados e analisados documentos públicos e privados de fonte primária e secundária que continham registros estatísticos e qualitativos sobre o PPGSS, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 2: Documentos de fonte primária e secundária utilizados na pesquisa,

PPGSS/UFAM	PROPESP/UFAM	CAPES
<ul style="list-style-type: none"> - Atas dos anos 2007-2020. - 1ª Proposta de Curso - Pedido de Reconsideração - Banco de Dados Estatísticos - Banco de Dados Qualitativos - Relatório de Autoavaliação - Planejamento Estratégico 	<ul style="list-style-type: none"> - Resoluções - Portarias - Ofícios - Plano de Desenvolvimento Institucional (2000-2025) 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório Trienais - Relatório Quadrienal - Parecer de Recomendação - Portarias - Resoluções - Fichas de Avaliação - Banco de Dados Plataforma Sucupira - Planos Nacionais de Pós-Graduação - Relatório da Área 32

Fonte: Esquematizado com base nos documentos utilizados.

O universo estudado referente ao material documental esteve centrado entre os anos 2000-2020, pois havia algumas menções anteriores nos documentos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP). Em relação ao material do PPGSS/UFAM, o levantamento foi realizado na Secretaria do programa (atas, relatórios de autoavaliação e dados estatísticos do perfil docente e discente). No que tange ao material da PROPESP, todos estavam publicizados nos sítios eletrônicos da UFAM. Quanto aos documentos fornecidos por plataformas do governo federal (relatórios de avaliação da CAPES e fichas de avaliação públicas inseridas na Plataforma Sucupira), alguns estavam disponibilizados publicamente e outros foram solicitados ao programa.

Para a análise desses documentos, utilizamos quatro perguntas do próprio roteiro de entrevista, como: a) Quais foram as principais preocupações da gestão no aperfeiçoamento do conceito do PPGSS? b) Quais foram as estratégias adotadas para aumentar (qualificar) o conceito do programa? c) Quais foram os principais entraves internos (micro) no respectivo período de gestão que fragilizaram o conceito do programa? d) Quais foram os principais entraves externos (macro) no respectivo período de gestão que fragilizaram o conceito do programa? As respostas foram sistematizadas por ordem cronológica em correlação ao período de avaliação (trienal e quadrienal) que o programa passou.

É importante destacar que um dos objetivos propôs evidenciar os avanços do PPGSS nas avaliações quadrienais dos anos (2013-2016/2017-2020). Todavia, o Relatório Quadrienal referente ao período 2017-2020 não foi analisado, por conta da pandemia e judicialização da avaliação da CAPES. O documento foi disponibilizado apenas em setembro de 2022, então não houve acesso ao documento em tempo hábil. Entretanto, como não sabíamos quando seria autorizada a divulgação, optamos por substituir pelas deliberações do Planejamento e Autoavaliação do PPGSS dos anos 2019, 2020 e 2021, os quais apontavam as fragilidades e potencialidades do programa.

▪ 3ª Fase - Pesquisa de Campo:

Em relação à pesquisa de campo, Marconi e Lakatos (2003, p. 186) argumentam que a “documentação direta constitui-se, em geral, no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem”. Neste sentido, o lócus da pesquisa foi o próprio PPGSS, onde estavam localizados os sujeitos da pesquisa. Quanto ao processo de coleta de dados, a técnica adotada foi a entrevista semiestruturada. Para Minayo (2014), esse tipo de entrevista segue um roteiro previamente estabelecido com perguntas abertas que facilitem a discussão do tema proposto em uma conversa mais informal. Os instrumentos utilizados na aplicação estão inseridos nos apêndices A e B.

Para seleção dos entrevistados, adotamos a amostra não-probabilística, na qual os sujeitos foram escolhidos de forma intencional por sua tipicidade com base nos objetivos da pesquisa. Constituíram o universo da pesquisa de campo 06 docentes que foram responsáveis pela coordenação do PPGSS no período (2007-2020), e 03 docentes responsáveis por elaborar a 1ª proposta de criação do programa, totalizando 09 entrevistas. Foram critérios de inclusão: Ter atuado na coordenação do PPGSS, e ter participado da proposta de criação do PPGSS no período entre 2007-2020. Quanto aos critérios de exclusão foram: Participante em desvio de função ou licenciado, ter sido coordenador interino com menos de 6 meses de atuação e docentes que não aceitassem participar da pesquisa.

Infelizmente, uma das coordenadoras não participou em razão de falecimento por Covid-19. Para fechar a lacuna, a vice-coordenadora do referente período respondeu algumas questões, e outras coordenadoras também tentaram rememorar o possível. Salientamos que o material documental foi imprescindível para responder as questões que não foram respondidas pelos arquivos vivos. Destacamos também que uma das participantes da criação da proposta não aceitou participar da pesquisa em razão de sequelas da Covid-19. Em consonância às recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM, o convite aconteceu via *e-mail* e todas as entrevistas aconteceram na formato *on-line*, por meio da plataforma *Google Meet*.

▪ 4ª Fase – Análise e Exposição dos dados

De acordo com Bardin (2016), o processo de análise e interpretação do conteúdo pode ser desenvolvido em 03 de fases: (a) pré-análise; (b) exploração do material; e (c) tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Em síntese, após a finalização de toda a análise documental e digitalização das entrevistas, foi necessário realizar uma exploração do material para identificar suas aproximações, igualdades e novidades. Esse movimento possibilitou realizar um refinamento na linha cronológica previamente montada. Em relação às perguntas qualitativas, procuramos encaixá-las de acordo com o período previamente traçado, onde tentamos articular da melhor forma possível o referencial teórico com as falas dos sujeitos e dados quantitativos sistematizados. De acordo com Prates (2014, p. 218):

É possível ampliar o processo de triangulação: triangulando técnicas: entrevistas, grupos focais análises documentais; triangulando fontes: ouvindo usuários, técnicos e gestores; triangulando áreas do saber, disciplinas e, para além delas, o saber feito, como dizia Paulo Freire. Quanto mais se cerca o real, mais se pode apreendê-lo por diferentes ângulos. A tentativa, nesse processo, é buscar exaurir todos os dados passíveis de serem articulados para só depois buscar mostrar a vida da realidade na exposição, ou seja, expressá-los no seu movimento, na sua provisoriidade, no seu curso de transformação.

A representação dos dados brutos foi apresentada por meio de figuras, gráficos, tabelas e quadros. Em relação à exposição da interpretação dos dados e análise crítica sobre as contradições, mediações e conexões, utilizamos a triangulação de fontes e técnicas. Além disso, optamos por trabalhar com a alusão aos jogos quebra-cabeça e xadrez. No caso do capítulo dois, procuramos explicitar todos os conceitos que perpassam em toda a dissertação, como: avaliação, contrarreforma e pós-graduação. No terceiro capítulo, utilizamos o jogo quebra-cabeça para explicar que o processo de amadurecimento e consolidação do PPGSS só pode ser explicado com a leitura da tríade: presente, passado e futuro. No quarto capítulo utilizamos o jogo do xadrez para explicar que os desafios vivenciados pelo programa ascendem de um processo muito mais amplo.

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL SOB AVALIAÇÃO: UM DESTAQUE À PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

A avaliação faz parte do cotidiano da sociedade. Em um mundo em constante transformação, evolução, divergências, a avaliação “é um processo necessário para a continuidade de nossas ações em todos os níveis da vida” (GATTI, 2000, p. 93). Ou seja, todos os dias realizamos um julgamento sobre valor, importância, prioridades ou descarte de algo faz parte da rotina cotidiana. Todos os dias as pessoas precisam resolver conflitos que lhe demandam tomar decisões acerca do enfrentamento ou uma possível solução para superação do problema.

Esse processo envolve uma reflexão sobre determinada ação que pode ser realizada de maneira subjetiva (assistemática) ou objetiva (sistêmica). Por isso, é importante compreender que o desenvolvimento de uma avaliação com uma determinada finalidade requer um amplo conhecimento sobre determinado objeto, um planejamento prévio que mensure entre o ideal e o viável, a utilização de métodos e técnicas que levem a resultados confiáveis e válidos, muito além de um pleno julgamento subjetivo (COHEN; FRANCO, 2012).

O presente capítulo apresenta os principais caminhos do processo de avaliação da pós-graduação no Brasil. Apresenta um breve histórico acerca do surgimento, implantação e consolidação da pós-graduação no Brasil, enfatizando o papel da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como fomentadora, avaliadora e coordenadora dos Planos Nacionais de Pós-Graduação. Desenvolve uma breve discussão sobre o surgimento, consolidação e particularidades da pós-graduação em Serviço Social no Brasil com foco na região Norte.

2.1 Entre disputas e ambivalências: descortinando caminhos e possibilidades da avaliação

Tecer uma reflexão acerca do que se denomina como “avaliação” requer a compreensão da intrínseca relação com o que chamamos de “planejamento”. Para Cohen e Franco (2012), a avaliação é um processo dinâmico e não deve ser pensada como um movimento isolado ou autossuficiente, pois ela está articulada ao processo de planejamento produzindo uma retroalimentação que permite a possibilidade de retificar e reorientar as ações em direção ao fim conjecturado ou esperado, ou seja, o aprimoramento de algo. Para Dias Sobrinho (2003, p. 27):

O campo da avaliação, ao crescer em complexidade e se inserir mais declaradamente no âmbito político e social, incorporou as contradições, que não são meramente epistemológicas, mas, sobretudo, resultam de distintas concepções de mundo (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 27)

Nesse sentido, são diversos os conceitos, classificações, funções e dimensões da avaliação. Para Welter (2007, p. 109), o entendimento do que se constitui avaliação tem diversas conotações, “para alguns a palavra avaliação imediatamente sugere punição, dor, derrota; já para outros a avaliação é mérito, qualidade, crescimento”. Sobretudo, as principais diferenças estão no tempo de realização, nos objetivos planejados, em “quem as realiza, a natureza que possuem, a escala que assumem e a que alçada decisória são dirigidas” (COHEN; FRANCO, 2012, p. 108).

A escolha do modelo ideal ocorrerá em função do momento e objetivos conjecturados desde o planejamento. Contudo, esse movimento não é desenvolvido sem conflitos ou contradições, pois envolve interesses, tensões e diferentes relações de poder na sociedade. Neste contexto, existem três principais pilares interdependentes que constituem uma avaliação: a dimensão ética, técnica e política. Essa tríade pode ou não ser fundamentada por intencionalidades de controle, regulação, aprimoramento ou emancipação (BAPTISTA, 2010; SILVA, 2013; DIAS SOBRINHO, 2003).

Os estudos de Cohen e Franco (2012) e Baptista (2010) e Silva (2013) apontam e concordam que a avaliação só pode ser entendida a partir da análise da relação dialética de dimensões a ela intrínsecas: a dimensão técnica, dimensão política e dimensão ética, dentro de um processo que articula uma diversidade de sujeitos e racionalidades envolvidas na tomada de uma decisão. Dias Sobrinho (2003) assevera que a avaliação é campo minado de posições políticas em constante disputa que produzem inúmeras implicações para a sociedade.

Ou seja, por ser composta por diversos interesses e expectativas dentro da sociedade marcada pela polarização política, nem sempre a avaliação vai ser benéfica para todos os segmentos envolvidos. Pode ocorrer no processo de planejamento e avaliação uma preferência por determinado critério ou indicador fundamentado em interesses que nem sempre serão éticos ou enraizados em um compromisso de transformação ou mudança positiva para a sociedade. É um movimento composto por contradições, conflitos e intencionalidades.

Isto posto, é importante apreender o conceito da palavra “avaliação”. A palavra avaliação se constitui como uma aglutinação dos termos “avaliar” e “ação”. Para Fernandes (2010, p.15), a prática da avaliação pode contribuir “para caracterizar, compreender, divulgar e ajudar a resolver uma grande variedade de problemas que afetam as sociedades contemporâneas”. Dentre as principais definições, a palavra “avaliação” pode ser entendida como um mecanismo de comparação que vai determinar uma “ação” sobre determinado objeto.

Os estudos desenvolvidos por Rothen e Santana (2018), apontam que a avaliação é uma ferramenta. Um instrumento de poder, controle e regulação que, ao mesmo tempo que exige a adequação de uma determinada realidade a uma referência de valor ou comportamento estabelecido por parâmetros, concomitantemente cria uma nova realidade. Neste contexto, a “avaliação tem o poder de adequar a realidade àquilo que foi anteriormente definido pelo fato de que ela distribui e veta o acesso a privilégio (ROTHEN; SANTANA, 2018, p. 7).

Cohen e Franco (2012) e Luckesi (2005) concordam que avaliar é um procedimento que compara, através de critérios ou padrão de qualidade previamente estabelecidos, o valor ou qualidade do objeto em questão. Luckesi (2005) completa que esse processo implica em uma coleta de dados e análise que irá conduzir a uma tomada de posição, que pode ser favorável ou contrária ao objeto. Por meio da mensuração de valor e qualidade, o avaliador será levado à decisão de “manter o objeto como está ou atuar sobre ele” (LUCKESI, 2005, p. 93).

A pesquisa de Casali (2007), salienta que avaliar é uma derivação da palavra valor, assim, avaliar é um processo que envolve métodos e técnicas que podem reconhecer o valor singular, parcial e universal de um objeto através de critérios éticos pré-determinados que permitam um julgamento nos âmbitos individual, cultural e universal. De modo geral, o ato de avaliar pode definir o destino do objeto em avaliação. Entretanto, Luckesi (2005) relembra a importância de distinguir “avaliação” de “julgamento”.

O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudanças, se necessário. A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção (que obrigatoriamente conduz à exclusão)” (LUCKESI, 2005, p.172-173).

Dessa forma, entendemos que os interesses políticos e diferentes racionalidades podem de forma intencional ou não intencional condicionar uma avaliação classificatória e excludente. Em uma sociedade em constante desigualdade social e econômica nos diversos âmbitos, os critérios e indicadores de avaliação podem ser positivos para um determinado grupo e negativo para outros. Para Dias Sobrinho (2003), sempre existirá o conflito de interesses entre o social e o econômico. Por essa razão, a dimensão ética precisa ser imperativa nos processos de avaliação.

O conceito e processo de avaliação tem se aperfeiçoado ao longo dos anos. Suas modalidades assumiram diferentes formas e apresentaram diversas mudanças em suas finalidades, de acordo com o contexto sociopolítico da sociedade. De acordo com Tenório e Andrade (2009, p.31), é utilizada como instrumento de regulação e gestão de qualidade nos âmbitos públicos e privados “contribuindo para a melhoria dos programas e influenciando as transformações e definições de políticas, práticas e decisões ao longo da história”. Os estudos de Rothen e Santana (2018, p. 11) apontam que:

A amplitude do debate em torno da avaliação vincula-se, certamente, às transformações econômicas e políticas ocorridas no cenário internacional e no Brasil desde os anos 1980, decorrentes da reestruturação produtiva, da mundialização do capital e da revolução tecnológica, que se articularam de modo orgânico ao ideário e às orientações do neoliberalismo.

Em consequência, adotam-se em vários países novos modelos de regulação das políticas públicas e sociais, que passam a ser conduzidas “por uma perspectiva de Estado-mercado, consubstanciando o chamado Estado avaliador” (ROTHEN; SANTANA, 2018, p.11). Os estudos dos autores apontam que, a partir da década de 1980 começou a imperar a ideia de racionalidade econômica, mercantil e competitiva. Os três eixos passaram a sustentar a lógica de avaliação através do aumento da participação e responsabilização dos atores envolvidos, e a ideia de que a competição poderia promover um alto desempenho.

É importante lembrar que, para os neoliberais, as políticas públicas e sociais são ações do Estado “na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista” (HÖFLING, 2011, p. 37). O neoliberalismo defende uma livre-economia, “sustentada por livre iniciativa, liberdade de escolha, ênfase no mercado e pelo chamado governo mínimo” (OLIVEIRA, 2018, p. 11). Neste contexto, as políticas públicas e sociais são consideradas os entraves desse desenvolvimento, sendo a intervenção ampla do Estado uma ameaça aos interesses e liberdades individuais (HÖFLING, 2011).

No Brasil, a partir da década de 1980, por influência de instituições internacionais de fomento, o Estado assume seu papel de regulador e avaliador, incorporando a prática de avaliação das políticas. Todavia, esse processo não foi desenvolvido sem contradições, pois houve um conflito entre racionalidades de mercado e racionalidades de caráter social, que foi intensificado com o processo de redemocratização do país, fortalecimento dos movimentos sociais que pressionavam por novas políticas públicas e contestavam a racionalidade gerencialista e clientelista das mesmas (SEIBEL; GELINSKI, 2012; SILVA, 2013).

Os estudos desenvolvidos por Silva (2013) apontam que, os movimentos sociais tiveram um importante papel nesse processo, pois reivindicavam políticas universalizadas próprias do direito de cidadania, questionavam o mau uso do dinheiro público, a desfocalização dos programas sociais e uma transparência dos gastos do fundo público. O que demonstra os diferentes interesses e conflitos acerca da intencionalidade da avaliação das políticas públicas. Sua pesquisa evidencia que, os primeiros caminhos da avaliação no Brasil não foram desenvolvidos de forma sistemática, por conta do “caráter fiscalizatório e policialesco, formal e burocrático” (p. 38).

Para Trevisa e Bellen (2008), ainda na década de 1980, o Estado com o intuito de aperfeiçoar o desempenho da administração pública, introduziu a concepção de sucesso e fracasso para direcionar as políticas públicas, o que resultou na elaboração de estudos sobre a avaliação de políticas públicas. Silva (2013) corrobora que os esforços teóricos resultaram em vasta literatura sobre os processos avaliativos com variadas tipologias, critérios e destinatários. A discussão ganha força a partir de década de 1990, onde acontece um grande impulso aos processos de avaliação em razão da contrarreforma do Estado.

É importante destacar aqui o que entendemos como contrarreforma. Enquanto alguns autores nomeiam como “reforma”. Outros pesquisadores se aprofundam na discussão sobre as contradições e reais objetivos dessa reestruturação (ou desestruturação), nomeando-a de “contrarreforma”. Contudo, é consenso em opostos apontamentos que, para acompanhar o desenvolvimento do sistema econômico mundial sob direção neoliberal, foram implementadas decisões de ajustes econômico e social, reduzindo a responsabilidade do Estado em áreas sociais e redirecionando sua atenção prioritária ao sistema econômico.

O significado literal do termo “reforma” pode ser designado como uma mudança que busca aperfeiçoar, aprimorar ou avançar em uma condição. Contudo, Scherer (2000, p.16) destaca que “embora as reformas, no seu sentido radical, sejam efetivamente necessárias, não serão concretizadas, se forem deixadas à ‘mão invisível’ do mercado autorregulado”. O discurso no cenário brasileiro sobre “reformas estruturais” altera o sentido do termo “reforma”, pois se perde a conotação progressista. A concepção de “reforma” na prática consiste em um conjunto de medidas regressivas que violam os direitos e enfraquecem a democracia. (SCHERER, 2000).

Para Behring (2008, p. 128) a adoção do termo “reforma” é uma apropriação “indébita e fortemente ideológica da ideia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo progressista e submetida ao pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma”. A “reforma” do Estado foi uma decisão político-ideológica conduzida a qualquer custo, sem considerar as consequências sociais e direção política. O que esteve em curso no Brasil, não foi uma “reforma” e sim uma “contrarreforma”, através de um conjunto de mudanças estruturais regressivas, antinacionais e antidemocráticas (BEHRING, 2008).

Para Montañó e Duriguetto (2011), a chamada “reforma do Estado” só pode ser compreendida como um desdobramento da crise estrutural do capital:

A chamada “reforma do Estado” funda-se na necessidade do grande capital de liberalizar – desimpedir, desregular – os mercados. Assim, concebe-se como parte do desmonte de bases de regulações das relações sociais, políticas e econômicas. Portanto, tal reforma deixa claro que seu caráter não é um “ajuste positivo” de caráter meramente administrativo-institucional, apenas no plano político-burocrático, mas está articulada à reestruturação

produtiva, à retomada das elevadas taxas de lucro, da ampliação da hegemonia política e ideológica do grande capital no interior da reestruturação do capital em geral [...] (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 203).

Para Behring (2008), tratava-se de uma “reforma” orientada para o mercado que desprezava a Constituição Federal de 1988, nomeando-a de esbanjadora e atrasada. Para resolver os problemas do Estado em função da crise econômica e social, era necessário reformar o Estado e abrir caminho para um projeto moderno que assegurasse sua autonomia e eficiente capacidade na implementação de políticas. Em síntese, a solução para a superação da crise era redefinir o papel do Estado transferindo para o setor privado as atividades que poderiam ser controladas pelo mercado. Sob argumento da crise fiscal, “tratou-se de uma verdadeira contrarreforma, dada sua natureza destrutiva e regressiva” (BEHRING, 2008, p. 212).

A centralidade da ideia de “reforma” tinha como objetivo promover a redução dos gastos sociais em troca de liberdade comercial e competitividade no mercado. Nos termos da autora, a condução da “reforma” resultou em um impacto pífio sobre o discurso de aumento da capacidade do Estado e implementação eficiente das políticas. Tal processo resultou na privatização dos serviços públicos, reordenamento das ações estatais e fortalecimento do setor privado na oferta dos serviços públicos. No que concerne à responsabilização com as políticas sociais, destaca o adensamento de um trinômio: privatização, focalização e descentralização. (BEHRING, 2008). Ou seja, abertura para o fortalecimento do setor privado mercantil na exploração e oferta de vários serviços públicos.

A chamada “reforma do Estado” foi desenvolvida através de medidas de desregulamentação e desestatização da economia, que redefiniram o papel do Estado na sociedade e mercado, por meio da minimização e redução de intervenção na prestação de serviços públicos (CARVALHO, 2002). Nas palavras de Behring (2008, p. 23), um processo “destrutivo e não criador” que desprezava as conquistas da redemocratização e movimentos sociais no país. Foi um momento marcado pela expropriação dos direitos sociais, redução do papel do Estado apenas regulador de políticas e transferência de responsabilidade para organizações da sociedade civil e empresas privadas (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Obviamente, as reformulações e estratégias adotadas pelo ideário neoliberal não se restringiram às reformas de natureza econômica, desencadearam também implicações nas políticas públicas, especialmente nas políticas sociais como previdência, saúde e educação, alastrando a tendência de privatização e mercantilização. Paula e Almeida (2014) apontam que, se tornou necessário adotar um sistema de avaliação das políticas públicas, sem desconsiderar que o principal foco de um Estado Gerencial são os resultados. A avaliação se torna neste contexto um “instrumento

gerencial para permitir decisões mais informadas pelos formuladores de políticas, [...] um instrumento para justificar a alocação racional de recursos públicos (p. 41).

Neste contexto, ampliou-se a demanda por avaliação com base na “escassez de recursos, crise fiscal e econômica, colocando a necessidade de estabelecer prioridades” (SILVA, 2013, p. 37). A grande contradição está justamente em quais eram essas prioridades, pois, de acordo com Boschetti e Behring (2011), as “reformas” tinham um caráter contrarrevolucionário, eram orientadas para o mercado e não articuladas aos direitos conquistados em 1988. Para Boschetti (2009), a ampliação e a utilização dos diversos modelos e métodos de avaliação ganharam ênfase sob forte caráter gerencialista, que “ao classificar, fragmentar e tipificar os processos avaliativos os colocou a serviço das contrarreformas do Estado [...] sob a alegação de maior busca de eficiência e eficácia” (p.3).

A autora alega que durante esse processo foram geradas diversas produções teóricas acerca dos métodos e técnicas avaliativas, todavia:

[...] desprovido de criticidade acerca do conteúdo e papel do Estado e das políticas sociais no enfrentamento das desigualdades sociais, levou a uma profusão de produções teóricas sobre avaliação, mais preocupadas com a medição e desempenho de uma suposta intervenção técnica e neutra do Estado, do que interessadas em revelar suas funções e papel na produção e reprodução das desigualdades sociais (BOSCHETTI, 2009, p.3).

Para Silva (2013), a prática da avaliação passou a ser requerida não só como estratégia de controle social e exigência de transparência dos gastos sociais públicos, mas como instrumento de desempenho do Estado. Neste sentido, compreendemos que a avaliação como elemento da agenda do governo ganhou espaço como forma de controle e com o objetivo de promover ajustes e racionalização dos recursos do fundo público com vistas à redução de gastos. A análise desenvolvida pela autora destaca que, a partir desse momento a avaliação se tornou funcional para o neoliberalismo, pois “representa um conjunto de ações ou omissões do Estado, decorrentes de decisões e não decisões, constituída por jogos de interesse, tendo como limites e condicionamentos os processos econômico, político, social e cultural de uma sociedade historicamente determinada (SILVA, 2013, p.20).

Nesse sentido, sob domínio de um Estado avaliador, em nome de uma modernização e privatização, a avaliação das políticas se tornou um instrumento de poder, passando a ser praticada como forma de regulação, modelação, fiscalização, ajustamento e não necessariamente o aprimoramento de uma política (DIAS SOBRINHO, 2003). Para Santana (2018, p.47), “toda avaliação pode servir a diferentes finalidades, dependendo do seu uso. As avaliações podem estimular a emancipação ou aumentar a regulação dentro do sistema”. Ainda de acordo com a autora, o que vai determinar o papel da avaliação dentro das políticas públicas é a forma como os resultados serão

tratados. É possível pensar em uma avaliação que contribua para aprimoramento das políticas, fortalecimento democrático, e não no reforço da exclusão. Em relação as suas tipologias:

Hoje existem diversas tipologias, que permitem discriminar as avaliações conforme o ponto do ciclo da política, do programa ou do projeto em que se realizam (classificam-se em: ex-ante, intermediária ou de meio-termo e “ex-post”); conforme a função a ser cumprida pela avaliação (classificam-se em: avaliação de conformidade, somativa ou formativa); conforme a origem dos avaliadores (classificam-se em: externa, interna ou mista); conforme o foco ou objeto (classificam-se em: avaliação centrada em objetivos versus independente de objetivos; centrada na administração versus avaliação de desempenho; centradas em usuários ou consumidores, etc.); conforme os envolvidos na avaliação (classificam-se em: avaliação por pares ou especialistas, por adversários, por participantes ou avaliação participativa); conforme a lógica que orienta sua concepção (baseada na Teoria do Programa, na Teoria da Implementação ou na Teoria da Mudança do Programa), a ênfase metodológica (classificam-se em: avaliação quantitativa ou qualitativa), etc (RUA; ROMANINI, 2013, p. 117).

Como ressaltado anteriormente, toda e qualquer avaliação é organizada em função do momento e objetivos que pretende alcançar. Os estudos de Cohen e Franco (2012), destacam que existe uma distinção entre a avaliação *ex-ante* e *ex-post*. A primeira é realizada na fase inicial de um projeto e pode colaborar nas decisões acerca do objeto avaliado. A segunda, acontece quando um projeto está no processo de execução ou já foi finalizado. Com base nos resultados alcançados são tomadas as decisões acerca do objeto. Após a escolha do momento, considera-se quem vai ser o agente a realizar a avaliação e em função e quem. Nesse contexto, o quadro a seguir apresenta as principais tipologias do conceito:

Quadro 3: Principais tipologias do Conceito de Avaliação

Tipo de Avaliação	Marco Teórico Conceitual da categoria Avaliação
Interna	<p>“É realizada dentro da organização gestora do projeto. Aduz-se como aspecto positivo que, em primeiro lugar, elimina as fricções próprias da avaliação externa. Aqueles que vão ser avaliados por uma pessoa estranha se colocam na posição defensiva, proporcionam informação parcial e têm reações que torna, a avaliação traumática tanto para o avaliador como para os avaliados, e contribua pouco ao conhecimento substantivo e ao melhoramento dos procedimentos da execução de projetos” (COHEN; FRANCO; 2012, p.111-112)</p> <p>“As avaliações internas são aquelas em que a intervenção (política pública, programa ou projeto) é avaliada por uma equipe envolvida com sua implementação. Não se trata de autoavaliação, que ocorre quando o objeto avaliado é o desempenho da equipe ou de seus membros. Na avaliação interna, o objeto avaliado é a intervenção, seus processos e seus produtos, a consecução dos objetivos e das metas, etc. A grande dificuldade da avaliação interna reside na distorção da perspectiva do avaliador devido à excessiva proximidade com o objeto, além de todos os possíveis vícios resultantes da endogeneidade. Em contrapartida, há familiaridade profunda dos avaliadores com o universo relacionado à gestão daquela temática ou área setorial” (RUA; ROMANINI, 2013, p. 117)</p>
Externa	<p>“É realizada por pessoas alheias à organização agente. Supostamente, esses avaliadores têm maior experiência neste tipo de atividades e, por isso, se pensa que poderão comparar resultados obtidos no caso concreto com outros similares que tenham tido oportunidade de conhecer, provendo realizar assim comparações sobre eficácia e eficiência de diferentes soluções aos problemas enfrentados. Entretanto, afirma-se que as avaliações externas tendem a dar mais importância ao método de avaliação do que ao conhecimento substantivo da área em que o projeto foi desenvolvido” (COHEN; FRANCO; 2012, p.111)</p>

	“[...]são aquelas realizadas por uma equipe que não possui envolvimento com a implementação da política pública, do programa ou do projeto. Podem ser consultores externos (independentes), agentes do controle interno (como a Controladoria Geral da União) ou do controle externo (como o Tribunal de Contas da União) e até mesmo equipes do próprio órgão responsável pela intervenção, desde que não estejam diretamente atuantes na implementação. Não obstante as vantagens do distanciamento do objeto examinado, a desvantagem principal desse tipo de avaliação está no fato de que quanto mais distantes da realidade da gestão, mais dificuldades têm os avaliadores externos para compreender em profundidade o objeto avaliado” (RUA; ROMANINI, 2013, p. 117-118).
Mista	“[...] procura combinar os tipos de avaliação já mencionados, fazendo com que os avaliadores externos realizem seu trabalho em estreito contato e com a participação de membros do projeto a ser avaliado. Desta maneira se pretende superar as dificuldades, ao mesmo tempo em que se preservam as vantagens de ambas as avaliações” (COHEN; FRANCO; 2012, p.114).
	“As avaliações mistas são aquelas conduzidas por uma equipe interna em parceria com outra, externa. As duas formulam o plano de avaliação e constroem os instrumentos avaliativos juntas. Em seguida, se separam para aplicar os instrumentos e analisar os dados. Depois, se unem novamente para comparar suas conclusões e chegar a um termo comum, mesmo que existam discrepâncias em seus achados. Esse tipo permite superar tanto as distorções próprias da avaliação interna quanto as dificuldades derivadas do distanciamento excessivo que é próprio da avaliação externa” (RUA; ROMANINI, 2013, p. 118).
Participativa	“O objetivo deste tipo de avaliação é minimizar a distância que existe entre o avaliador e os beneficiários. É utilizada particularmente em pequenos projetos, que procuram fixar as mudanças propostas criando condições favoráveis para que seja gerada uma resposta endógena do grupo [...] a estratégia participativa prevê a adesão da comunidade no planejamento, programação, execução, operação e avaliação do mesmo” (COHEN; FRANCO; 2012, p.114).

Fonte: Pesquisa Bibliográfica (2020).

O quadro apresenta os principais conceitos das tipologias de avaliação. São essas tipologias que norteiam algumas das avaliações realizadas pelos órgãos avaliadores no Brasil. Todavia, é a lógica norteadora adotada que vai determinar se essa avaliação vai aprimorar uma política ou gerar exclusão. Para Gatti (2000, p. 94), as avaliações deveriam ser processos de alavanca, mudança e transformação “e não serem utilizados para [...] seletividade, punição, diminuição de valia. Isto está associado aos valores de quem avalia, porque se avalia, como se avalia, para quem se avalia, para quem se avalia”. Portanto, se existe uma diversidade de racionalidades e jogos de interesses envolvidos na tomada de uma decisão, é necessário refletir a qual interesse essa avaliação responde e como vai afetar a sociedade. É neste contexto que temos um cenário de ambivalência e disputa no processo de avaliação. Os estudos de Boschetti (2009), apontam que a tomada de decisões que envolvem uma política é um espaço de confronto, inserida em uma dinâmica complexa e contraditória de regulação.

Para a autora, o Brasil herdou um arsenal de métodos e técnicas de avaliação pensadas de acordo com a realidade do Estados Unidos na década 1960. No Brasil, a avaliação vai ser apresentada como instrumento de regulação sem considerar a plena garantia e expansão dos direitos, desconsiderando as desigualdades sociais, e principalmente relativizando o papel do Estado na oferta de serviços. Salienta que as funções da avaliação entre as décadas de 1960 e 1990 passaram da lógica de “informação” para a de “realocação”. De acordo com Behring e Boschetti (2011), o país começou

a enfrentar na década de 1990, o desemprego em massa, precarização do trabalho, redução de salários, privatização dos serviços públicos, em especial da Educação Superior.

Os estudos de Shiroma, Moares e Evangelista (2007), salientam que a compreensão de avaliação educacional adotada pelos governos do Brasil na década de 1990, estavam associadas a ideia de eficácia e produtividade. Já a análise desenvolvida por Rothen e Santana (2018), ressalta que os primeiros passos aconteceram na década de 1970, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que entre os anos de 1976 e 1977 começou a planejar um processo sistemático de avaliação, e em 1978, realizou sua primeira avaliação. Ainda em termos históricos, o autor aponta que:

Em 1985 foi criada, no âmbito do MEC, uma comissão de “notáveis” para propor uma reforma universitária. No relatório final ficou expressa a ideia de que a autonomia universitária deveria ter, como contrapartida, um sistema de controle do seu desempenho. A proposta compreendia que o financiamento das instituições deveria ser vinculado a uma avaliação com caráter meritocrático [...]. No ano seguinte, foi instituído o “Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior”, formado por técnicos do Ministério para elaborar um anteprojeto de lei [...] o anteprojeto foi severamente criticado pelo meio universitário, que estava em greve, e por este temer que “a dotação global pudesse levar à desobrigação do governo para com o suprimento de recursos”. Em 1988, o jornal Folha de S. Paulo divulgou uma relação de professores da USP que não tinham publicações em anos anteriores. A relação ficou conhecida como a “lista dos improdutivos da USP”. A relevância deste fato se justifica, primeiro, pelo forte repúdio da comunidade acadêmica, na época, pela reportagem; segundo, por ser a primeira vez que a imprensa brasileira tomou um posicionamento contundente diante de uma avaliação e assumiu um protagonismo na avaliação da educação superior (ROTHERM, 2018, p.29).

O autor elenca que o primeiro procedimento legal acerca da avaliação foi apresentado na Constituição Federal de 1988, no artigo 209, parágrafo 2, no qual destaca que o ensino é livre para à iniciativa privada se atender às normas gerais da educação nacional e autorizar a avaliação de qualidade pelo poder público. No entanto, no Art. 206, Inciso VII, também foi determinado que a educação brasileira precisa ser materializada com “garantia de padrão de qualidade” (BRASIL, 1988). Dessa forma, o Estado detém o controle da Educação Superior por meio do credenciamento de cursos, diretrizes curriculares e avaliação permanente dos cursos de graduação e pós-graduação.

Na metade da década de 1990, foi implantado o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) (ROTHERM, 2018). A ideia central relatada na Proposta do PAIUB era desenvolver uma avaliação “participativa, voluntária, levando em conta as diferenças regionais e a história de cada Instituição. A avaliação se coloca como um processo contínuo, sistemático e de construção de uma cultura de avaliação” (BRASIL, 1994, p.6). No referido

documento, ganham ênfase como estratégias as formas de avaliação interna¹ e avaliação externa² (BRASIL, 1994).

O documento de proposta ainda salienta que era necessário “desencadear o processo de construção de uma cultura avaliativa, nas dimensões: ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa, extensão e gestão universitária” (PAIUB, 1994, p.91). Todavia, a concepção de avaliação institucional projetada no PAIUB, que tinha como direção uma abordagem democrática e participativa, era incoerente aos pressupostos defendidos pelas políticas neoliberais (DIAS SOBRINHO, 2003).

Pouco tempo depois, em 1995, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), estabeleceu as diretrizes que organizam a avaliação da educação brasileira com base nos princípios propostos na CF de 1988. O Art. 9 vai apresentar uma série de determinações em relação à avaliação da educação superior nos níveis de graduação e pós-graduação que asseguram a qualidade, avaliação e responsabilidades no seu desenvolvimento (BRASIL, 1988).

Para Shiroma, Moraes, Evangelista (2007), a ideia apresentada para sociedade, era que a reforma universitária proposta na LDB tinha como objetivo central: a avaliação, a autonomia e melhoria da qualidade de ensino, todavia, sendo a última condicionada pelas duas primeiras. O que levou à implantação da avaliação institucional como “um mecanismo de ajuizamento de cursos e instituições, uma espécie de controle ou medição de resultados finais” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p.80). Os autores destacam ainda que:

[...] a compreensão de educação no governo FHC, os três itens estavam associados à eficácia e à produtividade: a melhoria da qualidade de ensino seria assegurada por meios das alterações na gestão administrativa e na capacitação de recursos humanos e ela adequados, e também pela renovação de equipamentos; a avaliação sinalizava um fortalecimento da função avaliadora do Estado, até então basicamente voltada para o credenciamento (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p.79).

Para Lordêlo e Dazzani (2009, p.7), a trajetória da avaliação da educação superior é composta de tendências e contradições. Os autores salientam que o Brasil tem como desafio desenvolver uma política de educação que “concilie, de um lado, a qualidade e excelência e, do outro, que pratique valores que contribuam para a democratização da sociedade”. Tenório e Andrade (2009) corroboram

¹ “A avaliação interna consiste em um momento de reflexão de cada instituição sobre suas diversas dimensões, em um processo de autoavaliação. A perspectiva é que, considerando um conjunto de indicadores e inferências, a universidade possa analisar os vários dados de forma a qualificá-los, gerando relatórios que reflitam a percepção de si mesma” (PAIUB, 1994, p.18)

² “A avaliação externa é concebida como oportunidade crítica em que pares acadêmico-científicos sociedades científicas, conselhos profissionais, autoridades patronais [...] com vistas à formulação e acompanhamento de políticas acadêmicas, administrativas e financeiras” (PAIUB, 1994, p.17)

que a avaliação educacional no Brasil é um preceito constitucional que busca a qualidade da educação, porém repleto de desafios no processo de avaliação em um contexto de empresariamento da educação.

Ainda de acordo com Art. 9º, Inciso VII, a União tem a responsabilidade de “assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino (BRASIL, 1996). O Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, no Art. 3º, corrobora que o processo de avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino, determina que a avaliação será exercida pelo Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

Neste contexto, a avaliação brasileira no âmbito da Educação Superior é realizada através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e no âmbito da pós-graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através dos dados públicos submetidos na plataforma do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Para Almeida e Guimarães (2013), a CAPES é uma agência federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tendo como principal missão a formação de recursos humanos e capacitação científica no desenvolvimento do ensino superior.

2.2 A pós-graduação no Brasil à luz das orientações de qualidade da CAPES: caminhos e (des)caminhos

Os caminhos traçados no processo de institucionalização, expansão e consolidação da pós-graduação no Brasil têm uma trajetória recente. Tecer uma reflexão sobre esses caminhos requer primeiramente a compreensão de que houve diversas influências políticas e econômicas nesse processo. Conforme os estudos de Santos (2003), em comparação ao contexto internacional, o sistema de pós-graduação no Brasil se desenvolveu tardiamente e herdou diferentes aspectos não alinhados à realidade brasileira.

Em termos históricos, os primeiros passos para o surgimento da pós-graduação no Brasil ocorreram na década de 1930 (SANTOS, 2002). O primeiro marco específico aconteceu no Governo provisório de Getúlio Dornelles Vargas, por meio do Decreto nº 19.851, de abril de 1931, sob a condução de Francisco Luís da Silva Campos, na época ministro da Educação e Saúde Pública. O decreto institucionalizava a realização de cursos de aperfeiçoamento ou de especialização por iniciativa ou por proposta dos institutos da universidade (CURY, 2005).

As primeiras universidades brasileiras eram organizadas no modelo das cátedras e recebiam professores estrangeiros por meio de cooperação com governo europeu. Tal processo permitiu uma aproximação com o modelo de pós-graduação da Europa. O desenvolvimento estabelecia uma relação tutorial entre o professor catedrático, através de um treinamento informal centrado no desenvolvimento da tese e atividades acadêmicas decididas pelo professor responsável (BALBACHEVSKY, 2005).

Essas primeiras experiências de estudos pós-graduados tiveram pouco impacto no ensino superior brasileiro como um todo. Naqueles anos, a pós-graduação era uma iniciativa de pequenas dimensões. Ela era encontrada apenas em algumas universidades e, mesmo nelas, somente algumas cadeiras ofereciam alguma forma de treinamento pós-graduado. Fora do mundo acadêmico, seus títulos eram pouco conhecidos. Na maioria dos casos, a pós-graduação era apenas uma dentre muitas portas de entrada para a vida acadêmica (BALBACHEVSKY, 2005, p.277).

Essas iniciativas não tinham como finalidade avaliar, certificar, descredenciar ou financiar cursos de pós-graduação. Silva (2006, p.65) nomeia essas iniciativas como a primeira fase da pós-graduação no Brasil, a qual se caracteriza “pela coexistência de modelos diferenciados de pós-graduação no país e pela falta de centralização, controle e orientação por parte do governo em relação a esses cursos”. Contudo, as décadas de 1930 a 1960 foram imprescindíveis para garantir a oficialização e organização da pós-graduação no Brasil.

O termo pós-graduação apareceu pela primeira vez no Decreto nº 21.321, de 18 de junho de 1946, conhecido como o Estatuto das Universidades Brasileiras (SANTOS, 2002). O decreto apresentava a organicidade estrutural da universidade e no Art. 71 institucionalizava seus cursos em: formação, aperfeiçoamento, especialização, extensão, pós-graduação e doutorado. Quanto à pós-graduação, o Art. 76 determinava que sua finalidade era uma formação sistemática de especialização profissional de acordo com o regimento do curso oferecido (BRASIL, 1946).

Outro marco importante acontece em 1949, quando Eurico Gaspar Dutra propôs a criação de um Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), atualmente nomeado como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A implementação ocorreu através da Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951. Essa criação foi fundamentada em forte interesse político e econômico, mas imprescindível para o avanço da pós-graduação, pois promovia a investigação científica com instituições no Brasil e exterior (CURY, 2005).

Santos (2003) ressalta que, na década de 1950, o Brasil firmou um acordo com os Estados Unidos que resultou em diversos convênios entre escolas e universidades norte-americanas e brasileiras. Dessa forma, “muitos estudantes foram para os Estados Unidos a fim de fazer mestrado ou doutorado. E muitos professores norte-americanos vieram para o Brasil a fim de desenvolver

programas de pós-graduação” (CURY, 2005, p.9). Até a década de 1950, quem tinha interesse em pós-graduação geralmente cursava no exterior (SANTOS, 2002).

Na mesma década, o cenário político, econômico e social ao longo do Governo de Getúlio Dornelles Vargas (1951-1954) organizou-se em torno do desenvolvimentismo, nacionalismo e populismo (GOUVEA, 2012). Os estudos de Morosini (2009, p.127) elencam que governo realizou medidas estratégicas “de formação de condições promotoras da pesquisa na universidade brasileira norteadas pelo espírito nacionalista e de superação da dependência econômica do país”. Esse processo afetou o modo como a pós-graduação é pensada no Brasil.

Neste contexto, o Estado passou a assumir o papel de agente fundamental nas decisões acerca do desenvolvimento da economia. O projeto desenvolvimentista apresentava a ideia de que os problemas econômicos seriam superados pela industrialização, levando o Brasil ao rumo da modernidade (CARVALHO, 2002). É deste contexto que vai surgir a necessidade da formação recursos humanos. Esse período foi marcado pelo avanço da industrialização, e por um surto de desenvolvimento político e econômico do país (GOUVÊA, 2012).

Dentre as transformações sociais profundas desencadeadas pelo processo de industrialização, destaca-se a alteração progressiva da estrutura de poder que acabou por transformar uma administração pública ineficaz, mal preparada e corrupta em uma máquina político-administrativa centrada, principalmente, na eficiência (GOUVÊA, 2012, p.375).

O autor ainda salienta que os problemas resultantes do rápido crescimento industrial requeriam soluções frente à nova ordem econômica e social emergente. O professor Anísio Spínola Teixeira entendia que esse desenvolvimento se estendia aos campos político, social, cultural e não apenas à intervenção estatal da economia. Era imprescindível que o ensino nas universidades estivesse vinculado ao projeto nacional de desenvolvimento do país (GOUVÊA, 2012).

O segundo governo de Getúlio de Vargas tinha como centralidade a retomada do projeto de construção de uma nação modernizada, desenvolvida e independente. Os pensamentos tecnocrático e científico ganham força com o avanço da industrialização e complexidades da administração pública, tornando urgente a necessidade de especialistas e pesquisadores em física, matemática, química, finanças e pesquisadores sociais (BRASIL, 2021g).

Neste contexto, foi instituída, através do Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951, a criação de uma comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, atualmente conhecida Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por iniciativa de Anísio Spínola Teixeira e Ernesto Simões Filho, na época Ministro da Educação e Saúde (CURY, 2005).

A constituição da comissão foi um reflexo da política desenvolvimentista, ou seja, do conseqüente modelo de industrialização implantado no País, e reforçou, ainda, a postura assumida nos diversos documentos oficiais que enfatizaram a relação entre economia e educação, evidenciando a necessidade da formação de quadros de nível superior para suprir as lacunas determinadas por um novo ritmo de crescimento econômico (GOUVÊA, 2012, p.379).

A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior tinha como objetivo oferecer a indivíduos, sem recursos próprios, oportunidade de aperfeiçoamento e “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país” (BRASIL, 1951, Art. 2º).

Para Castro (2003), o primeiro decênio da instituição foi de estruturação, planejamento de ações, composição do *staff*³ e consolidação dos convênios com instituições estrangeiras. Sua trajetória foi afetada pelos governos ditatoriais, principalmente em 1964, quando se “inaugurou na agência um período de descontinuidade administrativa e turbulência institucional. Naquele momento, chegou-se mesmo a cogitar sua extinção” (CASTRO, 2003, p.19).

Após dez anos da criação da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, esta passou a ser subordinada à Presidência da República por meio do Decreto nº 50.737, de 7 de junho de 1961, até o ano de 1964, quando sua administração retornou ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio do Decreto nº 53.932, de 26 de maio de 1964. Neste contexto, com uma nova direção e na condição de “coordenação”⁴(BRASIL, 2021g).

Para Gouvêa (2012, p. 394), “o primeiro decênio da CAPES – a gênese da instituição – preparou as bases para a funcionalidade concreta dos cursos de pós-graduação em meados dos anos 1960”. E, embora o primeiro decênio evidencie a ausência de uma legislação específica sobre a pós-graduação, não anula sua contribuição na expansão de centros aperfeiçoamentos e estudos pós-graduados, sinalizados no decreto de 1951 (GOUVÊA, 2012).

Todavia, os estudos de Alves e Oliveira (2014, p. 352) apontam que foi durante a ditadura civil-militar que a pós-graduação desenvolveu sua “estruturação, normatização e institucionalização, bem como de ampliação do fomento, da expansão e da adoção de sistemática de avaliação, cujas

³ “[...]encargos passaram a denominar-se assessoria (*staff*), cabendo-lhes a prestação de serviços especializados e de consultoria técnica, influenciando indiretamente o trabalho dos órgãos de linha por meio de sugestões, recomendações, consultoria, prestação de serviços como planejamento, controle, levantamentos e relatórios” (BRASIL, 2016).

⁴ O decreto unifica em um só órgão, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI) e o Programa de Expansão do Ensino Tecnológico (PROTEC) na “Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)” (BRASIL, 1961).

diretrizes e bases permanecem ainda hoje”. Esse período foi marcado por forte pressão política e econômica.

O movimento contrarrevolucionário aconteceu em 31 de março de 1964, por meio de um golpe de Estado. “Do ponto de vista econômico, a ditadura manteve a política em curso de aprofundamento do capitalismo dependente, tendo como desafio a formação de mão de obra para a indústria brasileira” (ALVES; OLIVEIRA, 2014, p. 352). A educação passa a ser vista nesse cenário como um negócio. De acordo com a análise de Martins Romeo, Martins Romeo e Lombardo Jorge (2004, p.16):

O governo militar inicia a reformulação das políticas educacionais pelo ensino superior e, não obstante a repressão às manifestações de setores interessados da sociedade civil, era clara a sua intenção de promover uma “modernização” do ensino superior, principalmente no que tange à sua aplicabilidade nas áreas de Segurança e Desenvolvimento, binômio que acompanhou todo o período de intervenção autoritária.

Alves e Oliveira (2014) corroboram que, no regime civil-militar organizaram-se diversas reformas na educação, atribuindo à educação uma função instrumental. As reformas aconteceram em um cenário marcado pelo controle político e ideológico, escassez de recursos para educação pública, repressão aos professores e estudantes que estavam em oposição ao regime, e subordinação da educação em favor dos interesses do capital.

É dentro de um contexto autoritário e repressivo que a pós-graduação começou a traçar os primeiros caminhos para sua institucionalização. O marco inicial aconteceu apenas em 1965, quando o Ministério da Educação (MEC) reconheceu a pós-graduação como um novo nível de ensino, além do bacharelado, através do Parecer do Conselho Federal de Educação nº 977, de 3 dezembro de 1965, elaborado pela Comissão de Educação Superior e relatado por Newton Lins Buarque Sucupira (BALBACHEVSKY, 2005).

O Parecer 977, conhecido como Parecer Sucupira, estabeleceu uma definição para os cursos de pós-graduação no Brasil. Foi definido como pós-graduação *lato sensu* um nível de especialização e *stricto sensu* os mestrados e doutorados acadêmicos (BRASIL, 1965). Além de diferenciar os níveis de formação e conceituar mestrado e doutorado, estabeleceu “uma linha de continuidade entre os dois, consagrando o mestrado como um pré-requisito para o doutorado” (BALBACHEVSKY, 2005, p.277).

Posteriormente, em 1966, no Governo de Humberto de Alencar Castelo Branco, ocorreu a consolidação do regulamento da pós-graduação através do Parecer 431 do Conselho Federal de Educação. A CAPES, que anteriormente estava concentrada em formar bolsistas no exterior, ganhou um orçamento próprio, ampliando suas responsabilidades. A instituição passou a atuar na qualificação

de professores das universidades brasileiras (BRASIL, 2021g). Ainda em cenário autoritarista, houve um rápido crescimento dos movimentos estudantis, assim:

[...] o Regime Militar, para atender a estas demandas e retirar das universidades o foco da resistência ao regime, promoveu pequenas reformas da educação superior que, por meio dos Decretos de n. 53 de 1966 e n. 252 de 1967, implantaram as bases fundamentais da Reforma Universitária de 1968. Nestes Decretos, a formação de uma elite intelectual, alvo da preocupação dos militares, ganha destaque e se faz presente uma nova formatação desse projeto. O passo inicial para materializar a reforma aconteceu por meio do Decreto-Lei n. 53 de 1966, que apresentava a necessidade de articulação entre ensino e pesquisa, que deveriam compor a organização de toda a universidade (ALVES E OLIVEIRA, 2014, p. 354-355)

Conforme os estudos de Alves e Oliveira (2014), a expansão do ensino superior era defendida como uma estratégia de resolução da crise, calaria os movimentos estudantis e colocaria a educação superior como elemento que levaria o Brasil à modernidade. Foi dentro deste contexto que a pós-graduação se constituiu. Ainda em 1968, a Presidência da República convocou um grupo de intelectuais e políticos para elaborar uma proposta de reforma universitária (SANTOS, 2002). A proposta resulta na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que estabeleceu exigências para o credenciamento de cursos de pós-graduação nas Universidades (BRASIL, 1968).

Conforme Schwartzman (2015, p.338), a Lei nº 5.540 foi “destinada a realizar uma profunda reorganização no sistema de educação superior”. A chamada reforma universitária era composta por um conjunto de leis que modificaram o ensino superior através de mudanças organizacionais na educação superior baseadas nos modelos de universidades norte-americanos. Para o autor, a reforma obteve êxito quanto ao processo de expansão da pós-graduação, criação de departamentos acadêmicos e instituições de pesquisas.

A nova legislação exigia que os professores só poderiam ser contratados e promovidos se tivessem as necessárias qualificações acadêmicas, e as universidades eram incentivadas a criar e expandir seus programas de pós-graduação. O nível de qualidade deveria ser regulado por meio do Conselho Federal de Educação e de um órgão do Ministério de Educação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que era anterior à reforma e se encarregava de conceder bolsas de estudo para professores e alunos de pós-graduação, dentro e fora do país. (SCHWARTZMAN, 2015, p.344).

Com a reforma, a pós-graduação deixou o sistema de cátedras e mudou para o modelo de organização departamental. Substituiu o sistema tradicional de cursos sequenciais, pelo sistema de créditos e passou a exigir dos estudantes um número mínimo de disciplinas, qualificação e defesa pública da tese diante de uma banca com, pelo menos, um professor externo ao departamento no caso do mestrado, e dois, no caso do doutorado (BALBACHEVSKY, 2005). O ensino e a pesquisa passaram a ser elementos indissociáveis no ensino superior. Neste contexto, a pesquisa e a pós-

graduação passam a exercer centralidade para a materialização da reforma (ALVES; OLIVEIRA, 2014).

Para o crítico Bianchetti (2011), a pós-graduação nasceu em cenário contraditório, pois surgiu com o objetivo de suprimir o número de professores não titulados que atuavam nas IES públicas. A partir do golpe civil-militar em 1964, a CAPES deixou de ser uma Secretaria do antigo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Pedagógicas (INEP) e passou a fazer parte “de um conjunto de órgãos, sistemas e frentes, mobilizado pelos militares a fim de alcançar o almejado ‘Brasil grande’”. Para Alves e Oliveira (2014), mesmo que forma mutilante, a implantação da pós-graduação possibilitou o crescimento da produção científica no Brasil.

Hostins (2006, p.134) corrobora que “as pesquisas históricas evidenciam que foi o regime militar que, em aparente contradição, elegeu como prioridade a formação do pesquisador e docente no contexto universitário”. De acordo com a autora, o Parecer 977/65 do Conselho Federal de Educação (CFE) destacou a necessidade de se ter uma definição e regulamentação da natureza e objetivos da pós-graduação. Entretanto, o parecer apresentava uma forte tendência norte-americana e esteve presente no processo de consolidação da pós-graduação e da reforma da educação, o que, para a autora, explica o interesse e apoio do regime civil-militar (BRASIL, 1965).

Foi a partir da década de 1970 que a CAPES assumiu centralidade na organização da pós-graduação do Brasil, através do Decreto nº 74.299, de 18 de julho de 1974, quando passou a ser um órgão central superior com autonomia administrativa e financeira, atuando para colaborar na implementação da Política Nacional de Pós-Graduação, promover atividades de capacitação de pessoal de nível superior, gerir a aplicação de recursos financeiros e orçamentários destinados à implantação, desenvolvimento e expansão da pós-graduação (BRASIL, 2021g).

Em 1974, foi criado o Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPQ), quando surgiu uma preocupação em planejar o desenvolvimento da pós-graduação. O governo começou a dar ênfase às atividades de planejamento da pós-graduação. “No discurso governamental, a pós-graduação assumiu realmente importância estratégica para o desenvolvimento do ensino superior” (CLOSS; CASTRO; SOUSA, 2003, p.21). Neste contexto, a CAPES participou da elaboração do I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG),⁵ junto ao CNPQ.

O I PNPG (1975-1979) foi construído a partir do entendimento que a expansão da pós-graduação se desenvolveu de forma não planejada, pressionada por motivos conjunturais dos anos

⁵ “O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) é a política de governo que direciona as atividades do conjunto de instituições de ensino superior que compõem o sistema nacional de pós-graduação (SNPG), como as instituições públicas e privadas, confessionais e comunitárias. O PNPG integra o Plano Nacional de Educação (PNE) do Ministério da Educação (MEC) que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional” (CAPES, 2020, p. 1).

anteriores. Dessa forma, a expansão deveria ser objeto de controle e planejamento alinhado às políticas de desenvolvimento sociais e econômicas do país (BRASIL, 2004). As principais diretrizes do I PNGP (1975-1979) tinham como objetivo:

1ª – institucionalizar o sistema, consolidando-o como atividade regular no âmbito das universidades e garantindo-lhe um financiamento estável; 2ª – elevar os seus atuais padrões de desempenho e racionalizar a utilização dos recursos, aumentando o rendimento e a produtividade dos processos de trabalho, assegurando a melhor qualidade possível dos cursos; 3ª – planejar sua expansão em direção a uma estrutura mais equilibrada entre as áreas de trabalho educacional e científico e entre as regiões do País, minimizando a pressão atualmente suportada por esta parte do sistema universitário, aumentando a eficácia dos investimentos, e ampliando o patrimônio cultural e científico; (BRASIL, 2009, p.126).

Neste período, ocorreu uma expansão dos cursos de pós-graduação, porém trouxe consigo a preocupação com a qualidade das atividades desenvolvidas. A burocratização das universidades “transformadas em pesadas organizações, exigiam a conseqüente regulação e controle das atividades desenvolvidas, principalmente nos programas de pós-graduação [...] cria-se a necessidade de avaliação da pesquisa ali desenvolvida” (HOSTINS, 2006, p.138).

Segundo Closs, Castro e Sousa (2002, p.22), a CAPES “atenta para a necessidade de um maior controle sobre os cursos, e procurando aprimorar seu processo de distribuição de bolsas e auxílios” começou a desenvolver, em 1976, uma “sistemática de avaliação por meio de comissões de consultores – a avaliação por pares –, sendo a primeira delas realizada em 1978” (HOSTINS, 2006, p.138).

Neste contexto, a avaliação da pós-graduação tinha periodicidade anual, os cursos de eram avaliados de forma separada em uma escala de “cinco conceitos (A a E), sendo A o conceito mais alto. Os resultados da avaliação eram inicialmente considerados informação reservada, restrita ao âmbito das agências federais. As avaliações anuais ocorreram no período de 1976 a 1983 (BRASIL, 2019, p.7).

Na década de 1980, o Decreto nº 86.791, de 28 de dezembro de 1981, extinguiu o CNPG e a CAPES assumiu a responsabilidade de coordenar e formular os Planos Nacionais de Pós-graduação (BRASIL, 1981). Tornou-se “uma Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior” (BRASIL, 2021g, on-line).

No II PNGP (1982-1985), “o objetivo central continua a ser a formação de recursos humanos qualificados para as atividades docentes, de pesquisa e técnicas visando o atendimento dos setores público e privado” (BRASIL, 2004, p.13). Contudo, as diretrizes terão ênfase na elevação da

qualidade e institucionalização da pós-graduação, no aperfeiçoamento da avaliação, incluindo a participação da comunidade científica (BRASIL, 2004).

Na sequência decidiu-se remeter aos programas de pós-graduação os relatórios de avaliação de seus respectivos cursos, sendo a divulgação desses resultados restrita à esfera das agências governamentais e de cada instituição e programa em particular. A avaliação modificou a periodicidade para bienal e seus resultados passaram a ter ampla divulgação, o que possibilitou o acompanhamento da evolução do desempenho do conjunto de cursos avaliados (BRASIL, 2019, p.7).

O III PNPG (1986-1989) tinha como diretriz central a consolidação e aperfeiçoamento do desempenho dos cursos de pós-graduação, a institucionalização da pesquisa nas universidades para assegurar o funcionamento da pós-graduação, e a integração da pós-graduação no sistema de Ciência e Tecnologia e setor produtivo (BRASIL, 2009). Além das diretrizes apresentava medidas específicas para a institucionalização da pesquisa, tais como:

[...] destacar, nos orçamentos das universidades, verbas específicas para a pesquisa e a pós-graduação, reestruturar a carreira docente a fim de valorizar a produção científica tanto para o ingresso como para a promoção, planejar e ampliar os quadros universitários e institucionalizar a atividade sabática e o fortalecimento do pós-doutorado, além de efetuar a atualização das bibliotecas e das informações científicas e de laboratórios (BRASIL, 2004, p.15).

O plano também apresentava preocupação com os desequilíbrios regionais, evidenciando “a necessidade de que as instituições de ensino e pesquisa da Amazônia recebam maior atenção, sobretudo na formação e fixação de recursos humanos” (BRASIL, 2004, p.15). Propôs também aperfeiçoar o sistema de acompanhamento e avaliação, e estimular procedimentos de autoavaliação nos cursos de pós-graduação para seu aperfeiçoamento (BRASIL, 2009).

Com a consolidação da pós-graduação na década de 1980, a avaliação do desempenho do sistema tornou-se o centro das preocupações da CAPES e se acentuou na década de 1990, com a precarização do espaço público nas universidades, consolidação do modelo de Estado regulador e a inclusão dos processos avaliativos nas políticas educacionais (HOSTINS, 2006). A década de 1990 foi marcada por profundas transformações. Neste período:

[...] vivenciamos em todos os níveis de ensino, mas principalmente no nível superior, e neste caso na pós-graduação, a expansão significativa da matrícula, a diversificação da oferta, as propostas de mestrados profissionalizantes, diversificação das fontes de financiamento, as alianças estratégicas entre agências diversificação das fontes de financiamento, as alianças estratégicas entre agências internacionais, governos e corporações, a diferenciação dos docentes em função de indicadores de produtividade, a internacionalização e globalização do conhecimento, o predomínio de Tecnologias da Informação e da

Comunicação e de alternativas de aprendizagem a distância, a redefinição das estruturas que regulam a produção e circulação do conhecimento em âmbito global (HOSTINS, 2006, p.140-141).

Tal processo afetou fortemente a construção dos PNPG, o processo de avaliação, a começar pela existência da própria CAPES, quando o Governo de Fernando Collor de Mello aprovou a Medida Provisória nº 150, de 15 de março de 1990, extinguindo a CAPES de suas funções. Apenas com a mobilização das universidades e apoio do Ministério da Educação, o órgão foi recriado pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e instituído posteriormente como fundação pública através da Lei nº 8.405 de 09 de janeiro de 1992 (BRASIL, 2021g).

Para Bianchetti e Valle (2014), o período entre as décadas de 1970 e 1990 trouxe muitas mudanças na educação superior brasileira. Foi o período em que a educação em todos os âmbitos cresceu de forma expansiva com a queda do regime civil-militar e retomada do processo democrático “que ocorreu pela institucionalização da chamada Nova República, em 1985, e da aprovação de uma nova Constituição Federal para o país (1988) e de uma nova lei para a educação brasileira (a LDBEN n. 9394/96)” (p.91).

Com a aprovação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, era então necessário pensar em um novo PNPG. A CAPES, ciente da necessidade, constituiu uma Comissão Executiva para organizar o Seminário Nacional de “Discussão da Pós-Graduação Brasileira. O seminário contemplava sobre novos desafios e perspectivas da pós-graduação e serviria como um marco inicial para a construção do IV PNPG (1996 – 2004) (BRASIL, 2004).

O seminário tinha como principais pautas: a evolução de organização da pós-graduação, a formação de recursos humanos e desenvolvimento da pesquisa, a integração entre pós-graduação e graduação, qualificação acadêmica e docente, o processo de autoavaliação da CAPES, a expansão da pós-graduação com foco no desequilíbrio regional e o financiamento e custo da pós-graduação (BRASIL, 2004, p.17).

Contudo, nenhum documento oficial foi promulgado. Houve uma série de restrições orçamentárias e impasses de articulação entre as agências de fomento nacional, que impediram a oficialização de um novo PNPG, o que não impediu a CAPES de adotar novas diretrizes, tais como: expansão do sistema, flexibilização do modelo de pós-graduação, alterações na avaliação e inserção internacional da pós-graduação (BRASIL, 2004; BRASIL 2017), conforme destaca o trecho:

A discussão em torno da internacionalização da educação superior no Brasil ganha força quando há intensificação da **internacionalização** das atividades científicas medida pelo crescimento da produção científica em colaboração internacional. No que diz respeito à **avaliação da produção científica dos programas**, essas mudanças repercutirão de forma

gradual, culminando, em 1998, na criação do sistema de classificação dos periódicos científicos (Qualis) pela CAPES e no crescimento da publicação como critério de avaliação dos programas. Quanto à necessidade de diversificar o modelo de pós-graduação, no final da década de 1990 ocorreram duas experiências inovadoras: a criação da **modalidade de mestrado profissional** em 1995 e a criação da área Multidisciplinar em 1998. A indução de **programas em formatos inovadores**, que privilegiem a demanda do mercado, bem como a interdisciplinaridade, fará parte das diretrizes dos próximos planos. Nesse sentido, foi criada em 2004 a primeira experiência de programa em rede. A Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO) foi criada com o objetivo de promover a formação de redes acadêmico-empresariais e a interação dos cursos de pós-graduação com a sociedade e o mercado (BRASIL, 2017, p.6-7, grifos nossos).

Era evidente a necessidade de um novo modelo de avaliação, pois a pós-graduação já não era a mesma da década de 1970 (KUENZER; MORAES, 2005). Além de certificar a qualidade da pós-graduação, equilibrar a distribuição de bolsas e recursos de fomento à pesquisa, a nova avaliação precisava identificar as assimetrias regionais, para se criar medidas que assegurassem a expansão dos programas de pós-graduação em território nacional (BRASIL, 2019).

Em 1998, foi adotado o sistema de classificação e análise de periódicos científicos, o *Qualis Periódicos*. O sistema surgiu com o intuito de analisar, classificar e avaliar as produções científicas dos programas de pós-graduação (BRASIL, 2021a, on-line). Neste contexto, o foco da avaliação passou a dar ênfase à produção de artigos científicos da pós-graduação.

Ainda em 1998, a CAPES elaborou uma nova ficha de avaliação, substituiu a classificação de letras por uma classificação numérica de 1 a 7, com a possibilidade de inclusão de itens específicos pelas áreas. A periodicidade de aplicação passou a ser trienal e foi utilizada nas avaliações trienais de 2001 e 2004, quando começou a ser reformulada (BRASIL, 2019).

Somente no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, após 14 anos, retomou-se a preocupação em oficializar um novo PNPG. Em 2004, a CAPES desenvolveu o V PNPG (2005-2010), cujo objetivo central foi “o crescimento equânime do sistema nacional de pós-graduação, com o propósito de atender, com qualidade, as diversas demandas da sociedade, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país” (BRASIL, 2004, p.53).

Embora o plano demonstrasse preocupação com diversas fragilidades da pós-graduação, como o descompasso entre o índice de crescimento de matrículas e a disponibilidade de bolsas, bem como o número insuficiente de programas de pós-graduação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (BRASIL, 2004). O plano também incentivava a implementação de projetos de educação a distância que colocam em questão da qualidade da formação na pós-graduação, naquele cenário:

[...]valorizou-se a produção de conhecimentos com vistas ao desenvolvimento de tecnologias que pudessem ser vendidas ao mercado. O conhecimento aplicável não só produz mercadorias como também é transformado em mercadoria. Fica evidente que no V PNPG,

que a meta era o desenvolvimento da “ciência a serviço do capital”. Tanto é que o referido plano não incentivou todas as áreas de saber de forma igualitária (RIBEIRO, 2016, p.82).

O plano apontava “a criação de uma nova agenda nacional de pesquisa [...] de forma a realizar a indução estratégica de programas e pesquisas em temas relevantes para o país e que demonstrem futuras oportunidades” (BRASIL, 2017, p.8). Ou seja, abriu a possibilidade de priorizar alguns programas específicos e induzir o desenvolvimento de pesquisas com aquilo que seria relevante para o mercado.

Quanto à avaliação, a qualidade dos programas baseou-se na “excelência dos resultados, na especificidade das áreas de conhecimento e no impacto dos resultados na comunidade acadêmica e empresarial e na sociedade (BRASIL, 2004, p.62). Com o foco na produção de artigos que atendessem aos critérios do *Qualis*, os programas de pós-graduação entraram no processo de produção e produtividade para garantir sua permanência.

Neste contexto, em 2007, a ficha de avaliação, ainda em periodicidade trienal, passou a ser composta por 5 quesitos (proposta do programa, corpo docente, corpo discente, teses e dissertações, produção intelectual e inserção social). Diferente do modelo anterior, foi incluído o item inserção social. O mesmo modelo de ficha foi aplicado na avaliação quadrienal de 2016 (BRASIL, 2019).

Em 2010, ainda no Governo Lula, foi elaborado o VI PNGP (2011 – 2020) concomitantemente ao Plano Nacional de Educação (2011-2020). O plano entrou em vigor no Governo de Dilma Vana Rousseff, estando organizado em dois volumes. O plano propôs considerar o legado dos planos anteriores, dar continuidade ao crescimento de qualidade do SNPG, incorporar novas ações no processo de avaliação e definir estratégias que contribuíssem para o avanço da pós-graduação (BRASIL, 2010).

O plano estava estruturado em cinco eixos: expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), criação de uma nova agenda nacional de pesquisa em consonância com a pós-graduação, o aperfeiçoamento e expansão do processo de avaliação, a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade entre a pós-graduação e temas da pesquisa, e o apoio a outros níveis e modalidades de ensino (BRASIL 2010).

Observa-se uma continuidade dos planos anteriores, mas não se pode negar que houve pontos positivos quanto à expansão da pós-graduação, principalmente na Região Norte, através dos programas Acelera Amazônia, Doutorado Interinstitucional Novas Fronteiras (DINTER/NF), Programa de Formação Doutoral Docente (PRODOUTORAL) e o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica Novas Fronteiras (PROCAD/NF) (BRASIL, 2010).

No que concerne ao processo de avaliação, ainda no governo de Dilma Vana Rousseff, em 2015, a CAPES criou uma Comissão Especial para Análise do Sistema e Processo de Avaliação da Qualidade da Pós-graduação Brasileira com o intuito de elaborar estudos sobre a sistemática e aprimoramento da avaliação. Dentre as propostas apresentadas estava a estruturação da ficha em três dimensões: proposta do programa, atividades de formação e impactos acadêmicos e sociais (BRASIL, 2019).

A proposta seguiu adiante no Governo de Michel Miguel Elias Temer Lulia, mas diferente do contexto de expansão de bolsas, aprimoramento da qualidade da pós-graduação, este governo foi marcado por cortes, vetos e desregulamentações, o que atingiu a Educação Superior e, conseqüentemente, a pós-graduação. Em seu governo foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que congelou por 20 anos os gastos com serviços públicos.

Com o orçamento reduzido desde 2016, o Presidente da CAPES, Abílio Baeta Neves, enviou um ofício ao Ministro da Educação, alertando sobre os impactos do corte orçamentário. Apontou que “foi repassado à CAPES um teto limitando seu orçamento para 2019 que representa um corte significativo em relação ao próprio orçamento de 2018, fixando um patamar muito inferior ao estabelecido pela LDO” (BRASIL, 2018). O corte afetaria a pós-graduação, com a:

Suspensão do pagamento de todos os bolsistas de mestrado, doutorado e pós-doutorado a partir de agosto de 2019, atingindo mais de 93 mil discentes e pesquisadores, interrompendo os programas de fomento à pós-graduação no país, tanto os institucionais (de ação continuada), quanto os estratégicos (editais de indução e acordos de parceria com os Estados e outros órgãos governamentais) (BRASIL, 2018, p.1).

Os cortes orçamentários impactaram as bolsas de pós-graduação, principalmente a partir de 2019. O governo de Jair Messias Bolsonaro seguiu o modelo de seu antecessor com cortes e vetos e desregulamentação de políticas de ações afirmativas. O governo é marcado pela aversão e desincentivo à pesquisa científica crítica, exclusão dos cursos de ciências humanas e sociais na concessão de bolsas, desvalorização da docência e da universidade pública.

Em 2020, o Ofício Circular nº 7/2020 do Gabinete Presidencial da CAPES, na época Benedito Guimarães Aguiar Neto, apresentou uma redistribuição de bolsas da pós-graduação pelas Portarias nº 18, nº 20 e nº 21, de fevereiro de 2020.

a) diminuição não superior a 50% (cinquenta por cento), para cursos cujas duas últimas notas forem iguais a 3 (três), vedado qualquer acréscimo; b) diminuição não superior a 45% (quarenta e cinco por cento), para cursos cuja nota atual for igual a 3, vedado qualquer acréscimo; c) diminuição não superior a 40% (quarenta por cento) ou acréscimo limitado a 10% (dez por cento), para cursos cuja nota atual for igual a 4; d) diminuição não superior a 35% (trinta e cinco por cento) ou acréscimo limitado a 30% (trinta por cento), para cursos

cuja nota atual for igual a 5; ou e) diminuição ou acréscimo não superior a 10% (dez por cento), para cursos de nota A ou de nota 3 ainda não submetidos a processo de avaliação de permanência; f) diminuição não superior a 30% (trinta por cento) ou acréscimo limitado a 70% (setenta por cento), para cursos cuja nota atual for igual a 6; ou g) diminuição não superior a 20% (vinte por cento), para cursos cuja nota atual for igual a 7, sem limitação de teto. Além disso, cursos cujas três últimas notas são iguais a 3 não são mais passíveis de fomento no âmbito dos programas instrucionais da Diretoria de Programas e Bolsas no País (BRASIL, 2020, p.1).

Os programas de pós-graduação com nota três foram os mais afetados, em especial, aqueles que tiraram nota três por três vezes consecutivas. Ainda em 2020, com a redução e dificuldades orçamentárias, a CAPES apresentou a nova proposta de avaliação: a avaliação multidimensional. A ficha de avaliação foi reestruturada e agora composta por três itens: Programa, Formação e Impactos na Sociedade.

O Relatório da Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020) apresentou mudanças significativas para a pós-graduação, enfatizando que as 49 áreas de avaliação não estão coerentes à realidade atual da ciência, sugerindo ainda “reduzir substantivamente o número de áreas de avaliação tendo como referência as nove grandes áreas do conhecimento” (BRASIL, 2020, p.23).

O documento propôs que a avaliação da produção científica seja realizada a partir das “métricas internacionais estabelecidas e amplamente aceitas na comunidade. [A] Comissão propõe a extinção do Qualis a partir do próximo ciclo avaliativo (2021-2024)” e sugeriu a manutenção da periodicidade quadrienal de avaliação dos programas e manutenção da escala numérica de 1 a 7 (BRASIL, 2020, p.25). Quanto à aprovação de novos cursos:

[...] os princípios gerais do modelo multidimensional devem ser considerados; entretanto, como no modelo atual, o processo deve considerar parâmetros próprios (proposta do Programa, número mínimo de docentes, apoio institucional, alinhamento ao plano estratégico de pós-graduação institucional, etc.) e expressando o resultado como Aprovado (admissão ao SNPG) ou Reprovado (BRASIL, 2020, p.26).

O relatório foi publicizado em fevereiro de 2020, quando o Brasil estava entrando em estado de calamidade pública em decorrência da pandemia da Covid-19. Destaca-se que 2020 era o ano final da coleta da quadrienal (2017-2020), o que colocou os programas nota três em risco de permanência, uma vez que as atividades foram paralisadas e a avaliação continuou em andamento. Em um cenário atípico, em que havia uma constante pressão de retorno por parte do governo, os programas de pós-graduação precisaram criar estratégias para sua sobrevivência.

Contudo, é indubitável que a CAPES foi fundamental para a consolidação da pós-graduação e formação recursos humanos, porém essa consolidação e formação se cruzou com as decisões ideológicas dos governos e a forma como implementaram as políticas de expansão da pós-graduação.

Atualmente, os cursos acadêmicos avaliados pelo Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) estão concentrados em 3.653 cursos de mestrados, 2.405 cursos de doutorados, distribuídos em 49 áreas do conhecimento (BRASIL, 2020).

A avaliação realizada pelo SNPG está pautada na entrada de novos cursos pela Avaliação de Propostas de Cursos Novos e na permanência da Avaliação Quadrienal dos Cursos de Pós-graduação. Em 2021, não foi definido oficialmente o modelo de avaliação do quadriênio (2021-2024), mas a proposta é realizar a Avaliação Multidimensional. A proposta utiliza como referência “o modelo criado pelo consórcio europeu U-Multirank (UMR) para classificar e ranquear instituições de ensino superior de diversos países (BRASIL, 2019, p.4). O quadro a seguir apresenta uma síntese das mudanças no processo de avaliação realizado pela CAPES:

Quadro 4: Síntese da periodicidade de Avaliação realizada pela CAPES no período 1976-2024

Avaliação	Período				Classificação	Itens	Plano Nacional de Pós-Graduação
Anual	1976	-	-	-	Letras "A" a "E"	5 conceitos	I PNGP 1975 - 1979
	1977	-	-	-	Letras "A" a "E"	5 conceitos	I PNGP 1975 - 1979
	1978	-	-	-	Letras "A" a "E"	5 conceitos	I PNGP 1975 - 1979
	1979	-	-	-	Letras "A" a "E"	5 conceitos	I PNGP 1975 - 1979
	1980	-	-	-	Letras "A" a "E"	5 conceitos	-
	1981	-	-	-	Letras "A" a "E"	5 conceitos	-
	1982	-	-	-	Letras "A" a "E"	5 conceitos	II PNGP 1982 - 1985
	1983	-	-	-	Letras "A" a "E"	5 conceitos	II PNGP 1982 - 1985
Bienal	1984	1985	-	-	Letras "A" a "E"	5 conceitos	II PNGP 1982 - 1985
	1986	1987	-	-	Letras "A" a "E"	5 conceitos	III PNGP 1986 - 1989
	1988	1989	-	-	Letras "A" a "E"	5 conceitos	III PNGP 1986 - 1989
	1990	1991	-	-	Letras "A" a "E"	5 conceitos	-
	1992	1993	-	-	Letras "A" a "E"	5 conceitos	-
	1994	1995	-	-	Letras "A" a "E"	5 conceitos	-
	1996	1997	-	-	Letras "A" a "E"	5 conceitos	IV PNGP 1996 - 2004
Trienal	1998	1999	2000	-	Numeração "1" a "7"	7 quesitos	IV PNGP 1996 - 2004
	2001	2002	2003	-	Numeração "1" a "7"	7 quesitos	IV PNGP 1996 - 2004
	2004	2005	2006	-	Numeração "1" a "7"	7 quesitos	V PNGP 2005 - 2010
	2007	2008	2009	-	Numeração "1" a "7"	5 quesitos	V PNGP 2005 - 2010
	2010	2011	2012	-	Numeração "1" a "7"	5 quesitos	VI PNGP 2011 - 2020
Quadrienal	2013	2014	2015	2016	Numeração "1" a "7"	5 quesitos	VI PNGP 2011 - 2020
	2017	2018	2019	2020	Numeração "1" a "7"	3 quesitos	VI PNGP 2011 - 2020
	2021	2022	2023	2024	Numeração "1" a "7"	3 quesitos	VII PNGP 2021 - 2030

Fonte: Quadro adaptado com base nos estudos de Viana (2018), Dados sistematizados na Plataforma Sucupira (2022) e Planos Nacionais de Pós-graduação.

Considerando o objeto desta dissertação, que é a avaliação da pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social no Amazonas, com seus avanços e entraves, julgamos fundamental situar a caminhada

da pós-graduação no Brasil e seu sistema de avaliação, de modo a nos permitir adentrar, no próximo item, na particularidade da pós-graduação em Serviço Social no país, cenário este no qual se insere o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas, lócus de nossa investigação.

2.3 A pós-graduação em Serviço Social: caminhos de implantação, consolidação e expansão

A pós-graduação em Serviço Social é resultante do processo de amadurecimento da profissão no Brasil. Nesse bojo, o movimento de reconceituação do Serviço Social foi um marco histórico para a profissão e a formação profissional no Brasil. Foi fundamental para dar início ao processo de ruptura com dilemas e fundamentos conservadores enraizados desde a década de 1930. De acordo com Prates (2020, p. 10), “esse processo foi acompanhado e condicionado pelo desenvolvimento da pós-graduação no Brasil e ressaltou-se, da pesquisa e da produção dela decorrente bem como da formação de uma massa crítica que iria alçar a profissão a outros patamares”.

Neste sentido, compreender o desenvolvimento de implantação, consolidação e expansão da pós-graduação em Serviço Social no Brasil requer situá-la em articulação à apropriação das matrizes explicativas da realidade no contexto da ditadura civil-militar. Esse desenvolvimento ocorreu no processo de renovação da profissão entre as décadas de 1960 e 1980, momento em que foi desencadeado em toda a América Latina um movimento de reconceituação na busca de um rompimento com o Serviço Social “tradicional” (NETTO, 1991), e momento que o Brasil passava pela Reforma Universitária em 1968⁶.

O movimento de reconceituação foi marcado pelo golpe da autocracia burguesa em 31 de março de 1964, no governo de João Belchior Marques Goulart (NETTO, 2008). Com as mudanças na organização do Estado advindas do golpe e gestão dos militares, surgiu a necessidade do Serviço Social se aperfeiçoar tecnicamente para acompanhar a direção assumida e “até para compensar a repressão aos movimentos e organizações dos trabalhadores, estudantes e moradores de favelas” (CARVALHO; SILVA, 2007, p.195).

Foi contraditoriamente no cenário repressivo e de controle que o Serviço Social não se conformou com os rumos da profissão dentro de um viés fetichizado, ritualístico, fragmentado e sem

⁶ “Com o Golpe militar de 1964, a bandeira da Reforma Universitária, defendida pelo Movimento Estudantil foi incorporada pelo Estado, mas de maneira desvirtuada. A tendência do controle privado do ensino público, que já podíamos observar com a aprovação da LDB de 1961, principalmente no substitutivo Lacerda de caráter liberal, vetando o monopólio do ensino pelo Estado e defendendo a iniciativa privada, são ampliadas pelo regime militar e sustentada até os dias atuais” (SILVA, 2018, p.25).

nenhum movimento de resistência (SILVA, 2015). Foi neste contexto que se intensificou a necessidade de renovação da profissão. Com as mudanças ocasionadas nas esferas política, econômica e social, tornou-se necessário repensar o seu agir profissional e buscar novas teorias em coerência à realidade vivenciada no Brasil.

Todavia, esse processo não ocorreu de forma unívoca; três vertentes irão orientar a profissão com fundamentos em teorias sociais: a perspectiva modernizadora (positivismo), a reatualização do conservadorismo (fenomenologia) e, concorrendo com as duas vertentes renovadoras, emergiu uma vertente que buscava romper com a herança conservadora, a intenção de ruptura através da interlocução com o pensamento marxista. Com inclusão nas ciências sociais e interlocução marxista, a profissão alcança um novo patamar (NETTO, 1991).

Os passos iniciais da interlocução entre a tradição marxista e o Serviço Social no Brasil ocorreram na década de 1960. Uma tardia interação em detrimento do conservadorismo enraizado na profissão desde a década de 1930. Todavia, desenvolveu-se apenas uma aproximação da tradição marxista sem a análise das fontes originais da teoria social de Marx. A interlocução emergiu pela primeira vez na década de 1970, por meio de pesquisas no âmbito da formação pós-graduada na PUC-RIO (NETTO, 1991).

Setubal (2013) destaca que a criação dos programas de pós-graduação em Serviço Social enrobusteceu a produção de conhecimento crítico. Foi um claro resultado do movimento de reconceituação e sua aproximação com o viés marxista. O contexto sociopolítico e as novas emergências conjunturais exigiam uma nova postura do Serviço Social, levando a categoria a pensar em novos caminhos que levassem a uma intervenção consubstanciada na relação teoria e prática.

Carvalho e Silva (2007) corroboram com a compreensão de que o grande divisor de águas aconteceu em 1970, quando um movimento de professores buscou desenvolver a vida acadêmica e produção científica através de uma pesquisa qualificada, o que resultou no rompimento com a postura positivista e da ideia de uma intervenção que separava o agir e pensar. É importante ressaltar que esse “rompimento”, o qual Netto (1991) chama de “intenção de ruptura”, foi um movimento transitório entre três décadas, mas o passo inicial foi concretizado quando:

[...] O Serviço Social passa a ser considerado, tanto na CAPES como no CNPq, área de conhecimento, situada no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, tendo constituído critérios próprios de avaliação de projetos de pesquisas e de Programas de Pós-graduação, o que situa o Serviço Social brasileiro na dinâmica do fomento à pesquisa e à pós-graduação no País (CARVALHO; SILVA, 2007, p.197).

Ainda que dentro de uma visão modernizadora, cientificista e tecnicista, o movimento reconceitualização permitiu trazer à consciência o reconhecimento das limitações teórico-instrumentais e político-ideológicas da profissão (SILVA, 2013). A aproximação com a vertente marxista possibilitou uma interlocução crítica com as ciências sociais. Foi dentro do contexto de intenção de ruptura que surgiram os primeiros Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, conforme demonstra o quadro:

Quadro 5: Distribuição dos Programas de Pós-Graduação de Mestrado em Serviço Social entre a década de 1970 e 1980.

Criação		Instituição de Ensino Superior	Região
ME	DO		
1971	1981	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).	Sudeste
1972	2004	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO).	Sudeste
1976	1994	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).	Sudeste
1977	1998	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).	Sul
1978	-	Universidade Federal da Paraíba (UFPB-JP).	Nordeste
1979	1999	Universidade Federal do Pernambuco (UFPE).	Nordeste
1989	2002	Universidade de Brasília (UnB).	Centro-Oeste

Fonte: Quadro esquematizado com base em Nogueira, Garcia e Forti (2017) e dados da Plataforma Sucupira (2021). Nota: Os anos inseridos no ME (mestrado) e DO (doutorado) são referentes às datas de início de atividades do PPG.

A criação desses programas entre as décadas 1970 e 1980 foi de extrema importância para a profissão e impulsionou a produção de conhecimento em Serviço Social (MENDES; ALMEIDA, 2014). Em especial na década de 1980, quando a ditadura civil-militar vai perdendo sua força, e aconteceu uma expansão na produção teórica “crítica, vasta, plural e contemporânea resultante da consolidação dos programas de pós-graduação, em que amadurecem as pesquisas em nível de Mestrado e de Doutorado” (ABEPSS, 2017, p. 261).

Conforme os estudos de Setubal (2013), a implantação e consolidação dos primeiros programas de Serviço Social foi permeada de desafios. Dentre os principais, estava a opressão e a vigilância política e ideológica, instauradas por meio da ditadura civil-militar. A autora, baseada nos estudos Bonetti (1992), elenca que todos os projetos e processos eram averiguados na busca de encontrar algo que estivesse oculto ou desse margem para os movimentos contrários ao regime civil-militar. Se algo fosse encontrado, era exigida a mudança do conteúdo.

De acordo com Setubal (2013), apesar das limitações no regime civil-militar, as produções da pós-graduação começaram a aparecer depois da formação dos primeiros mestres, três ou quatro anos após a criação dos primeiros programas. Não obstante, um dos principais desafios desses programas sempre foram os objetivos impostos ao funcionamento da pós-graduação e o estímulo à pesquisa, uma vez que o Brasil é um país que não tem uma “tradição em pesquisa” e trata os diversos níveis de conhecimento como meros transmissores de conhecimentos.

Observa-se que, com o despertar do Serviço Social, a construção de uma resistência mais sólida só ganhou ênfase com a produção de conhecimento crítico. Todavia, contraditoriamente, foi no governo militar, e por meio das metas de modernizadoras do Estado, que a Reforma do Ensino vai viabilizar a institucionalização da pós-graduação. Garcia e Nogueira (2017) corroboram que, nesse mesmo cenário, ocorreu não só a institucionalização, mas, também, a estruturação, normatização, adoção de avaliação e ampliação do fomento à pesquisa.

Quanto ao processo de implantação e expansão dos cursos, o quadro 5 demonstra que, no primeiro momento, a criação de cursos estava concentrada no Sudeste. É relevante evidenciar que os dois primeiros cursos de mestrado são os pioneiros na América Latina. Destaca-se também que a PUC-SP foi responsável por criar o primeiro doutorado em Serviço Social no Brasil. Posteriormente, em três anos seguidos, os programas se expandiram no Sul e Nordeste. Em termos de temporalidade de expansão dos cursos de mestrado, o quadro demonstra a ausência na região Norte e uma distância de 10 anos para criação do primeiro mestrado no Centro-Oeste.

Quanto à implantação dos cursos de doutorado, aparentemente os programas levaram de 10 anos a 30 anos no processo de expansão, o que resultou, nas décadas seguintes, em uma preocupação da CAPES na formação de recursos humanos em nível de doutorado, conforme sinalizam os PNPQ. Dos sete programas criados entre a década de 1970 e 1980, seis ofertam o curso de doutorado, no referido período apenas um programa foi criado em 1981. Os outros cinco cursos de doutorado foram criados nas décadas seguintes.

A partir da década 1990 e 2000, ocorreu uma expansão dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, tanto para os cursos de mestrado, quanto os de doutorado, com evidente destaque para o crescimento nas Universidades Federais (GARCIA; NOGUEIRA; FORTI, 2017). De modo geral, a década de 1990 marca a expansão da pós-graduação *stricto sensu* em diversas áreas de conhecimento. O quadro 6 apresenta a ordem cronológica da criação dos programas de pós-graduação e cursos em Serviço Social entre 1990 e 2019.

Quadro 6: Distribuição dos Programas de Pós-Graduação de Mestrado em Serviço Social a partir da década 1990 e 2000.

Criação		Instituição de Ensino Superior	Região
ME	DO		
1991	1991	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/ Franca (UNESP/FR)	Sudeste
1992	2014	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Sudeste
1993	2001	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Nordeste
1996	2017	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Norte
1998	2005	Universidade do Estado do Rio De Janeiro (UERJ)	Sudeste
2000	2016	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Nordeste
2001	2011	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Sul
2001	2011	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Sul
2002	2011	Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI)	Nordeste
2002	2009	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Sudeste
2004	2017	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Nordeste

2004	2012	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Sudeste
2005	2019	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Sudeste
2006	2014	Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)	Sul
2007	-	Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GOÍÁS)	Centro-Oeste
2007	-	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Norte
2009	-	Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	Centro-Oeste
2009	-	Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)	Sudeste

Fonte Quando esquematizado com base em Nogueira, Garcia e Forti (2017) e dados da Plataforma Sucupira (2021). Nota: Os anos inseridos no ME (mestrado) e DO (doutorado) são referentes às datas de início de atividades do PPG.

Na primeira década foram criados 5 cursos de mestrados e 4 de doutorado (conforme discriminam os quadros 5 e 6). Observa-se, novamente, uma concentração na Região Sudeste e pela primeira vez o Norte foi contemplado com um programa de mestrado em 1996. Um avanço de grande relevância, o PPGSS/UFPA abriu o caminho para qualificação em nível de mestrado em todo o Norte. Quanto à temporalidade, o espaço de tempo de criação entre os programas do período de 1992 e 1998 foi variado, apenas a UFV e UFPA levaram mais de 20 anos.

A segunda década demonstra um crescimento mais equilibrado entre as regiões, com o Sudeste e Nordeste em destaque na expansão. Foi criado também o primeiro programa de Pós-Graduação no Amazonas, o segundo da Região Norte, único no Amazonas. Ao total foram criados 13 cursos de mestrado e apenas 3 de doutorado, evidenciando mais uma vez a necessidade da formação de recursos humanos em nível de doutorado.

Destaca-se que, ao longo das duas décadas, a expansão do doutorado aconteceu em todas as regiões, um avanço significativo para a formação em Serviço Social. O quadro também sinaliza que os mestrados criados a partir de 2007 não implantaram cursos de doutorado. Todavia, ao considerar a temporalidade dos programas pioneiros e programas criados até 2006, o processo de crescimento não está destoado da realidade de expansão da pós-graduação em Serviço Social no Brasil.

São programas que estão alcançando a maturidade entre avanços e desafios em um sistema cada vez mais competitivo, criterioso e produtivista. No que concerne aos mestrados na década de 2010, observa-se uma diminuição na expansão e um gradual crescimento com ausência em 2015, 2017 e 2018, conforme apresenta o quadro 7:

Quadro 7: Distribuição dos Programas de Pós-Graduação de Mestrado em Serviço Social a partir da década 2010.

Criação		Instituição de Ensino Superior	Região
ME	DO		
2011	-	Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE)	Nordeste
2011	-	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Sudeste
2012	-	Universidade Estadual do Ceará (UECE)	Nordeste
2013	-	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	Nordeste
2013	-	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Sul
2014	-	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)	Nordeste
2016	-	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Sul
2016	-	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	Sudeste

2019	-	Universidade Federal de Tocantins (UFT)	Norte
2019	-	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	Nordeste
2019	-	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Nordeste

Fonte: Quadro esquematizado com base em Nogueira, Garcia e Forti (2017) e dados da Plataforma Sucupira (2021). Nota: Os anos inseridos no ME (mestrado) e DO (doutorado) são referentes às datas de início de atividades do PPG.

É interessante destacar que até o ano de 2021, apenas o programa da UECE possuía o conceito 4, o restante dos programas contemplava conceito 3, exceto os programas criados em 2019 que ainda não passaram por avaliação (GARCIA; NOGUEIRA; FORTI, 2017). Outra característica é que a UFF criou em 2011 um novo curso, sendo a única Universidade no Brasil a possuir dois programas de Pós-graduação em Serviço Social avaliados na mesma área.

O primeiro curso da UFF contemplou o mestrado e o doutorado, sendo o primeiro implantado em 2002 e o segundo em 2009. O programa possui conceito 4 e sua área de concentração abrange como particularidade a temática “Sujeitos Sociais, Proteção Social e Avaliação de Políticas Sociais”. (GARCIA; NOGUEIRA; FORTI, 2017). Ressalta-se que foi o programa que criou o doutorado em menor curso de tempo, com exceção da Universidade Estadual Paulista (UNESP-FR), que implantou concomitantemente em 1991 (quadro 6), mas foi recomendado pela CAPES apenas em 18/08/1999.

O quadro 7 evidencia uma concentração de expansão no Nordeste, igualando o quantitativo de programas de pós-graduação da Região Sudeste. Entretanto, o Sudeste ainda contempla o maior quantitativo de cursos: dos 12 programas, 9 ofertam o doutorado, enquanto o Nordeste oferta 5 cursos de doutorado. O destaque do Nordeste é a abrangência das áreas: serviço social, questão social, direitos sociais, políticas sociais, trabalho e diversidade humana.

O processo de expansão da Região Sul aconteceu de forma equilibrada. A pioneira, PUC/RS, implantou o curso de doutorado 21 anos após a implantação do mestrado. Na segunda década implantou três cursos, todos contemplam o doutorado, e a temporalidade de criação para o doutorado da UFSC e UEL levou cerca de 10 anos. Quanto à UCPEL, o tempo reduziu em 8 anos.

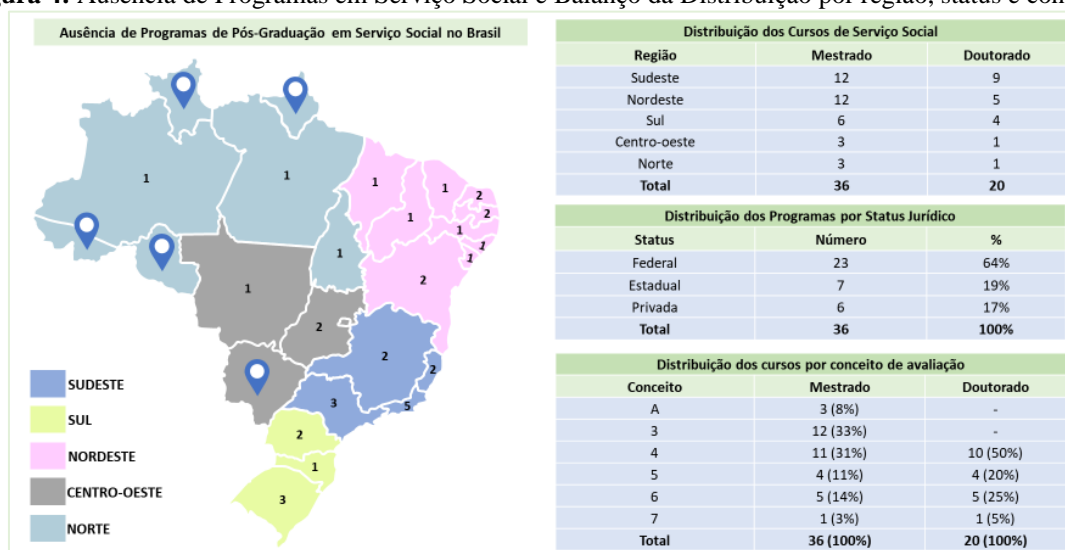
Ao fim da década de 2010, a CAPES recomendou a criação do terceiro mestrado acadêmico no Norte. Entretanto, no último decênio, o quadro evidencia a ausência no Centro-Oeste. Ambas as regiões possuem 3 cursos de mestrados e 1 de doutorado na UFPA e na UnB. Destes apenas os cursos da UnB contemplam o conceito 6, os cursos da UFPA conceito 4, e os que oferecem somente o mestrado, UFMT, PUC/GOIÁS, UFAM com conceito 3 (GARCIA; NOGUEIRA; FORTI, 2017).

Com base na cronologia apresentada nos quadros, a área 32 possui 36 programas de pós-graduação e oferta 56 cursos, sendo 36 de mestrado e 20 de doutorado. A área é de extrema relevância para a sociedade, pois além de formar recursos humanos qualificados, sua produção de conhecimento

científico questiona e propõe estratégias de enfrentamento às desigualdades socioeconômicas em nível local, regional e nacional (CARVALHO, SANTANA; STAMPA, 2019).

É importante destacar ainda que os Programas de Pós-graduação em Serviço Social estão inseridos em quase todos os estados do Brasil, conforme sintetiza a figura a seguir:

Figura 4: Ausência de Programas em Serviço Social e Balanço da Distribuição por região, status e conceito.



Fonte: Imagem adaptada com base na Plataforma Sucupira (BRASIL, 2020).

A figura demonstra a ausência de Programas de Pós-graduação em Serviço Social nos estados do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Mato Grosso do Sul. Observa-se ainda que, no ano de 2020, a maioria dos cursos eram oferecidos em esfera pública. Apesar do Serviço Social estar presente em vários estados, a trajetória de expansão e sobrevivência da área é composta por velhos desafios em relação aos direcionamentos dos PNGP. Ressalta-se que todos os planos evidenciam a importância de superação das assimetrias, porém a Área 32 expressa uma disparidade no crescimento em comparação às outras áreas, conforme demonstra o quadro 9:

Quadro 8: Ordem decrescente das áreas reconhecidas e avaliadas pela CAPES.

Nº	Área de Avaliação	Programas de pós-graduação							Cursos de pós-graduação				
		Total	ME	DO	MP	DP	ME/DO	MP/DP	Total	ME	DO	MP	DP
01	Interdisciplinar	379	143	10	94	1	125	6	510	268	135	100	7
02	Ciências Agrárias	218	54	1	20	0	143	0	361	197	144	20	0
47	Antropologia	37	14	0	1	0	22	0	59	36	22	1	0
48	Serviço Social	36	16	0	0	0	20	0	56	36	20	0	0
49	Nutrição	36	18	0	4	0	14	0	50	32	14	4	0
50	Ciências Biológicas	36	5	0	1	0	30	0	66	35	30	1	0
51	Ciências da Religião	21	4	0	3	0	13	1	35	17	13	4	1
Totais		4633	1325	77	808	3	2365	55	7053	3690	2442	863	58

Fonte: Adaptado com base nos dados inseridos na Plataforma Sucupira (BRASIL, 2021d).

Legenda: ME: Mestrado Acadêmico; DO: Doutorado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; DP: Doutorado Profissional; ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico; MP/DP: Mestrado Profissional e Doutorado Profissional.

O quadro apresenta apenas algumas áreas de avaliação da CAPES em ordem decrescente para ilustrar a posição do Serviço Social. Em quadragésimo oitavo (48) está a Área 32, o que a difere das posições posteriores é a oferta do mestrado e doutorado de forma concomitante em 20 programas. Sobretudo, a diferença para os que ocupam as primeiras posições é bem expressiva e distante da realidade da área 32. De acordo com Alario e Wintwer (2019), a área 45 (interdisciplinar) é caracterizada pelo crescimento acelerado desde a sua criação em 2008.

Em comparação as outras áreas, é evidente a morosidade da expansão da área 32, considerando os objetivos dos Planos Nacionais a partir da década de 2000, em especial os PNGP (2011-2020), que trazem estratégias específicas para superação das assimetrias. Contudo, a ênfase está na “criação de programas de pós-graduação em formatos inovadores que ofereçam maior interdisciplinaridade e flexibilidade curricular” (CAPES, 2020, p.5). Dessa forma, o incentivo buscou privilegiar o crescimento transdisciplinar entre diferentes competências e formações que trabalham com a articulação de ambientes acadêmicos e empresariais (CAPES, 2020).

O processo de expansão da Área 32 revela a necessidade de financiamento e incentivo através de políticas que ampliem a possibilidade de formação em nível de doutorado. Contudo, não se pode esquecer que a avaliação e o conceito dos programas influenciam diretamente no processo de captação de recursos que envolvem as bolsas e o financiamento de projetos. Além disso, o problema da expansão está estritamente articulado à formação de quadros de professores em nível de doutorado e aos próprios critérios de expansão orientados no PNPG.

Neste contexto, algumas áreas e regiões são mais incentivadas do que outras, um exemplo específico é a Região Norte. Embora os Planos Nacionais da Pós-Graduação tenham evidenciado a necessidade da formação de recursos humanos e expansão do doutorado na região, ainda se observa um lento crescimento em comparação as outras regiões, conforme apresenta o quadro 10:

Quadro 9: Distribuição dos programas e cursos avaliados e reconhecidos pela CAPES.

Região	Programas de pós-graduação							Cursos de pós-graduação				
	Total	ME	DO	MP	DP	ME/DO	MP/DP	Total	ME	DO	MP	DP
Centro-Oeste	399	148	8	65	1	175	2	576	323	183	67	3
Nordeste	963	386	17	162	1	387	10	1360	773	404	172	11
Norte	287	132	5	53	0	91	6	386	223	97	60	6
Sudeste	1990	375	36	377	1	1178	23	3191	1553	1214	400	24
Sul	994	284	11	151	0	534	14	1542	818	545	165	14
Totais	4633	1325	77	808	3	2365	55	7055	3690	2443	864	58

Fonte: Plataforma Sucupira (2021b)

Legenda: ME: Mestrado Acadêmico; DO: Doutorado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; DP: Doutorado Profissional; ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico; MP/DP: Mestrado Profissional e Doutorado Profissional.

Destaca-se que o PNGP (2011-2020) dedica dois itens específicos às diversas questões da Amazônia e à importância do desenvolvimento de programas na Região Norte. Ribeiro (2016) aponta

que fica explícito que o foco central sempre esteve direcionado aos setores estratégicos e áreas portadoras do futuro. Se considerarmos um contexto mais amplo, os quadros 5, 6 e 7 evidenciam que a pós-graduação em Serviço Social na Região Norte se desenvolveu de forma tardia. Composta por sete estados, sendo o Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, possui apenas 3 programas de pós-graduação em Serviço Social, conforme demonstra o quadro 11:

Quadro 10: Organização da Pós-Graduação em Serviço Social na Região Norte em 2022.

IES	Area de Concentração	Linhas de Pesquisa	Modalidade		Conceito	
			ME	DO	ME	DO
UFPA	Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais	1.Serviço Social e Políticas Sociais na Amazônia. 2.Serviço Social e Trabalho na Amazônia. 3.Serviço Social e Direitos Humanos na Amazônia	X	X	5	5
UFAM	Serviço Social, Políticas Públicas, Trabalho e Sustentabilidade na Amazonia	1. Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas. 2. Questão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade.	X	-	4	-
UFT	Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos	1.Serviço Social e Políticas Sociais. 2.Serviço Social, Diversidade e Direitos Humanos.	X	-	A	-

Fonte: Esquematizado com base em Pesquisa Exploratória (2022).

O PPGSS/UFPA é o único que contempla os cursos de mestrado e doutorado. O primeiro foi criado em 1996, através da Resolução nº 3166/CONSEP, de 03/05/2004, e homologado pela Portaria nº 2878/CNE, de 24/08/2005. E, o segundo, 21 anos após a criação do mestrado, pela portaria nº 655, publicada no D.O.U. 22/05/2017 (BRASIL, 2021b). Mesmo em larga distância de tempo, representa um importante avanço na formação da Região Norte. Destaca-se que, a partir de 2016, a área de concentração do programa passou a ser “Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais” (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2021). Conforme regimento interno, o principal objetivo é formar “cientificamente pesquisadores e docentes de alto nível para intervenção qualificada nas diversas expressões nacionais e regionais da ‘questão social’ e contribuir para a formação de massa crítica na Região” (BRASIL, 2016, p.2).

Com mais de 25 anos de trajetória, desenvolveu ações para o público externo por meio de atividades socioeducativas, participou de diversos projetos e programas de extensão em parceria com universidades públicas e privadas (BRASIL, 2021b). Esse programa é significativo para a formação em Serviço Social, não só por ser o pioneiro na região norte e o único a oferecer doutorado, mas pelas pesquisas desenvolvidas que concentram análises das expressões da questão social na Amazônia. Durante 11 anos, foi o único mestrado acadêmico na Região Norte. Apenas Em 22 de novembro de 2006, a CAPES, recomendou a criação do primeiro mestrado *stricto sensu* em Serviço Social no Amazonas, o PPGSS/UFAM, através da Resolução nº 313 do DPG/CONSEP, de 11/07/2006, e homologado pela Portaria nº 115/CNE, de 10/05/2007. Iniciou as atividades em 24/09/2007, conforme aponta o Ofício nº 642 de 2007 da DPG/PROPEP (SUCUPIRA, 2021e).

Ressalta-se que a criação do PPGSS/UFAM precisa ser apreendida em articulação à expansão dos cursos de graduação de Serviço Social no Amazonas e a necessidade de formar recursos humanos qualificados. Andrade, Vallina e Gama (2020) apontam que, na década de 2000, o estado do Amazonas vivenciou uma explosão de cursos de graduação em Serviço Social nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Neste sentido, a criação desse mestrado foi imprescindível para aperfeiçoamento da formação que foi acentuada nas décadas seguintes.

Seguindo a morosidade de expansão anterior, em 22 de outubro de 2018, a CAPES recomendou a criação do PPGSS/UFT, pela Portaria nº 943/CNE, de 09/10/2019 (SUCUPIRA, 2021f). A aprovação desse programa foi de extrema importância para o estado de Tocantins “que está geograficamente distante de outras universidades que oferecem pós-graduação em nível de mestrado e doutorado em Serviço Social na região” (BRASIL, 2020c, on-line). Embora a proposta tenha sido finalizada em 2017, o curso vem sendo planejado pelo colegiado da graduação em Serviço Social da UFT desde 2010. Com o apoio da assessoria externa da Dr.^a Yolanda Guerra, o colegiado buscou titular os docentes da graduação em nível de doutorado, criar grupos de pesquisa, consolidar os existentes e fortalecer a produção científica da área (BRASIL, 2020c).

Destaca-se que a área de concentração e linhas desenvolvidas pelos três programas são de extrema relevância para a Região Norte e apresentam similaridades, mas também particularidades como a temática trabalhada pelo PPGSS/UFAM: sustentabilidade na Amazônia, o que é relevante para a Região Norte, considerando toda sua sociobiodiversidade, a exploração dos recursos naturais e os impactos socioambientais que estão articulados à questão social no Amazonas. É evidente que estes programas são significativos e trazem contribuições para a sociedade através de suas ações, pesquisas e estudos. Todavia, apenas o PPGSS/UFPA parece ter alcançado temporariamente um *status* de consolidação. Apesar dos grandes esforços para criar o PPGSS/UFT, o programa ainda está em seu primeiro ano de atividades. É inegável que o PPGSS/UFAM é necessário para o Amazonas, porém o processo de consolidação desse programa à luz dos indicadores da CAPES ao longo dos seus 13 anos foi repleto de desafios.

Conforme Garcia, Nogueira e Forti (2017), dos programas criados a partir de 2000, o PPGSS/UFAM foi o único programa em Serviço Social do Brasil que tirou nota “três” por três avaliações consecutivas. Um possível descredenciamento do programa seria um retrocesso na formação de pesquisadores em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, considerando a importância da leitura crítica das expressões da questão social na Amazônia relacionadas à questão ambiental e diversidade de povos, culturas e sociabilidade. Uma perda em nível nacional para pós-graduação no Brasil, uma vez que é o único programa em Serviço Social que abrange a temática na área de concentração.

CAPÍTULO III

SINGULARIDADES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA NA REGIÃO NORTE

Desvendar e contar a história da constituição de um fenômeno é como montar um quebra-cabeça na sala de uma casa. Essa montagem não pode ser realizada de maneira solitária. Embora algumas peças sejam rapidamente encontradas e encaixadas, outras podem estar perdidas dentro da casa. Encontrar as peças desaparecidas talvez seja a parte mais difícil do processo de montagem. Somente quem já guardou ou montou esse quebra-cabeça sabe onde as guardou. São peças que só podem ser encontradas em memórias antigas e saudosas. Memórias que muitas vezes podem ser perdidas para sempre, deixando lacunas e muitos questionamentos para o presente.

Como nos ensina Bosi (2007, p. 89), “a função da memória é o conhecimento do passado que se organiza, ordena no tempo, localiza cronologicamente [...]. O passado revelado desse modo não é o antecedente do presente, é a sua fonte”. Andrade (2022) *et al.* corroboram que as pesquisas que envolvem a historiografia da formação em Serviço Social no Amazonas revelam inquietações que precisam ser solucionadas por uma investigação que caminhe pelo presente, mas principalmente as percorra por reminiscências do passado. Algumas peças desse quebra-cabeça estão escondidas em documentos, memórias orais, velhas agendas, fotografias e anotações antigas.

A história apresentada neste capítulo é uma singela junção de memórias particulares que não fecham todas as lacunas da construção, trajetória e consolidação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), mas trazem uma aproximação e um vislumbre de sua constituição ao longo de 15 anos de atuação. Todavia, antes de mergulhar nessa história é necessário compreender dois pontos significativos que nortearam a proposta e avanços do programa na região norte. O primeiro refere-se ao que Lira *et al* (2009, p.169) afirmavam em seus estudos, que “existem ‘várias Amazonas’ dentro da Amazônia legalmente constituída, com estruturas produtivas heterogêneas e processos desiguais de desenvolvimento”.

O segundo refere-se às diferentes formas que as expressões da questão social atingem essas diversas faces da Amazônia. Com base nesse pensamento, este capítulo apresenta os primeiros caminhos para a criação e implantação do PPGSS/UFAM. Apresenta um desenho das estruturas curriculares e propostas que nortearam a formação acadêmica entre os anos 2007-2022, destacando sua coerência com as particularidades da região amazônica no norte brasileiro. E, por fim, discorre sobre as principais particularidades do corpo acadêmico, do corpo docente e grupos de pesquisas do PPGSS nos últimos 13 anos.

3.1 O Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia: os caminhos para sua criação e implantação

Os caminhos traçados para criação do primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social no Amazonas acompanharam o movimento de expansão da pós-graduação em solo brasileiro a partir da década 2000. O estado é localizado na região norte e contempla 62 municípios divididos em mesorregiões e microrregiões. É reconhecido por sua sociobiodiversidade⁷ e riquezas naturais. Em 2021, continha uma população estimada em 4.269.995 habitantes (IBGE, 2022), aglutinados em uma diversidade de povos, culturas, saberes. De acordo com Fernandez *et al* (2020), suas particularidades socioeconômicas, políticas e culturais não só as diferenciam dos outros estados do Brasil, mas são objeto de pesquisa em contexto nacional e internacional.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sempre reconheceu a importância do desenvolvimento de pesquisas na região. Um dos projetos que beneficiou a capital do Amazonas foi o ACELERA AMAZÔNIA, uma política desenvolvida para estimular o crescimento da pós-graduação na região norte. Destaca-se que o estado contempla apenas duas universidades públicas, sendo uma no âmbito federal (UFAM) criada em 1909, e outra na esfera estadual (UEA), criada em 2001, ambas com *campi* espalhados pelo estado. Apenas em 1971, foi criado o primeiro programa de pós-graduação na Amazônia, o mestrado em Botânica Tropical organizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

A proposta surgiu em decorrência das diversas recomendações acerca da expansão de recursos humanos para desenvolver estudos na Amazônia. Em 1976, foram criados mais três programas em nível de mestrado por meio de uma cooperação entre o INPA e a UFAM. Todavia, a ausência de cursos de doutorado no Amazonas demandava que os pesquisadores se deslocassem para Belém, na Universidade Federal do Pará (UFPA). Em 1980, tornou-se urgente a necessidade de formar pesquisadores da própria região para produzirem pesquisas pautadas no desenvolvimento sustentável e na biodiversidade da Amazônia (VAL, 2010).

Isso ocorreu porque a discussão acerca do “desenvolvimento sustentável” e “biodiversidade da Amazônia” começou a ganhar maior relevância entre as passagens das décadas de 1980 e 1990, conceitos que serão discutidos posteriormente. No que concerne ao Amazonas, a UFAM sempre esteve preocupada em desenvolver estudos sobre as particularidades e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2001-2005 da UFAM,

⁷ “Conceito que expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais” (BRASIL, 2009).

o Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL)⁸ tinha como missão “valorizar o pensamento crítico e autônomo, a produção do conhecimento e a formação de profissionais comprometidos com os valores humanos universais e o desenvolvimento da Amazônia” (UFAM, 2004, p. 21).

Não é uma novidade que o estado do Amazonas detém uma diversificada e singular parte da Amazônia brasileira, o que justifica a preocupação da UFAM em pensar sobre o seu desenvolvimento fundamentado nos valores humanos universais. Destarte, é importante compreender a diferença entre os termos “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade”. Iaquinto (2018) discorre que, ao longo dos anos, ambos conceitos foram evoluindo. Entretanto, enquanto alguns apontam a relação entre ambos os conceitos, apesar de não serem sinônimos, outros consideram que os termos “desenvolvimento” e “sustentabilidade” são antagônicos por caminharem em lógicas que se contrapõem.

Para Silva (2011, p.33), a noção de desenvolvimento na Amazônia está estritamente ligada ao crescimento econômico e expansão do capital, negando “as especificidades de cada região, eliminando para esse objetivo os fatores históricos de sua determinação, tais como a política e a cultura”. Enquanto, a noção de sustentabilidade está “atrelada a ideia de desenvolvimento, ou seja, acredita-se que a sustentabilidade é inerente ao desenvolvimento e vice-versa” (SILVA, 2011, p.34). Iaquinto (2018) corrobora que é possível afirmar que a sustentabilidade é um processo com objetivo de atingir um real desenvolvimento sustentável. Mas o que realmente aconteceu, foi que:

[...] a modernização incrementada ao capitalismo na região deixou uma dívida incalculável ao patrimônio físico e sociocultural de seus povos e territórios. As históricas formas de adaptação humana foram substituídas, em sucessivos “ciclos econômicos”, por políticas públicas nacionais inadequadas, precárias e fracassadas; por *modelos desprovidos de conhecimento sobre as realidades regionais; pela negação das populações tradicionais índias e caboclas e de suas formas de ocupabilidade*; pelo caráter interventivo da criação de suas fronteiras físicas e políticas; pelos equivocados planejamentos a distância, enfim, *por modos brutais de apropriação de recursos da biodiversidade e da sociodiversidade amazônica* (FREITAS, 2009, p.15-16, grifo nosso).

Com base nisso, existem diversas concepções acerca do que seria um real “desenvolvimento sustentável”. Chaves e Rodrigues (2006) elucidam que os debates acerca do conceito consideram três principais concepções no âmbito científico e de especialistas do desenvolvimento econômico, sendo: concepção do codesenvolvimento, concepção da economia ecológica e concepção neoclássica. Nascimento e Viana (2007) corroboram que não há um consenso sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, no entanto, a definição mais recorrente é estruturada em: eficiência econômica, conservação ambiental e equidade social.

⁸ Atualmente intitulado como Instituto de Filosofia Ciências Humanas e Sociais (IFCHS).

Para Becker (2007), a ideia de desenvolvimento sustentável na Amazônia precisa estar além do desenvolvimento econômico e exploração dos recursos naturais. É necessária uma proposta que leve ao crescimento econômico com inserção social de áreas urbanas e rurais, que considere a conservação ambiental. A concepção apresentada pela autora se nega à manutenção do crescimento que não considera a questão social e a questão ambiental. A concepção apresenta a ideia de uma mudança nas ações e modelos de desenvolvimento que considere as particularidades e saberes locais e peculiaridades da Amazônia.

Essa concepção só pode ser concebida com base na sustentabilidade. Neste sentido, Sachs (2007, p.22) propõe uma noção de “desenvolvimento socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado. Ou seja, um tripé formado por três dimensões básicas da sociedade”. Para o autor, este tripé precisa estar articulado ao conjunto dos Direitos Humanos que abarcam os direitos civis, políticos e sociais. Expressa ainda, que o desenvolvimento de uma sociedade sustentável precisar ter uma base ética e o princípio da solidariedade sincrônica e diacrônica, e considerar 5 dimensões: a social, a econômica, a ecológica, a espacial e a cultural.

A pesquisa e o desocultamento das expressões da questão social e questão ambiental assumem centralidade nesse processo. Pois, para se pensar em estratégias econômicas, sociais e ambientais que promovam políticas coerentes, que considerem a realidade regional e diversas populações, é necessário conhecer diversas formas que compõem o estado do Amazonas. Requer a compreensão de que a questão ambiental não está desarticulada da questão social, e da importância do desenvolvimento de pesquisas que evidenciem sua transversalidade. Com base nesse apontamento, para compreender suas complexidades e gerar reflexões sobre sustentabilidade socioambiental na Amazônia é indispensável:

[...] uma leitura de totalidade, abrangendo as dimensões socioeconômica, política e cultural, considerando o contexto sócio-histórico e os sujeitos locais, as demandas e particularidades vivenciadas na região, inclusive considerando os determinantes macroestruturais (FERNANDEZ et al., 2020, p. 56).

A formação, o trabalho e produção de conhecimento em Serviço Social são indispensáveis para o desvelamento da realidade no Amazonas. É no aflorar dessa discussão e adensamento da crítica à noção de desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental, que a UFAM começa a investir na expansão dos cursos de pós-graduação da universidade. Conforme a UFAM em (2004), desde o final da década de 1990, havia uma preocupação com o adensamento de discussões sobre o desenvolvimento sustentável, a necessidade de recomposição do corpo docente em diversas áreas e a

falta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* no antigo ICHL, o que levou a universidade a elaborar um planejamento estratégico de expansão de cursos.

O principal objetivo estratégico em relação à pós-graduação na UFAM foi estruturado em três eixos: manutenção, aperfeiçoamento dos indicadores e expansão dos programas em áreas de conhecimento que não possuíam programas. Neste contexto, além de consolidar os 14 programas existentes, prospectou implementar novos programas, sendo 2 profissionalizantes e 8 acadêmicos. Uma das ações estratégicas utilizadas para tal expansão foi a identificação das demandas institucionais e demandas regionais por novos programas de pós-graduação (UFAM, 2004). Com intuito de alcançar as estratégias traçadas, em 2006, o reitor Hidembergue Ordozgoith da Frota:

[...] convocou os chefes de departamento do antigo Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) atual Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS), para uma reunião. No encontro, ele salientou a necessidade de se avançar na pós-graduação, apontando estatísticas e recomendações para a elaboração de propostas de mestrado e doutorados interdisciplinares (UFAM, 2018, p. 42).

Naquela época, estavam presentes na reunião a chefia do Departamento de Serviço Social (DSS) e alguns professores do colegiado. Contudo, a ideia de criar um PPG em Serviço Social era uma expectativa antiga e surgiu no interior do DSS da UFAM. As professoras Dr^a Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, Dr^a Elenise Faria Scherer, e Dr^a Simone Eneida Baçal já vinham projetando e maturando a ideia desde o início da década de 2000. Apesar do corpo docente sempre apontar em suas reuniões a possibilidade de criar um mestrado e doutorado, os professores do DSS/UFAM reconheciam suas limitações.

De acordo com o PPGSS (2006), a conjuntura política, econômica e social entre as décadas 1970 a 1980 exigia profissionais altamente qualificados na área do Serviço Social, o que suscitou uma série de ações do próprio departamento em qualificar os docentes do DSS nos cursos do Sudeste. Já na década de 1990, o quadro docente estava praticamente todo renovado. Apesar dos esforços, até o ano de 2005, o DSS/UFAM ainda não tinha um quadro de doutores que atendessem aos critérios para criação de um programa em nível *stricto sensu*. Apenas em 2006, o DSS alcançou um quadro docente titulado (PPGSS, 2006).

Foi neste contexto que as professoras Dr^a Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves e Dr^a Elenise Faria Scherer se sentaram para conversar e esboçar uma primeira ideia de proposta que amadureceram nos meses seguintes, conforme menciona a entrevistada 4:

[...] num dia, nós nos sentamos para conversar e pensamos ‘Por que a gente não cria um programa para tratar da questão socioambiental no serviço social’, porque o Serviço Social tem um papel extremamente relevante e contribuições para essa área. Tudo começou nessa

conversa, que acabou por ser muito frutífera. Foi a partir desse momento, que começamos a esboçar uma primeira ideia. Depois de ter feito esse esboço, nós apresentamos para o departamento, e a professora Simone, que na época era chefe do departamento, assumiu essa responsabilidade de, como gestora, tocar a proposta que nós fizemos [...] Nós idealizamos, descrevemos essa primeira proposta e levamos para discutir, e os outros professores fizeram bastantes contribuições, então ele se tornou o resultado de um trabalho coletivo (PESQUISA DE CAMPO, 2022).

Todavia, a mola propulsora para a criação do PPGSS foi a convocação dos chefes de departamento, pelo professor Hidembergue Ordozgoith da Frota. É a partir dessa chamada que a projeção de um programa de Serviço Social começou realmente a ganhar vida. Naquela época, o ICHL contava apenas com 12 departamentos. E, de acordo com as palavras da Entrevistada nº 1, o professor Hidembergue apontou que: “Estava mais do que na hora do departamento pensar em uma proposta para criação do curso de pós-graduação”. A discussão sobre a criação de um programa *stricto sensu* foi levada para o colegiado do DSS/UFAM e foi unanimemente bem aceita, com fins de aprimorar a proposta já pensada.

A entrevistada nº1 relembra que todos entendiam a importância da criação de um PPG em Serviço Social no Amazonas. Contudo, o corpo docente do DSS/UFAM tinha em mente uma proposta mais ousada. Além da criação de um mestrado acadêmico, foi cogitada a criação de uma pós-graduação de doutorado. É importante ressaltar que, antes do envio da proposta para a CAPES, houve alguns pontos de partida para a criação do PPGSS. Por razões óbvias, o primeiro ponto de partida era a necessidade de criar mais um curso *stricto sensu* no ICHL. No final da década de 1990, o instituto começou a receber os docentes com titulação de doutorado, motivo suficiente para se pensar em criar um curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (PPGSS, 2006).

Foi na construção de uma primeira proposta para outro curso que os professores do DSS/UFAM ganharam experiência na criação de uma proposta. Em conjunto com um grupo de professores de diversas áreas, elaboraram uma proposta para um programa interdisciplinar intitulado Natureza e Cultura na Amazônia⁹. Neste sentido, a participação dos professores do DSS ocasionou um primeiro contato com o processo de criação de um programa. O documento de proposta enviado à CAPES também evidencia que docentes do DSS/UFAM participaram não só da criação da proposta do PPGSCA, mas também da gestão administrativa e pedagógica do curso (PPGSS, 2006).

O que foi fundamental no que se refere ao acúmulo de experiência na gestão de um programa. Foi com a aprovação e crescimento desse programa, que surgiu o segundo ponto de partida para a criação do PPGSS. A criação do PPGSCA:

⁹ Atualmente, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA).

[...] não só estimulou a vontade de muitos assistentes sociais das diversas instituições pública e privada qualificarem-se como também a pressão se intensifica para que o Departamento de Serviço Social criar um programa de pós-graduação disciplinar.¹⁰ Ademais, nos últimos cinco anos, foram criados quatro cursos de Serviço Social nas instituições de ensino privado que contam não só na direção dos cursos como na docência compostos por profissionais formados pela UFAM (PPGSS, 2006, n.p.).

Neste contexto, com a experiência vivenciada no PPGSCA, o apoio da Reitoria e do colegiado do DSS, as professoras Dr^a Simone Eneida Baçal de Oliveira e Dr^a Elenise Faria Scherer, com o auxílio das professoras Dr^a Yoshiko Sasaki, Dr^a Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves e assessoria de Dr^a Denise Bomtempo Birche de Carvalho, iniciaram o desenvolvimento da primeira proposta do PPGSS (UFAM, 2018). Naquela época, os requisitos para a criação de um curso deveriam atender às exigências do Conselho Técnico Científico (CTS) da CAPES, e aos critérios específicos coerentes à área de conhecimento pretendida (ENTREVISTADAS Nº 1, 3 e 4, PESQUISA DE CAMPO, 2022).

Destaca-se que a definição sobre área de concentração da proposta foi uma discussão que envolveu diferentes pontos de vistas entre os docentes do DSS. A ideia de criar um programa *stricto sensu* em Serviço Social era consensual, mas trabalhar na transversalidade com Sustentabilidade na Amazônia não era, porque para alguns professores não havia uma compreensão de que a “questão ambiental” era uma expressão da questão social, e para outros era necessário focar na política social com foco na Amazônia. A assessoria da professora Dr^a Denise Bomtempo foi fundamental para a escolha definitiva, pois ressaltou a importância de ser propor algo inovador, que estivesse articulado com a maiores produções dos grupos de pesquisa (ENTREVISTADAS Nº 1, 3, e 4, PESQUISA DE CAMPO, 2022).

Com a assessoria da Dr^a Denise Bomtempo, as professoras se organizaram em conjunto ao colegiado do DSS para apresentar uma proposta com clareza e consistência em seus objetivos. Enquanto as professoras Dr^a Yoshiko Sasaki, Dr^a Heloisa Helena Corrêa da Silva e Dr^a Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves organizavam a estrutura e ementas das disciplinas, a professora Dr^a Simone Eneida Baçal de Oliveira com auxílio da assessoria cuidava da parte de organização geral da proposta, verificando os indicadores que pudessem comprovar a competência técnico-científica dos docentes e outros critérios exigidos no processo de submissão da proposta na CAPES (ENTREVISTADA Nº 1, PESQUISA DE CAMPO, 2022).

Com o apoio da Reitoria, e após toda a tramitação legal na UFAM, os professores do DSS/UFAM estavam confiantes que a proposta de mais um curso no ICHL seria aprovada pela

¹⁰ Leia-se: “o Departamento de Serviço Social criasse um programa de pós-graduação disciplinar”. Há um pequeno erro de redação na citação.

CAPES (ENTREVISTADA Nº 1, PESQUISA DE CAMPO, 2022). Ainda em 2006, no dia 12 de abril, o reitor Hidembergue Ordozgoith da Frota aprovou a criação do PPGSS nas modalidades de mestrado e doutorado, e aprovou o Regimento Interno elaborado após a proposta ter sido aprovado em todas as instâncias da universidade (UFAM, 2006a). E, em 11 de julho de 2006, o reitor em exercício Gerson Suguiyama Nakajima homologou sua criação através da Resolução nº 010/2006 (UFAM, 2006b).

Salienta-se que quem assumiria a responsabilidade pela criação e andamento da proposta naquela época era a professora Dr^a Elenise Scherer. Todavia, por conta conflitos de atividades, horários e outras responsabilidades, o colegiado do DSS em reunião indicou a Dr^a Simone Eneida Baçal para acompanhamento (ENTREVISTADA Nº 3, PESQUISA DE CAMPO, 2022). A proposta foi submetida em 21 de julho de 2006, e propôs a criação de um mestrado e doutorado, tendo como área de concentração as temáticas “Serviço Social, Políticas Sociais e Sustentabilidade na Amazônia”, desdobrada em duas linhas de pesquisa: “Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia” e “Serviço Social, Diversidade Socioambiental e Sustentabilidade na Amazônia” (CAPES, 2006).

Destaca-se que a construção da proposta foi uma atividade coletiva entre os professores do DSS/UFAM. Foram realizadas diversas reuniões até que se chegasse àquilo que seria ideal na visão dos professores (ENTREVISTADA Nº 4, PESQUISA DE CAMPO, 2022). Na proposta, as professoras envolvidas apresentaram uma breve contextualização sobre a importância institucional da UFAM e descreveram as origens e trajetória da formação profissional em Serviço Social no estado Amazonas, desde a década de 1940, com ênfase nas demandas regionais ocasionadas pelas expressões da questão social originadas pela economia gomífera e pelo processo de industrialização em Manaus (PPGSS, 2006).

As professoras também contextualizaram o amadurecer da profissão e a mudança de direção na formação profissional a partir Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS)¹¹, o que vai desencadear em reformas¹² no currículo do curso de Serviço Social da UFAM (PPGSS, 2006). O que, de certa forma, foi imprescindível para que se pensasse em uma proposta que envolvesse a transversalidade entre questão social e sustentabilidade socioambiental. Após a supracitada contextualização, temos a proposta inicial de área de concentração e linhas de pesquisas para o mestrado e doutorado do PPGSS, conforma apresenta o quadro 12.

¹¹ Nomenclatura modificada para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS).

¹² Dentre as reformas mencionadas pelas professoras, as mudanças são explicitadas nas seguintes resoluções: Resolução do CONSUNI nº 23, de 01 de fevereiro de 1974, Resolução do CONSUNI nº 041, de 07 de dezembro de 1979, Resolução do CONSUNI nº 6, de 23 de setembro de 1982, Resolução do CONSUNI nº 010, de 17 de julho de 1985, a Resolução nº 018 de 26 de junho de 2001, que reformulou o Currículo Pleno do Curso de Serviço Social da UFAM.

Quadro 11: Área de concentração e linhas de pesquisa da 1ª proposta do PPGSS

Área de concentração	Descrição da Proposta
Serviço Social, Políticas Sociais e Sustentabilidade na Amazônia.	A área compreende as particularidades históricas e contemporâneas da profissão na especificidade regional amazônica, bem como a natureza das políticas sociais públicas e privadas e as formas de sustentabilidade regional na amazônica.
Linhas de Pesquisas	Descrição das linhas de Pesquisa
Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia.	Compreende o estudo das múltiplas manifestações da questão social no contexto global, nacional e Amazônico, a saber: questão de gênero, questão do campo, a questão do negro e em particular, na Amazônia, as populações tradicionais indígenas e não indígenas, o meio ambiente e a questão urbana. No trabalho, a formação social e econômica, as relações de trabalho e dos direitos sociais.
Serviço Social, Diversidade Socioambiental e Sustentabilidade na Amazônia.	Compreende o estudo das modificações dos territórios e modos de vidas tradicionais, as formas de preservação e a conservação das culturas, as relações socioambientais e a sustentabilidade na Amazônia.

Fonte: Esquemático com base em PPGSS (2006, n.p.).

A proposta é pensada considerando que a Amazônia brasileira se apresenta como um desafio global em duas perspectivas. A primeira condiz à realidade ecológica e ambiental expressa em uma complexa biodiversidade regional. A segunda compreende a diversidade de populações que habitam na Amazônia. As professoras enfatizam que, para pensar ou projetar o desenvolvimento da Amazônia, era necessário ter conhecimento da sua complexidade. Ou seja, era necessário compreender e desvendar sobre suas multifacetadas formas dentro da própria Amazônia. A proposta evidenciava que havia uma ausência de reflexões sobre região amazônica no âmbito da formação profissional em Serviço Social, que deveria ser suprimida (PPGSS, 2006). Razão suficiente para:

[...] propor um Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Políticas Sociais e Sustentabilidade na Amazônia, centrado na formação de recursos humanos seja para docência, seja para pesquisa e seja para o exercício profissional nas instituições públicas e privadas assim como do terceiro setor, capaz de compreender a problemática regional e, ao mesmo tempo e a partir dela, propor a formulação de políticas públicas e saber agir profissionalmente ao confrontar com as demandas que lhe são colocadas cotidianamente. A pretensão desse curso de Pós-Graduação em Serviço Social, Políticas Sociais e Sustentabilidade na Amazônia traz, sem dúvida, enormes desafios, pois se trata de uma porta que se abre e tem a intenção promissora para aqueles profissionais que pretendem enveredar pelo caminho da ciência e dar maior qualidade ao seu agir profissional (PPGSS, 2006, n.p., grifo nosso).

Contudo, a proposta não ficou muito clara para a comissão de avaliação, que apontou a necessidade de haver uma explicação mais clara e objetiva sobre a área de concentração e as linhas de pesquisa (CAPES, 2006). Interpretamos que a proposta não era obscura, porém, concordamos que o quadro 12 demonstra a ausência de uma descrição mais clara sobre a linha “Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia”, principalmente na relação entre Políticas Públicas e Direitos Sociais. Compreendemos que a segunda linha de pesquisa estava mais clara, contudo, poderia apresentar as especificidades das temáticas apontadas na descrição. Em razão de ser uma temática inovadora, compreendemos a falta de entendimento da comissão avaliadora.

Mas não se pode negar que os objetivos da proposta são pensados em coerência com a trajetória da formação profissional em Serviço Social no Amazonas. Conforme Andrade, Vallina e Gama (2020), a Escola de Serviço Social foi incorporada à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em 1968 e foi a única formadora de assistentes sociais até a década de 1980. A pesquisa dos autores revela que, até o ano de 2005, ano anterior à elaboração da proposta de criação do PPGSS, mais 4¹³ instituições de caráter privado passaram a ofertar o curso, o que obviamente expressa um crescimento quantitativo no número de profissionais.

O que demandaria, então, que os objetivos do programa abrangessem não só as reflexões em torno das questões amazônicas, mas que possibilitassem um aperfeiçoamento de alto nível crítico em um momento em que havia reflexos da contrarreforma na política educacional, que podem ser compreendidos pela fragilização e mercantilização da formação profissional em Serviço Social. Conforme Andrade, Vallina e Gama (2020), esse reflexo pode ser compreendido através do rápido avanço e favorecimento da educação privada, sendo uma continuidade das políticas educacionais implementadas durante a ditadura civil-militar que se intensificaram nos governos da década de 2000. Neste contexto, os objetivos da 1ª proposta foram pensados para:

I. Formar profissionais em Serviço Social e áreas afins para o exercício da docência, da pesquisa e a qualificação do agir profissional nas instituições pública, privadas e terceiro setor que sejam capazes de compreender e intervir na realidade amazônica, sem perder a dimensão de que¹⁴ o conhecimento sobre os processos sociais que ocorrem na região não estão desvinculados do contexto social mais amplo. **II.** Preparar docentes e não docentes da Universidade Federal do Amazonas, com formação em serviço social e em áreas afins, que ainda não tiveram oportunidade de ingressar em curso de Mestrado e Doutorado e, assim, alcancarem melhor nível de aperfeiçoamento e qualificação profissional; **III.** Criar um corpo de pesquisadores e docentes de alto nível, voltados para as questões amazônicas e, desta forma, garantir qualidade nas análises de problemas que tornam a realidade desta região substantiva e para a qual é preciso um olhar criterioso e comprometido, capaz de situá-la no mais profundo sentido em que se mostra para a humanidade; **IV.** Qualificar profissionais, cujo cotidiano operacional esteja estruturado no sentido lato da ciência e que os conhecimentos produzidos sirvam de fonte permanente onde seja possível a realimentação teórica e metodológica para as gerações atuais e futuras; **V.** Criar uma equipe de pesquisadores e profissionais em assuntos amazônicos, situados no novo tempo que assinala a criação de políticas voltadas para a população urbana, mas simultaneamente estende essas políticas para os povos da floresta, ribeirinhas e camponesas, de modo a possibilitar o conhecimento do que experienciam esses povos (PPGSS, 2006, n.p.).

Os objetivos seriam os mesmos tanto para o curso de mestrado quanto para o curso de doutorado. Em termos de estrutura curricular, a comissão avaliadora evidencia nas disciplinas

¹³ Centro Universitário do Norte (UNINORTE) em 1998, Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB) em 2002, Universidade Nilton Lins (UNINILTONLINS) em 2003 e Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO) em 2005 (ANDRADE; VALLINA; GAMA, 2020).

¹⁴ Leia-se “...dimensão que, o conhecimento sobre os processos sociais que ocorrem na região não estão não estão desvinculados do contexto social mais amplo”. Há um pequeno erro de digitação na citação.

(obrigatórias e não obrigatórias) uma ênfase positiva nas particularidades da Amazônia. A estrutura curricular comporia no mestrado “26 créditos em disciplinas (sendo 6 créditos eletivos) e 10 na Dissertação” E no doutorado “40 créditos em disciplinas (sendo 20 créditos eletivos) e 20 na Tese” (CAPES, 2006, p.3). A proposta também propunha oferecer 10 vagas para o mestrado e 5 para o doutorado através de seleções anuais.

No que concerne ao corpo docente, o documento evidencia que era composto por 10 professores com a maior titulação em nível de doutorado, inclusive um dos fatores que influenciou para o curso de doutorado não ser aprovado, além da falta de experiência nas orientações de Teses, uma vez que as orientações estavam concentradas em Iniciação Científica (IC), Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Especialização e Mestrado. Neste contexto, a comissão considerou que havia apenas sustentação para um curso de mestrado (CAPES, 2006). O quadro a seguir apresenta o corpo docente e áreas de titulação:

Quadro 12: Corpo docente e área de titulação do doutorado

Categoria	Nomes dos Professores	IES de Titulação	Ano de Formação	Área de titulação
Docentes Permanentes	Elenise Faria Scherer	PUC - SP	1997	Serviço Social
	Heloisa Helena Correa da Silva	PUC - SP	2001	Serviço Social
	Iraildes Caldas Torres	PUC - SP	2003	Ciências Humanas
	Márcia Perales Mendes Silva	PUC - SP	2000	Serviço Social
	Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves	UNICAMP	2001	Política Populacional
	Simone Eneida Baçal de Oliveira	PUC - SP	2002	Serviço Social
	Yoshiko Sasaki	UNESP	1998	Serviço Social
Docentes Colaboradores	Amélia Regina Batista Nogueira	USP	2001	Geografia
	Denise Bomtempo Birche de Carvalho	UnB	1992	Sociologia
	Noval Benayon Mello	UFF	2004	Educação

Fonte: Esquematizado com base PPGSS (2006).

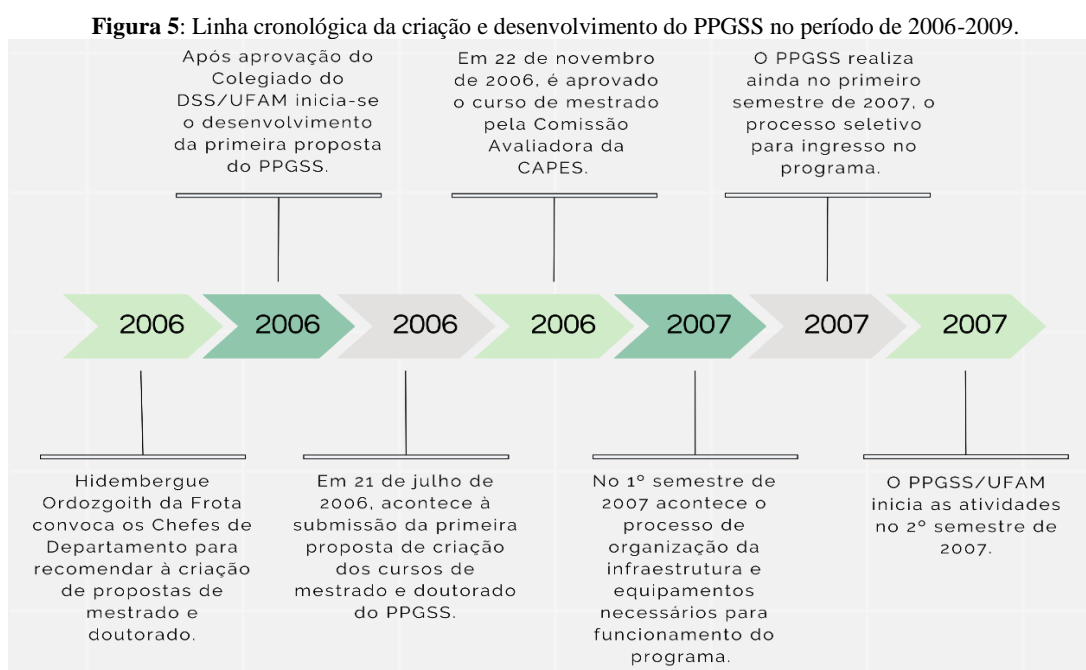
Quanto à titulação em Serviço Social, observa-se que as docentes alcançaram a titulação nas pioneiras a ofertarem o doutorado em Serviço Social com ênfase na região Sudeste. Quanto à produção intelectual e à consolidação da capacidade de pesquisa, a comissão avaliadora da proposta considerou que estava em nível regular, pois estava concentrada em publicações em anais e jornais. Outro problema destacado: dos livros publicados, alguns estavam concentrados no mesmo autor. É importante destacar que a comissão relata que registros de produção bibliográfica não foram inseridos de forma completa, o impediu uma avaliação mais acurada (CAPES, 2006).

O problema de concentração em único docente não estava restrito às publicações. O parecer da comissão avaliadora salientava que os docentes eram responsáveis por 25 projetos, contudo, não havia registros da participação de alunos da graduação e pós-graduação. O que entendemos como mais um problema relacionado ao preenchimento de informações na proposta. A comissão também destaca que havia uma única docente em 11 projetos, o que, na opinião da comissão, pareceu irreal

(CAPES, 2006). Contudo, se levar em consideração a ausência de informações, talvez não parecesse tão irreal, considerando todas as atividades realizadas pelos grupos de pesquisa vinculados ao DSS/UFAM naquela época.

O parecer final da comissão indicou que um aspecto positivo da proposta foi a sua adequação e inserção ao contexto amazônico. Era o único PPG em Serviço Social, o pioneiro ao trabalhar como área de concentração a “sustentabilidade na Amazônia”. Na opinião dos avaliadores, a proposta era consistente e sua área de concentração era coerente às linhas de pesquisa e projetos desenvolvidos pelos docentes. Contudo, apresentava um ponto frágil em termos bibliográficos quanto aos conteúdos da relação entre o Serviço Social e a Sustentabilidade, visto que se registrou apenas uma disciplina que contemplava essa dinâmica (PPGSS, 2006).

É importante lembrar que o conceito “sustentabilidade” só vai ser mais adensado entre as décadas de 1990 e 2000. E, a proposta de curso submetida na CAPES claramente fecharia uma lacuna e contribuiria com a ampliação teórica, com a aprovação do programa. Ainda sobre o parecer final, a comissão considerou a maturidade científica dos docentes e a experiência docente na pesquisa e orientação adequadas apenas para o mestrado (PPGSS, 2006). Neste contexto, a comissão avaliadora de APCN aprovou em 22 de novembro de 2006, a criação do PPGSS/UFAM. E, em 10 de maio de 2007, o Ministério da Educação (MEC) e a CAPES reconheceram a aprovação, através do Parecer CNE/CES N°: 115/2007. A figura 5 apresenta uma breve linha de tempo cronológica dessa trajetória:



Fonte: Pesquisa Documental e de Campo (2021).

Observa-se na figura que o programa iniciou as atividades em 24 de setembro de 2007. Todavia, há um espaço de um semestre sem atividades. De acordo com a Entrevistada nº 1, não havia equipamentos e infraestrutura para receber a primeira turma. Os primeiros seis meses foram desafiadores para o PPGSS/UFAM. Com o apoio do Dr. Hidembergue Ordozgoith da Frota, o primeiro espaço do PPGSS foi no Bloco Rio Uatumã no ICHL, um espaço vazio e com duas salas, cedido pelo Departamento de Geografia. Nesse primeiro momento, o espaço era dividido com o PPG de Sociologia, eram dois programas em uma única sala, com apenas uma divisória.

As defesas e aulas aconteciam no auditório, e a gestão e coordenação dos dois programas ocupavam a salinha com divisórias. Após conquista do pequeno espaço, os próprios professores começaram a captar equipamentos como telefone, impressora, armários, mesas e computadores não usados na UFAM. O DSS/UFAM cedeu mesa e impressora, e alguns professores cederam seus armários. Uma grande conquista nesse início foi o recebimento da bolsa do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), que tinha como objetivo financiar as atividades da pós-graduação (ENTREVISTADA N°1, PESQUISA DE CAMPO, 2022).

Posteriormente, o PPGSS começou a captar recursos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), o que foi aprimorando a infraestrutura do programa. Entre os anos de 2013-2014, o PPGSS/UFAM foi transferido para o Bloco Mário Ypiranga Monteiro. O bloco foi projetado para atender às demandas acadêmicas da pós-graduação. E, de acordo com a pesquisa de campo, esse foi um espaço disputado por vários departamentos. A mudança para o bloco significou um grande avanço em termos de infraestrutura, apesar de suas limitações IFCHS (ENTREVISTADA N° 8, PESQUISA DE CAMPO, 2022). Anos mais tarde, em 2022, o programa foi transferido novamente para o Bloco Rio Uatumã no IFCHS, por conta da reestruturação das unidades do IFCHS.

Em setembro de 2022, o programa completou 15 anos desde sua criação e início de atividades. Sua história é composta por inúmeros desafios, em especial aqueles que concernem ao processo de avaliação. Os 15 anos de história são de esforço e sobrevivência à luz dos indicadores do CAPES. E embora a consolidação do PPGSS/UFAM no Amazonas estivesse ameaçada, em razão da nota da quadrienal (2013-2016), sua história merece ser contada. Considerando a juventude do PPGSS e seu potencial de contribuição para a formação de recursos humanos na Amazônia, este item abraçou o compromisso de resgatar a história do PPGSS, buscando apresentar os primeiros passos na sua constituição e desenvolvimento.

3.2 As estruturas e propostas do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia na Região Norte

Desde sua criação até o ano de 2022, o Programa de pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) contemplou três propostas. A primeira foi pensada enquanto uma proposta inicial para aprovação de um programa na região norte. E, apesar das fragilidades em relação ao material bibliográfico e conteúdo das disciplinas que compunham o currículo no que se refere à própria relação entre Serviço Social e Sustentabilidade, a proposta era consistente, coerente e inovadora por trazer o contexto amazônico.

Naquela época, dos 20 (vinte) mestrados e 9 (nove) doutorados acadêmicos em funcionamento, a proposta para a criação do PPGSS/UFAM foi a primeira e única a trabalhar a transversalidade entre Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. É importante considerar que ainda havia uma tímida discussão científica sobre a relação do Serviço Social com a sustentabilidade socioambiental, iniciada pelo próprio Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (INTER-AÇÃO) (PPGSS, 2006; ENTREVISTADA Nº 4, PESQUISA DE CAMPO, 2022).

É evidente que com a aprovação do programa e o futuro desenvolvimento de produções científicas acerca da relação entre Serviço Social e Sustentabilidade, as lacunas bibliográficas mencionadas como fragilidade seriam superadas. De acordo com a pesquisa documental, a primeira proposta ficou ativa durante sete (7) anos. Todavia, o início de discussão sobre uma revisão aconteceu em 30 de abril de 2010. Na discussão, foi proposta a criação de uma comissão para iniciar a revisão da proposta e regimento interno que considerasse novos conteúdos, carga horária, mudanças de disciplinas, entre outras (PPGSS,2010).

Entre os anos 2010 e 2014 foram apresentadas diversas sugestões ao colegiado do PPGSS. Em razão da nota recebida nas trienais anteriores, e recomendação da comissão avaliadora da CAPES sobre celeridade no processo de revisão, a coordenação do PPGSS entrou em contato com Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Teixeira Garcia, que realizou uma avaliação sobre as principais urgências do programa. Assim, em 21 e 22 de março de 2014, o PPGSS realizou um encontro entre os professores do programa para revisar a proposta final. A segunda proposta foi oficialmente aprovada em 14 de setembro de 2014 pelo colegiado do PPGSS (PPGSS, 2014).

Com a aprovação, a área de concentração do programa deixou de ser denominada “*Serviço Social, Políticas Sociais e Sustentabilidade na Amazônia*” e assumiu uma nova concentração, intitulada: “*Serviço Social, Políticas Públicas, Trabalho e Sustentabilidade na Amazônia*”, o que demandou a reestruturação das linhas de pesquisas, que passaram a ser denominadas como “*Questão Social,*

Políticas Sociais, Lutas Sociais e Formação Profissional” e “Gestão Social, Desenvolvimento, Ambiente, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade Socioambiental” conforme demonstra a figura 6.

Figura 6: Propostas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.



Fonte: Pesquisa Documental (2022).

Ainda de acordo com a ata do PPGSS (2015), o processo de transição da primeira para a segunda proposta aconteceu em janeiro de 2015. De acordo com a UFAM (2018), as linhas de pesquisas também foram modificadas considerando as novas demandas da profissão na realidade amazônica. Conforme Pinheiro, Andrade e Cunha (2020, p. 491), a primeira linha concentrava

[...] pesquisas sobre as diferentes expressões da questão social na Amazônia, o desenvolvimento das políticas sociais, os movimentos sociais, as mudanças no mundo do trabalho, a formação profissional e o trabalho do assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais. A segunda linha [...] compreende estudos sobre a gestão de políticas públicas, os debates sobre desenvolvimento, ecodesenvolvimento e sustentabilidade, a violação dos direitos humanos, a questão de gênero, os modos de vida rurais e urbanos, as populações tradicionais amazônicas e as tecnologias sociais que buscam processos de sustentabilidade na Amazônia.

A figura 6 demonstra que a segunda proposta do PPGSS/UFAM passou por um refinamento de abrangência na área de concentração e linhas de pesquisas. De acordo com a Entrevistada nº 7, a alteração para “Políticas Públicas” e inclusão do “Trabalho” foi pensada entendendo que, dentro do eixo de Políticas Públicas, seria possível trabalhar políticas sociais. E o acréscimo da temática trabalho, por considerar a expansão da formação, o crescimento do número de assistentes sociais no Amazonas, e as mudanças nas esferas econômica, social, política, cultural e ambiental.

Em entrevista para Revista UFAM (2017, p. 44), a Prof.^a Dr.^a Débora Cristina Bandeira Rodrigues, coordenadora à época, enfatizou que a mudança possibilitou a “melhoria da grade curricular e atualização alinhada ao movimento histórico da profissão e da pós-graduação, em suas constantes demandas e novas exigências”. Para outros professores, a mudança apresentava uma abertura para o avanço do programa. Destacam que um dos fatores que levaram à mudança, além das exigências da

CAPES, era o crescente número de trabalhos produzidos voltados ao trabalho profissional (ENTREVISTADA Nº 7, PESQUISA DE CAMPO, 2022).

A proposta ficou ativa durante (6) seis anos. E entre os anos de 2017 e 2018, após ter passado pela primeira avaliação quadrienal, o PPGSS/UFAM começou a se preocupar novamente com o refinamento da proposta e regimento interno. Essa preocupação foi resultante do próprio amadurecimento da coordenação sobre o processo de avaliação. Esse momento foi considerado um divisor de águas para o futuro do programa, pois marcou o momento em que o colegiado do PPGSS começou a se apropriar da dinâmica de avaliação da CAPES (ENTREVISTADA Nº 5, PESQUISA DE CAMPO, 2022).

Com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), a coordenação do PPGSS/UFAM adquiriu um recurso para receber consultoria externa de outros profissionais mais experientes no processo de consolidação de um programa. O programa optou por receber um novo olhar e convidou a Prof.^a Dr.^a Ana Cristina de Souza Vieira, que realizou um “escaneamento” das principais fragilidades que ocasionaram o conceito três ao programa. A consultoria resultou em uma “Oficina de Avaliação e Planejamento” coletiva entre docentes, discentes, coordenação e avaliadora externa nos dias 18 a 20 de abril de 2018 (PPGSS, 2018; ENTREVISTADA Nº 5, PESQUISA DE CAMPO, 2022).

Com o intuito de esclarecer quais eram as regras e critérios que envolviam a avaliação da CAPES, e quais possíveis estratégias de superação poderiam ser adotadas, uma vez que as regras da avaliação mudavam constantemente, a oficina trouxe em sua discussão a necessidade de revisão das linhas de pesquisa e proposta curricular como um elemento que, apesar de urgente, ficou em um segundo plano em razão das outras prioridades, embora imprescindível para o avanço do programa e aprimoramento da proposta (ENTREVISTADA Nº 7, PESQUISA DE CAMPO, 2022).

Foi no I Seminário de Avaliação e Planejamento Estratégico, em 08 de novembro de 2019, que o PPGSS/UFAM começou a pensar em estratégias para os problemas que envolviam a coerência, consistência, abrangência, atualização das linhas de pesquisa e proposta curricular. Para essa situação, surgiu como principal estratégia a constituição de uma Comissão de Revisão do Regimento e da Matriz Curricular com o intuito de aprimorar a proposta do PPGSS. É importante considerar que foi o período que antecedeu a pandemia de Covid-19 no Brasil (PPGSS, 2019).

Em razão do cenário de calamidade pública, os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social paralisaram suas atividades. O PPGSS/UFAM retomou as atividades na modalidade de Ensino Remoto Emergencial (ERE) apenas em setembro de 2020, o que atrasou algumas atividades decididas no seminário de 2019. Todavia, foi no “II Seminário de Autoavaliação e Planejamento 2020” que o

programa retomou como prioridade o processo de avaliação da matriz curricular e das linhas de pesquisa para aprimorar a proposta do programa (PPGSS, 2020).

É válido destacar que um dos critérios de avaliação da CAPES é a “Proposta do Programa”. Qualquer proposta pensada ou em andamento deve ter “coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular” (CAPES, 2017, n.p.). É indubitável que o PPGSS/UFAM foi aprimorando a “Proposta do Programa” ao longo de sua trajetória, conforme demonstra o quadro de disciplinas e atividades obrigatórias no quadro 14 e figura 6:

Quadro 13: Disciplinas Obrigatórias e Eletivas das Grades Curriculares do período de 2007-2022

Disciplinas Obrigatórias das Grades Curriculares no período de 2007-2022		
Currículo 2007	Currículo 2015	Currículo 2022
<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação socioeconômica e cultural da Amazônia 2. Serviço social e Sustentabilidade na Amazônia 3. Fundamentos Teóricos Metodológicos da Pesquisa 4. Questão social, Estado e Cidadania 5. Seminário de Dissertação 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade 2. Sustentabilidade e Serviço Social na Amazônia 3. Fundamentos Teóricos Metodológicos da Pesquisa 4. Questão social, Estado e Cidadania 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade 2. Sustentabilidade e Serviço Social na Amazônia 3. Pesquisa Social
Atividades Obrigatórias das Grades Curriculares no período de 2007-2022		
Currículo 2007	Currículo 2015	Currículo 2022
<ol style="list-style-type: none"> 1. Atividade de Pesquisa I 2. Atividade de Pesquisa II 3. Atividade de Pesquisa III 4. Atividade de Pesquisa IV 5. Estágio em Docência 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Orientação de Dissertação I 2. Orientação de Dissertação II 3. Orientação de Dissertação III 4. Orientação de Dissertação IV 5. Estágio Docente 6. Atividades Complementares 7. Defesa da dissertação 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Orientação de Dissertação I 2. Orientação de Dissertação II 3. Orientação de Dissertação III 4. Orientação de Dissertação IV 5. Estágio Docente 6. Atividades Complementares 7. Defesa da dissertação
Disciplinas Eletivas das Grades Curriculares no período de 2007-2022		
Currículo 2007	Currículo 2015	Currículo 2022
<ol style="list-style-type: none"> 1. Tópicos Especiais em Questões Socioambientais na Amazônia 2. Tópicos Especiais em Serviço Social 3. Expressões Contemporâneas do Trabalho 4. Cidade, Sustentabilidade Urbana e Políticas Públicas 5. Diversidade Cultural e Ambiental na Amazônia 6. Gênero, Trabalho e Lutas Sociais 7. Gestão das Políticas Públicas e Reinvenção do Controle Social 8. Cultura, Identidade e Saberes das Populações Tradicionais da Amazônia 9. Formas de Ocupação do Território e Políticas Públicas para Amazônia 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tópicos Especiais em Questões Socioambientais na Amazônia 2. Tópicos Especiais em Serviço Social 3. Expressões Contemporâneas do Trabalho 4. Cidade, Sustentabilidade Urbana e Políticas Públicas 5. Formação, Trabalho e Serviço Social 6. Diversidade Cultural e Ambiental na Amazônia 7. Gênero, Trabalho e Lutas Sociais 8. Gestão das Políticas Públicas e Reinvenção do Controle Social 9. Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tópicos em Questões Socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia 2. Tópicos em Serviço Social 3. Trabalho, Crise e Expressões Contemporâneas 4. Tópicos em Políticas Públicas 5. Formação, Trabalho e Serviço Social 6. Direitos Humanos, violências e diversidade cultural na Amazônia 7. Violência, Relações Sociais e Serviço Social 8. Gestão Democrática e Controle Social 9. Gestão, Orçamento e Fundo Público 10. Diversidade Humana, Classes Sociais e Direitos Humanos

10. Modo de Vida Rural e Estratégias de Reprodução Social na Amazônia	10. Dimensão teórico-prática no Serviço Social 11. Formação Socioeconômica e Cultural da Amazônia	11. Seminário Temático 12. Questão social, Estado e Cidadania
Total de Créditos: 26	Total de Créditos: 28	Total de Créditos: 26

Fonte: Pesquisa Documental (2022).

Como mencionado anteriormente, o refinamento de abrangência e consistência da proposta é resultado do amadurecimento do corpo coletivo do programa e das próprias pesquisas desenvolvidas no interior do programa. A Comissão de Revisão do Regimento e da Matriz Curricular foi fundamental nesse processo. Para construir a terceira proposta do PPGSS/UFAM foi necessário realizar um alinhamento na articulação entre as áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos concluídos e em andamento.

Esse processo envolveu uma reavaliação da pertinência das disciplinas ofertadas e atualização do programa em diversos âmbitos que envolvem a proposta do PPGSS/UFAM. Nesse sentido, era primordial que a área de concentração dialogasse com as linhas de pesquisas e disciplinas ofertadas. A construção dessa nova proposta de 2022 foi organizada pela Comissão de Revisão do Regimento e da Matriz Curricular com a participação coletiva da coordenação, docentes, discentes e egressos do PPGSS/UFAM.

É necessário apontar que, nos primeiros meses do ano de 2021, o programa estava em avaliação na quadrienal 2017-2020. Apesar das várias incertezas sobre o resultado da quadrienal e mudanças transitórias no processo de avaliação da CAPES, o PPGSS/UFAM realizou duas Oficinas de Revisão Curricular, uma em 22 de junho e outra nos dias 8 e 9 de novembro de 2021. O principal objetivo das oficinas foi apresentar e discutir a nova estrutura do programa para o corpo coletivo, com vistas à homologação na reunião do colegiado do PPGSS do dia 10 de novembro de 2021.

Em 17 de dezembro de 2021 foi aprovado o Novo Regimento Interno do PPGSS na Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG) da UFAM. E, em março de 2022, aconteceu o processo de transição para terceira proposta do PPGSS. As principais mudanças na transição da proposta de 2015 e 2022 podem ser evidenciadas nas linhas de pesquisas, número de disciplinas obrigatórias ofertadas e superação da rigidez curricular quanto ao oferecimento de disciplinas eletivas por linha de pesquisa. Uma decisão acertada, que amplia a possibilidades de os discentes transitarem em outras disciplinas.

Considerando que o título é de mestre(a) em “Serviço Social e Sustentabilidade na Amazonia”, o discente precisa estar familiarizado com essa relação e discussões que perpassam suas particularidades. Seria incoerente manter uma separação por linha de pesquisa, uma vez que as discussões propostas nas disciplinas e suas ementas enfatizam justamente essa relação. Outra mudança evidente é o número de créditos a serem cumpridos que passa a ser 26 créditos.

É importante ressaltar que as alterações, ampliações e exclusões de disciplinas foram pensadas em dois eixos. Primeiro, foram levados em consideração todos os apontamentos e sugestões dos discentes, docentes, egressos e assessora externa nas oficinas. O segundo eixo, compreendendo a importância de as disciplinas estarem articuladas às ementas das linhas de pesquisa. É evidente que a nova proposta apresenta uma estrutura mais abrangente e consistente ao movimento contemporâneo.

A assessoria externa foi fundamental nos Seminários de Avaliação e Planejamento Estratégico e processo de revisão curricular e linhas de pesquisa. Desde o ano de 2020, o PPGSS/UFAM contou com a participação da avaliadora externa Prof.^a Dr.^a Jane Cruz Prates, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), a qual indicou e assessorou nas principais mudanças na proposta do programa. Uma das principais preocupações evidenciadas pela assessora nos seminários foi justamente a coerência da proposta de formação de acordo com os indicadores de articulação, atualização e aderência.

Todavia, discutir sobre articulação, atualização e aderência da proposta requer primeiramente o entendimento dos objetivos do programa, missão e sua identidade particular no Amazonas. Não há como pensar em uma proposta desvinculada das singularidades que muitas vezes a diferem do Sul e Sudeste do Brasil, onde se concentram os programas com conceito de excelência. Neste sentido, foram também alterados os objetivos e missão do PPGSS/UFAM conforme apresenta o quadro:

Quadro 14: Objetivos, missão, visão e valores do PPGSS/UFAM

Objetivos do PPGSS/UFAM		
I – Formar recursos humanos voltados para a produção de conhecimento sobre a realidade amazônica e o exercício da atividade da docência de ensino superior, envolvendo ensino, pesquisa e extensão; II – Desenvolver pesquisas em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em relação ao Serviço Social, à questão social na Amazônia e às políticas públicas no cenário global, nacional, regional e local; III – Contribuir para a qualificação do trabalho profissional quanto ao planejamento, gestão e avaliação de políticas sociais; IV – Fomentar o debate crítico sobre as dimensões econômica, social, política, cultural e ambiental da sustentabilidade, com ênfase nas particularidades da Amazônia; V – Conferir o grau de mestre(a) em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia aos que cumprirem todos os requisitos exigidos pelo Regimento do Programa.		
Missão	Visão	Valores
Formar profissionais críticos e capacitados para investigar e intervir na realidade social, visando contribuir com a produção de conhecimento sobre as múltiplas expressões da questão social na Amazônia e com a formulação de políticas sociais no contexto socioambiental.	Reconhecimento da excelência da formação ofertada na área de Serviço Social; Profissionais críticos e capacitados para investigar e intervir na realidade amazônica; Produção de conhecimentos científicos sobre as expressões da questão social na Amazônia e proposição de estratégias para seu enfrentamento.	Excelência acadêmica na área de Serviço Social; Sustentabilidade socioambiental; Respeito e valorização dos conhecimentos tradicionais; Atuação profissional voltada para a ampliação e consolidação da cidadania; Liberdade e democracia; Compromisso ético-político com a construção de uma nova ordem societária.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no Regimento Interno (2022) e Plano de Autoavaliação e Planejamento Estratégico do PPGSS (2021);

Os objetivos, missão, visão e valores do PPGSS/UFAM apresentam de maneira muito clara a identidade do programa e perfil de mestre que deseja formar. Observa-se que a expressão “realidade

amazônica, questão social na amazônica, particularidades amazônicas” são evidenciadas várias vezes. Não apenas formar mestres, mas expressar suas particularidades por meio da produção de conhecimento crítico e formação de profissionais capazes de intervirem na realidade social através da formulação, planejamento, gestão e avaliação de políticas sociais.

Esse apontamento gera uma reflexão sobre qual é essa realidade da Amazônia e o que a difere das demais regiões. Nesse sentido, é fundamental reconhecer as demandas específicas de cada região, similaridades e particularidades, principalmente quando se trata da Amazônia. Acrescendo esse pensamento para outras regiões do Brasil é importante ter em mente que alguns desafios e possibilidades serão enfrentados com recursos e formas diferentes justamente por conta de suas particularidades.

A Amazônia sempre foi vista como uma riqueza do Brasil, um bem comum a todos que deveria ser “preservado e usufruído”. Todavia, é necessário refletir sobre quem é maior usufruidor desse recurso natural que é a Amazônia. Sabemos que riqueza e desigualdade, acumulação e expropriação, produção e distribuição desigual das riquezas não é uma discussão recente no Serviço Social. Como uma Amazônia tão rica produz tantas desigualdades? Que políticas são pensadas nesse contexto? Essas políticas são coerentes com as particularidades regionais? Como a questão social se apresenta como resistência e luta nesse processo?

Para responder a essas perguntas é necessário compreender a relação entre Serviço Social e Sustentabilidade na Amazonia. Teixeira (2009, p.32) aponta que “a Amazônia tem uma vocação para abundância, a escassez foi introduzida pelo capital”. É do capitalismo e seus processos de acumulação que são produzidas desigualdades sociais e ambientais. O atual modelo de desenvolvimento não está preocupado com graves problemas que perpassam a vida amazônica no âmbito rural e urbano. Vale ressaltar que a Amazonia é composta por pluralidade de povos com costumes e culturas diferentes, povos que habitam as florestas e rios do Amazonas.

As expressões da questão social, injustiças sociais e ambientais na Amazônia necessitam de enfrentamento. Exigem a urgência de se pensar políticas, programas e projetos que tragam transformação para sociedade. Exigem um profissional capaz de entender essa relação, para então intervir nessa demanda.

A principal marca do PPGSS/UFAM é justamente sua área de concentração nas três propostas. Ao longo dos 15 anos de atuação, o programa não deixou de trabalhar a transversalidade entre Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. É válido ressaltar que nenhum dos outros programas de Serviço Social no Brasil trabalha essa transversalidade. É a particularidade que destaca e respeita a identidade regional do Amazonas. Ao considerar que o Serviço Social trabalha na operacionalização e construção de políticas públicas na Amazônia, é chamado a intervir na defesa dos

direitos sociais, culturais e ambientais de modo a enfrentar as refrações da questão social resultadas do desenvolvimento capitalista na Amazônia.

Se não existe a compreensão e discussão no interior da profissão de que os impactos do uso exacerbado dos recursos naturais colocam em risco não só a biodiversidade, mas a sociodiversidade de diferentes populações inseridas em áreas urbanas e rurais no Amazonas, e que desses riscos também se derivam expressões da questão social como violações de direitos humanos, expropriação de terras e degradação ao ambiente em que vivem diversos povos, conseqüentemente às particularidades do PPGSS, que é o único programa em Serviço Social que trabalha a sustentabilidade socioambiental em sua área de concentração, não serão consideradas no processo de avaliação.

É importante lembrar também que as refrações da questão social que envolvem sociobiodiversidade da Amazônia não é uma velha questão que foi resolvida. Em razão da crescente insustentabilidade no Brasil nos últimos anos, um governo¹⁵ que conscientemente viola os direitos humanos dos povos tradicionais, que opta por negar a crise socioambiental e desconsidera a sociodiversidade da Amazônia, é impossível não trabalhar essa transversalidade. É um desafio mais do que atual, e que só cresce em um governo negacionista. A proposta do programa em suas três fases nadou justamente contra essa maré de violação.

O PPGSS/UFAM e suas pesquisas são um grito de resistência e luta daqueles que não tem voz, por trazer a realidade amazônica em suas especificidades regionais, por materializar não só de forma crítica, mas em dados estatísticos, por meio da pesquisa o que tem acontecido nos últimos 15 anos no Amazonas. É preciso ressaltar que não defender a permanência do PPGSS/UFAM é concordar com o discurso que nega e minimiza os problemas da sociobiodiversidade em razão do crescimento do capital e uso exacerbado das riquezas naturais, que violam também os Direitos Humanos, o que a profissão continuamente deveria defender de maneira intransigente.

3.3 As especificidades do corpo acadêmico, docente e pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia na Região Norte

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) realizou seu primeiro processo seletivo no primeiro semestre do ano de 2007. De acordo com pesquisa desenvolvida por Paiva (2012), o processo seletivo era composto por três fases. A primeira fase era de caráter mais documental, estava centrado na análise dos documentos e homologação da inscrição do candidato. Na segunda fase era realizada a aplicação da prova de conhecimentos. Em

¹⁵ Referência do Governo de Jair Messias Bolsonaro no período de 2019-2022.

caso de aprovação, acontecia a análise do pré-projeto de pesquisa e, no momento de entrevista do candidato, a defesa do pré-projeto. Na terceira fase, ocorria a prova de proficiência em língua estrangeira e, por fim, a análise do currículo Lattes.

Desde o final da década de 1990, havia uma grande expectativa de assistentes sociais e bacharéis de Serviço Social pela abertura de um programa acadêmico em Serviço Social no estado do Amazonas. O estudo realizado por Pinheiro, Cunha e Andrade (2020) destaca que, por muitos anos, a mobilidade acadêmica foi uma das alternativas possíveis para qualificação do trabalho e formação, além da inserção em outras áreas de conhecimento que ofertavam mestrado e doutorado em Manaus. Baseadas nos estudos de Andrade *et. al.* (2019), as autoras ainda apontam que o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) chegou a ofertar um curso de pós-graduação *lato sensu* entre os anos de 2002 a 2015, com o intuito de trazer contribuições para qualificação profissional.

Todavia, é importante ressaltar que a pós-graduação *stricto sensu* assume importante papel na formação de mestres, pesquisadores e qualificação profissional. No caso do PPGSS/UFAM, os quatro primeiros processos seletivos ofertaram entre 8 a 12 vagas. Nos anos seguintes, com o fortalecimento da pesquisa e expansão da formação em Serviço Social no Amazonas, o número de vagas foi ampliado. Por trabalhar a relação entre Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, o programa tem atraído candidatos de diversas regiões do país, mas principalmente da cidade de Manaus e interiores do Amazonas, os quais possuem particularidades ainda não desveladas por pesquisas.

O Amazonas é um lugar inesgotável de surpresas, riquezas e diversos questionamentos. A análise apontada por Cunha, Prates e Mathis (2020) elenca que a diversidade de povos, culturas e saberes que compõe o estado do Amazonas e outros estados da Amazônia Legal é amplo e singular. Para as autoras, conhecer, analisar a realidade e materializar pesquisas sobre essas dimensões é um desafio por conta dos limites geográficos e particularidades históricas, culturais, sociais e econômicas que compõem o estado. Neste contexto, é importante destacar as preciosidades que ainda não foram descobertas nesse vasto e complexo Amazonas, por isso o PPGSS/UFAM tem atraído diversos candidatos do país e interiores do estado.

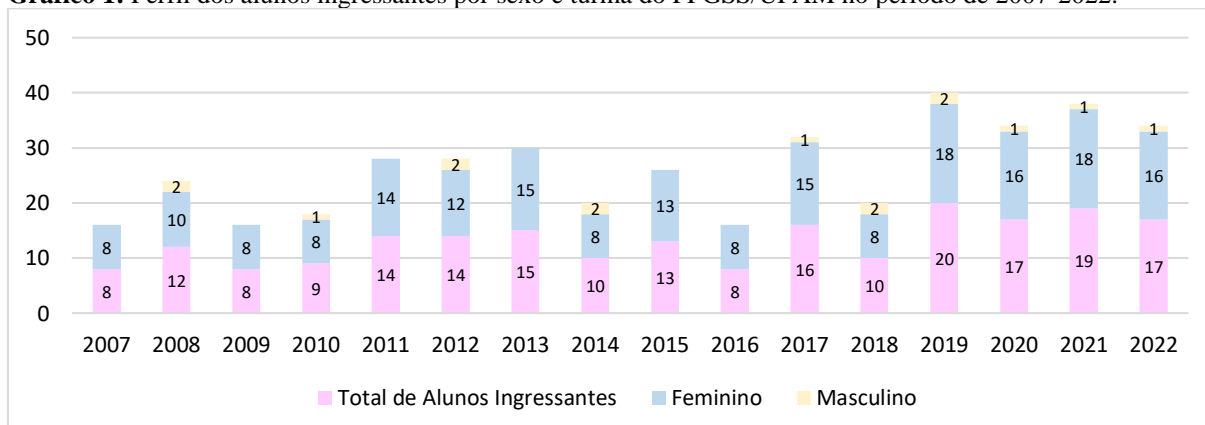
Ao longo de 15 anos de atuação, os candidatos aos processos seletivos realizados pelo PPGSS/UFAM eram naturais ou oriundos dos estados do Amazonas, Acre, Bahia, Brasília, Ceará, Pará, Pernambuco Roraima, Rondônia, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (PAIVA, 2012; REVISTA UFAM, 2017; PPGSS, 2022). Quanto aos candidatos aprovados, até o início de 2022, o programa matriculou 210 alunos ingressantes. É relevante ressaltar que, dos ingressantes do estado do Amazonas (que representam 72% do total), 117 (77,5%) são naturais da capital e 34 (22,5%) são naturais dos interiores do estado como: Parintins, Barreirinha, Borba, Canutama, Careiro, Coari, Codajás, Eirunepé, Envira, Itacoatiara e Lábrea (PPGSS, 2022).

Receber alunos oriundos dos interiores do Amazonas é um importante avanço na formação profissional em Serviço Social no Amazonas. A maioria das pesquisas desenvolvidas por esses alunos apresenta uma realidade desconhecida sobre o desdobramento das expressões da questão social em determinados espaços, bem diferente da dinâmica e realidade da capital. Para Fernandez et al. (2020), essas pesquisas têm contribuído para o desocultamento de particularidades relacionadas ao desenvolvimento de políticas públicas coerentes as demandas regionais de cada município. Neste contexto, os polos da UFAM nos interiores do estado assumem centralidade na aproximação desses alunos ao PPGSS/UFAM.

É importante registrar a relevância dos *campi* da UFAM e nos interiores do estado. De acordo com Andrade et al (2020), a oferta de cursos de extensão como se fossem de graduação é uma prática comum nos interiores do Amazonas. O que mostra a relevância dos *campi* de Universidades Públicas nos interiores. Outro aspecto é a inexistência de cursos *stricto sensu* em Serviço Social no interior por diferentes dificuldades e limites, como ausência do número suficiente de docentes e outros pontos como infraestrutura dos *campi*, para atender aos critérios da CAPES quanto à abertura de um programa. Se na capital a criação, permanência e consolidação é um desafio, nos interiores do estado essa dificuldade é triplicada.

No que concerne à formação universitária dos 210 ingressantes em nível de graduação, 164 (78%) são alunos formados por universidade pública e 46 (22%) por Instituição de Ensino Superior (IES) privadas. Destaca-se que 11 (5,2%) vieram dos *campi* da UFAM, e 139 (66,2%) da UFAM da capital, 14 (6,7%) vieram de Instituições de Ensino Superior Públicas no âmbito federal e estadual, e outros 46 (21,6%) vieram de outras Instituições de Ensino Superior Privadas de âmbito nacional e internacional. São ingressantes formados predominantemente na área de Serviço Social, apenas 5 (2,4%) concluíram curso em outra área de conhecimento. Quanto ao número de ingressantes por ano, o gráfico 1 apresenta o percentual de vagas ofertadas e caracterização do sexo.

Gráfico 1: Perfil dos alunos ingressantes por sexo e turma do PPGSS/UFAM no período de 2007-2022.



Fonte: Elaborado com base na Pesquisa Documental (PPGSS, 2022).

Desde sua implantação na UFAM até o ano de 2022, o programa contemplou 16 turmas. É importante apontar que, durante a coleta de dados da presente dissertação, o programa contava com três turmas (2020, 2021 e 2022) em andamento. Neste contexto, o programa formou 13 turmas (2007-2019) ao longo de sua trajetória. Observa-se também que houve um crescimento na oferta de vagas a partir do ano de 2019, visto que nos anos anteriores ofertava entre 8 a 15 vagas. E, apesar da pequena diminuição a partir do ano de 2020, o número de vagas ofertadas ainda é superior aos anos de 2007-2018. O gráfico ainda demonstra que 195 (93%) dos discentes ingressantes são do sexo feminino e apenas 15 (7%) do sexo masculino. Não é novidade que a profissão é historicamente predominada por assistentes sociais do sexo feminino.

De acordo com o Conselho Regional de Serviço Social do Amazonas (2022), até o mês de maio do ano corrente, o Estado do Amazonas possuía 10.400 bacharéis registrados oficialmente pelo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) da 15ª Região, apenas 20% foram registrados como sexo masculino. É interessante destacar que, até o ano de 2019, dos 157 ingressantes, o programa tituló 146 mestres, apenas 11 não conseguiram concluir os estudos no programa, sendo 9 do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Os motivos para não conclusão foram diversificados, como: um abandono de curso, uma desistência, um falecimento, duas ausências de defesa de dissertação e seis jubileamentos. Sobre as turmas em andamento, entre o período de 2020 a 2022, houve três desistências durante o funcionamento da modalidade de Ensino Remoto Emergencial (ERE), momento em que o Amazonas foi profundamente impactado pela pandemia de Covid-19.

Em relação ao perfil dos professores que atuaram no PPGSS/UFAM, é relevante considerar também aqueles que já fizeram parte da trajetória do programa em diversos âmbitos. De acordo com o levantamento da Pesquisa Documental, desde o ano de 2007 até 2022, o programa contou com a contribuição e dedicação de 25 professores. É importante ressaltar que durante os 15 anos, houve diversas mudanças, convites para ministrar disciplinas, renovações e perdas em razão da pandemia. O quadro a seguir apresenta os professores que foram docentes ou ministraram disciplinas no PPGSS e não estão mais inseridos no programa, mas que trouxeram contribuições inestimáveis para sua consolidação no Amazonas.

Quadro 15: Professores que contribuíram na proposta e ministraram disciplinas no PPGSS.

Ano de Formação	Nomes dos Professores	Área de titulação de Doutorado	IES de Titulação
1992	Denise Bomtempo Birche de Carvalho	Sociologia	UnB
1997	Elenise Faria Scherer	Serviço Social	PUC - SP
1999	Kathya Augusta Thomé Lopes	Psicologia Escolar	USP
2001	Heloisa Helena Côrrea da Silva	Serviço Social	PUC - SP
2001	Amélia Regina Batista Nogueira	Geografia	USP
2002	Simone Eneida Baçal de Oliveira	Serviço Social	PUC - SP
2004	Noval Benayon Mello	Educação	UFF

2009	Débora Cristina Bandeira Rodrigues	Biociencia	UFAM
------	------------------------------------	------------	------

Fonte: Elaborado com base na Pesquisa Documental (2022) e Priante (2015).

O quadro apresenta um perfil de docentes já consolidados e conhecidos no estado do Amazonas e Brasília. São autores de grandes livros como: “Questão Social na Amazônia”, “Amazônia: Território, Povos Tradicionais e Ambiente”, “Expressões da Assistência Social no Médio Juruá – Amazonas”, “Conhecimento e prática profissional: o saber fazer dos Assistentes Sociais em Manaus”, “Conhecimentos tradicionais e mecanismos de proteção: estudo de caso nas comunidades de Ebenézer e Mucajá em Maués/AM”, e outras diversas produções de conhecimento que apresentam realidades específicas do Amazonas e região norte do Brasil (PPGSS, 2022).

Conforme a pesquisa desenvolvida por Priante (2015), até o ano de 2015, o programa contava com 10 professores permanentes e 5 colaboradores. No ano de 2019, Fernandes *et al* (2020) destacam que o programa contou com 13 professores permanentes, 1 professor colaborador e 1 professor visitante. Em pesquisa mais recente, Pinheiro, Cunha e Andrade (2020) apontam que, no ano de 2020, o programa passou a contemplar 14 professores permanentes, 1 professor visitante e 1 professor colaborador.

É notório que o quantitativo de professores permanentes foi crescendo ao longo dos últimos sete anos em razão da ampliação de vagas e aprimoramento das disciplinas. A pesquisa evidencia que, no ano de 2022, após o recredenciamento de professores e implantação do Novo Regimento do PPGSS/UFAM, o quadro docente passou a ser formado 17 professores, sendo 13 permanentes, 3 colaboradores e 1 professor visitante. No que concerne as principais características do perfil, o corpo de professores é formado predominantemente pelo sexo feminino, sendo o mesmo composto por 16 (94,12%) e apenas 1 (5,88%) do sexo masculino, conforme apresenta o quadro abaixo:

Quadro 16: Professores do PPGSS no ano de 2022.

Categoria	Nomes dos Professores	Sexo
Permanentes	Alice Alves Menezes Ponce de Leão Nonato	Feminino
	Andreza Gomes Weil	Feminino
	Carolina Cassia Batista Santos	Feminino
	Cristiane Bonfim Fernandez	Feminino
	Hamida Assunção Pinheiro	Feminino
	Lidiany de Lima Cavalcante	Feminino
	Lucilene Ferreira de Melo	Feminino
	Iraildes Caldas Torres	Feminino
	Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves	Feminino
	Marinez Gil Nogueira Cunha	Feminino
	Milena Fernandes Barroso	Feminino
	Roberta Ferreira Coelho de Andrade	Feminino
	Yoshiko Sasaki	Feminino
Colaboradores	Kátia de Araújo Lima Vallina	Feminino
	Márcia Perales Mendes Silva	Feminino
	Sandra Helena da Silva	Feminino
Visitante	Yunier Sarmiento Ramírez	Masculino

Fonte: Pesquisa Documental (PPGSS, 2022).

Em relação à idade mediana dos professores, a pesquisa revela que a principal faixa etária está entre 41 e 45 anos e 51 a 55 anos. Ressalta-se ainda que o programa não possui professores com idade entre 46 a 50 anos. Neste contexto, 2 (11,8%) estão entre 34 a 40 anos, 5 (29,4%) possuem entre 41 a 45 anos, outros 5 (29,4%) estão entre 51 a 55 anos, 3 (17,6%) estão entre 55 a 60 anos, 1 (5,9%) se encontra entre 60 e 69 anos, e 1 (5,9%) possui mais de 70 anos.

O PPGSS/UFAM contempla um coletivo de professores com carreiras consolidadas. Em relação à formação universitária em nível de graduação, 16 (94,12%) do quadro docente é formado em Serviço Social e 1 (5,88%) em Economia. Das docentes graduadas em Serviço Social, 86% são assistentes sociais formadas pela UFAM, e 8% formadas por outra Instituição de Ensino Superior (IES) privada. Dos 16 (94%,12%), apenas uma professora possui mais de uma graduação além do Serviço Social, sendo um curso na área de Teologia e outro na área de Filosofia.

É indubitável que os professores carregam uma diversidade de conhecimentos e experiências profissional e acadêmica. Além dos títulos obrigatórios para seguir carreira docente em Universidade Federal e critérios da CAPES, 13 (59,9%) dos professores possuem especialização em distintas áreas, sendo que 8 (61,54%) cursaram na UFAM, 1 (7,69%) na Universidade Federal do Ceará - UFC, 1 (7,69%) na Universidade de São Paulo - USP, todas universidades públicas. E outros 1 (7,69%) na Universidade Nilton Lins - UNL, 1 (7,69%) na Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP, 1 (7,69%) na Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP, em Instituições de Ensino Superior no âmbito privado. A tabela a seguir apresenta as áreas de formação profissional na especialização e mestrado.

Tabela 1: Formação Profissional em nível de Especialização e Mestrado.

Especialização			Mestrado		
Área de Conhecimento	Nº	%	Área de Conhecimento	Nº	%
Metodologia do Ensino Superior	4	26,67%	Serviço Social	3	17,65%
Administração em Recursos Humanos	3	20,00%	Serviço e Sustentabilidade na Amazonia	4	23,53%
Fundamentos Metodológicos da Pesquisa	1	6,67%	Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia	1	5,88%
Administração Hospitalar e Gestão de Serviços de Saúde	1	6,67%	Ciências Sociais	1	5,88%
Metodologia da Pesquisa Aplicada ao Serviço Social	1	6,67%	Sociedade e Cultura na Amazônia	2	11,76 %
Violência Doméstica contra Criança e Adolescente	1	6,67%	Sociologia Rural	1	5,88%
Educação para as Profissões da Saúde	1	6,67%	Sociologia	1	5,88%
Educação Em Saúde Pública	1	6,67%	Política Social	1	5,88%
Fundamentos da Educação	1	6,67%	Educação	1	5,88%
Teoria do Conhecimento Filosofia das Ciências	1	6,67%	Psicologia da Saúde	1	5,88%
			Direção de Empresas	1	5,88%

Fonte: Pesquisa Documental (PPGSS, 2022).

Em relação à continuidade da formação, 17 (100%) dos professores possuem titulação em mestrado. Todavia, o quadro evidencia uma conquista do PPGSS/UFAM ao receber 4 docentes egressas formadas pelo próprio programa nos anos de 2009, 2011, 2012 e 2014. Se antes, havia uma lacuna de mestres específicos na área e na produção de conhecimento que trabalhem a transversalidade entre Serviço Social e Sustentabilidade na Amazonia de forma direta ou indireta, o programa certamente alcançou êxito na formação de mestres e pesquisadores que darão continuidade em pesquisas que possam abordar essa transversalidade.

A tabela também apresenta uma primazia nas áreas das ciências humanas e sociais. Todavia, observa-se um destaque em “Serviço Social”, “Sustentabilidade” e “Cultura” com foco na Amazônia como área central. É relevante apontar que 8 (47,06%) cursaram o mestrado na UFAM, 1 (5,88%) na UFC, 1 (5,88%) na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 1 (5,88%) na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 1 (5,88%) na Universidade de Brasília – UNB. Outros 2 (11,76%) formaram na Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, 1 (5,88%) na Universidade Metodista de São Paulo - UMESSP, em instituições privadas. E, 1 (5,88%) formou no exterior em universidade pública.

Quanto à formação em nível de doutorado, 17 (100%) dos professores possuem titulação. Destaca-se que 1 docente possui titulação de Doutorado Dupla, sendo uma cursada no exterior. Destaca-se que 6 (35,3%) formaram na UFAM, 2 (11,8%) na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2 (11,8%) na PUC-SP, 1 (5,99%) no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, 1 (5,99%) na UNB, 1 (5,99%) no *Centre International de Recherche Sur l'Environnement et le Devellopment* – CIRED, 1 (5,99%) na UERJ, 1 (5,99%) na Universidade Estadual Paulista – UNESP, 1 (5,99%) na UFRJ, e 1 (5,99%) docente formado no exterior em universidade pública. A tabela 02 apresenta as principais áreas de titulação do corpo docente no doutorado, e apresenta as áreas dos docentes que realizaram o Estágio Pós-Doutoral.

Tabela 2: Formação Profissional em nível de Doutorado e Estágio Pós-Doutoral

Doutorado			Estágio Pós-Doutoral		
Área de Conhecimento	Nº	%	Área de Conhecimento	Nº	%
Serviço Social	4	22,2%	Serviço Social	5	29,41%
Sociedade e Cultura na Amazônia.	3	16,7%	Política Social	2	11,76%
Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia	3	16,7%	Antropologia e Etnologia indígena	1	5,88%
Ciências Sociais	2	11,1%			
Política Social	1	5,6%			
Política Científica e Tecnológica	1	5,6%			
Processo de Inovação de Mudança Organizacional	1	5,6%			
Ciências Biológicas - Botânica	1	5,6%			
Biotecnologia	1	5,6%			
Ciências Econômicas	1	5,6%			
Total	18	100,0%	Total	8	47,05%

Fonte: Pesquisa Documental (PPGSS, 2022).

Os estudos de Priante (2015) já apontavam uma ampla pluralidade no que concerne às áreas de formação em nível de doutorado dos docentes. A análise desenvolvida por Pinheiro, Cunha e Andrade (2020, p.226) corrobora que a diversificada formação dos professores do PPGSS/UFAM: “é o que garante sua identidade cultural, oportunizando um olhar interdisciplinar sobre a questão social na Amazônia, trazendo à tona na produção de conhecimento questões socioambientais que não são trabalhadas na Região Sul e/ou na Região Sudeste do país”.

Neste contexto, a tabela 2 apresenta que a maior área de titulação é Serviço Social, seguida por Sociedade e Cultura na Amazônia, Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia coerente aos critérios da CAPES e proposta inovadora do programa. Em outra pesquisa desenvolvida por Pinheiro, Andrade e Cunha (2020b), as autoras destacam que o PPGSS/UFAM possui um compromisso com a Sustentabilidade Amazônia. De acordo com PPGSS (2017), esse compromisso vai além da formação de recursos humanos e qualificação profissional, é firmado no desenvolvimento de pesquisadores críticos para realizar reflexões acerca das demandas e especificidades do Amazônia em nível local e regional.

Desta forma, as titulações em “Ciências Sociais”, “Política Social”, “Política Científica e Tecnológica”, “Processo de Inovação de Mudança Organizacional”, “Ciências Biológicas – Botânica”, “Biotecnologia” e “Ciências Econômicas” são essenciais para formar mestres e conduzir a produção de conhecimentos emergentes sobre as expressões da questão social na Amazônia. Neste processo, é importante lembrar que a área central do PPGSS é Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia então não se pode pensar em uma desassociada da outra. É preciso acompanhar o movimento de mudanças, as influências econômicas e políticas que envolvem a Amazônia e produzem expressões da questão social.

Com o amadurecer dos anos, os professores do programa também buscaram qualificar-se com o estágio pós-doutoral. Até o ano de 2019, apenas 5 professores haviam realizado o pós-doutorado. Todavia, com a vinculação ao PROCAD/AMAZÔNIA, mais 3 professores cursaram o estágio na PUC-RS, destes apenas 2 professores ainda estão vinculados ao programa. Destaca-se que, ainda em março de 2022, 2 (11,76%) docentes estavam cursando o estágio pós-doutoral, e apenas 7 (41,18%) ainda não haviam realizado. É significativo dizer que a ampliação ocorreu na área de conhecimento em Serviço Social, onde os docentes só possuíam graduação na área. Certamente, a bagagem de conhecimento adquirida desde a graduação até o estágio pós-doutoral contribuiu também para o aprimoramento das pesquisas desenvolvidas pelos grupos de estudos do PPGSS.

É incontestável que a participação em um grupo de pesquisa é uma experiência enriquecedora na formação de um pesquisador. Os estudos de Prates (2012) afirmam que os núcleos e grupos de pesquisas são espaços privilegiados para o exercício da medição teórico-prática, adensamento de

conceitos, aprofundamento de temáticas e desocultamento de contradições que envolvem a realidade, sendo os núcleos e grupos de pesquisa indispensáveis na graduação e pós-graduação. Não obstante, é importante apresentar os grupos e projetos desenvolvidos pelos docentes, egressos e discentes do PPGSS/UFAM, conforme apresenta o quadro a seguir:

Quadro 17: Grupos de Estudos e Pesquisas vinculados ao PPGSS/UFAM

Criação	Grupos de Pesquisa	Linhas de Pesquisa do Grupo	Coordenação
2001 (21 anos)	Grupo de Estudos e Pesquisa em Processos de Trabalho e Serviço Social a Amazônia (GETRA).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Responsabilidades sociais e trabalhistas. 2. Mercado de trabalho. 3. Políticas públicas. 4. Avaliação de impactos. 5. Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. 	Dra. Márcia Perales Mendes Silva e Dra. Cristiane Bonfim Fernandez.
2001 (21 anos)	Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (INTER-AÇÃO).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Agroecologia e desenvolvimento sustentável. 2. Economia Criativa, Cultura e Políticas Públicas. 3. Educação, políticas públicas e desenvolvimento regional. 4. Inovação e Propriedade Intelectual. 5. Inovação Social e Tecnológica. 6. Políticas Públicas e Socioambientais. 7. Tecnologias Sociais na Amazônia. 8. Turismo de Base Comunitária e Sustentabilidade. 	Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves e Dra. Carolina Cássia Batista Santos
2002 (20 anos)	Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Sociais e Seguridade Social no Amazonas (GEPPSSAM).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Proteção Social, Seguridade Social e Sujeitos Sociais. 2. Questão social, Políticas Sociais, Lutas Sociais e Sustentabilidade. 	Dra. Yoshiko Sasaki e Dra. Dayana Cury Rolim
2005 (17 anos)	Grupos de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder (GEPOS).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gênero, Feminismo e Movimentos Sociais. 2. Gênero, Trabalho e Práticas Sociais. 3. Manifestações Simbólicas e feminino indígena na Amazônia. 	Dra. Iraildes Caldas Torres e Dra. Artemis de Araújo Soares.
2012 (10 anos)	Grupo de Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Direitos e Políticas Sociais na Amazônia. 2. Educação, Filosofia e Cidadania 3. Migração, Mundo rural e mundo urbano 4. Mundos do trabalho e suas múltiplas expressões. 5. Povos tradicionais, ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. 6. Processo de Formação e de Trabalho Profissional do Assistente Social. 	Dra. Roberta Ferreira Coelho de Andrade e Dra. Hamida Assunção Pinheiro.
2012 (10 anos)	Grupos de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDHS).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gestão Social, Políticas Públicas, Ambiente e Sustentabilidade. 2. Direitos Humanos, Cidadania, Participação Social e Sustentabilidade. 3. Desenvolvimento Regional, Trabalho e Tecnologias voltadas para Sustentabilidade. 	Dra. Marinez Gil Nogueira Cunha e Dra. Lucilene Ferreira de Melo.
2017 (05 anos)	Grupos de Estudos e Pesquisa da Complexidade Amazônica (GEPCA).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Agricultura familiar e agroecossistemas amazônicos. 2. Complexidade e religação de saberes amazônicos. 3. Economia solidária, circular, cultural, criativas e Políticas Públicas. 4. Relações sociais e ambiente. 5. Serviço Social e Sustentabilidade. 	Dra. Sandra Helena da Silva e Dr. José Carlos Martins Brandão.
2019 (03 anos)	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social Crítica, Estado Movimentos Sociais e Políticas Sociais (TEMPPUS).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estado, Trabalho e Classes Sociais no Brasil. 2. Relações sociais de exploração e opressões de sexo/gênero, étnico-raciais e de classe. 3. Teoria Social Crítica e Movimentos Sociais. 4. Teoria Social Crítica e Políticas Sociais. 	Dr. Aldair Oliveira de Andrade e Dra. Milena Barroso Fernandes.

Fonte: Esquematizado com base no Diretório de Pesquisas do CNPq (2022).

Até março do ano de 2022, o PPGSS/UFAM contemplava 08 grupos de pesquisas vinculados ao CNPq. Pode-se afirmar que, em razão da formação interdisciplinar dos docentes, egressos, discentes e convidados externos, há uma extensa possibilidade de desenvolvimento de pesquisas sobre as particularidades do Serviço Social e Sustentabilidade Socioambiental na Amazônia. De acordo com Pinheiro, Andrade e Cunha (2020), todos os grupos de pesquisa estão vinculados a uma linha de pesquisa do PPGSS, sendo o GETRA, GEPPSSAM, ESTRADAS e TEMPPUS na linha “Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas. E, os grupos INTER-AÇÃO, GEPOS, GEPCA e GEDHS na linha “Questão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade”.

De acordo com Pinheiro, Cunha e Andrade (2020, p.228), “nos grupos de pesquisa ocorre uma parte fundamental da formação dos mestrados, sobretudo no que concerne ao refinamento das habilidades de pesquisador”. Elemento indispensável no amadurecimento acadêmico e profissional do aluno por aproximá-lo da dimensão investigativa e contribuir para questionamento e desvelamento das expressões da questão social no Amazonas. Fernandez *et al* (2020) corroboram que a dinâmica de funcionamento é fundamentada no tripé ensino, pesquisa e extensão, sendo a articulação entre graduação e pós-graduação essencial na produção de conhecimento coerentes ao contexto amazônico.

Com base nessa direção, todos os estudos, pesquisas, produções de conhecimento e outras atividades envolvem a participação de docentes permanentes, docentes colaboradores, egressos e mestrados do PPGSS, além de professores do DSS (graduação), e de outras áreas de conhecimento. Os grupos também contam com a participação de alunos da graduação, principalmente no desenvolvimento de pesquisas de Iniciação Científica (IC), o qual pode contar com a coorientação dos discentes do PPGSS. Dentre as principais atividades realizadas pelos grupos estão o desenvolvimento de produções técnicas e científicas, projetos institucionais e não institucionais, organização de livros, coletâneas, e eventos em âmbito regional, nacional e internacional.

É importante ressaltar que quando um discente ingressa no programa, o mesmo(a) é vinculado(a) ao grupo de pesquisa de seu respectivo orientador(a). No que concerne aos estudos desenvolvidos pelos grupos de pesquisa, o quadro 18 demonstra que o PPGSS em articulação com o DSS e outras áreas de conhecimento trabalham em 36 linhas de pesquisa que abarcam 64 temáticas, conforme demonstra a tabela 3. Em alguns casos, as temáticas se repetem, e em outros se articulam e se complementam. Todavia, optamos por deixar o segmento exato apontado na descrição dos grupos de pesquisa inseridas na plataforma do CNPq.

Tabela 3: Temáticas trabalhadas pelos grupos de pesquisa do PPGSS/UFAM até o ano de 2022

Nº	Temática	Repetições	%
1	Agricultura Familiar	1	1,18%

2	Agroecologia	1	1,18%
3	Agroecossistemas amazônicos	1	1,18%
4	Ambiente	3	3,53%
5	Avaliação de Impactos	1	1,18%
6	Cidadania	2	2,35%
7	Classes Sociais no Brasil	1	1,18%
8	Complexidade de saberes amazônicos	1	1,18%
9	Cultura	1	1,18%
10	Desenvolvimento Regional	2	2,35%
11	Desenvolvimento Sustentável	1	1,18%
12	Direitos	1	1,18%
13	Direitos Humanos	1	1,18%
14	Economia Circular	1	1,18%
15	Economia Criativa	2	2,35%
16	Economia Cultural	1	1,18%
17	Economia Solidária	1	1,18%
18	Educação	2	2,35%
19	Estado	1	1,18%
20	Feminismo	1	1,18%
21	FHTM do Serviço Social	1	1,18%
22	Filosofia	1	1,18%
23	Gênero	2	2,35%
24	Gestão Social	1	1,18%
25	Inovação	1	1,18%
26	Inovação Social	1	1,18%
27	Inovação Tecnológica	1	1,18%
28	Lutas Sociais	1	1,18%
29	Mercado de trabalho	1	1,18%
30	Migração	1	1,18%
31	Movimentos Sociais	2	2,35%
32	Mundo do trabalho	1	1,18%
33	Mundo rural	1	1,18%
34	Mundo urbano	1	1,18%
35	Participação Social	1	1,18%
36	Políticas Públicas	6	7,06%
37	Políticas Sociais	2	2,35%
38	Políticas Sociais na Amazônia	1	1,18%
39	Políticas Socioambientais	1	1,18%
40	Povos tradicionais	1	1,18%
41	Práticas Sociais	1	1,18%
42	Processo de Formação do Assistente Social	1	1,18%
43	Processo de trabalho profissional do Assistente Social	1	1,18%
44	Propriedade Intelectual	1	1,18%
45	Proteção Social	1	1,18%
46	Questão Social	1	1,18%
47	Relações Sociais	1	1,18%
48	Relações Sociais de opressão de sexo/gênero	1	1,18%
49	Relações Sociais de Classe	1	1,18%
50	Relações Sociais de exploração	1	1,18%
51	Relações Sociais étnico-raciais	1	1,18%
52	Religação de saberes amazônicos	1	1,18%
53	Responsabilidade Social	1	1,18%
54	Responsabilidade Trabalhista	1	1,18%
55	Seguridade Social	1	1,18%
56	Serviço Social	1	1,18%
57	Sujeitos Sociais	1	1,18%
58	Sustentabilidade	5	5,88%
59	Sustentabilidade na Amazônia	1	1,18%

60	Tecnologias para Sustentabilidade	1	1,18%
61	Tecnologias Sociais na Amazônia	1	1,18%
62	Teoria Social Crítica	2	2,35%
63	Trabalho	3	3,53%
64	Turismo de Base comunitária	1	1,18%

Fonte: Esquematizado com base no Diretório de Pesquisas do CNPq (2022).

A tabela 3 demonstra uma diversidade de temáticas. Os destaques são sustentabilidade, tecnologia, relações sociais, trabalho e economia. É necessário apontar que, com o amadurecer do programa, assessorias e o próprio movimento dinâmico da sociedade, os grupos precisam passar anualmente por uma atualização e refinamento em suas linhas. Mas em relação ao que está inserido no Diretório dos Grupos de Pesquisa, é interessante destacar que, levando em consideração que a área de concentração do PPGSS é “Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia”, observa-se uma timidez nas temáticas “Serviço Social” e “Questão Social” em alguns grupos.

Sem dúvidas, a temática perpassa através dos estudos e pesquisas dos mestrados, e também podem estar implícitas nas temáticas “Formação”, “Trabalho”, “Fundamentos Históricos Teórico- Metodológicos do Serviço Social” e “Políticas Públicas e Sociais”. Outro ponto a ser destacado é o cuidado de evidenciar a “Amazônia” e suas especificidades em algumas temáticas. Em comparação a outros grupos de pesquisa dos programas de Serviço Social, apenas o PPGSS/UFAM e PPGSS/UFPA trazem essa preocupação. O que é de extrema importância para ampliação da discussão e produção de conhecimento sobre o norte do Brasil com foco na Amazônia.

Também é necessário destacar a maturidade e consolidação desses grupos. Com 21 anos de existência, o GETRA é um dos grupos mais antigos do PPGSS/UFAM, ele nasceu no DSS com intuito de fortalecer a pesquisa e a extensão da UFAM (ENTREVISTADA Nº 8, PESQUISA CAMPO, 2022). De acordo com o diretório de pesquisas do CNPq (2022), o grupo tem realizado principalmente pesquisas em torno das expressões da questão social que envolvem crianças e adolescentes na Amazônia, políticas sociais inerentes à temática da assistência. Tem desenvolvido pesquisas sobre o processo e condições da formação e trabalho em Serviço Social, e os diversos impactos ocasionados pela contrarreforma na Amazônia. Os pesquisadores do grupo já publicaram diversos livros acerca da temática central, como: “Discutindo sobre liberdade, respeito e dignidade com crianças e adolescentes”, “Infância e violência sexual: a massa local da tríplice fronteira Amazônica”, “Serviço Social: da formação acadêmica ao exercício profissional” e outros.

Em relação ao GEPPSSAM, o grupo tem realizado pesquisas acerca das temáticas Serviço Social e Políticas de Saúde e Assistência. Durante 19 anos, a marca central do grupo foram os temas “trabalho, gênero, envelhecimento e família”. Os pesquisadores vinculados ao grupo trouxeram grandes contribuições com a publicação, de: “Efetividade do sistema de informação, monitoramento e avaliação

da assistência social: limites, potencialidades e desafios”, “Os paradigmas da universidade brasileira” e “Serviço Social e velhice: perspectivas para o trabalho do assistente social na promoção à saúde do idoso”. Todavia, o grupo foi excluído pelo CNPq em 2021. Atualmente, o grupo está na condição “em preenchimento”, e passou por uma renovação em suas linhas de pesquisa e coordenação (PPGSS, 2022).

Com base nos Diretórios de Pesquisa do CNPq (2022, n.p), o novo objetivo do grupo é: “estudar e pesquisar sobre a proteção social no âmbito da seguridade social, a intervenção profissional dos(as) assistente sociais na esfera pública e as demandas dos sujeitos sociais na realidade regional”. O grupo também abriu espaço para tratar de novas temáticas específicas da Amazônia, como: múltiplas expressões da questão social relacionadas aos direitos sociais, trabalho, ambiente e populações. O grupo também abriu espaço para realizar pesquisas acerca da formação e trabalho com base nas demandas dos povos amazônico.

O grupo de pesquisas ESTRADAS completou 10 anos de funcionamento em 2022. Conforme pesquisa documental, é um dos grupos pioneiros no Amazonas no desenvolvimento e aprofundamento de pesquisas acerca da Historiografia, Formação e Trabalho em Serviço Social no Amazonas. Durante muitos anos, houve uma lacuna nas produções bibliográficas acerca da historiografia e consolidação da formação em Serviço Social no Amazonas, o que tem destacado suas pesquisas na Região Norte. O grupo desenvolveu projetos como: "Formação Profissional do Assistente Social no Estado do Amazonas", desenvolveu diversos projetos de extensão, publicou livros como: “Os nós da formação profissional em Serviço Social” e “Novos Contornos do Serviço Social no Amazonas”. Em 2022, estava desenvolvendo o projeto guarda-chuva intitulado: “Serviço Social no Amazonas entre sombras e luzes: historiografia, formação e trabalho profissional”.

O mais recente grupo é o TEMPPUS, com apenas 3 anos de funcionamento, o qual tem se destacado pelas pesquisas relacionadas às “Relações sociais de exploração e opressões de sexo/gênero, étnico-raciais e de classe. O grupo tem contribuído significante com o debate acerca da violência de gênero. Recentemente, uma das líderes organizou o livro “*Violência contra mulheres nas Universidades*”. O grupo também organizou uma cartilha intitulada “Universidade sem violência: um direito das mulheres” envolvendo também três Instituições Públicas do Amazonas. O grupo também tem organizado *lives* e participado de eventos acerca das temáticas violência estrutural, fundamentos históricos e metodológicos da formação profissional, e os dilemas contemporâneos vivenciados no trabalho em Serviço Social (PPGSS, 2022). De acordo com o Diretório de Pesquisas do CNPq (2022), o objetivo central do grupo é promover um espaço e produção de conhecimento que articule discussões sobre a Teoria Social Crítica, Estado, Movimentos Sociais e Políticas Sociais.

Em relação aos grupos vinculados à linha “Questão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade”. O grupo INTER-AÇÃO completou 21 anos de atuação em 2022, criado antes da

aprovação do PPGSS/UFAM, é considerado um dos grupos mais consolidados vinculado ao programa. De acordo com Chaves (2013, n.p), um dos principais objetivos do grupo é o desenvolvimento de “estudos que ampliem os conhecimentos sobre o uso de tecnologias sociais e de informação para elaboração de alternativas para melhoria da qualidade de vida e a difusão das práticas sustentáveis dos recursos naturais nas comunidades ribeirinhas”.

Com base nesse apontamento, o grupo já trabalhou e desenvolveu pesquisas articuladas a outros países como Colômbia, Peru e Venezuela. E, conforme Chaves (2021), realizou estudos em 9 estados do Brasil, 52 municípios do Amazonas e mais de 1.000 comunidades urbanas e rurais na Amazônia. Os pesquisadores do grupo têm contribuído significativamente para a produção de conhecimento acerca do modo de vida das populações ribeirinhas, os valores, conhecimentos e práticas tradicionais passados de geração em geração, desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a Amazônia, e a importância do Serviço Social na viabilização do acesso a políticas públicas dos diversos povos da Amazônia.

De acordo com o Diretório de Grupos de Pesquisa (2022), todas as linhas de pesquisa do grupo buscam trabalhar a realidade das comunidades rurais e urbanas na Amazônia considerando os aspectos socioculturais, econômicos, técnicos e ecológicos. O grupo também tem produzido livros como: “Comunidades ribeirinhas na Amazônia: a dinâmica sociopolítica para acesso a bens e serviços sociais”, “Organização sociocultural e tecnologias sociais no trabalho das mulheres amazônidas”, “Conhecimentos tradicionais e mecanismos de proteção”, e o último lançamento “Sustentabilidade no Amazonas”, que reúne uma coletânea de artigos com resultados de pesquisa do grupo INTER-AÇÃO.

No que concerne ao grupo de estudos GEPOS, são 17 anos desenvolvendo pesquisas sobre a “Amazônia, seus processos, e sua gente em suas expressões de práticas sociais e políticas, assumindo prioritariamente o corte de gênero e das relações de poder” (DGP, 2022, n.p). É um grupo interdisciplinar bastante conhecido em âmbito nacional e internacional por organizar o “Encontro de Estudo sobre Mulheres da Floresta (EMFLOR)”. No que tange à vinculação ao PPGSS/UFAM, tem contribuído especificamente na linha “Gênero, Feminismo e Movimentos Sociais” com o desenvolvimento de estudos sobre as diversas relações de gênero, controle social e movimentos sociais em âmbito urbano e rural na Amazônia (PPGSS, 2022).

Outro grupo que completou 10 anos de atuação foi o GEDHS. De acordo com o Diretório de Grupos de Pesquisa (2022, n.p), o grupo objetiva pesquisar e estudar “a análise da relação entre a gestão social das políticas públicas, a defesa e garantia de direitos humanos e a criação de alternativas socioambientais sustentáveis de desenvolvimento regional”. Em suas três linhas de pesquisa busca desenvolver:

a) produção de investigações sobre a gestão social das ações públicas governamentais e não-governamentais e seus impactos socioambientais na Amazônia; b) produção de fontes primárias dos resultados das políticas públicas do Amazonas sob o crivo analítico da sustentabilidade socioambiental; c) Geração de conhecimentos sobre o impacto das políticas públicas na efetivação de Direitos Humanos e Socioambientais; d) fomento de ações de participação e controle social nos processos de gestão social; e) ampliação da discussão sobre a relação entre trabalho e sustentabilidade por meio da mediação das escolhas da tecnologia; f) Discussão sobre Arranjos Produtivos locais (APL's) e tecnologias sociais enquanto alternativas sustentáveis para o Desenvolvimento Regional; g) produção de conhecimentos sobre a relação entre territorialidade, modos de vida tradicional e a sustentabilidade (CNPq, 2022, n.p).

Entre os anos de 2020 e 2022, o grupo tem investido na organização e realização de oficinas que envolvem alunos da graduação e pós-graduação. Os temas são diversos, mas envolvem principalmente a temática “Iniciação à pesquisa na UFAM”. O grupo tem investido em pesquisas com a participação de mestrandos na coorientação, como: “*A produção científica recente do Serviço Social relacionada à área de Gestão de políticas sociais com ênfase na realidade amazônica*” (PPGSS, 2022).

Quanto ao mais novo grupo vinculado à linha “Questão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade”, o GEPCA completou 5 anos de atuação em 2022. O objetivo central do grupo é desenvolver pesquisas que desvendem a complexidade amazônica, especialmente no que se refere aos saberes e multifacetadas práticas de povos tradicionais, o modo de vida dos povos, de agricultores familiares e indígenas, e também desocultar as diversas expressões da questão socioambiental na região amazônica, com ênfase no baixo Amazonas. É considerado um grupo interdisciplinar e tem como prioridade a formação de recursos humanos e produção de conhecimentos sobre a realidade amazônica, que promovam inclusão social e melhorias nas condições de vida de diversos povos da Amazônia (CNPq, 2022).

Apesar da recente criação, o grupo tem desenvolvido atividades em parcerias com associações do terceiro setor, cooperativas, empreendedores do ramo artesanal e comunidades rurais. O grupo também apresenta uma especificidade diferente dos outros grupos vinculados à linha de pesquisa do PPGSS, uma ênfase em apresentar os “modos de vida conjuntivos, solidários e de resistência dos povos amazônicos, o pensamento do sul, de modo a fazer frente às políticas econômicas de desmonte de direitos e conservação ambiental” (CNPq, 2022, n.p). É extremamente necessário evidenciar o que aproxima e particulariza o Norte das demais regiões.

É indiscutível que os grupos vinculados ao PPGSS/UFAM têm materializado importantes estudos sobre o Amazonas. Para Pinheiro, Cunha e Andrade (2020, p. 227-228 “os grupos de pesquisa são de grande importância para a organização, articulação e desenvolvimento dos estudos realizados por docentes e discentes do PPGSS”. É primordial “o estrito cumprimento da pertinência e adequação da proposta do projeto do candidato às linhas de pesquisa e às temáticas dos docentes que ofertaram vagas”

(PPGSS, 2022, p.6). Nesse sentido, os alunos aprovados são inseridos por seus orientadores nos grupos vinculados ao programa.

Pode-se afirmar ainda que os eventos, seminários, oficinas são de extrema importância para dar visibilidade ao programa e tornar sua proposta conhecida, uma vez que a Amazônia é a morada de diversos povos do Brasil e outros países. Além de trabalhar as particularidades do Estado do Amazonas, destaca-se ainda, que o triênio 2020-2022 foi de grande visibilidade para o PPGSS/UFAM, um período de expansão nas pesquisas desenvolvidas pelo programa, e no crescimento de investigações sobre as próprias particularidades do programa, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 18: Produção científica sobre o PPGSS/UFAM.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O PPGSS		
Categoria	Título	Ano
Relatório de Iniciação Científica	A Pós-Graduação em Serviço Social: uma análise do perfil acadêmico, profissional e das pesquisas dos alunos de mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.	2012
	O destino dos mestres em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia: da qualificação à inserção profissional.	2013
	A produção intelectual do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) no período de 2010 a 2012.	2015
Matéria em Revista	Mestrado em Serviço Social: há dez anos fortalecendo a perspectiva da sustentabilidade.	2017
Artigos em Revista Qualis A1	A Pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas: contribuições para a sociedade.	2020
Artigo em capítulo de Livro	A pós-graduação em serviço social no estado do Amazonas: as particularidades da discussão da sustentabilidade socioambiental na UFAM.	2020
	Contexto socioeconômico e cultural do Amazonas: Os desafios da graduação e pós-graduação em Serviço Social.	2020
	Procad Amazônia: a trilha de cooperação acadêmica entre UFAM, PUCRS e UFPA.	2020
	Caminhos da Graduação e da Pós-graduação em Serviço Social no norte e no sul do Brasil: aproximações e particularidades.	2021
Artigos em Anais Internacionais	Na trilha da qualificação profissional: educação, formação e o destino dos mestres.	2013
	Formação profissional dos estudantes de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas em tempos de pandemia COVID-19.	2020
Artigos em Anais Nacionais	Pandemia de Covid-19 e pós-graduação em serviço social: aproximações a partir do Amazonas.	2021
Resumo Expandido	Pesquisa na formação profissional: panorama dos temas das dissertações do PPGSS/UFAM.	2021
Dissertação	A questão da velhice e suas demandas de saúde em Manaus analisadas pelas discentes do PPGSS/UFAM.	2020
	Pesquisa com seres humanos: a racionalidade ética do sujeito e as exigências do objeto nas dissertações do PPGSS/UFAM.	2022

Fonte: Pesquisa Bibliográfica (2022).

O quadro acima apresenta um levantamento de publicações acerca do PPGSS/UFAM como objeto ou tema de pesquisa. O último quadriênio (2017-2020) foi um período decisório acerca do destino do programa. Os anos 2019, 2020, 2021 e 2022 foram marcados por um intenso planejamento de estratégias e mudanças necessárias em sua proposta. O que também desencadeou uma série de

questionamentos sobre a importância, avaliação, ética, dificuldades em tempo de pandemia, relevâncias e contribuições do programa para a sociedade ao longo dos seus 15 de atuação. Ainda no início do ano de 2020, havia uma ausência de pesquisas sobre a história do programa e sua identidade, anteriormente com apenas 5 (33, 3%) trabalhos; a partir de fevereiro o número cresce para 15, sem contar com pesquisas não mencionadas que ainda estão em andamento.

Isso revela não só a importância do programa na região norte e Brasil por trazer particularidades ainda desconhecidas sobre a Amazônia, mas também a visibilidade que gerou nos últimos três anos. Processo que é fruto do trabalho coletivo entre docentes, discentes e egressos, o qual será discutido no capítulo três da presente dissertação. Discussão que é necessária para pontuar e desocultar os desafios do PPGSS em relação ao processo de avaliação. E, discutir acerca das incertezas no sistema de avaliação da própria CAPES, uma vez que as regras do jogo mudaram em vários momentos, e do próprio risco de destituição da mesma como avaliadora da pós-graduação *stricto sensu*.

CAPÍTULO IV

O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA À LUZ DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES: ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS

Um dos jogos de tabuleiro mais antigo e competitivo do mundo é conhecido como “xadrez”. Não se sabe ao certo sua exata origem ou o nome de quem o inventou. Alguns pesquisadores acreditam que seu surgimento é proveniente da Ásia. Para outros estudiosos, o jogo surgiu como instrumento de tática para nortear as guerras no início do século VII. O fato é que o jogo passou por diversas mudanças e adaptações desde sua origem. Decerto, é um jogo de extrema complexidade que requer boa memória e agilidade, nele não existe sorte, azar ou acaso. Trata-se de um jogo que é movimentado puramente pelo raciocínio lógico e estratégico dos participantes envolvidos (CASTRO, 1994; SILVA, 2012).

Jogado num tabuleiro de 64 casas, cada jogador tem inicialmente 32 peças de seis tipos, cada qual com importância, movimentos e possibilidades de captura específicos. Apenas os quatro primeiros lances podem produzir cerca de 72 mil diferentes posições. Os dez primeiros lances podem ser jogados de cerca de 170 seguido de 27 zeros maneiras diferentes. Trata-se, portanto, de um jogo de possibilidades inesgotáveis (CASTRO, 1994, p.1).

Dessa forma, nunca é possível prever quem será o ganhador ou perdedor de uma partida. Um único movimento errado pode mudar todo o jogo e o destino de vitória dos participantes envolvidos. De acordo com Silva (2012), para se jogar uma partida de xadrez é fundamental compreender a dinâmica e as regras do jogo. É importante que os participantes conheçam os movimentos de todas as peças posicionadas no tabuleiro e os possíveis riscos de suas jogadas. O autor ainda destaca que, na competição enxadrística, “o tempo é controlado através do relógio especial para o xadrez, composto de dispositivos manuseados pelos enxadristas (SILVA, 2012, p.18).

Uma situação parecida com o jogo de xadrez acontece em outro processo de disputa chamado “avaliação da pós-graduação *stricto sensu*”. Dessa forma, este capítulo apresenta os principais avanços e desafios do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) em meio a um cenário incerto de avaliação (onde as regras mudavam constantemente), e corrida contra o tempo para sua consolidação e permanência no Amazonas. Aponta os principais movimentos e estratégias adotadas pelo programa nos últimos quadriênios (2013-2016/2017-2020) para superação do conceito 3. E, por fim, apresenta uma reflexão acerca dos possíveis caminhos a serem traçados pelo PPGSS no futuro.

4.1 A consolidação do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia: entre avanços e desafios

Para compreender os avanços e desafios do PPGSS/UFAM, é primordial conhecer sua história, e principalmente compreender a dinâmica e as regras do jogo que envolvem a avaliação da pós-graduação. O processo de avaliação realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) passou por inúmeras mudanças ao longo de seus 71 anos de atuação. Os critérios e indicadores de qualidade que norteiam o processo avaliativo passaram por atualizações que podem ser consideradas positivas e negativas. Também sabemos que o destino e sobrevivência de um programa à luz desses indicadores de qualidade depende da nota conceitual que ele recebe.

Antes de aprofundarmos a discussão, é importante destacar que a busca pela consolidação do programa pode ser compreendida em três fases interdependentes. A primeira refere-se ao momento em os participantes estão **“conhecendo o jogo”**, onde tudo é uma novidade e ainda não existe um entendimento profundo sobre todos os movimentos, recursos e suas finalidades. A segunda fase pode ser entendida como o acúmulo de experiências adquiridas que geram uma **“apropriação da dinâmica e regras do jogo”**. A terceira fase pode ser compreendida como a defesa dos participantes e execução **“dos movimentos estratégicos”** traçados para a superação de suas dificuldades.

Desde o início de suas atividades, o programa participou de quatro avaliações. Mas é fundamental lembrar que a superação da nota três foi um processo árduo e de contínua superação. E, embora haja poucos registros e análises acerca das estratégias adotadas desde o primeiro ano de funcionamento do programa, os dados coletados evidenciaram uma preocupação antiga, conforme é explicitado no quadro 20:

Quadro 19: Trajetória do PPGSS/UFAM em relação à avaliação no período 2008-2022.

Avaliação	Nota	Principais Atividades em relação ao Planejamento e Avaliação
Trienal 2007-2009	3	2008 – Treinamento dos Coordenadores para preenchimento do Coleta CAPES. 2008 – Atualização da página eletrônica do PPGSS. 2008 – Planejamento com os recursos do PROAP. 2008 – Elaboração de Planejamento da Pós-Graduação até 2012. 2008 – Proposta de Política Editorial do Programa 2009 – Criação de uma comissão para Avaliação do PPGSS.
Trienal 2010-2012	3	2010 – Criação de uma comissão para iniciar a revisão da proposta e regimento interno. 2010 – Criação de critérios para credenciamento e descredenciamento dos professores. 2011 – Elaboração de estratégias para aumentar a produção científica do PPGSS. 2011 – Aprimoramento nos prazos de defesa e qualificação. 2012 – Investimento na Inserção Social por meio de Seminário Internacional. 2012 – Início de Revisão do Regimento Geral do PPGSS.
Quadrienal 2013-2016	3	2014 – Assessoria Externa com Dr ^a Maria Lucia Teixeira Garcia. 2014 – Revisão da proposta e regimento interno do PPGSS.

		2015 – Implantação do Novo Regimento.
Quadrienal 2017-2020	4	2017 – Elaboração do pedido de reconsideração da nota 3. 2018 – Consultoria Externa com Dra. Ana Cristina de Souza Vieira. 2018 – Oficina de Avaliação e Planejamento com Dra. Ana Cristina de Souza Vieira. 2018 – Aprovação no Edital PROCAD/AMAZÔNIA da CAPES. 2019 – I Seminário de Autoavaliação e Planejamento Estratégico do PPGSS. 2020 – II Seminário de Autoavaliação e Planejamento Estratégico do PPGSS.
Quadrienal 2021-2024	Avaliação em andamento	2021 – III Seminário de Autoavaliação e Planejamento Estratégico do PPGSS. 2021 – I e II oficinas de Revisão Curricular. 2021 – Revisão do Regimento Interno do PPGSS. 2022 – Implantação do Novo Regimento.

Fonte: Pesquisa Documental nas atas do PPGSS e de pesquisa de Campo (2022).

Em termos históricos, o **primeiro triênio** (2007-2009) de atuação do PPGSS/UFAM aconteceu entre os anos de 2007 a 2009. Os avanços e desafios podem ser evidenciados no Relatório de Avaliação Trienal (2007-2009); um dos principais aspectos observado no documento é a falta de experiência do programa no preenchimento de dados que possibilitassem uma análise mais acurada da comissão avaliadora. De acordo com a CAPES (2010), a comissão buscou a página do programa para encontrar as informações. Contudo, o material encontrado não foi o suficiente para qualificar o conceito do programa, visto que, na percepção dos avaliadores, os dados informados colocaram o programa em nível inferior ao conceito 3.

Naquele período, a alimentação da página do programa não era realizada pelo corpo técnico do PPGSS/UFAM, mas sim pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UFAM. E, embora houvesse um empenho do colegiado para resolutividade do problema, algumas ações dependiam de fatores externos. Foi um período em que o colegiado buscou diversos auxílios para aquisição de materiais permanentes. No mês de novembro de 2008, o programa recebeu também um e-mail da Coordenação de Área e Diretoria da CAPES, avisando sobre o “novo formulário de avaliação”, que entraria em vigor no ano de 2009 (PPGSS, 2008; ENTREVISTADA Nº 2, PESQUISA DE CAMPO, 2022). Ou seja, o programa ainda estava tentando se estruturar e já precisava lidar com uma mudança na avaliação.

A criação de uma Comissão para Avaliação do PPGSS¹⁶ foi imprescindível para que o colegiado ampliasse sua visão sobre os desafios que precisavam ser superados. Nesse período, já havia uma preocupação com o cumprimento dos prazos de defesa e qualificação, atualização do Currículo Lattes e incoerências na Plataforma Coleta CAPES, produção científica dos docentes e alunos, e o colegiado já maturava a ideia de concorrer aos Editais do Programa Nacional de Cooperação

¹⁶ A comissão foi formada pela Dr^a, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, Dr^a Marinez Gil Nogueira, Dr^a Simone Eneida Baçal de Oliveira e pela representante discente Talita de Melo Lira (PESQUISA DOCUMENTAL, 2022).

Acadêmica (PROCAD). Com o intuito de aprimorar a nota, o programa projetou¹⁷ e aprovou uma Política Editorial do Programa (PPGSS, 2010). Os objetivos eram:

1) Orientar a criação de instrumentos e espaço para publicização e intercâmbio dos conhecimentos gerados no âmbito do PPGSS/UFAM através da publicação de material de natureza acadêmica e técnico-científica e didática, para subsidiar a formação acadêmica, as práticas de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica, do exercício profissional e da sociedade 2) Fomentar a produção e o intercâmbio de conhecimentos junto à comunidade acadêmica/universitária e na sociedade local, regional, nacional e internacional; 3); 4) Editar produções/obras Promover a publicização da produção científica do PPGSS/UFAM via publicação, divulgação e distribuição de material, por meio de diferentes suportes voltadas para subsidiar as práticas profissionais e de ensino/aprendizagem, pesquisa, extensão e o desenvolvimento cultural da sociedade em todos os níveis; 5) Adotar padrão de qualidade científica nos trabalhos publicizados, seja em relação ao conteúdo, apresentação e pertinência acadêmica; 5) Difundir conhecimentos sob critérios democráticos, de isenção e independência na avaliação dos trabalhos técnica e academicamente relevantes; 6) Buscar estabelecer a integração do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM com os demais programas nacionais e internacionais e com entidades representativas do campo de estudo em questão e áreas afins; 7) Criar fóruns de debates e intercâmbio de experiências técnico-científicas relevantes (PPGSS, 2010, p.9).

A materialização dessas ações para um programa recém-criado não foi um processo rápido e fácil. A maioria dos itens continua sendo desafio contemporâneo. Para atender aos 7 critérios, era primordial um intenso planejamento e profundo compromisso coletivo de todos que compunham o programa. Naquela época, o colegiado entendeu que era necessário repensar a proposta das ações coerente à realidade vivida, além de dar visibilidade para as atividades que já eram realizadas pelo programa. Destaca-se que era uma rotina exaustiva captar recursos, organizar o programa, ser docente da pós-graduação e graduação, acompanhar o processo de coleta (ENTREVISTADA Nº 2, PESQUISA DE CAMPO, 2022). E, ainda, considerar as mudanças repentinas da avaliação vigorada em 2009.

O resultado da avaliação foi publicado em 2010; o conceito três não foi uma surpresa para a coordenação e colegiado do PPGSS. O corpo docente reconhecia suas limitações e as Entrevistadas destacam que, nos três primeiros anos, o programa esteve focado em se estruturar e captar recursos. É relevante considerar que foi a primeira experiência da coordenação e colegiado na responsabilidade geral de um programa. Apesar de terem participado na construção da proposta do PPGSCA, a parte mais administrativa e burocrática, principalmente o que envolvia a coleta de dados em relação à avaliação, foi apreendida nesses três primeiros anos (ENTREVISTADA Nº 2,

¹⁷ Dr^a Marinez Gil Nogueira foi a responsável por conduzir a estruturação e apresentação para o colegiado da Proposta de Política Editorial do Programa ((PESQUISA DOCUMENTAL, 2022).

PESQUISA DE CAMPO, 2022). A coordenadora do referido período relatou em sugestão à Comissão Avaliadora da CAPES:

A avaliação é importantíssima para os Programas Recém-Criados e, em particular, a Visita *In Loco*, pois nosso Programa existe há 4 anos, carece de um acompanhamento, ele foi avaliado pela primeira vez, porém, não tivemos a visita da Comissão de Área junto à CAPES em nosso Programa, para nós que vivenciamos o nascimento e o crescimento do programa e não temos medido esforços para o bom desempenho e qualidade do mesmo. Vimos com a primeira avaliação o que poderia ter sido corrigido a tempo ou com bastante antecedência. Para nós, esse ponto merece ser destacado e superado no âmbito da CAPES (PPGSS, 2010, p.8).

Ou seja, desde o início das atividades já havia uma preocupação com conceito do programa, mas, acima disso, havia um cuidado com o que estava sendo ofertado no âmbito acadêmico e científico. Pode-se dizer que, o primeiro triênio oportunizou uma familiarização com as atividades e responsabilidades a serem desenvolvidas para a sobrevivência de um programa.

No **segundo triênio**, composto pelo período 2010 a 2012, o programa conseguiu avançar em alguns aspectos, apesar dos desafios enfrentados em relação ao processo de coleta de dados e preenchimento no sistema coleta CAPES. Os três anos anteriores acabaram gerando um entendimento mais amplo sobre o processo de avaliação, o que trouxe inquietações para algumas professoras do PPGSS. Naquele período ficou evidente que o programa deveria urgentemente focar na produção de conhecimentos dos discentes e docentes. Com intuito de aprimorar a nota do programa e abrir caminhos para discussões em relação à questão socioambiental no Amazonas, foi promovido no ano de 2012, o seminário “Questões Socioambientais e Sustentabilidade: desafios e alternativas” que nos anos seguintes se tornou-se um evento internacional (PPGSS, 2012; ENTREVISTADA Nº 6, PESQUISA DE CAMPO, 2022).

Foi criada uma Comissão¹⁸ para iniciar a revisão da proposta e regimento interno, que contou com a contribuição de todo os professores que ministravam disciplinas. Foi nesse período que, por sugestão da Dr^a Marinez Gil Nogueira Cunha, pensou-se em criar um Plano de Estágio Docência. Ainda em 2010, a PROPESP solicitou que o programa criasse critérios para credenciamento e credenciamento de professores. É importante destacar que o credenciamento era uma das pautas exaustivas e conflitantes desde 2007. Alguns professores compreendiam que era necessário atender critérios para fazer parte do quadro efetivo. De outro lado, outros achavam que era necessário ampliar o corpo docente em razão da ampliação de vagas (PPGSS, 2010; ENTREVISTADA Nº 6, PESQUISA DE CAMPO, 2022).

¹⁸ Composta por Dr^a Simone Eneida Baçal de Oliveira, Yoshiko Sasaki e a discente Talita de Melo Lira (PESQUISA DOCUMENTAL, 2022).

O triênio foi marcado pelo crescimento quantitativo no número de professores que passaram de 7 para 11 professores. Foi realizado um “Seminário de Avaliação Interna” para se pensar em estratégias acerca das mudanças necessárias ao programa. As professoras Dr^a Yoshiko Sasaki e Dr^a Cristiane Bomfim Fernandez foram as responsáveis, e fizeram um balanço de alguns pontos referentes ao triênio 2007-2009, que precisavam ser superados até 2012, como: baixa produção dos docentes, atraso no envio de informações, desequilíbrio na distribuição da carga horária dos docentes. É importante destacar que, no início da segunda trienal, os professores já tinham uma noção de que os critérios de avaliação não consideravam as especificidades das universidades do Norte (PPGSS, 2012-2013).

As entrevistadas corroboram que, apesar dos professores começarem a despertar sobre a questão da avaliação, ainda não havia um profícuo senso de coletividade. Naquele período, havia muitas demandas, e o coordenador acabava ficando sobrecarregado com diversas atividades administrativas e pedagógicas. Como havia algumas urgências a serem superadas, o foco central era aumentar a produção científica, mas cada um em seu grupo. O senso coletivo estava mais fundamentado na ideia de “*you do your part and I do mine*” O segundo triênio foi marcado também por um atraso em grande parte das atividades planejadas para revisão da proposta e regimento interno, em razão da greve realizada em 2012 (ENTREVISTADAS Nº 6 e 8, PESQUISA DE CAMPO, 2022).

No dia 3 de outubro de 2012, o colegiado decidiu que fosse elaborado um relatório das atividades desenvolvidas pelas comissões¹⁹ para dar prosseguimento à revisão do Regimento Geral e Proposta Pedagógica. Ainda no dia 25 do mesmo mês, o grupo de trabalho da Proposta Pedagógica apresentou como sugestão uma alteração nas linhas de pesquisa: Formação em Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais e Movimentos Sociais na Amazônia, na linha 1. E, linha 2: Gestão Social, Direitos Humanos e Diversidade Socioambiental. Também discutiram sobre uma possível alteração na área de concentração, que acabou ficando em aberto por conta do diferente entendimento do colegiado sobre sustentabilidade (PPGSS, 2012).

Todas as atividades e ações relatadas acima demonstram que o colegiado e a coordenação estavam trabalhando para o aprimoramento do conceito do programa. Compreendemos que o primeiro (2007-2009) e segundo triênios (2010-2012), representam o momento em que o programa estava em processo de adaptação e conhecimento da dinâmica da avaliação da pós-graduação. Era um programa recém-criado e estava lidando com as primeiras experiências. No segundo triênio,

¹⁹ **Comissão de Regimento Interno:** Dr^a Yoshiko Sasaki, Dr^a Lucilene Ferreira de Melo, Dr^a Iraildes Caldas Torres, e Dr^a Maria do Perpétuo Socorro Chaves. **Comissão de Proposta Pedagógica:** Dr^a Cristiane Bonfim Fernandez, Dr^a Simone Eneida Baçal de Oliveira, Dr^a Marinez Gil Nogueira, e Dr^a Heloísa Helena Corrêa e representante dos estudantes.

começou a ter uma noção mais ampla sobre o processo de avaliação. É o período que o programa reconhece suas fragilidades e entende que precisa pensar em estratégias para o fortalecimento da produção de conhecimento e proposta do programa. Todavia, mesmo com esse primeiro despertar, em 2013, o programa obteve o conceito três novamente, conforme demonstra o quadro 21:

Quadro 20: Avaliações do PPGSS/UFAM nas trienais 2007-2009 e 2010 e 2012

Áreas de Avaliação	Trienal 2007-2009	Trienal 2010-2012
Proposta do Programa	Regular	Regular
Corpo Docente	Bom	Bom
Corpo, Discente, Teses e Dissertações	Bom	Regular
Produção Intelectual	Regular	Regular
Inserção social	Bom	Bom

Fonte: Esquematizado com base em pesquisa documental (2022).

Por que o programa tirou nota três novamente? Podemos destacar que o programa ainda estava conhecendo como funcionava a dinâmica da avaliação. Nesse período, as atividades ainda estavam muito concentradas no coordenador. Então, o programa precisou dar pequenos passos em coerência com os recursos que possuía. Ainda em 2013, por conta repetição da nota, a Dr^a Cristiane Fernandez solicitou uma assessoria da Dr^a Maria Lúcia Garcia, a qual ressaltou a importância da conclusão da revisão da proposta regimento interno, que já perdurava por anos, além da atenção no preenchimento de informações corretas e envio dos documentos comprobatórios em tempo hábil (ENTREVISTADA Nº 8, PESQUISA DE CAMPO, 2022).

O programa já entrou no **primeiro quadriênio (2013-2016)** com diversas pendências acumuladas dos anos anteriores. Mas, também, avançou em diversos aspectos, como: elaboração e aprovação do Normatização do Estágio Docente, que foi realizado por uma comissão coordenada pela Dr^a Cristiane Bonfim Fernandez, Dr^a Débora Cristina Bandeira Rodrigues e Dr^a Yoshiko Sasaki. Em 2013, a professora Dr^a Débora Cristina Bandeira Rodrigues também foi indicada para compor a Comissão de Bolsas do PPGSS, junto à coordenadora do programa, Dr^a Yoshiko Sasaki e mais um membro discente. Nesse período, o colegiado cogitava uma proposta de implantação de uma revista própria do PPGSS (PPGSS, 2013; ENTREVISTADA Nº 8, PESQUISA DE CAMPO, 2022).

Ainda entre os anos de 2013 e 2014, foi pontuada a necessidade de criação de uma Política de credenciamento e descredenciamento, para se avaliar a situação dos professores. Na época, Dr^a Cristiane Fernandez sugeriu que a Comissão de Coordenação²⁰, funcionasse também como uma comissão de Planejamento. Na mesma direção, a Dr^a Roberta Ferreira Coelho de Andrade sugeriu que também fosse criada uma política para auxiliar o corpo discente e docente em relação à publicação

²⁰ Na época, composta por Dr^a Lucilene Ferreira de Melo, Dr^a Marinez Gil Nogueira e discente Maria Alcione Pereira Teles, hoje mestra egressa.

em revistas, periódicos. Em razão das dificuldades com os prazos de defesa de dissertação, o colegiado decidiu que qualquer aluno que ultrapassasse os 30 meses, deveria ir ao colegiado para decidir sua permanência (PPGSS, 2013; PPGSS, 2014).

Em 2015, crescem as preocupações do programa em relação aos prazos de qualificação e defesa e particularidades vivenciadas pelos alunos do programa. Em momento de reunião do colegiado sobre o processo de avaliação, a Dr^a Lucilene Melo ressaltou a importância de se tomarem decisões em coletividade entre docentes e discentes, que as decisões tomadas precisavam ultrapassar as questões pessoais ou individuais, mas considerar todos os aspectos que envolviam a publicação, os projetos, os prazos de defesa e qualificação, pois o programa estava em processo de avaliação, e um dos itens negativos nas duas avaliações recebidas pelo PPGSS era justamente o prazo de defesa (PPGSS, 2015).

O período foi marcado por uma greve, em que algumas professoras foram a favor e outras não. Dentre as principais discordâncias, estavam justamente os impactos negativos em relação ao processo de avaliação da CAPES, pelo não cumprimento dos prazos. Em 31 de agosto de 2015, em registro de ata feito por Dr^a Yoshiko Sasaki, a coordenadora Débora Cristina Bandeira Rodrigues enfatizou que:

[...] precisamos sair da condição de Avaliação Regular, urgentemente. Uma das dificuldades que retira ponto é o preenchimento errado, ou fora do lugar. Apontou que temos produção científica baixíssima, explicitando que a média nacional chega a 150 (cento e cinquenta), o nosso programa não chega a 50 (cinquenta). Falou da necessidade de publicarmos em parceria com docentes e discentes em artigos, em revistas e livros, bem como o próprio livro. Exemplificou que o livro vale 200 (duzentos) pontos, artigo em revistas 100 (cem) pontos, e artigos em eventos só 4 (quatro) pontos. E, artigos publicados com alunos [são positivos] para o programa. E, outro ponto negativo foi o prazo de defesa. Esclareceu que os programas que saíram dessa condição, fizeram um esforço coletivo para que os alunos defendam no prazo estipulado de 30 (trinta) meses, ou antes, bem como aumentaram sua publicação (PPGSS, 2015, p. 1-2).

Já se mostrava a preocupação do programa com sua sobrevivência. Com intuito de não prejudicar o processo de avaliação e após ter sua discussão prolongada por muito tempo, em 28 de outubro de 2015, foi aprovado o novo regimento interno por unanimidade. Com intuito de otimizar e não sobrecarregar os docentes, Dr^a Roberta Ferreira também sugeriu que fosse elaborado um planejamento de disciplinas de mestrado no sentido de garantir um rodízio da oferta de disciplinas por professor em articulação com as demandas da graduação em Serviço Social. Foi aprovado também o nome das professoras Dr^a Marinez Nogueira, Dr^a Débora Cristina Bandeira Rodrigues e Dr^a Lucilene Ferreira de Melo para compor a “Comissão de Revisão do Coleta CAPES/SUCUPIRA” (PPGSS, 2022).

Dando continuidade a diversas ações planejadas anteriormente, em 2016, foi criada uma “Comissão de Publicação do PPGSS, coordenada no princípio por Dr^a Iraildes Caldas Torres, Lucilene Ferreira de Melo e Cristiane Bonfim Fernandez. Aconteceu uma recomposição na Comissão de Bolsas²¹, o que mostra que, apesar das dificuldades, as comissões estavam funcionando dentro do possível. O colegiado decidiu ofertar 01 (uma) vaga para aluno estrangeiro, por meio do Programa de Alianças para a Educação e Capacitação (PAEC)²² e aprovou a 1^a Coletânea do PPGSS. Nesse período, o colegiado e coordenação estavam mais atentos ao preenchimento da Plataforma Sucupira, mas continuavam enfrentando problemas na captação de informações dos professores, discentes e egressos (PPGSS, 2016)

Entendemos que foi um período de extrema preocupação para coordenação e colegiado, mas, igualmente, foi um divisor de águas, pois demarcou a apropriação da dinâmica de avaliação. Todavia, em 2017, o programa recebeu o conceito três pela terceira vez. Apesar das dificuldades, foi uma surpresa para a coordenação e o colegiado. Com intuito de salvar o programa, a coordenação elaborou um pedido de reconsideração de nota, no qual solicitava uma revisão de alguns conceitos recebidos nos quesitos da ficha de avaliação. O documento destacava que, apesar das limitações, o PPGSS avançou em diversos aspectos e enfatizava as particularidades desse programa para região Norte. De acordo com o documento, são levantadas algumas contradições, como:

[...] se somos nota 3 (três), por que nossa produção tem que alcançar a mediana de todos os programas da área? Haja vista, que dentre esses programas estão os notas 5, 6 e 7. Entendemos que se somos programa nota 3 pleiteando para ir para nota 4, por que a comparação da mediana tem que ser de todos os programas? E cabe ressaltar, que muitos desses programas também têm doutorado, o que lhes confere uma larga vantagem no quesito de produção intelectual. Por isso, cabe questionar: é certo comparar o alcance de pontuação na chamada mediana dos 32 programas que estão em condições diferentes? Como é possível verificar, além de nossa produção intelectual, houve um expressivo processo de melhoria nos indicadores de avaliação do programa, o que nos leva a questionar as razões da nossa permanência na nota 3. Como é possível verificar, além de nossa produção intelectual, houve um expressivo processo de melhoria nos indicadores de avaliação do programa, o que nos leva a questionar as razões da nossa permanência na nota 3 (PPGSS, 2017, p. 28).

Para Trevisan, Deveschi e Dias (2013, p.379), “o sistema CAPES de avaliação é classificatório e comparativo e, por que não dizer, competitivo”. Não é novidade que o debate contemporâneo apresenta uma crítica aos critérios de avaliação do último decênio (2011-2020), problematizando suas configurações e contraditórios meios de definir a qualidade dos programas de pós-graduação à luz da

²¹ O colegiado aprovou a indicação da Professora Dr^a Marinez Nogueira para compor a Comissão de Bolsas do PPGSS/UFAM durante o ano de 2016, em substituição à Dr^a Roberta Ferreira, que foi para suplência da representação docente.

²² “O PAEC objetiva promover maior integração das universidades brasileiras com os países do continente Americano, incentivando o intercâmbio científico e cultural, melhorando a mobilidade estudantil internacional e apoiando o desenvolvimento humano de indivíduos notáveis na região. Atualmente, é o maior Programa de bolsas da América Latina para Mestrado e Doutorado oferecido por Universidades brasileiras para estudantes da América Latina e do Caribe” (UFAM, 2022, n.p).

quantidade em um processo de difícil sobrevivência dos pequenos programas, principalmente programas nota 3, que são os mais atingidos com o corte de recursos e verbas. Destaca-se que, para não ser descredenciado, o programa não podia ter nenhum item como “regular”²³. O pedido de reconsideração foi aceito. No entanto, a nota do programa permaneceu a mesma, o que colocou o PPGSS/UFAM em risco de um possível descredenciamento.

É no segundo quadriênio (2017-2020)²⁴, depois de 9 anos de experiência acumulada, que o programa conseguiu dar um salto no planejamento e execução de estratégias. Coordenação, colegiado e corpo discente e técnico iniciam uma corrida contra o tempo para implementar e executar as estratégias de superação do conceito 3. De modo geral, o último quadriênio foi definitivo para a sobrevivência do programa no Amazonas. Mas é importante ressaltar que precisou entrar em ritmo mais assertivo e estratégico. Foi um período extremamente exaustivo para professores, alunos e técnicos; tudo isso combinado às decisões de dois governos²⁵ contrários às políticas públicas, nos quais a pós-graduação foi fortemente afetada com cortes e vetos, conforme explicitado no capítulo 2.

Além das dificuldades em relações às medidas governamentais, durante o ano de 2020, as pessoas que faziam parte do programa precisaram se adaptar rapidamente aos impactos adocedores de um distanciamento social causado pela pandemia da covid-19. De acordo com os estudos de Bellini, Rodrigues e Marques (2020, p. 23), “...pandemias (re)produzem na sociedade uma dimensão particular de desorganização em todas as dimensões da vida gerando adoecimento tanto físico como psíquico”. Entender esse cenário no Amazonas requer a compreensão da intensidade que a pandemia afetou o Estado. O programa precisou se adaptar em uma nova configuração de trabalho, ensino e aprendizado.

Andrade, Silva e Menezes (2021) elencam que o processo de adaptação do PPGSS/UFAM a um novo formato foi composto por diversas fragilidades. Todavia, até o primeiro semestre de 2021, o ensino presencial não era uma alternativa segura por conta da biossegurança dos docentes, discentes e técnicos do programa. O que, de certa forma, impôs novas condições ao trabalho e à formação profissional na pós-graduação ao que era possível dentro do Ensino Remoto Emergencial (ERE). Nesse cenário, o processo de avaliação não parou e o programa precisou caminhar com aquilo que era possível desenvolver. Sem dúvidas, a avaliação da CAPES não tem preocupações com as dificuldades internas vivenciadas no processo de consolidação de um programa.

²³ O documento de reconsideração foi elaborado pela professora Marinez Gil Nogueira (então coordenadora do PPGSS). Apesar da nota do programa permanecer a mesma, o conceito do programa mudou de “regular” para “bom”. Se houvesse permanecido o conceito “regular”, possivelmente haveria dificuldade para dar continuidade às ações do programa ou recorrer acerca da sua nota.

²⁴ O período será discutido com mais ênfase no item 3.2 da presente dissertação.

²⁵ Governo de Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018) e Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

É uma avaliação comparativa, que não leva em consideração as diferentes particularidades das universidades do Norte. Apesar de todas as dificuldades acerca das medidas governamentais e processo de adaptação à pandemia, o programa amadureceu ao que concernia ao processo de avaliação, mas não podemos deixar de lado os próprios desafios no processo de planejamento, execução e monitoramento das estratégias traçadas. É importante ressaltar que o explicitado representa a leitura da pesquisadora, a partir das fontes empíricas e documentais. Não é uma verdade unívoca, e pode ter divergentes pontos de vistas. Mas é fundamental apontar que o programa tem passado por um ciclo que podemos de nomear de “*foco, zona de conforto e pressão*”, conforme demonstra a figura 7:

Figura 7: Estágio de foco, zona de conforto e pressão em relação ao processo de avaliação.



Fonte: Elaborado pela autora com base na análise da Pesquisa Documental (2022).

Um dos aspectos que colaborou para que o programa obtivesse a mesma nota em três avaliações consecutivas diz respeito aos “diferentes modos de condução do programa”. É indubitável que cada coordenação se esforçou para avançar em diferentes aspectos. Entretanto, é notório que o programa teve dificuldades em prosseguir nas atividades planejadas quando acontecia uma troca das pessoas que compunham a coordenação. Aparentemente, acontece uma quebra de pensamento no processo de execução das atividades planejadas, em que o novo coordenador é obrigado a aprender de forma muito rápida como funciona a dinâmica de avaliação, e como está a condição do programa. Nesse sentido, é importante compreender que a avaliação muda constantemente, e que o processo de

transição de coordenação precisa seguir uma coerência. Ou seja, já deixar o próximo sucessor ciente das urgências, pendências e funcionamento do que está ativo, atrasado ou em pausa.

Outro aspecto notável em várias falas durante as entrevistas é a ideia de “individualidade” que difere da ideia de “coletividade”. Sem dúvidas, a divisão de tarefas é essencial para que não haja uma sobrecarga para os coordenadores, comissões e colegiado. Todavia, existia uma disputa no interior do programa em que parecia ter mais força a dinâmica “você faz a sua parte, eu faço a minha”. Outro aspecto oriundo desse problema é a sobrecarga em alguns professores e no próprio coordenador. Parece-nos que, apesar da divisão de todas as tarefas, se algo não sai como planejado, a culpa vai justamente para o coordenador. Todas as entrevistadas citaram a sobrecarga de trabalho exaustiva e preocupações advindas da responsabilidade de coordenar o programa, muitas vezes sem o devido apoio de outros professores, o que torna o trabalho desmotivador e angustiante.

Quando falamos sobre “coletividade”, precisamos entender que o programa é composto por professores permanentes, professores colaboradores, professores visitantes, técnicos, alunos e egressos. Todas essas pessoas formam o programa, as quais têm direitos, deveres e responsabilidades. Acontece que isso não é algo enraizado no programa. A experiência na “Comissão de Comunicação” e “Comissão de Autoavaliação e Planejamento Estratégico” revelou à pesquisadora que o programa precisa relembrar a cada novo ciclo sobre quem compõe um programa e os desafios destes em relação à avaliação. Aparentemente, todos os professores já têm uma ideia do que é avaliação, de como manter um programa. Mas quando entrava uma nova turma (novas pessoas) no programa, esse conhecimento não era repassado como algo novo, essas pessoas já pegavam o processo em andamento sem entender o básico sobre a avaliação e a condição do programa.

No caso do PPGSS/UFAM, acontece uma dinâmica interessante. Num dado momento, que denominamos como **foco**, a coordenação e colegiado ficam atentos às fragilidades que precisam ser aprimoradas. As turmas são comunicadas e envolvidas nas estratégias e comissões. A entrada dentro de uma **zona de conforto** acontece em duas situações: a) entrada de novos membros na comunidade acadêmica (pessoas que adentram ao programa e não conhecem totalmente o processo de avaliação e sua importância); b) priorização de outras atividades acadêmicas em detrimento das que são fundamentais para a avaliação (sobrecarga de atividades, há atraso nas qualificações e defesas, baixa produção intelectual e poucas atividades de inserção social). Quando não há uma sensibilização sobre a avaliação, o programa volta a uma situação de **pressão**, na qual precisa correr contra o tempo nos últimos anos de avaliação.

Essa discussão nos leva também para o embate dos princípios e valores defendidos pelo Serviço Social e para a problematização da dinâmica individualista, competitiva, produtivista e gerencialista fomentada pela CAPES. O documento “Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento

dos programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil” apresenta alguns pontos acerca desse assunto. Com o intuito de fortalecer a área de Serviço Social, orienta os programas a andarem em uma contratendência que resista aos ditames do produtivismo. Todavia, salienta a importância dos programas de pós-graduação em Serviço Social terem clareza da dinâmica de avaliação e unir-se às categorias representativas para a construção de parâmetros particulares de avaliação coerentes com as realidades vivenciadas por programas notas 3, 4, 5, 6 e 7 (ABEPSS, 2017).

Esse processo não é fácil, não acontece sem resistências, e está bem longe de ser vencido. Parece fatalista pensar dessa forma, mas um programa precisa elaborar estratégias fundamentadas na razão e clareza se quiser sobreviver. Não podemos descartar a avaliação da CAPES, precisamos nos unir e resistir em uma verdadeira coletividade. Quando se trata da “Formação Profissional em Serviço Social no Amazonas”, precisamos considerar toda a sua trajetória ao longo de 82 anos, e a distância de tempo para aprovação do PPGSS/UFAM. Se não forem tomadas decisões de forma estratégica, o programa vai deixar de existir.

Por fim, queremos destacar que, entre avanços e desafios, o programa finalmente, na quadrienal 2017-2020, conseguiu sair do conceito três. Todavia, o conceito quatro ainda é um caminho desconhecido para a coordenação, colegiado, discentes, egressos e técnicos. Imaginamos que a pressão pela manutenção dessa nova nota e, até mesmo, sua superação em anos posteriores, vai exigir o rompimento do ciclo de “foco, zona de conforto e pressão”, além de trazer novas responsabilidades e desafios ao programa. Os próximos itens desse capítulo irão discutir especificamente essa questão, onde vamos compreender quem realmente comanda as regras do jogo, sobre os movimentos estratégicos adotados pelo PPGSS/UFAM, e os possíveis caminhos traçados para o futuro do programa no Amazonas.

4.2 Os caminhos trilhados para qualificar o conceito do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia na Região Norte

Antes de aprofundarmos a discussão sobre os caminhos trilhados para qualificar o conceito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), precisamos esclarecer algumas regras da dinâmica de avaliação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O primeiro passo é conhecer quem realmente comanda as regras do jogo, quem são os personagens e suas funções nesse processo. Para facilitar o entendimento, iremos utilizar como exemplo a dinâmica do jogo de xadrez. O jogo possui seis peças, denominadas peão, torre, cavalo, bispo, rainha e rei. Todas essas peças podem possuir movimentos com recursos e limitações, conforme delimita o quadro 22:

Quadro 21: Movimentos do jogo de xadrez em alusão ao processo de avaliação

Peça	Movimento no Jogo	Representação
Rainha	Movimenta-se quantas casas desejar nas retas horizontais, verticais e diagonais desde que estejam livres. Combina os movimentos do bispo e da torre.	O Grande Capital
Rei	Movimenta-se uma casa por vez em qualquer direção ou sentido.	Recomendações dos Organismos Internacionais
Cavalo	Movimenta-se duas casas na horizontal ou na vertical e depois uma para o lado. É a única peça que pode saltar sobre as outras.	Governo Federal (Planejamento, financiamento, controle do Estado e contrarreforma)
Bispo	Movimenta-se para qualquer casa ao longo da diagonal em que se encontra.	Ministério de Educação (Política educacional, metas e diretrizes)
Peão	Movimenta-se apenas uma casa por vez, para frente e verticalmente.	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Torre	Movimenta-se em linhas horizontais ou verticais quantas casas desejar desde que esteja livre.	Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em Movimentos do Xadrez (2022) e Pesquisa Bibliográfica (2022).

Sabemos que, no jogo de xadrez, a disputa acontece entre dois jogadores. Em alusão ao jogo, vamos supor que a Formação Profissional em Serviço Social é o oponente do outro jogador. E, por mais irrealista que pareça, o outro jogador (o Grande Capital) é o mesmo que controla as regras do jogo, o que torna fundamental compreender que a direção dada pela categoria à Formação e ao trabalho profissional em Serviço Social caminha em uma contratendência daquela que é defendida e difundida pelos Organismos Internacionais, que entendem a educação como uma mercadoria. Mencionamos no capítulo I que o planejamento, o financiamento e o controle do Estado passaram por drásticas mudanças a partir da década de 1990. É no contexto de contrarreforma do Estado que o financiamento da política educacional é fortemente afetado e, conseqüentemente, a lógica de avaliação da pós-graduação.

Quando não há financiamento para todos, as regras começam a ficar cada vez mais criteriosas e até mesmo desiguais, caminham dentro de uma lógica vertical. É importante destacar que as mudanças não se restringiram apenas à década 1990, pois as últimas três décadas (2000-2020) trouxeram diversas mudanças no processo de avaliação. Os programas de pós-graduação em Serviço Social do Brasil, em especial os ofertados em universidade pública, nunca foram prioridades por não dar um retorno financeiro. A manutenção e a consolidação desses programas são permeadas por intensos desafios desde o processo de criação até consolidação junto à CAPES. Por isso, é imprescindível ressaltar que não adianta apenas conhecer as regras do jogo. Para sobreviver, esse programa precisa pensar em movimentos estratégicos.

No caso do PPGSS, o movimento adotado foi o “planejamento estratégico e processo contínuo de autoavaliação”. É o momento que denominamos como a terceira fase, onde a única alternativa era dar entrada em um recurso quanto ao resultado da quadrienal 2013-2016, sob pena de eliminação do jogo. No primeiro momento, ainda de forma isolada, coordenação e colegiado

precisaram despertar para pensar em um movimento de defesa. Conforme explicitamos no capítulo I, planejamento e avaliação caminham juntos. E, quando almejamos que esse processo aconteça de maneira formativa, democrática, participativa e fundamentada em lógica horizontal, precisamos também compreender a importância da autoavaliação. Para Dias Sobrinho (2003, p. 47), autoavaliação é “um processo social e coletivo de reflexão, produção de conhecimento sobre a universidade, compreensão de conjunto, interpretação e trabalho de melhora”.

Os estudos de Cunha (2004) apontam que a autoavaliação é o fio condutor para construção de estratégias, pois quando buscamos uma avaliação emancipatória, a adoção da autoavaliação não é opcional, ela se torna uma matriz. Dentro de um movimento reflexivo, possibilitará então a construção de objetivos, metas e ações, em que o próprio corpo coletivo se questione e “se pergunte se os objetivos que propõem para si estão sendo atingidos, e o que cada um pode fazer para otimizar as metas propostas” (CUNHA. 2004, p.27-28). A pesquisa de Masetto (2004) sinaliza a necessidade dos programas de pós-graduação e universidade adotarem a autoavaliação como instrumento de avaliação institucional. Todavia, essa condução nunca será fácil, pois:

[...] onde há uma avaliação externa controladora e bem consolidada, dificilmente prosperam as autoavaliações formativas. É muito complicado conciliar o poder coercitivo da avaliação eficiente, controladora e promotora da competitividade individual imposta pelos governos, com outra que prefere solidariedade, a cooperação, a cidadania e as responsabilidades inseridas no contexto da sociedade (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 154).

A avaliação periódica dos cursos de pós-graduação, direcionada pela CAPES, e realizada pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNGP), poderia seguir em uma lógica horizontal e reconhecer as particularidades e diversidades dos programas de modo equitativo. Mas a crise enfrentada pela CAPES entre os anos 2021-2022 demonstra que ela é apenas um peão em um grande jogo, onde ela não pode tomar as decisões que poderiam mudar essa lógica, ainda mais por estar nas mãos de um governo de extrema direita, que não tem a ciência e o conhecimento científico como prioridades. Logo, os programas acabam sendo obrigados a pensar em estratégias coerentes ao processo de avaliação competitiva e produtivista em que estão inseridos.

Nesse sentido, a autoavaliação não precisa ser vista apenas como um instrumento de regulação, mas também pode ser entendida como instrumento de resistência para conhecer determinada realidade e transformá-la. A compreensão de autoavaliação adotada pelo PPGSS é:

[...] de que ela se constitui como um processo amplo de reflexão sobre a vida do programa, suas conquistas, desafios e fragilidades, que envolve toda a comunidade acadêmica. Mais do que apontar falhas, a autoavaliação permite ao programa a identificação de suas potencialidades e seus avanços e, assim, é um processo que clareia os caminhos para o planejamento estratégico (PPGSS, 2021, p. 4).

Essa compreensão foi construída e amadurecida ao longo dos anos. De acordo com a entrevistada nº 5, um dos principais desafios do PPGSS, à luz dos indicadores da CAPES, era lidar com o preenchimento errado da Plataforma Sucupira, desatualização de pontos renovados, ausência de informações ou informações nos locais errados. Outro aspecto era que o programa tinha muitas potencialidades, mas elas poderiam ser melhoradas se fossem pensadas em articulação com graduação e pós-graduação. Mas, em alguns itens de avaliação, o programa era realmente fraco, “não era bom o suficiente para ser bem avaliado. Por isso que, eu não posso [...] jamais colocar a culpa do nosso 3, 3, 3 na CAPES” (ENTREVISTADA, nº 5).

Em termos históricos, o despertar do programa acerca dos recursos, movimentos e estratégias foi um processo gradual. O marco inicial aconteceu em 20 de dezembro de 2017, momento em que foi publicado o resultado do pedido de reconsideração da nota do PPGSS/UFAM. De acordo com a coordenadora em exercício no referente período, foi necessário realizar um trabalho de base em questões infraestruturais. Uma delas foi a implantação do 1º Formulário de Atividade Docente. Na época, houve uma certa resistência, porque já havia uma preocupação em preencher Formulário Sucupira e atualizar o Currículo Lattes. Foi necessário realizar uma sensibilização e explicar que as informações não estavam sendo suficientes ou detalhadas (ENTREVISTADA Nº 7, PESQUISA DE CAMPO, 2022).

Com a criação e aprimoramento do Formulário de Atividade Docente, os pontos fortes do PPGSS, principalmente relacionados à extensão universitária passaram a ser incluídos no preenchimento da Plataforma Sucupira. É importante ressaltar que, em razão da ausência da compreensão das regras do jogo, algumas peculiaridades do programa deixavam de ser registradas. Um exemplo específico eram as atividades de extensão realizadas pelos grupos de pesquisa, que contam como inserção social e como articulação entre graduação e pós-graduação, não eram detalhadas e ressaltadas, justamente porque não havia uma compreensão mais profunda do que estava sendo cobrado nas fichas de avaliação (ENTREVISTADA Nº 5, PESQUISA DE CAMPO, 2022).

Outro ponto destacado pela coordenadora foi a importância de realizar um seminário de planejamento que envolvesse todos os professores, discentes e egressos. O programa não tinha mais opções naquele momento, ele precisava pensar em estratégias ou seria descredenciado do estado do Amazonas. Mas essas estratégias não poderiam ser pensadas de maneira isolada ou estarem concentradas em grupo específico. Iniciou-se um trabalho nas bases com foco nas raízes dos problemas que o PPGSS precisava enfrentar. Ainda em 2018, a coordenação promoveu a “Oficina de Avaliação e Planejamento”, com a consultoria externa da Dr^a. Ana Cristina de Souza Vieira da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O objetivo do encontro foi promover uma avaliação conjunta das atividades desenvolvidas pelo PPGSS na quadrienal de 2013-2016 que incidiram na continuidade da nota 3 do Programa junto à CAPES e estabelecer as metas a serem desenvolvidas por todos os atores envolvidos (docentes e discentes) para o alcance da nota 4 na próxima quadrienal. Assim, a oficina também se configurou em um momento no qual foi discutido o planejamento das ações, com a criação de espaços de escuta e socialização de informações entre os docentes e discentes que serão responsáveis pela implementação e operacionalização de um Plano Trienal (2018-2020), que estabelecerá as ações necessárias para o alcance de metas de melhoria nos indicadores de avaliação do PPGSS, visando à consolidação da qualidade da produção acadêmica dos docentes e discentes (PPGSS, 2018, n.p).

A discussão e participação coletiva foi essencial para compreender e sensibilizar docentes e discentes sobre a lógica da avaliação e desafios do programa. Na oficina, a Dr^a Marinez Gil Nogueira apresentou uma síntese da avaliação quadrienal 2013-2016 e os indicadores que eram cobrados naquele momento. A consultora externa explicitou sobre o funcionamento da lógica de avaliação, elencando os principais desafios a serem enfrentados para superação da nota 3 (PPGSS, 2018; ENTREVISTADA Nº 5, PESQUISA DE CAMPO, 2022). A figura 08 apresenta alguns registros fotográficos das atividades realizadas durante os dias 18, 19 e 20 de abril de 2018.

Figura 8: Oficina de Avaliação e Planejamento Interno do PPGSS/UFAM



Fonte: Imagem adaptada com base em material publicizado do Site do PPGSS/UFAM.

A oficina é um marco para o programa, pois se constituiu como um momento em que o corpo coletivo despertou e começou a pensar num planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo, que foram aprimorados durante os anos seguintes. Mas dentre os principais resultados, em 2018, estavam diversas iniciativas e decisões como: renovação de algumas comissões, abertura de vaga para aluno estrangeiro, elaboração de edital para receber professor visitante estrangeiro e, principalmente,

uma tentativa de vinculação ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia – PROCAD Amazônia (PPGSS, 2018; ENTREVISTADA Nº 7, PESQUISA DE CAMPO, 2022). É notório que, nesse primeiro momento, as atividades ainda estavam muito concentradas na coordenação e colegiado.

Poucos meses depois, em 12 de junho, foi realizada uma reunião para tratar acerca da elaboração de um projeto para participar do Edital PROCAD/AMAZÔNIA da CAPES. A reunião contou com os líderes e representantes dos grupos de pesquisa INTEIRAÇÃO, GETRA, ESTRADAS e GEDHS. No dia 13 de junho de 2018, em reunião do colegiado, a coordenadora informou que estava confirmada a parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), e estavam em negociação com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). O projeto recebeu aprovação em setembro e, no mesmo período, recebeu sete inscrições para professor visitante (PPGSS, 2018). Ou seja, em pouquíssimo tempo, as ações planejadas ganhavam forma para sua execução.

Foi um período em que se começou a arrumar as bases estruturais do programa. Em novembro de 2018, após reunião de área realizada pela CAPES em Brasília, as regras do jogo mudaram novamente e trouxeram novos indicadores para a ficha de avaliação. Em 2019, o programa começou as atividades com as novas regras em vigor, e compreendendo os desafios que iria enfrentar (PPGSS, 2018; ENTREVISTADA Nº 7, PESQUISA DE CAMPO, 2022). É a partir desse momento que a autoavaliação ganha ênfase nos movimentos do PPGSS.

É importante destacar que a Dra. Marinez Gil Nogueira deixou a coordenação e passou a ser vice-coordenadora para se dedicar exclusivamente à organização e acompanhamento das atividades relacionadas ao PROCAD/Amazônia. De acordo com a ex-coordenadora, a mesma optou por continuar na comissão de coordenação, pois compreendia a importância de dar continuidade às atividades estabelecidas durante sua gestão, além de repassar para a nova coordenação como era o funcionamento, esclarecer dúvidas e orientar acerca do que estava ativo, pendente ou em pausa. No segundo semestre de 2019, a Dra. Hamida Assunção Pinheiro assumiu a coordenação do PPGSS. (NOGUEIRA, 2022²⁶; PESQUISA DOCUMENTAL, 2022).

Em 2019, promoveu o I Seminário de Autoavaliação e Planejamento, com o objetivo de estabelecer alguns procedimentos para aprimorar a nota do programa. De acordo com PPGSS (2019), a ideia central era: a) Estimular a visibilidade dos instrumentos de avaliação já utilizados anteriormente pelo programa; b) Desenvolver ações de autoavaliação de forma participativa em oficinas semestrais; c) Instituir uma comissão interna de autoavaliação; d) Definir parâmetros e/ou

²⁶ Informação oral fornecida pela Prof.^a Dr.^a Marinez Gil Nogueira durante arguição na defesa de dissertação “Avaliação da pós-graduação em serviço social em xeque: caminhos, avanços e desafios de um programa na Amazônia” no dia 14 de outubro de 2022.

indicadores de avaliação. A organização do seminário e material de exposição do seminário foi previamente pensado por uma “Comissão de Autoavaliação”, que foi oficialmente formalizada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) por meio de portaria. A figura 9 apresenta alguns dos momentos do encontro realizado em 8 de novembro de 2019.

Figura 9: I Seminário de Autoavaliação e Planejamento do PPGSS/UFAM



Fonte: Imagem adaptada com base em material publicizado nas redes sociais do PPGSS/UFAM.

O primeiro seminário abriu espaço para que todos os envolvidos no PPGSS participassem do seminário. E, para alcançar os objetivos, prospectou: a) avaliar a situação do programa em relação aos critérios estabelecidos pela CAPES; b) identificar as potencialidades e fragilidades do programa; c) planejar ações para o ano de 2020. Em relação aos procedimentos adotados para materialização da autoavaliação, foram orientados a partir de três eixos (programa, formação e impacto na sociedade), de acordo com a ficha de avaliação. Conforme uma seleção prévia realizada pela Comissão de Autoavaliação, foram escolhidos itens da ficha de avaliação da CAPES, para identificar as principais potencialidades e fragilidades do programa (PPGSS, 2019). Para a condução do processo de autoavaliação foram adotadas as seguintes ações:

Quadro 22: Ações adotadas no processo de autoavaliação do PPGSS/UFAM

Ações adotadas no processo de autoavaliação do PPGSS/UFAM	
Ações de avaliação coletiva	Realização de seminários semestrais de autoavaliação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.
Acompanhamento do corpo docente	Levantamento da produção técnica e/ou bibliográfica, desenvolvimento de pesquisa e/ou extensão por meio de relatórios anual;
Acompanhamento do corpo discente	Levantamento da produção técnica e/ou bibliográfica, desenvolvimento de pesquisa e/ou extensão por meio de relatórios semestrais;
Acompanhamento do egresso	Levantamento da produção técnica e/ou bibliográfica, atuação profissional e inserção social por meio de relatórios anuais;

Levantamento de dados sistemático de informações	Levantamento de dados sistemático com base na Plataforma sucupira e Currículo Lattes;
Itens a construir (metodologia)	Criação de cronograma; Captação de recursos; Equipe responsável pela implementação das etapas do processo de autoavaliação; Formas de disseminação dos resultados; Monitoramento do uso dos resultados.

Fonte: Elaborado com base no documento “Autoavaliação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia” em 2019.

É notório que o PPGSS ainda estava estruturando o processo de autoavaliação, organizando informações e definindo responsabilidades. Nesse primeiro momento, era uma autoavaliação primária. Os estudos de Masetto (2004) apontam que a construção de uma autoavaliação contínua deve primar como objetivo o fortalecimento do compromisso das pessoas que compõem o programa numa busca pela melhoria. Esse processo deve ser democrático e incentivador, de maneira alguma deve suscitar ou acirrar disputas dentro do próprio programa. Um programa deve pensar pelo bem do coletivo e não por ideias individuais. No caso do PPGSS, esse levantamento primário foi primordial para conhecer os pontos fortes e fracos do programa, conforme apresenta o quadro 24:

Quadro 23: Potencialidades e Fragilidades do PPGSS identificadas em 2019.

Principais Potencialidades identificadas em 2019		
Programa	Formação	Impacto na Sociedade
<ul style="list-style-type: none"> - Parceria acadêmica junto em PROCAD Amazônia; - Vinculação da maioria dos projetos às linhas de pesquisa; - 100% de formação dos docentes permanentes em Serviço Social; - Alta produção de orientação de Iniciação Científica e Trabalho de Conclusão de Curso; - Atuação de todos os professores do programa na graduação; - Vinculação de 100% dos docentes a grupos de pesquisa; - Professores representantes na ABEPSS; - Professores como membros de conselhos editoriais de periódicos; - Construção do Planejamento Estratégico; - Incentivo do programa à participação em eventos científicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Equilíbrio na distribuição das disciplinas e das orientações de dissertação entre os professores; - Diversidade institucional na composição das bancas; - Manutenção de um tempo médio de formação; - Realização da mobilidade acadêmica. - Publicação de coletâneas, livros e capítulos; - Aderência de produção à área de concentração e às linhas; - Participação de docentes e discentes em eventos; - Presença de um professor estrangeiro visitante no Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Único programa de Serviço Social que aborda a Sustentabilidade na Amazônia. - Realização de eventos nacionais; - Ingresso de bolsistas de iniciação científica e extensão na pós-graduação; - Mobilidade estudantil no Programa de discentes de países da América Latina; - Participação de docentes em redes internacionais de pesquisa; - Participação de professores em eventos científicos estrangeiros; - Participação de docentes como editores e membros de corpo editorial de periódicos do exterior; - Realização de intercâmbio internacional por professores do programa; - Emissão de pareceres para revistas e eventos científicos; - Participação dos docentes e discentes na organização de eventos.
Principais Fragilidades identificadas em 2019		
Programa	Formação	Impacto na Sociedade
<ul style="list-style-type: none"> - Projetos de dissertação não vinculados à linha de pesquisa dos orientadores; - Inconformidade das linhas de pesquisa e rigidez curricular; - Ausência de professores permanentes graduados em outras áreas das Ciências Humanas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Demora para a realização da qualificação; - Fragilidade do vínculo institucional com alunos egressos; - Insuficiência das informações registradas ou desatualização do 	<ul style="list-style-type: none"> - Desatualização do Currículo Lattes de discentes, egressos e docentes; - Falta de uma política de inserção social do Programa; - Frágil articulação dos grupos de pesquisa com os movimentos sociais;

<ul style="list-style-type: none"> - Baixa carga horária dos docentes dedicada à pós-graduação; - Baixa atuação em coordenação de projetos; - Professores que não ministram disciplinas há um longo período; - Professores colaboradores; - Poucos projetos de extensão. - Realização de poucas avaliações coletivas periódicas; - Recursos humanos e infraestrutura limitados que dificultam a dedicação para a elaboração/execução do planejamento. 	<p>Currículo Lattes de discentes, egressos e docentes;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Baixa produção científica de discentes e egressos; - Dificuldades de contato contínuo com os egressos para atualização das informações; - Concentração de produção em algumas docentes; - Professores sem projetos institucionalizados; - Pouca interação entre os grupos de pesquisa; - Reduzida publicação em periódicos nos estratos superiores do Qualis; - Sobrecarga docente na graduação que inviabiliza as disciplinas na pós-graduação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Poucos projetos guarda-chuva que abrangem as expressões culturais; - Produção incipiente em veículos internacionais; - Site eletrônico do PPGSS desatualizado; - Desatualização do banco de dissertações; - Paralisação de um evento internacional (III Seminário Internacional de Questões Socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia – SIQSSAM que tinha previsão para 2019 inicialmente e depois em outubro de 2020); - Não há demandas para realização de perícias e laudos.
--	---	---

Fonte: Elaborado com base no Documento de Deliberações do seminário de autoavaliação do PPGSS 2019 e Balanço de atividades realizadas em 2020.

É importante destacar que esse quadro foi construído com base no resultado da quadrienal 2013-2016, bem como os avanços e desafios durante os anos 2017-2019. Em relação aos pontos fortes do PPGSS, ressaltamos que parceria acadêmica favorecida pelo PROCAD Amazônia abriu diversas possibilidades para interação nacional do programa, fortalecimento da produção docente e discente. Mas as potencialidades não se concentram apenas nisso, o programa sempre realizou com primazia os projetos de Iniciação Científica (IC); poucos anos depois de sua criação, já contava com professores como membros de conselhos editoriais de periódicos e, principalmente, manutenção de um tempo médio de formação em torno de 27/28 meses, o que voltou a ser um desafio a partir de 2020 em razão dos impactos da pandemia sobre a vida da comunidade acadêmica.

No que concerne aos pontos fracos, explicitamos no capítulo II que a revisão do Regimento Interno e Proposta Pedagógica de 2015, foi fundamental para alinhar diversas fragilidades do PPGSS. Mas a maioria dos pontos fracos não seria resolvida em curto prazo. Por isso, o instrumento de autoavaliação continha os objetivos/ações/resultados, traçados em determinado período específico. Observa-se no quadro 24 que, algumas informações pontuadas eram interdependentes de outras. E, algumas das ações planejadas levariam mais tempo para ser materializadas. O programa já estava em 2019, e perto de fechar uma quadrienal. Foi uma corrida contra o tempo.

Com intuito de superar as fragilidades dentro da realidade possível, potencializar os pontos fortes do programa, e otimizar o trabalho foi feita uma divisão de responsabilidades considerando as expertises dos professores. Mas o ponto definidor foi a criação e renovação de várias comissões, conforme demonstra o quadro 25:

Quadro 24: Comissões de Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

Comissões de Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia		
Criação	Comissão	Detalhamento das principais atividades
2019	Fomento à publicação	- Levantamento das revistas com chamadas abertas para submissão de artigos. - Esquematização em quadro norteador das chamadas abertas. - Envio à coordenação e comissão de comunicação para publicação nas redes do programa.
2019	Comunicação	- Dar notoriedade às ações desenvolvidas pelo programa; - Manutenção e atualização do site do PPGSS. - Manutenção e atualização das redes sociais do PPGSS; - Auxílio nos exames de qualificação e defesas de dissertação.
2019	Relatório sucupira	- Organização e otimização do instrumento de coleta de dados para preenchimento do Relatório Sucupira. - Tabulação de dados com base no retorno dos relatórios. - Contato com discentes, docentes e egressos para complementação de informações do Relatório Sucupira.
2019	Avaliação das atividades complementares	- Avaliação das atividades apresentadas pelos discentes para o cumprimento da carga horária de atividades complementares. - Indicação à coordenação das horas a serem creditadas nos históricos escolares dos(as) discentes. - Orientação aos discentes quanto às atividades que podem ser contabilizadas como complementares, à luz de resolução específica.
2019	Autoavaliação e planejamento estratégico	- Condução do processo de construção do planejamento estratégico quadrienal. - Aplicação de instrumento de autoavaliação interna do PPGSS e UFAM. - Organização e análise dos dados coletados após a aplicação de instrumento. - Organização e condução dos seminários de autoavaliação do PPGSS.
2020	Credenciamento e descredenciamento dos professores	- Elaboração e aplicação dos critérios para credenciamento de novos(as) docentes. - Avaliação do desempenho dos docentes com vistas ao credenciamento. - Indicação ao colegiado quanto a possíveis áreas de estudo que carecem do credenciamento de novos docentes.
2020	Revisão do Regimento e da Matriz Curricular	- Avaliação da pertinência da área de concentração e linhas de pesquisa. - Estudo minucioso do regimento e da matriz curricular para possível redesenho. - Fornecimento de subsídios para a decisão quanto à inserção de novos professores permanentes ou colaboradores para atender à matriz curricular.
2020	Bolsas e acompanhamento dos estudantes	- Tabulação e análise do questionário socioeconômico. - Organização da ordem dos discentes que demonstram interesse na bolsa. - Esclarecimento de dúvidas e das documentações necessárias para implementação de bolsas. - Acompanhamento mensal e semestral aos bolsistas

Fonte: Elaborado com Base em Material organizado pela Comissão de Comunicação do PPGSS (2020).

As comissões, coordenação e colegiado assumiram um importante papel na execução das atividades planejadas, o que, de certa forma, otimiza e fortalece o trabalho coletivo. Ressaltamos que algumas comissões já funcionavam anteriormente, mas, somente após os seminários de 2019 e 2020, foram oficializadas como permanentes ou temporárias. As comissões contam com a participação dos docentes, discentes, egressos, técnicos dos programas e avaliadores externos. É importante salientar que, após do I Seminário de Autoavaliação e Planejamento, um senso coletivo foi estruturado diferente dos primeiros anos de funcionamento do programa. Apesar da ideia central naquele momento ser salvar o programa, houve diversos desafios internos e externos na materialização das ações planejadas em relação ao processo de autoavaliação.

Nesse sentido, o processo de autoavaliação é bem-sucedido quando conta com a cooperação e envolvimento de todos que participam do programa (MASETTO, 2004). Todavia, a manutenção dessa coletividade sempre foi e continua sendo um desafio para o programa. A experiência na “Comissão de Comunicação” e “Autoavaliação e Planejamento Estratégico” revelou que muitas das atividades que deveriam ser divididas acabavam ficando concentradas em apenas uma pessoa ou determinado grupo. O senso de compromisso e de cooperação interno dentro das comissões é algo que precisa aprimorado no cenário contemporâneo.

O programa também enfrentou diversos desafios externos. Como mencionado no capítulo I, a pós-graduação em Serviço Social no Brasil estava com o orçamento reduzido desde o ano de 2016. Em 2019, aconteceu um corte de verbas significativo que interrompeu o recebimento de bolsas da CAPES por discentes do programa. Em 2020, o cenário piorou com uma redistribuição de bolsas, em que os programas com “cursos cujas três últimas notas são iguais a 3 não são mais passíveis de fomento no âmbito dos programas instrucionais da Diretoria de Programas e Bolsas no País” (BRASIL, 2020, p.1). Combinado a esse processo, o Brasil enfrentou em 2020, um estado de calamidade pública em decorrência da pandemia da Covid-19, que não foi seriamente enfrentada pelo Governo Federal.

Mesmo no cenário atípico, o processo de avaliação continuou em andamento e teve alterações na ficha de avaliação. Todas as atividades realizadas pela UFAM foram paralisadas, mas havia uma enorme pressão do Ministério da Educação para retorno das atividades. O programa ficou sem atividades presenciais durante 6 meses. De acordo com o PPGSS (2020), no dia 11 de setembro de 2020, a coordenação realizou uma reunião *on-line* com os discentes das turmas 2018, 2019 e 2020, na qual apresentou como proposta a retomada das atividades por meio do formato de Ensino Remoto Emergencial (ERE). O documento publicizado apresenta um breve diagnóstico de como estavam as atividades do programa:

1) As atividades presenciais na Pós-Graduação da UFAM estão paralisadas desde o dia 16 de março de 2020, conforme Portaria nº. 626 de 13 de março de 2020 e, na sequência, a Decisão Ad Referendum do Conselho Universitário (CONSUNI) nº. 01/2020 de 26 de março de 2020. O PPGSS suspendeu todas as suas atividades presenciais de imediato. **2)** No PPGSS, as atividades de orientação (que em sua matriz curricular são alocadas como disciplinas) foram mantidas de forma remota, tendo os discentes do Programa recebido orientação (dos orientadores/docentes) durante todo o primeiro semestre de 2020. As orientações ocorreram majoritariamente por meio das plataformas que possibilitaram os encontros *on-line*, especialmente via Google Meet. A decisão de manter as Orientações aos mestrandos do PPGSS foi embasada no Ofício Circular nº. 09, de 30 de março de 2020 emitido pela PROPESP. **3)** No PPGSS, conforme decisão do Colegiado em reunião extraordinária, realizada em 17 de junho de 2020, foram retomadas no mês de junho apenas as sessões de qualificações e de defesas de dissertação, as quais estavam suspensas desde o início da pandemia. As aulas das disciplinas obrigatórias e eletivas continuam suspensas até o presente momento. **4)** Na mesma reunião (do dia 17/06/2020) ficou decidido que os

mestrandos do Programa poderão usufruir de um tempo total de 30 meses para formação enquanto perdurar a pandemia de COVID-19, uma vez que a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Portaria nº. 55 de 29 de abril de 2020, sugere que os Programas de Pós-Graduação adotem o tempo máximo para a formação enquanto perdurar a pandemia, bem como decide desconsiderar o tempo de formação neste quadriênio (2017-2020) como critério avaliativo (PPGSS, 2020, p.1-2).

Ademais, o documento deixa claro o posicionamento da coordenação e colegiado em relação ao ERE, ressaltando que a medida será de caráter temporário em consonância com a direção da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Além disso, o documento elencou que a coordenação do programa realizou consulta junto à coordenação de área na CAPES, que salientou que o processo de adesão era de competência institucional, e que cada programa deveria seguir a orientação dos conselhos superiores da universidade a que estavam vinculados (PPGSS, 2020).

As atividades foram retomadas oficialmente em 16 de setembro de 2020. Mas é importante deixar claro que as pessoas que compõem o programa foram impactadas pela pandemia. O Estado do Amazonas sofreu ondas arrasadoras. O luto na cidade de Manaus era diário, havia um clima de tristeza rondando todas as atividades. Concomitante a esse processo, docentes e discentes precisaram se adaptar rapidamente a uma nova configuração no processo de ensinar, aprender e pesquisar. As rotinas que envolviam o trabalho/formação e o descanso foram completamente misturadas, o processo de adaptação foi forçado e trouxe impactos no que havia sido planejado.

No final do ano de 2020, nos dias 15 e 16 de dezembro, o programa promoveu o “II Seminário de Autoavaliação e Planejamento Estratégico do PPGSS”. Apesar do seminário acontecer na modalidade *on-line*, os instrumentos e objetivos foram aprimorados. Além de avaliar a situação do PPGSS em relação aos critérios de avaliação da CAPES, identificar os pontos fracos e fortes do programa, e planejar as ações para o ano de 2021, foram mapeados os avanços e pendências em relação à avaliação realizada em 2019. O seminário contou com a assessoria externa da Dr^a Jane Cruz Prates, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) que apresentou uma análise sobre a conjuntura da pós-graduação entre os anos 2016-2020. Em relação ao balanço, o quadro a seguir demonstra os avanços e pendências em 2020:

Quadro 25: Principais atividades realizadas, não realizadas e pendências com base nas deliberações do seminário 2019

Principais atividades realizadas com base nas deliberações do seminário 2019		
Programa	Formação	Impacto na Sociedade
- Criação de um Grupo de Trabalho para avaliação das linhas de pesquisa e revisão das ementas e referências das disciplinas;	- Revisão do processo de seleção (proposta de incluir o projeto como 1 ^a Etapa);	- Aprimoramento do relatório docente quanto ao registro da produção técnica; - Tradução do site do programa para língua estrangeira;

- Distribuição de disciplinas em conjunto com a graduação.	- Criação de uma Comissão de Comunicação e Fomento à Publicação; - Criação de uma rede social para fortalecimento do vínculo institucional com alunos egressos; - Mapeamento da produção científica e a atuação profissional dos egressos por meio de formulário e pelas redes sociais; - As avaliações das disciplinas por meio da produção de um artigo relacionado ao objeto de pesquisa do discente.	- Concurso para criação da logo do PPGSS.
Principais atividades não realizadas com base nas deliberações do seminário 2019		
Programa	Formação	Impacto na Sociedade
- Institucionalização de um projeto guarda-chuva amplo (por professor) que contemple os projetos dos alunos; - Instituição de encontros dos grupos de pesquisa; - Realização de Mostras Científicas para alunos de graduação e pós-graduação; - Avaliação do corpo docente e revisão da resolução de credenciamento e descredenciamento; - Convite a outros professores colaboradores; - Realização de Seminário de autoavaliação semestral (junho e novembro de 2020).	- Concentração das defesas dos projetos de qualificação (semana de defesas); - Obrigatoriedade de publicação de, pelo menos, 1 artigo para periódico qualificado, como critério para defesa de dissertação em coautoria com seu orientador (submissão para turma 2019 e publicação para turma de 2020); - Realização de capacitação dos discentes para preenchimento qualificado do Currículo Lattes; - Convite a alunos egressos para participação em eventos do programa (com premiações); - Discussão sobre a criação de núcleos de pesquisa.	- Criação de um Fórum ou site que divulgue as produções dos egressos; - Criação de uma Política de Inserção Social do Programa; - Mapeamento dos impactos sociais de cada Grupo de pesquisa, para subsidiar a construção da Política de Inserção Social do Programa; - Estabelecimento do critério de publicação de artigos por alunos estrangeiros do programa em seus idiomas; - Criação de um canal no YouTube para transmissão dos eventos.
Pendências com base nas deliberações do seminário 2019		
Programa	Formação	Impacto na Sociedade
- Ampliação dos projetos de extensão. - Mapeamento das redes existentes para possíveis articulações; - Definição da metodologia da autoavaliação, a partir dos itens da ficha de avaliação.	- Distribuição entre atividades de ensino e produção de artigos; - Solidariedade entre docentes para produção de artigos; - Priorização das publicações em coletâneas e periódicos com Qualis superior; - Lançamento de Coletânea com os trabalhos de alunos egressos; - Integração dos egressos aos projetos de pesquisa em andamento	- Mapeamento das produções técnicas e das formas de divulgação do conhecimento do docente, discente e egressos e fazer uma análise; - Convite a professores estrangeiros para eventos no programa; - Submissão de artigos em periódicos internacionais gratuitos.

Fonte: Elaborado com base no Documento de Deliberações do seminário de autoavaliação do PPGSS 2019 e Síntese do Balanço de atividades realizadas em 2020.

No seminário de 2020, as atividades/estratégias foram pensadas em consonância com a Ficha de Avaliação da CAPES e o Plano de Autoavaliação e Planejamento Estratégico do Apoio à Consolidação e Avanço da Qualidade da Pós-Graduação da UFAM (PACPG/UFAM). Diferente do

primeiro seminário, o segundo tomou como ponto de partida as deliberações do seminário anterior, avaliando o que havia sido realizado, não-realizado e as urgências do programa, de acordo como apresenta o quadro 24. Houve uma sensibilização inicial ao explicar para a nova turma (ingressantes de 2020) como estava a situação diagnóstica do PPGSS, onde foi apresentada uma nova ficha de avaliação da área e o balanço feito pela Comissão de Autoavaliação, com discussão coletiva por cada eixo da ficha de avaliação para situar a condição do programa (PPGSS, 2020).

O preenchimento e a sistematização das atividades, estratégias e responsabilidades aconteceram conforme surgiram os apontamentos dos docentes, discentes e egressos. A comissão de Autoavaliação e Planejamento Estratégico elaborou um formulário que foi enviado para todas as comissões e responsáveis individuais, com cada atividade separada e período específico. Mas uma das principais dificuldades foi justamente o acompanhamento da materialização dessas atividades. Além dos desafios internos e externos que atingiram coordenação, colegiado, discentes e egressos durante a pandemia, é relevante lembrar que um dos principais papéis de um programa é a formação de mestres e pesquisadores. Nesse sentido, é fundamental que haja um equilíbrio para não sobrecarregar aqueles que formam o programa.

O corpo coletivo do programa estava passando por um período atípico. O adoecimento mental e físico foi um entrave que terá impactos em curto, médio e longo prazo. O mestrado, seja na formação ou no trabalho, exige um esforço intelectual e físico que pode adoecer ainda mais o coletivo do programa. De acordo com a Comissão de Planejamento e Autoavaliação do PPGSS/UFAM (2021):

[...] 100% (14) dos docentes e 100% (37) dos discentes afirmam que a Pandemia Covid-19 ocasionou impactos em sua vida. O Estado do Amazonas esteve em luto diário em 2020, realidade esta que se prolongou em 2021; 84,4% dos discentes e 100% dos professores respondentes afirmaram que perderam algum familiar durante a pandemia, em 2020. Já em 2021, o programa perdeu uma docente permanente e, no ano anterior, uma discente. [...] O retorno das atividades aconteceu em meio ao luto. Professores, alunos e técnicos precisaram se adaptar e equilibrar trabalho e convivência familiar. Afinal, o universo do trabalho e formação passa a acontecer dentro da vida privada dessas pessoas. Neste processo de adaptação, as pessoas estão expostas à síndrome do Burnout e outras doenças psicossomáticas. O esgotamento físico, mental e emocional se torna parte do “novo normal” no processo de ensinar, aprender e pesquisar. Um mestrado acadêmico exige um esforço por parte do aluno e do professor, mas, nesse processo, o desânimo, as preocupações, combinadas com as exigências do trabalho e formação do mestrado, foram intensificados com o uso exacerbado de recursos tecnológicos. A rotina de trabalho e formação se mescla com a rotina que antes era conhecida como pausa ou descanso (ANDRADE; SILVA; MENEZES, 2021, p. 4-5).

E apesar de estarmos mostrando um lado da moeda do processo de autoavaliação, não podemos deixar de relacionar que, em busca de aprimorar o conceito do programa, ele pode ter sido obrigado a adentrar em caminhos que favorecem a precarização do trabalho e formação, bem como a produtividade dos docentes. Ainda há uma escassez de pesquisas sobre o assunto, mas é indubitável

que a divisão de responsabilidades aprimorou a comunicação interna e externa do programa. Mesmo com a pandemia, entre os anos 2019-2020, o programa alavancou o número de publicações de produções em veículos qualificados, aumentou sua produção técnica e científica em livros e periódicos, e iniciou o processo de revisão da matriz curricular e regimento interno do PPGSS, o qual foi mencionado no capítulo II.

Houve um avanço no processo de preenchimento da Plataforma Sucupira, que ficou notório pelo volume de informações inseridas no sistema, porque o programa ganhou consciência de várias potencialidades que anteriormente não eram registradas pela falta de apropriação da dinâmica de avaliação (ENTREVISTADA Nº 5, PESQUISA DE CAMPO, 2022). É imprescindível registrar que esse aprimoramento não é fruto de uma atividade isolada, mas é resultado do amadurecimento e trabalho coletivo de várias gestões ao longo de 15 anos. O programa percorreu um longo caminho para alcançar essa apropriação da dinâmica de avaliação e leitura dos principais desafios e entraves a serem enfrentados.

Foram 13 anos (2007-2020) compostos por diversos acertos e erros. Esse processo de maturação foi fundamental para consolidar o PPGSS cientificamente e estruturalmente. Mas também determinou novas exigências. Dentre as principais, a manutenção de publicações qualificadas, o fortalecimento do planejamento estratégico e um aprimoramento no acompanhamento contínuo das atividades planejadas, o que é um dos pontos fundamentais para abertura de doutorado no futuro. Mas, ao mesmo tempo, compreendemos o programa que voltou para a fase de zona de conforto em algumas atividades no ano de 2021, que serão explicitadas no próximo item desse capítulo, bem como os caminhos traçados para o quadriênio 2021-2024.

4.3 Entre o passado e presente: desenhando novos caminhos para futuro do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

No jogo do xadrez, algumas peças são utilizadas para atingir certos meios. O peão, por exemplo, tem o maior número de peças dentro tabuleiro. É colocado na linha de frente e possui movimento limitados. Se não faz as jogadas conforme as regras do jogo, pode ser descartado facilmente. No item anterior, salientamos que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) era um peão dentro de uma lógica mais ampla. Não estamos eximindo sua responsabilidade do que acontece, do que propõe ou da forma que administra o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), mas também não podemos esquecer que está inserida em uma relação complexa e contraditória que está previamente determinada pela reprodução do capitalismo.

Como todo e qualquer processo que envolve financiamento, planejamento e gestão no Brasil, a presidência da CAPES vem mudando ao longo dos últimos 70 anos. Obviamente, muitas das mudanças e indicações acontecem de forma enviesada, e estão profundamente articuladas com a agenda do governo e a ideologia defendida. Entre os anos de 2019-2022, aconteceu no país a famosa “Dança das Cadeiras”, assim chamada pelos críticos e até mesmo acríticos, resultado principalmente da instabilidade do próprio governo e tentativa de aparelhamento do Estado. Alguns dos Ministérios que organizavam o Brasil foram desmontados, extinguidos e em alguns casos obrigados a uma fusão.

No caso do Ministério da Educação (MEC), estamos no quinto ministro em 2022. Todavia, as mudanças foram desastrosas em diversos aspectos. Ricardo Velez Rodrigues²⁷ abriu a porta para diversas polêmicas que fortaleceram a polarização no Brasil. Quando demitido, foi substituído por Abraham Weintraub²⁸, que deixou o cargo misteriosamente quando enfrentava uma série de denúncias. Sua saída foi justificada alegando assumir um cargo representativo do Brasil a convite do Banco Mundial. Após sua saída, foi nomeado Carlos Decotelli²⁹, mas, após diversas polêmicas a respeito das informações contidas em seu “Currículo Lattes”, ele mesmo renunciou.

Após esse acontecimento, foi cogitado Renato Feder, que na época era Secretário da Educação no Estado do Paraná, mas o mesmo recusou o convite. O quarto ministro que assumiu o posto foi Milton Ribeiro³⁰. De acordo com Lima (2022), sua gestão foi marcada pelo favorecimento da distribuição de verbas em pautas questionantes a pedido do próprio Presidente da República³¹, e participação em esquema de corrupção (LIMA, 2022). Um dos piores destaques de sua gestão foram

²⁷ Sua gestão aconteceu no período de 01/01/2019 a 09/04/2019. Apesar de curta, foi marcada por diversas polêmicas. Ele salientou que pretendia revisar os livros didáticos que continham textos sobre golpe de 1964, na tentativa de remover que havia acontecido Ditadura Civil-Militar, isso se alastrou com força no país, incentivou a filmagem ilegal de professores e crianças, enviou carta para Escolas solicitando leitura de *slogan* de campanha, e dizia ser contra o “marxismo cultural”.

²⁸ Sua gestão aconteceu no período de 09/04/2019 a 19/06/2020, também marcada por diversas polêmicas em relação à Educação Superior. Revogou portaria sobre políticas de inclusão nas pós-graduações, incentivou e fortaleceu o Projeto Future-se, aprovou o contingenciamento de várias verbas para Educação Superior Pública, orquestrou o corte de bolsa da CAPES à luz de critérios internacionais, fortaleceu a desvalorização das ciências humanas e sociais e outras diversas questões que dariam uma pesquisa individual. É importante lembrar sua fala acusando Universidades Federais de fazerem “balbúrdia”, sendo que, é válido salientar, a verdadeira balbúrdia aconteceu em sua gestão.

²⁹ Sua nomeação foi publicada no Diário Oficial da União em 25 de junho de 2020, e foi anulada em 01 de julho de 2020.

³⁰ Sua gestão aconteceu no período de 16/07/2020 a 28/03/2022. Conhecido pela extrema Direita como um defensor dos valores morais, contraditoriamente foi preso pela Polícia Federal sob acusação de crime de “corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa e tráfico de influência” (LIMA, 2022, n.p.). Não permaneceu preso por decisão do Desembargador Ney Bello. Infelizmente, um dos pastores (Arlton Moura) envolvido no caso e preso junto com Milton Ribeiro, não permaneceu preso para revelar o sentido da frase “porque se der qualquer problema com a minha menininha, eu vou destruir todo mundo” (LIMA, 2022, n.p.). Obviamente, está escancarado que estamos em um governo marcado por uma corrupção profunda, onde todos os envolvidos nos esquemas estão amarrados cautelosamente. É extremamente importante que estudantes busquem averiguar e analisar as contradições desse período.

³¹ Foram veiculadas intensamente algumas falas contraditórias do Ministro: “porque a minha prioridade é atender primeiros aos municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos que são amigos do pastor Gilmar. Porque foi um pedido especial que o presidente da República fez para mim sobre a questão de Gilmar”. Em relação à Educação e Emprego, o mesmo salientou “a universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade”. Sobre estudantes com deficiência, elencou: “essas crianças com deficiência atrapalham os outros estudantes que querem aprender” (BARRETO, 2022, n.p.).

as denúncias acerca da organização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e de bandada dos funcionários do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Não podemos deixar de discutir esse momento sem articular aos impactos que as decisões dessa gestão macro geraram à CAPES. Em abril do ano de 2021, o Ministro da Educação nomeou Cláudia Mansani Queda de Toledo para coordenar a CAPES, uma decisão amplamente criticada pela comunidade acadêmica e científica, pois o curso que a mesma gestava no ano de 2017 recebeu nota 2. Subtende-se que, com bagagem de um coordenador de curso que foi recomendado para ser descredenciado, a mesma compreenderia as dificuldades e desafios no processo de consolidação e permanência de um programa, mas, contrariando esse pensamento, as decisões acerca de avaliação em sua gestão trouxeram diversos questionamentos.

De acordo com a Associação dos Docentes da UFAM (ADUA), a referida presidente se apressou em aprovar cursos na modalidade Ensino a Distância (EaD), “sem as devidas exigências de qualidade. As trabalhadoras e os trabalhadores disseram terem sido solicitados a escrever documentos em pouco tempo e sem preocupação com a qualidade dos cursos a serem aprovados” (ADUA, 2021, n.p). Um empenho muito rápido que coloca em xeque os reais interesses dessa decisão e as prioridades assumidas pela CAPES, visto que a instituição enfrentava uma crise desencadeada no dia 22 de setembro de 2021, quando o Ministério Público Federal (MPF) moveu uma ação contra o processo de avaliação realizado pela agência.

Desde o ano de 2018, o MPF vem investigando o processo de avaliação, conforme registra o processo civil ajuizado por Andrea de Araújo Peixoto, da 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Afirma que foram evidenciados diversos atos ilícitos no processo de avaliação, concessão de bolsas e incentivos no âmbito da pós-graduação realizados pela CAPES. Foi solicitado que a instituição suspendesse imediatamente a avaliação que estava em andamento, e apresentasse até 30 dias a relação completa dos “critérios de avaliação”, “tipos de produção/estratos” e as “notas de corte” que estavam sendo utilizadas na avaliação (MPF, 2021). O documento ainda salienta que:

[...] a documentação anexada junto à inicial pelo MPF indica que, com relação aos critérios adotados pela CAPES no que diz respeito ao ranqueamento dos programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), a ré, além de modificá-los no curso do quadriênio de referência, aplica os novos parâmetros de forma retroativa, o que, em um juízo de cognição sumária, atenta contra o princípio da segurança jurídica, na medida em que surpreende as instituições de ensino superior com o novel regramento, sem nem mesmo oportunizar aos administrados um regime transicional para adaptação às normas então estabelecidas durante o período de avaliação (MPF, 2021, p.4).

Por sua vez, a CAPES demorou para tomar uma atitude, desrespeitando as recomendações do Conselho Técnico Científico (CTC) e da Justiça Federal. Além disso, os profissionais que pediram

demissão da CAPES alegaram que a agência estava agindo de forma negligente na defesa da avaliação dos cursos de mestrado e doutorado, o que estava colocando em risco a qualidade da próxima avaliação referente ao quadriênio 2021-2024 (ADUA, 2021; ANDES, 2021). De acordo com Freire Júnior (2021), a agência recorreu em 1ª instância e perdeu, recorreu em 2ª instância e o próprio juiz responsável pelo caso salientou a falta de empenho da agência em resolver a situação.

Isso evidencia que os interesses da referida estavam centrados na abertura dos novos cursos, principalmente no formato EaD, a qualquer custo. É importantíssimo abrir novos cursos, desde que se mantenha a qualidade e o nível da área, e isso é realizado justamente por meio da avaliação (FREIRE JÚNIOR, 2021). Todavia, precisamos reconhecer que a CAPES está acostumada a mudar os critérios nas fichas de avaliação no fim das quadrienais e trienais.

Toda essa situação colocou a comunidade acadêmica e científica entre a cruz e a espada, pois não é errado questionar o modelo de avaliação ou defender a transparência em todo esse processo. As áreas de conhecimento merecem ter uma avaliação democrática, participativa e não punitiva. Mas a paralisação ou cancelamento da avaliação colocaria em risco a permanência dos programas e, talvez, como aconteceu na década de 1990, uma nova extinção da CAPES, por conta de um governo negacionista e antidemocrático. A possível extinção traria diversos problemas relacionados aos investimentos e financiamento da pesquisa, uma vez que não existia nem menção de construção de um PNPG para 2021-2030. Em carta aberta publicada por representantes de Associações da Comunidade Científica brasileira é apontado que:

[...] questões externas e resultantes de contextos políticos e históricos anteriores acabaram por subsidiar ações do Ministério Público Federal e da Justiça Federal que vieram a judicializar a avaliação, sem antes ouvir as partes mais sensíveis ao processo de avaliação, em especial aqueles que compõem os Programas de Pós-Graduação no país. Uma estranha situação, já que essas ações pretendem defender os direitos desses mesmos Programas. A avaliação da pós-graduação pela CAPES se veste de importância singular para os PPG na medida em que a avaliação por pares, realizada pelos pareceristas Ad Hoc e os Conselho Técnico Científico (CTC), resulta num relatório externo e complementar à autoavaliação realizada no âmbito de cada PPG, em suas instituições. Com isso, os PPG redefinem seus planejamentos estratégicos e promovem as melhorias que são necessárias para atender ainda mais às demandas da sociedade por formação pós-graduada. Assim, os PPG estão à espera da divulgação dos resultados da avaliação para tomarem decisões internas de extrema relevância (ANPED, 2022, n.p).

A carta defendia a continuidade na avaliação, uma vez que os relatórios foram arduamente produzidos pelos programas na Plataforma Sucupira dentro dos prazos. O documento ressalta ainda a necessidade de prorrogação dos mandatos dos coordenadores de área, para que continuassem na condução da avaliação quadrienal 2017-2020. E, preocupados com o descaso do Governos em relação aos rumos da pós-graduação no Brasil, defenderam a importância da definição de um PNPG para 2021-2030, e a organização de um quadriênio com regras para o tempo presente e não para o passado.

Para Fernandes (2021), um dos motivos da crise da CAPES estava vinculado às tentativas do governo de evitar o financiamento em algumas áreas e temas de pesquisa contrárias aos ditos valores tradicionais defendidos pelo governo. Além disso, a crescente influência de setores empresariais interessados em faturar com a massificação da pós-graduação sem o devido controle de qualidade acadêmica, o que promovia uma ideia perigosa de que não era necessário ter um sistema de avaliação, pois o próprio o mercado poderia regulá-la.

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) publicou em nota que defende que as avaliações sejam construídas de forma democrática e com ampla participação, em uma contratendência ao ranqueamento e competitividade. E, apesar de se solidarizar com os pesquisadores e profissionais demissionários que denunciaram as irregularidades do processo de avaliação na gestão de Toledo, em razão da alteração dos pesos dos critérios e notas de corte em plena vigência, tornando o processo antidemocrático e excludente. Ao mesmo tempo, defende a pesquisa pública e os recursos para sua materialização (ANDES-SN, 2021).

Todo esse processo evidencia a contradição em que estava inserida a pós-graduação. No dia 15 de setembro de 2021, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) manifestou seu posicionamento através de uma nota elaborada pela Gestão 2021-2022 “Aqui se Respira Luta”, na qual salientou:

[...] forte preocupação com os processos, fluxos, procedimentos e rumos que vem sendo dado à CAPES pela sua direção, em pleno processo de consolidação da Avaliação Quadrienal 2017-2020. A preocupação é latente e grave, haja vista a Carta Aberta do Conselho Técnico Científico de Ensino Superior - CTC-ES publicada em 14 de setembro de 2021, que registra a forma autoritária, ameaçadora e antidemocrática tomada pela presidente da CAPES, profa. Claudia Queda de Toledo com a CTC-ES, a partir dos argumentos que a Carta enfatiza. Como se isso já não fosse suficiente, é também grave, a publicação da Portaria nº 145, de 10 de setembro deste ano, sobre o Qualis Periódico que regulamenta novos elementos contrariando o que já havia sido consolidado com amplo debate nos Colegiados e aprovado no CTC-ES, em 2018. É uma Portaria abusiva ao (1) inviabilizar o uso do resultado Qualis Periódicos na etapa de reconsideração, (2) tratar de forma inadequada as boas práticas editoriais e (3) modificar os procedimentos de ajustes dos Periódicos, na medida em que a maioria das áreas concluíram suas classificações. Por isto, a ABEPSS atenta a essa grave situação, subscreve a Carta Aberta encaminhada à direção da CAPES e, ao mesmo tempo, expressa apoio irrestrito aos membros do CTC-ES. A ABEPSS segue sua crítica ao modelo meritocrático e multidimensional das avaliações, contudo, se posiciona contrária ao desmonte do modelo de Avaliação, que foi construído e aperfeiçoado democraticamente pelos pares. Exigimos a imediata valorização e defesa da CAPES e de seu caráter estratégico para a formação pós-graduada qualificada e sustentável para o desenvolvimento científico e técnico do país (ABEPSS, 2021, p.1).

A pós-graduação em Serviço Social, que tem um posicionamento firme acerca da avaliação, também está inserida nessa dinâmica de relações que envolvem diversas contradições. Na defesa da formação e pesquisa, posicionou-se de forma estratégica. Entendemos que, apesar de não concordar com diversos aspectos da avaliação conduzida pela CAPES, seria um risco não ter o processo de

avaliação. Seria uma oportunidade para entregar essa condução para empresas privadas. A ausência de uma avaliação poderia propiciar a abertura desenfreada de qualquer curso em diversas modalidades com o intuito de faturamento do mercado.

É dentro deste cenário que o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazonia (PPGSS) começou a desenhar seus caminhos para o futuro, sem saber sua nota de avaliação e com incerteza sobre o seu destino. O programa já havia adquirido uma experiência com outros seminários e começou a caminhar com a ideia de prever e antecipar seus movimentos. Em uma lógica cheia de regras e de mudanças contínuas, conhecer o passado e presente é imprescindível para planejar e desvendar o futuro. Mas quando alguns resultados positivos começaram a surgir com mais agilidade, o programa começou a flexibilizar em algumas ações.

Desse modo, os caminhos previamente traçados para alcançar uma posição de consolidação não podem ser pensados sem considerar a tridimensionalidade do tempo, que “se agarra ao passado com os seus pressupostos, tende para o futuro com as suas consequências e está radicada no presente pela sua estrutura” (KOSIK, 1969. p. 217). É inegável que o programa amadureceu ao longo dos últimos 15 anos, mas não significa que agora já aprendeu todos os movimentos do jogo e que o futuro acontecerá conforme o planejado. Mesmo aquilo que se planeja com antecedência pode sofrer alterações por inúmeras determinações econômicas, sociais e políticas.

Por isso, é imprescindível aprender com o passado. Mas aprender e conhecer determinada realidade não é suficiente para consolidar ou manter um programa. Parece que existe uma tendência que precisa ser superada, o ciclo da zona de conforto, que pode colocar em risco tudo o que já foi conquistado. Como explicitado anteriormente, no final do ano de 2020, o PPGSS/UFAM realizou o II Seminário de Autoavaliação e Planejamento Estratégico, que resultou na elaboração de um Plano de Autoavaliação e Planejamento Estratégico para o quadriênio 2021-2024³², que foi estruturado em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFAM em 2016-2025.

A construção do plano foi organizada pela Dr^a Roberta Ferreira Coelho de Andrade (coordenadora do PPGSS e presidente da Comissão de Autoavaliação e Planejamento Estratégico) e auxiliada pela Comissão de Autoavaliação e Planejamento Estratégico em diversos momentos. De

³² “O planejamento estratégico do PPGSS resulta de uma autoavaliação da caminhada do programa feita a partir de diversos mecanismos, dentre os quais o Seminário de Autoavaliação e Planejamento do PPGSS, realizado nos dias 15, 16 e 23 de dezembro de 2020, bem como os questionários de autoavaliação aplicados aos docentes, discentes, egressos e técnicos administrativos do programa. Além disso, o PPGSS conta com uma comissão de autoavaliação, que tem a missão de conduzir os processos avaliativos, analisar os resultados obtidos e oferecer subsídios à tomada de decisão pela coordenação e pelo colegiado do programa. Não podemos deixar de destacar que os objetivos firmados neste planejamento estratégico do PPGSS estão em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFAM, 2016-2025, o que estabelece objetivos específicos quanto à pós-graduação no decênio, dentre as quais destacamos: a) fortalecer os programas de pós-graduação; b) elevar as notas dos cursos visando a excelência da Pós-Graduação” (PPGSS, 2021, p.5).

acordo com Andrade e Pinheiro (2022, p.20), “o programa entendeu que não seria possível alcançar seus objetivos sem planejamento estratégico” e, ao considerar todas as atividades desenvolvidas durante a quadrienal 2017-2020, a autoavaliação contínua se tornou imprescindível para dar continuidade ao programa e desenhar possíveis e coerentes planos para o futuro. As etapas do processo de construção do plano aconteceram da seguinte forma:

Figura 10: Etapas do Plano de Autoavaliação e Planejamento Estratégico do PPGSS/UFAM.



Fonte: Planejamento e avaliação do Programa de Pós-Graduação: Experiência da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e contribuição do PROCAD. Organizado por Andrade e Pinheiro em 2022.

De acordo com o PPGSS (2021), na etapa da preparação foi constituída uma comissão de autoavaliação, a qual realizou diversas reuniões para construção do plano e definiu a metodologia que seria adotada na Política de Autoavaliação do PPGSS. Nesse processo, foi necessário realizar uma sensibilização de toda a comunidade acadêmica, evidenciando a importância da construção coletiva. O processo de implementação aconteceu por meio de ações de avaliação coletiva, acompanhamento do corpo docente, discente e egressos por meio da aplicação de questionários, também foi realizado um levantamento de dados sistemáticos. Para a etapa de uso dos resultados:

[...] ponderou-se que o objetivo é que todo o processo avaliativo conduza o programa a encontrar os melhores caminhos para enfrentamento de suas dificuldades e para dar continuidade às ações positivas que fortalecem o programa. Nessa direção, os resultados obtidos nortearão a tomada de decisões durante as reuniões de colegiado e os seminários de avaliação e planejamento. Os resultados foram o parâmetro essencial para a construção do planejamento estratégico para o quadriênio. Além disso, os resultados anuais oferecerão as diretrizes para o planejamento anual do PPGSS, a ser firmado no seminário de avaliação e planejamento do 2º semestre de cada ano [...] Quanto à meta-avaliação, o PPGSS tem clareza de que a autoavaliação não se constitui como mera resposta a uma exigência burocrática, mas é um processo que alimenta, retroalimenta e favorece ao programa voltar a atenção para si, de modo a mapear seus avanços, fragilidades e a ter clareza no que precisa e pode melhorar (PPGSS, 2021,p.13).

O plano ainda apresenta as principais diretrizes que irão fundamentar todo o processo de autoavaliação contínua durante o quadriênio 2021-2024, como o fortalecimento da capacidade de crítica e autocrítica dos envolvidos no processo; do engajamento e compromisso de todos os segmentos que compõem o programa; da participação democrática nos espaços de autoavaliação; a relação ética e respeitosa entre todos os sujeitos envolvidos; o compartilhamento de responsabilidades entre os sujeitos envolvidos (PPGSS, 2021). Os principais objetivos da autoavaliação e do planejamento estratégico estão sinalizados em:

Identificar as fortalezas e as fragilidades do PPGSS para otimização de seus resultados no quadriênio 2021-2024; Nortear o PPGSS quanto às estratégias a serem adotadas para seu aprimoramento em termos de excelência acadêmica e em seu processo de avaliação; Monitorar as ações do PPGSS para o alcance dos objetivos traçados para o quadriênio 2021-2024 (PPGSS, 2021, p.7).

Com esse intuito, no dia 7 de dezembro de 2021, o programa promoveu o III Seminário de Autoavaliação e Planejamento Estratégico do PPGSS, com o propósito de: a) avaliar a situação do programa em relação aos critérios de avaliação da CAPES, identificar os pontos fortes e fracos do programa, mapear os avanços em relação às deliberações de 2020, e planejar ações especificamente para o ano de 2022.

No seminário, o professor visitante Dr. Yunier Sarmiento apresentou uma breve síntese acerca dos resultados dos questionários de autoavaliação que foram aplicados aos docentes, discentes, técnicos e egressos do PPGSS. Os formulários continham perguntas acerca dos impactos da pandemia sobre a vida acadêmica dos discentes, docentes e corpo técnico, avaliação da coordenação, secretaria e apoio técnico, autoavaliação discente e docente em relação às orientações e disciplinas, e outras perguntas. De acordo com a exposição no ano de 2021, 95 (%) do corpo coletivo do programa afirmou conhecer os objetivos do programa, o que é imprescindível no processo de autoavaliação do programa (PPGSS, 2021). É relevante destacar que, a cada seminário, o programa vem aprimorando os instrumentos de diagnóstico do PPGSS, o empenho da Coordenação e Comissão de Autoavaliação é notório. Diferente do seminário realizado em 2019, o plano para o quadriênio 2021-2024 já tinha as metas traçadas; então, com base no que já estava planejado, foi identificado o que poderia ser realizado em 2022 (PPGSS, 2021).

No que concerne às potencialidades do programa, em comparação ao ano de 2019, o quadro a seguir apresenta um salto no aprimoramento de diversas potencialidades.

Quadro 26: Principais Potencialidades aprimoradas com base nas deliberações de 2020

Principais Potencialidades aprimoradas com base nas deliberações de 2020		
Programa	Formação	Impacto na Sociedade
<ul style="list-style-type: none"> - 100% dos docentes permanentes com formação de graduação em Serviço Social; - Professores com atuação como membros de conselhos editoriais de periódicos; - Construção coletiva do Planejamento Estratégico com base na autoavaliação do PPGSS. 	<ul style="list-style-type: none"> - Equilíbrio na distribuição das dissertações entre os docentes; - Diversidade institucional na composição das bancas; - Realização da mobilidade acadêmica. - Publicação em 2020 de coletâneas organizadas por docentes do PPGSS; - Participação de docentes e discentes em eventos científicos; - Aderência de produção em áreas de concentração e linhas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Único programa de Serviço Social que aborda a Sustentabilidade na Amazônia; - Mobilidade estudantil no Programa, com estudantes provenientes de países da América Latina; - Participação de docentes em redes internacionais de pesquisa; - Participação de professores em eventos científicos internacionais; - Participação de docentes como editores e membros de corpo editorial de periódicos internacionais; - Participação dos docentes e discentes na organização de eventos.
Novas potencialidades identificadas com base nas deliberações de 2020		
Programa	Formação	Impacto na Sociedade
<ul style="list-style-type: none"> - Vinculação dos projetos às linhas de pesquisa; - Filiação de diversas pesquisas ao PROCAD; - Diversidade de discussões nas disciplinas eletivas; - Presença de membros externos de outros programas da UFAM e outras instituições nas bancas de defesa e qualificação; - Diversidade na formação pós-graduada do corpo docente com identidade com a realidade amazônica. - Realização do Estágio Pós-Doutoral por meio do PROCAD; - Todos os professores do programa atuam na graduação; - Vinculação de 100% dos docentes a grupos de pesquisa; - Representação da ABEPSS; - Reuniões periódicas com a PROPESP; - Acompanhamento e consultoria externa; - Realização de seminários anuais de autoavaliação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dissertações do programa premiadas pela PROPESP/UFAM; - Melhores dissertações com critérios científicos estabelecidos pelo programa; - Ampliação da publicação em periódicos com extratos superiores, livros e capítulos em 2020; - Lançamento de Coletânea com os trabalhos de alunos egressos; - Instrumental de mapeamento das informações dos alunos egressos bem estruturado; - Trabalho de captação dos dados dos egressos por meio de contatos telefônicos e pesquisa em redes sociais pela Comissão de Preenchimento do Relatório Sucupira; - Todos os professores estão vinculados a um grupo de pesquisa; - Presença de um professor visitante; - Bom planejamento da distribuição das disciplinas entre os professores; - Equilibrada distribuição de orientandos por docentes; - Existência dos portais e repositórios institucionais da UFAM que permitem o acesso às informações sobre ensino; - Construção de uma sistemática de trabalho pela Comissão de Preenchimento do Relatório Sucupira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de um evento internacional e um nacional vinculados ao programa; - Produção intelectual sobre a realidade amazônica; - Presença de um professor estrangeiro visitante no Programa; - Atualização do site do PPGSS; - Criação, manutenção e atualização periódica das redes sociais do PPGSS.

Fonte: Esquematizado com base no Documento de Deliberações do seminário de autoavaliação do PPGSS 2020 e Balanço de atividades realizadas em 2021.

Apesar de todas as dificuldades decorrentes da pandemia, o programa conseguiu manter diversos aspectos positivos. Mas com a apropriação da dinâmica da avaliação e organização das comissões, assessorias externas realizadas pela Prof.^a Dr.^a Jane Cruz Prates, conseguiu identificar elementos que não eram sinalizados anteriormente como: existência de um evento internacional e um

nacional vinculados ao programa. E, avançou em diversos aspectos referentes a publicações qualificadas como: lançamento de coletânea com os trabalhos de alunos egressos, aprimoramento da comunicação e sistematização de dados dos egressos. O seminário também apresentou as principais fragilidades (sendo que algumas permaneceram) e os novos desafios que seriam enfrentados pelo programa nos anos 2022-2024, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 27: Principais fragilidades permanentes com base nas deliberações de 2020

Fragilidades permanentes em 2021		
Programa	Formação	Impacto na Sociedade
<ul style="list-style-type: none"> - Baixa carga horária dos docentes dedicada à pós-graduação; - Professores que não ministram disciplinas há um longo período; - Poucos professores colaboradores; - Poucos projetos de extensão; - Baixa atuação em coordenação de projetos; - Recursos Humanos e infraestrutura limitados que dificultam a dedicação para a elaboração/execução do planejamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Demora para a realização do exame de qualificação; - Dificuldades de contato contínuo com os alunos egressos para atualização das informações; - Insuficiência das informações registradas no Currículo Lattes; - Baixa produção científica de discentes e egressos; - Concentração de produção em algumas docentes; - Professores sem projetos institucionalizados; - Pouca interação entre os grupos de pesquisa; - Reduzida publicação em periódicos nos estratos superiores do Qualis. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de uma política de inserção social do Programa; - Desconhecimento sobre a atuação dos grupos de pesquisa na dimensão cultural; - Frágil articulação dos grupos de pesquisa com os movimentos sociais; - Poucos projetos guarda-chuva que abrangem as expressões culturais; - Produção incipiente em veículos internacionais; - Desatualização do banco de dissertações; - Paralisação de um evento internacional. - Egressos não atualizam o lattes;
Novas fragilidades identificadas em 2021		
Programa	Formação	Impacto na Sociedade
<ul style="list-style-type: none"> - Não institucionalização de um projeto de pesquisa por professor, principalmente os que não estão no PROCAD; - Pertinência das disciplinas eletivas; - Pertinência dos componentes curriculares; - Falta de equipamentos e acervo; - Ausência de espaços para professores aposentados vinculados ao programa; - Ausência de professores permanentes graduados em outras áreas das Ciências Humanas; - Realização de poucas avaliações coletivas periódicas; - Necessidade de maior interação com os egressos para avaliação do PPGSS. 	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de ampliação da produção discente vinculada à dissertação; - Inexistência de critérios para escolha das melhores dissertações, uma vez que não era demandado pela CAPES; - Fragilidade do vínculo institucional com alunos egressos; - Currículos Lattes de egressos desatualizados; - Sobrecarga docente na graduação que inviabiliza as disciplinas na pós-graduação; - Poucas atividades complementares planejadas pelos professores; - Demora dos docentes no preenchimento do relatório anual de atividades; - Escassez de informações sobre a inserção docente em redes de pesquisa nacionais e internacionais; - Poucos docentes com coordenação de projetos de pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixos registros nos relatórios de docentes e egressos quanto à presença na mídia (entrevistas, reportagens...).

Fonte: Esquematizado com base no Documento de Deliberações do seminário de autoavaliação do PPGSS 2020 e Balanço de atividades realizadas em 2021.

A construção de estratégias para superação dos obstáculos foi pensada coletivamente, e até o mês de setembro de 2022, muitas das atividades e objetivos traçados ainda estavam em andamento. Em relação às fragilidades que permaneceram desde os anos de 2019 e 2020, é importante destacar que algumas coisas estão enraizadas desde os primeiros anos de atuação do PPGSS. Por exemplo, a coordenação e o colegiado sempre enfrentaram dificuldades em relação ao equilíbrio da carga horária; desde as trienais, a coordenação e o colegiado estão mudando as estratégias para alavancar a produção científica docente e discente; desde o primeiro ano de atuação existem problemas com a atualização do Currículo Lattes. O que demonstra que são desafios antigos e ao mesmo tempo atuais, porque precisam de constante atenção e mudanças.

Outro entrave antigo é a questão do credenciamento e credenciamento de professores. A manutenção do equilíbrio entre professores permanentes e colaboradores é um desafio constante, pois depende da organização coletiva do colegiado e coordenação em seguir o planejado, de acordo com a realidade vivenciada pelo programa. De acordo com o Relatório da Quadrienal 2017-2020, o programa definiu alguns parâmetros para credenciamento e credenciamento. Em caso de não atendimento aos critérios definidos, o docente permanente é desligado ou reenquadrado como docente colaborador, de acordo com decisão do colegiado (PPGSS, 2021). Todavia, a consolidação dessa política de credenciamento exige um esforço e organização do próprio colegiado em manter o planejado e realizar as revisões continuamente.

No que tange ao eixo formação, um dos principais desafios do programa sempre foi o cumprimento dos prazos de Exames de Qualificação e Defesa de Dissertação, o qual não podemos deixar de sinalizar que, entre os anos de 2020-2022, sofreu impactos relacionados à pandemia e saúde mental dos discentes. Em pesquisa realizada pelo PPGSS com as turmas dos anos de 2020, 2021 e 2022, é notório o adoecimento mental dos alunos, o que, de certa forma, impacta o seu modo de produzir; todo esse processo foi agudizado com ERE. Da turma de 2020, 92,31% (8) responderam que pandemia afetou sua saúde mental, uma das turmas mais afetadas em relação aos prazos, e que cursou todas as disciplinas no formato remoto.

Com respeito à turma de 2021, 70,59% (12) responderam que pandemia afetou sua saúde, em alguns casos ocasionando depressão, ansiedade, distúrbios de sono, dores de cabeça e agravamento de doenças preexistentes. Quanto à turma de 2022, 78,95% (15) sinalizaram estar com adoecidos. São comuns nas respostas das três turmas as afirmações de sintomas como: dificuldades de linguagem, raciocínio, concentração e memória, depressão e ansiedade. Nesse sentido, ao mesmo tempo que programa tentava alçar novos rumos, precisava ter cuidado para não tornar a rotina pesada para os discentes. É importante ressaltar a heterogeneidade das turmas e desafios específicos vivenciados por elas. Durante os seminários de avaliação e em reuniões coletivas, nem todos os alunos se envolveram

no processo de autoavaliação e alguns até criticavam as decisões estratégicas tomadas pelo programa. Essa tensão foi comumente discutida em algumas disciplinas, ficou explícita a dificuldade de compreensão acerca da urgência em realizar atividades para aprimorar o conceito do programa.

Ainda sobre os problemas citados no quadro 28, uma das principais estratégias foi realizar um acompanhamento sistemático das defesas. De acordo com o PPGSS (2022), todos os alunos da turma 2020 solicitaram prorrogação de defesa da dissertação, nem sempre o planejado acontece. É importante apreender nesse processo que os discentes estavam fragilizados. Outra estratégia adotada foi o incentivo à produção discente vinculada à dissertação com o orientador, e submissão de, pelo menos, um artigo por ano ou semestre. O programa socializou eventos e periódicos com prazos abertos para submissão para discentes e egressos, assim como ofertou oficinas sobre elaboração de artigos com o intuito de favorecer o aumento de produção intelectual.

Em relação aos docentes, não podemos deixar apontar que todo esse processo de se adaptar a uma configuração, realizar ensino, pesquisa e extensão, participar de atividades administrativas da graduação e pós-graduação, participar das comissões, planejar seminários e organizar atividades em relação ao processo de avaliação e ainda atender às novas demandas do Qualis, iniciar tentativas de publicações em estratos superiores, pode ser adoeedor, mesmo no presencial. No modo de trabalho remoto, esse processo foi triplicado. É notório que ser um programa à luz dos indicadores de qualidade e quantidade da CAPES exige muito mais dos docentes do que os discentes, o que torna estressante todo o processo que envolve a avaliação.

Por exemplo, durante o ano de 2021, apenas 21,4 % dos docentes do PPGSS conseguiram manter o equilíbrio emocional. Apenas 28,6% possuíam espaço adequado para ministração de aulas no formato remoto (ANDRADE; SILVA; MENEZES, 2021). Em pesquisa desenvolvida pelo PPGSS no mês abril de 2022, 100% dos docentes já havia testado positivo para Covid-19, e 100% docentes responderam que a pandemia afetou sua saúde mental. O pior cenário é evidenciado quando 100% dos docentes afirmam que não realizaram tratamento ou acompanhamento psicológico durante todo esse processo (PPGSS, 2022). Existe uma escassez de pesquisas sobre esse período, mas os dados nos fazem refletir: Em que tempo esses docentes procurariam ajuda? A busca por uma consolidação excedeu o tempo de descanso ou ultrapassou horas de trabalho?

Em busca da nota quatro, é preciso assumir que talvez a coordenação e colegiado entraram em ritmo de produção e sobrecarga de trabalho. Um outro aspecto diz respeito àqueles(as) que não concordam com algumas estratégias pactuadas nos seminários. Um exemplo específico é a preocupação em publicar artigos em periódicos, livro ou capítulo de livro, participar na organização de livros, publicar em autoria ou coautoria em periódicos científicos, publicar em autoria ou coautoria em anais de eventos nacionais e internacionais. O relatório de avaliação da quadrienal 2017-2020

indica que houve uma produção docente muito boa em livros e capítulos de livros, mas regular nos periódicos de estratos superiores, o que denota que este quesito já apontado como frágil nas avaliações anteriores segue como um desafio e sinaliza a necessidade de que esse compromisso precisa ser abraçado por todo o corpo docente, pois todos os pesos e notas de cortes da avaliação serão quantificados pelo número total de professores.

Mesmo com diversos avanços, o programa tem corpo coletivo com pensamentos e posicionamentos diferentes acerca do processo avaliativo, o que aprofunda as tensões no interior do corpo coletivo e, como explicado anteriormente, torna o trabalho angustiante e muitas vezes concentrado em poucos docentes.

No que é relativo aos impactos na sociedade, é importante frisar o papel que um egresso exerce na sociedade. Sem dúvidas, o principal impacto é na formação e trabalho em Serviço Social. De acordo com Andrade *et al* (2022), o Estado do Amazonas possui 62 municípios, destes 44 oferecem curso de Serviço Social, apenas 8 são presenciais, outros 36 possuem autorização para ofertar curso na modalidade EaD, reflexo do processo de expansão desenfreado de cursos. O que torna extremamente necessária a formação de mestres e pesquisadores críticos para o fortalecimento de uma formação de qualidade. Mas o programa enfrenta diversos desafios relacionados à comunicação nos diversos eixos.

Os desafios envolvem a ausência de informações e não atualização do Currículo Lattes, o que torna difícil o acompanhamento da sua inserção e repercussão na sociedade. Todavia, o programa adotou diversas iniciativas em curto, médio e longo prazo que aprimorem essa interação como: criação de um fórum para publicização das produções dos egressos, convites para participação de eventos do programa, realização de encontro anual, criação de uma política de nucleação e monitoramento dos egressos, aproximação por meio das redes sociais evidenciado as contribuições dos egressos para sociedade.

É importante mencionar que o programa realiza dois eventos de grande porte em âmbito nacional e internacional, o Seminário Internacional de Questões Socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia (SIQSSAM) e o Encontro Nacional de Trabalho Interdisciplinar e Saúde (ENTIS). Todavia, a realização desses eventos depende de inúmeros recursos, ambos foram realizados em duas edições. O evento internacional está paralisado desde o ano de 2015, permanece como um desafio para o programa. Em síntese, os novos caminhos traçados para o PPGSS foram desenhados orientados à luz desses desafios, e principalmente pela vontade garantir a sobrevivência do programa no Amazonas. O quadro a seguir apresenta as principais metas para o futuro:

Quadro 28: Principais metas operacionais para o quadriênio 2021-2024

Principais metas operacionais para o quadriênio 2021-2024	
Programa	<ul style="list-style-type: none"> - Elevação da nota do programa; - Institucionalização do projeto de pesquisa por professor. - Otimização das ações e aprimoramento do PPGSS; - Otimização e aprimoramento do processo de autoavaliação do PPGSS. - Realização de 4 seminários anuais de autoavaliação e planejamento; - Maior fortalecimento do vínculo dos discentes, docentes e egressos do PPGSS. - Proposta de Curso Novo (APCN) para doutorado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.
Formação	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção do prazo de 24 meses para conclusão do mestrado. - Ampliação de produções técnicas bibliográficas vinculadas às dissertações concluídas. - Maior visibilidade à produção de discentes e egressos. - Maior visibilidade à produção, repercussão e inserção de egressos no mercado de trabalho - Ampliação da inserção nacional e internacional dos docentes.
Impactos Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> - Maior visibilidade quanto à relevância e divulgação da produção intelectual do PPGSS; - Inclusão das produções técnicas e bibliográficas nas referências das disciplinas da graduação e pós-graduação. - Institucionalização de uma Política de Inserção Social do Programa. - Avaliação quanto à possibilidade da constituição dos Núcleos de pesquisa. - Maior visibilidade às ações de inserção já desenvolvidas. - Ampliação da inserção social do PPGSS. - Ampliação da inserção nacional e internacional do PPGSS, e otimização dos processos de internacionalização.

Fonte: Elaborado com base no Plano de Autoavaliação e Planejamento Estratégico do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS 2021-2024.

Apesar de todo esse planejamento e processo de autoavaliação acontecer em tempos de incerteza, o corpo coletivo continuou suas atividades com esperança de que programa permaneceria no Amazonas. Apenas em 02 de setembro de 2022, a CAPES divulgou os resultados parciais da Avaliação Quadrienal 2017-2020. Todavia, apenas para os coordenadores dos programas de pós-graduação e pró-reitores de suas instituições. Pouco tempo depois, em 06 de setembro de 2022, a Presidente Claudia Toledo informou a comunidade acadêmica que, “após intensos diálogos com todos os envolvidos, celebrou acordo com Ministério Público Federal para dar seguimento pleno à Avaliação Quadrienal” (BRASIL, 2022, n.p).

E, no dia 12 de setembro de 2022, aconteceu a revogação definitiva da decisão liminar que impedia a divulgação dos resultados da Avaliação Quadrienal. O PPGSS, que debutou em agosto de 2022, alcançou o conceito quatro, o que revela que os esforços dos últimos quatro anos valeram a pena. Com a elevação da nota do programa, novas possibilidades se abrem para o programa e novos caminhos podem ser traçados. Mas principalmente, surgem novos desafios que exigirão novas posturas, novas demandas, um novo olhar sobre a condução do programa. O que também é perigoso, se levarmos em consideração o passado do programa e o ciclo de foco, zona de conforto e pressão.

Dentro das principais metas operacionais para o quadriênio 2021-2024, é importante destacar algumas essenciais para essa nova jornada: otimização e aprimoramento do processo de autoavaliação, fortalecimento dos vínculos entre o corpo coletivo do programa, manutenção dos prazos de defesa e qualificação, fortalecimento da produção técnica e científica, investimento nos

núcleos de pesquisa, ampliação da inserção social em âmbito nacional e internacional e, principalmente, a elaboração de uma Proposta de Curso Novo (APCN) para doutorado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Desde as primeiras trienais (2007-2009 e 2010-2012), o PPGSS prospecta a abertura de um curso de doutorado. É inegável que a abertura de um curso de doutorado significaria um avanço para a formação profissional em Serviço Social no Amazonas. Mas também é um movimento com diversos riscos em razão dos desafios e perfil de produção que exigirá do programa. Ao longo de seu desenvolvimento, o programa levou cerca de 8 anos para alcançar uma apropriação da dinâmica de avaliação realizada pela CAPES. Entre os 2017-2018, o programa começou a trilhar os primeiros caminhos para o planejamento estratégico e monitoramento por meio da autoavaliação contínua. É indubitável que o programa ganhou experiência, mas ainda não consolidou esse movimento.

Essa consolidação não aconteceu porque estamos em constante mudança política, econômica e social. E porque, a cada novo ciclo e entrada de novas pessoas no programa, acontece uma quebra nas atividades planejadas, causando uma sobrecarga a quem já estava no processo. Isso nos rememora a importância de conhecer a história do passado para compreender o que acontece no presente e planejar para o futuro. Por isso, a abertura de um doutorado de forma precoce sem considerar a importância da consolidação da nota 4, pode trazer prejuízos aos avanços conquistados pelo programa nos últimos anos.

Mas não podemos ser fatalistas ao ponto de desacreditar no potencial do corpo coletivo do PPGSS na abertura de um curso de doutorado. O trabalho coletivo será imprescindível. Por isso, a cada renovação de ciclo da coordenação, dos professores, dos membros(as) que compõem as comissões, dos técnicos e dos(as) discentes, será fundamental manter a atualização do planejamento estratégico e processo de autoavaliação contínua.

É importante ressaltar que esse processo não vai acontecer sem um embate entre o próprio processo de avaliação e os valores e princípios defendidos pelo Serviço Social. Conforme mencionamos anteriormente, a avaliação realizada pela CAPES está ancorada em uma lógica comparativa e quantitativa, que prioriza a precarização da formação e trabalho, favorece o adoecimento mental do corpo coletivo do programa e, principalmente, desconsidera os desafios particulares de um programa inserido no Amazonas. Nesse sentido, além dos novos desafios de um programa nota 4, o programa precisa caminhar em uma contratendência, reafirmando seus valores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconstruir os caminhos que envolveram o processo de criação, implantação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazonia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) não foi uma tarefa fácil e muito menos conclusiva. Durante 15 anos de sobrevivência, o programa enfrentou diversos entraves internos e externos para alcançar um *status* de amadurecimento, o que demandou que regressássemos ao passado e retornássemos ao presente em diferentes momentos. Mas foram nesses retornos que descobrimos que alguns desafios eram antigos e suas raízes eram bem mais solidificadas do que pensávamos num primeiro momento, e que a conjunção de abstrações do passado e presente poderiam nortear ou alertar sobre os possíveis caminhos e desafios do futuro.

Para chegarmos a uma primeira aproximação do que poderia acontecer ou como aconteceu esse processo de maturidade, foi necessário entender como funcionava a política educacional e avaliação, os impactos da contrarreforma no financiamento da educação que afetam a lógica de avaliação, e principalmente raciocinar a função de todos os personagens envolvidos dentro desse processo. Apesar do PPGSS/UFAM estar localizado no Amazonas, foi imprescindível conhecer o processo de expansão da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, especialmente na Região Norte, o que demonstrou aproximações, semelhanças e particularidades próprias.

Esse processo de expansão da pós-graduação em Serviço Social no Norte aconteceu de forma tardia, registrando-se ainda a ausência de programas no Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. Um grande avanço se deu na avaliação quadrienal 2017-2020, quando os programas que estavam inseridos no Amazonas e Pará superaram os conceitos da avaliação anterior e fortaleceram o seu percurso de consolidação. É indubitável que, com as novas notas, esses programas irão trilhar novos caminhos e enfrentar novos entraves. No caso específico do PPGSS/UFAM, foram 13 anos de trabalho para alcançar o conceito quatro.

No que diz respeito aos resultados alcançados é importante apontar que toda a pesquisa enfrenta desafios e implica em escolhas. Em razão do volume de dados e do tempo necessário para concluir a dissertação, optamos por não trabalhar com a análise específica dos indicadores, o que daria um exaustivo estudo individual. Nesse sentido, a dissertação conseguiu responder aos objetivos da pesquisa, mas gerou outras questões que requerem outras investigações, por exemplo, a precarização do trabalho docente durante o processo de avaliação, as contradições e polêmicas que envolveram a crise da CAPES, os desafios vivenciados pela Educação Superior nos anos 2019-2022, dentre outros.

No que concerne à trajetória histórica e as singularidades do PPGSS como espaço de formação profissional no Amazonas, a pesquisa revelou que a ideia já vinha sendo maturada pelos docentes do Departamento de Serviço Social (DSS), mas que o ponto de ação foi a chamada institucional da UFAM para constituição de diversos programas de pós-graduação em 2006. Diferente do que já está registrado nas produções bibliográficas acerca do programa, evidenciamos que, desde o início, a coordenação mesmo que de forma primária já estava preocupada com o processo de avaliação, mas a maturação desse processo só foi solidificada com os erros e acertos durante toda sua trajetória.

Ao realizar a sistematização das propostas, estruturas e objetivos que nortearam o programa durante 15 anos, o perfil dos docentes, discentes e os grupos de pesquisa que compõem o PPGSS, identificamos possíveis informações redundantes ou até mesmo óbvias a uma primeira leitura. Entretanto, a experiência no Grupo de Pesquisa ESTRADAS nos ensinou a imprescindibilidade dos registros para que capítulos importantes da historiografia do Serviço Social não sejam esquecidos. Percebemos que parte da história do Serviço Social no Amazonas não é conhecida, porque justamente o ‘óbvio’ não foi registrado ou sistematizado. Entendemos que o PPGSS é uma extensão da 1ª Escola de Serviço Social em Manaus, a qual representa um dos grandes marcos da formação no Amazonas.

Enquanto programa de pós-graduação, o PPGSS está submetido à avaliação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a qual é comparativa e extremamente quantitativa. Entre avanços e desafios, nas avaliações que envolveram os anos 2007-2016, o programa obteve conceito três em três avaliações seguidas, reflexo também da ausência de conhecimento sobre o processo de avaliação e ausência de um engajamento coletivo da comunidade acadêmica. Como salientado anteriormente, o programa tem sobrevivido em um ciclo que denominamos como “foco, zona de conforto e pressão”. Destaca-se que, a avaliação quadrienal 2017-2020, o programa avançou em diversos aspectos que lhe renderam o alcance do conceito 4 que tem contribuição decisiva do processo de autoavaliação e planejamento estratégico. Todavia, seu processo de consolidação não está concluído, por isso precisa ser assumido pelo corpo coletivo.

No último ano da quadrienal, o programa precisou pensar em estratégias dentro de um cenário atípico e desastroso, quando o mundo estava assolado pela pandemia Covid-19. É necessário reconhecer que a pandemia ocasionou reflexos na produção científica, saúde mental e física dos docentes e discentes, impondo a estes o ensino remoto de forma abrupta, para o qual não estavam preparados, mas foram obrigados a se adaptar e a conciliar trabalho e ambiente doméstico. Para o PPGSS, além das perdas de amigos e familiares, docentes e discentes precisaram lidar com a perda de uma de suas docentes permanentes e de uma discente que ocupava representação estudantil no

programa. Enquanto tudo isso acontecia, a avaliação quadrienal da CAPES seguiu sem considerar os reflexos desse processo sobre a comunidade acadêmica.

Apesar de todas as dificuldades, é importante registrar a importância do PROCAD/Amazônia no coroamento da nota 4, o qual possibilitou uma troca com os programas parceiros da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). A vinculação permitiu o acesso a recursos financeiros para materializar novas produções científicas (livros, capítulos de livros e artigos), financiou as missões de trabalho entre as universidades, favoreceu a realização da mobilidade discente e aperfeiçoamento da formação dos professores através do Estágio Pós-Doutoral. Essa oportunidade amadureceu o programa e foi um dos principais responsáveis por torná-lo conhecido em âmbito nacional.

Nesse sentido, a continuidade da oferta do PROCAD pela CAPES é fundamental para amadurecer os programas de Serviço Social no Brasil. A cooperação acadêmica nacional é uma estratégia que precisa ser continuada pelo PPGSS/UFAM nos próximos anos. Destaca-se ainda que a entrada na nova quadrienal 2021-2024 foi marcada por uma crise na CAPES, que resultou no atraso da divulgação dos resultados da avaliação quadrienal anterior. Entre os anos de 2021 e 2022, o PPGSS pareceu entrar no ciclo de zona de conforto novamente, demandando uma atenção especial do corpo coletivo, visto que agora o programa será avaliado à luz dos critérios de um curso nota quatro.

A presente pesquisa não conseguiu analisar separadamente os critérios e indicadores de avaliação, mas entendemos a importância e urgência dessa análise para o próprio aprimoramento da autoavaliação, a partir da leitura de outros pesquisadores internos e externos ao PPGSS. Outro aspecto que merece ser estudado diz respeito ao discurso de produtivismo discente e docente durante toda a corrida para superação do conceito 3. Essa pesquisa não evidenciou a percepção dos docentes e discentes, mas as discussões eram recorrentes nas aulas e reuniões, embora isso não reflita no relatório da quadrienal 2017-2020 quanto a um alto índice de produção docente.

Retomando a metáfora do jogo de xadrez, que foi adotada para ilustrar a discussão dessa dissertação, pode-se inferir que, apesar da pós-graduação em Serviço Social não ter a capacidade de mudar as regras do jogo e não poder controlar o tempo da partida, quando fundamentada nas orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), pode executar estratégias que levam à vitória de uma partida (sobrevivência dos programas à luz da avaliação). Por isso, é imprescindível que seja fortalecida a solidariedade institucional entre os 36 programas de Serviço Social no Brasil. A interlocução desses programas por meio das próprias estratégias da CAPES fortalece a área. O PROCAD é um exemplo específico, é ofertado por esta agência, mas propicia o encontro entre os programas e a troca de experiências relacionadas ao processo de avaliação, ensino, produção e socialização do conhecimento.

É necessário ressaltar que o processo de avaliação não deve ser compreendido exclusivamente como uma demanda da CAPES. Apesar da avaliação estar fundada em uma lógica individualista e competitiva, a ABEPSS não defende o modelo meritocrático e multidimensional, mas entende a importância do processo de avaliação e autoavaliação para o aperfeiçoamento dos programas e redução das assimetrias regionais. Também pode ser um dos movimentos estratégicos adotados pelos programas para aprimorar suas propostas e pesquisas.

Outro movimento alinhado à ABEPSS, é a participação dos docentes e discentes no Fórum Nacional de Coordenadores de Pós-Graduação, nos grupos de Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) e Conselhos Editoriais de Periódico. Essa participação propicia um adensamento da compreensão do processo de avaliação e fomento de pesquisa de toda a área 32. Dessa forma, as estratégias e movimentos coletivos e particulares dos 36 programas de pós-graduação serão pensados de forma amplificada e não isolados. Em relação aos movimentos particulares de cada programa, a grande jogada (o xeque-mate) é justamente essa coletividade alinhada ao planejamento e à avaliação do tipo participativo realizados sistematicamente.

No caso do PPGSS/UFAM, a obtenção da nota quatro lançou ao programa um novo desafio: a criação de um curso de doutorado. Esse capítulo da história ainda não foi escrito e representa um movimento que determinará novas estratégias. Mas é indubitável que o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia venceu uma difícil partida de um jogo de disputa chamado avaliação da pós-graduação. Contudo, precisa lembrar que o jogo final não está ganho, uma vez que as peças de tabuleiro e os movimentos do jogador da oposição nunca são os mesmos e suas estratégias são renovadas constantemente. Por isso, além de conhecer as regras do jogo, o programa precisa ter uma *expertise* para finalmente dar xeque-mate no adversário.

REFERÊNCIAS

- ALARIO, A. F; WINTER, E. **Documento de Área: Interdisciplinar da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/INTERDISCIPLINAR.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- ALMEIDA, B. C; PAULA, S. L. O Papel da Avaliação de Políticas Públicas no Contexto dos Governos Locais. **Planejamento E Políticas Públicas**, n.42, 2014. Disponível em: www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/261 Acesso em: 10 dez. 2021.
- ALMEIDA, E.C.E; GUIMARÃES, A.A. **A pós-graduação e a evolução da produção científica brasileira**. São Paulo. Editora Senac, 2013.
- ALVES, M. F; OLIVEIRA, J. F. D. Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 351-376, mai./ago. 2014. Disponível em: <https://seer.ufgrs.br/index.php/rbpae/article/download/53680/33095>. Acesso em: 10 out. 2020.
- ANDRADE R. F. C; PINHEIRO, H. A; CAVALCANTE, L. L; CUNHA, M. G. N. **Serviço Social, Trabalho e Sustentabilidade**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2019.
- ANDRADE, R. F. C. D. et al. **Encontro das águas: graduação e pós-graduação na região norte do país**. In: XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília. v. 17 n. 1. 2022 Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/ finais/0000000594.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2023.
- ANDRADE, R. F. C. D; PINHEIRO, H. A. **Planejamento e avaliação do PPG: experiência da UFAM e contribuição do PROCAD**, 2022. 44 slides. Disponível em: Banco de Dados do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Acesso em: 09 jul. 2022.
- ANDRADE, R. F. C. D; SILVA, E. R.E. D; MENEZES, S. V. T. D. **Pandemia de COVID-19 e pós-graduação em Serviço Social: aproximações a partir do Amazonas**. II Encontro Nacional de Trabalho Interdisciplinar e Saúde (ENTIS). Manaus. Even3. Anais do II Encontro Nacional de Trabalho Interdisciplinar e Saúde. Manaus, UFAM, 2021.
- ANDRADE, R. F. C. DE; VALLINA, M. M; GAMA, R. R. Da Escola de Serviço Social de Manaus ao boom do mercado educacional no Amazonas. In: ANDRADE, R. F. C. DE; VALLINA, M. M. **Novos contornos do Serviço Social no Amazonas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Posição da ABEPSS diante dos rumos da CAPES e da avaliação quadrienal 2021 mais um ataque à excelência acadêmica**. 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1STG_DPTZ34BnLkw415iIiOd06mzcxc16/view?usp=share_link. Acesso em: 20 set. 2022.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL ABEPSS. Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/16671>. Acesso em: 8 abr. 2021.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (ADUA). **ANDES-SN divulga nota de solidariedade a profissionais da CAPES**. 2021. Disponível em: https://www.adua.org.br/frame1.php?pagina=noticia.php&ID_ARTIGO=1637. Acesso em: 07 ago. 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). **Carta aberta em defesa da Avaliação da qualidade da Pós-Graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, 2021. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/carta-aberta-em-defesa-da-avaliacao-da-qualidade-da-pos-graduacao-pela-coordenacao-de>. Acesso em: 07 ago. 2022.

BALBACHEVSKY, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. 2005. In: BROCK, C; SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social; intencionalidade e instrumentação**. São Paulo. Editora Veras, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1ª ed. São Paulo, Editora Edições 70, 2016.

BARRETO, W. Pedido de abertura da CPI do MEC é protocolado no Senado. **Portal Brasília R7**. 28 de jul de 2022. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/pedido-de-abertura-da-cpi-do-mec-e-protocolado-no-senado-28062022>. Acesso em: 07 ago. 2022.

BECKER, B. K. Bertha K. Becker. In: NASCIMENTO, E. P; VIANNA, J. N. **Dilemas e Desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BELLINI, M. I. B; RODRIGUES, D. C. B; MARQUES, N. R. A pandemia por covid-19: inflexões devastadoras para a sociedade. In: PINHEIRO, H. A. et al. **Serviço Social e os dilemas da saúde em tempos de pandemia**. Alexa Cultural: São Paulo / Edua: Manaus, 2020

BIANCHETTI, L. Condições de trabalho e repercussões pessoais e profissionais dos envolvidos com a pós-graduação stricto sensu: balanço e perspectivas. **Linhas Críticas**. Brasília, v. 17, nº 34, p. 439-460, set./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3821>. Acesso em: 16 out. 2020.

BIANCHETTI, L. VALLE, I. R. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v.22, nº. 82, p. 89-110, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n82/a05v22n82.pdf>. Acesso em: 7 out. 2020.

BOSCHETTI, I. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais In: CFESS (Org). Serviço Social: Direitos e Competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.cressm.org.br/files/arquivos/V6W3K9PDvT66jNs6Ne91.pdf> Acesso em: 10 out. 2020.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** 14 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRASIL, COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Plataforma Sucupira**, 2021d. Disponível em: <https://url.gratis/nKjHVp>. Acesso em: 8 abr. de 2021.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 977/65. Definição dos cursos de pós-graduação.** Brasília, DF, 1965. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/parecer%20cfe%20977-1965.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plataforma Sucupira**, 2021. Disponível em: <https://sucupira.CAPES.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 8 abr. de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 21.321, de 18 de junho de 1946.** Aprova o Estatuto da Universidade do Brasil. Lex: Coleção de Leis do Brasil, v.4, p.274, 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21321-18-junho-1946-326230-norma-pe.html>. Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951.** Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Lex: Coleção de Leis do Brasil, v.6, p.8, 1951. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-norma-pe.html> Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 dez.,1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Egressos da pós-graduação: áreas estratégicas**, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/19122018-cartilha-dav-egressos-pdf>. Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Ficha de avaliação**, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-fichaavaliacao-pdf>. Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **História e Missão.** Brasília, 2021g. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia-e-missao> . Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Ofício circular nº 245/2018/CAPES**. Brasília, DF: CAPES, 1 ago.2018. Disponível em:https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/noticias/38230672_2906674196047688_710120718670495744_n.jpg Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Ofício circular nº 245/CAPES**. Brasília, DF: CAPES, 01 ago. 2018. Disponível em:<http://www.jornaldaciencia.org.br/wp-content/uploads/2018/08/NOTA-DO-CONSELHO-SUPERIOR-DA-CAPES-AO-MEC.pdf> Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Ofício circular nº 7/2020/CAPES**. Brasília, DF: CAPES, 18 mar.2020. Disponível em:http://www.prppg.ufpr.br/site/wpcontent/uploads/2020/03/oficio_circular_1166067_sei_CAPES__1166034__oficio_circular-1.pdf. Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Organização e Estrutura Organizacional EduCAPES**, 2016. Disponível em: <https://eduCAPES.CAPES.gov.br/bitstream/CAPES/176156/11/textobase%20estrutura%20final.pdf> f. Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020**. v. 1. DF: CAPES, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-pnpg-volume-i-mont-pdf>. Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional De Pós-Graduação (PNPG 1986-1989)**, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/i-pnpg-pdf>. Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional De Pós-Graduação (PNPG 2005-2010)**, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/pnpg-2005-2010-pdf>. Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Proposta de Aprimoramento da Avaliação da Pós-Graduação Brasileira para o Quadrênio 2021-2024 – Modelo Multidimensional**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/25052020-relatorio-final-2019-comissao-pnpg-pdf> Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Sobre a Quadrienal**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/avaliacao-quadrienal/sobre-a-quadrienal>. Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB**. 1994. Disponível em: https://www.fera-al.com.br/public/_ARQ/downloads/download_471.pdf. Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. **Plano de Integridade da Universidade Federal de Tocantins (UFT)**, 2020d. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/vnB2u3Z9RKKcL1pGcysCUQ> Acesso em: 5 jul. 2021.

BRASIL. **Sítio Eletrônico do Programa de Pós-graduação em Serviço Social em Serviço Social da Universidade Federal de Tocantins (UFT)**, 2020c. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ppgssocial/apresentacao> Acesso em: 5 jul. 2021.

CARVALHO, D. B. B; SANTANA, J. V; STAMPA, I. T. **Documento de Área: Serviço Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES**, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

CARVALHO, M. B. S. A. **A reforma do Estado no Brasil**. 2002. 137 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279134>. Acesso em: 31 jul. 2021.

CASALI, Alípio. Fundamentos para uma avaliação educativa. In: CAPPELLETTI, I. F. (Org.). **Avaliação da aprendizagem: discussão de caminhos**. São Paulo: Editora Articulação Universidade Escola, 2007.

CASTRO, A. 1951-1964 A CAPES em tempos de Anísio Teixeira. In: FERREIRA, M. M; MOREIRA, R. L. **CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília, DF.: CAPES, 2003. Disponível em: <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me001600.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2021.

CASTRO, C. Uma história cultural do xadrez. **Cadernos de Teoria da Comunicação**. Rio de Janeiro, v.1, nº, p.3-12,1994. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6838/1233.pdf> Acesso em: 26 maio. 2022.

CHAVES, M. S. P. R. RODRIGUES; D.C.B. Desenvolvimento Sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 8, N. 13, p. 99-106, Set. 2006.

CLOSS, D; CASTRO, C. M; SOUSA, E. M. 1974-1989 A institucionalização da pós-graduação no Brasil. In: FERREIRA, M. M; MOREIRA, R. L. **CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília, DF.: CAPES, 2003. Disponível em: <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me001600.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2021.

COHEN, E; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. 10ª ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Luta em defesa das trabalhadoras do Serviço Social será tema da “Semana de Assistentes Sociais**. Disponível em: <https://cress-am.org.br/luta-em-defesa-das-trabalhadoras-do-servico-social-sera-tema-da-semana-de-assistentes-sociais>. Acesso em: 26 maio. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Ficha de Recomendação nº 2988 de Apresentação de Propostas para Cursos Novos (APCN)**, CAPES, 2006.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Plataforma Sucupira**, 2021e. Disponível em: <https://url.gratis/gVcgr>. Acesso em: 8 abr. 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Plataforma Sucupira**, 2021f. Disponível em: <https://url.gratis/OLXeYw>. Acesso em: 8 abr. 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Plataforma Sucupira. Qualis Periódicos**, 2021a. Disponível em: <https://sucupira.CAPES.gov.br/sucupira/public/index.xhtml#>. Acesso em: 8 abr. de 2021.

CUNHA, M. G. N; PRATES, J. C; MATHIS, A. A. Procad amazônia: A trilha de cooperação acadêmica entre ufam, pucrs e ufpa. In: CUNHA, M. G. N. et al **PROCAD Amazônia: formação e trabalho do assistente social no norte e no sul do Brasil**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2020.

CUNHA, M. I. D. Autoavaliação como dispositivo fundante da avaliação institucional emancipatória. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 9, n. 4, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1285>. Acesso em: 10 set. 2022.

CURY, C. R. J. Quadragésimo ano do parecer CFE n. 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, n.30, p.7-20, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/VSnWgN8xMgjTc3VR534PSGN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 3 abr. 2021.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da educação superior regulação e emancipação. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 8, n. 2, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1221>. Acesso em: 26 set. 2022.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO, J. **Universidade e avaliação: entre ética e o mercado**. Florianópolis, Insular, 2002.

FERNADES, L.M.R. Avaliação Quadrienal da Pós-Graduação Stricto Sensu: desatando os nós. In: **III Colóquio de Avaliação do Sistema de Pós-Graduação na Universidade Federal de Goiás**, Plataforma YouTube, 7 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-lBmGzgKOIE&t=5830s> Acesso em: 07 ago. 2022.

FERNANDES, D. Acerca da articulação de perspectivas e da construção teórica em avaliação educacional. In: ESTEBAN, M. T.; AFONSO, A. J. (Org.). **Olhares e interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação**. São Paulo: Cortez, 2010. p.15-44. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5788/1/Acerca%20da%20articulac%cc%a7a%cc%83o%20de%20perspectivas.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

FERNANDEZ, C.B; RODRIGUES; D.C.B; MELO, L. F; CHAVES, M. S. P. R. Contexto Socioeconômico e cultural do Amazonas: Os desafios da graduação e pós-graduação em Serviço Social. In: CUNHA, M. G. N; PRATES, J. C; ANDRADE R. F. C; BORDIN, E. B. **Procad Amazônia: formação e trabalho do assistente social no norte e no sul do Brasil**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2020.

FREIRE JUNIOR, F. L.; Avaliação Quadrienal da Pós-Graduação Stricto Sensu: desatando os nós. In: **III Colóquio de Avaliação do Sistema de Pós-Graduação na Universidade Federal de Goiás**, Plataforma YouTube, 7 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBmGzgKOIE&t=5830s> Acesso em: 07 ago. 2022.

FREITAS, M. C. D. S. Os amazônidas contam sua história: territórios, povos e populações. In: SCHERER, E; OLIVEIRA, J. A. O. **Amazônia: território, povos tradicionais e ambiente**. Manaus. Edua, 2009.

GATTI, B. A. Avaliação institucional e acompanhamento de instituições de ensino superior. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 21, p. 93–108, 2000. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2227>. Acesso em: 29 set. 2022.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

GOUVÊA, F. C. F. A institucionalização da pós-graduação no Brasil: o primeiro decênio da CAPES (1951-1961). **RBPG**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 373 - 397, julho de 2012. Disponível em: <https://rbpg.CAPES.gov.br/index.php/rbpg/article/view/312/294> Acesso em: 3 abr. 2021.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS (Org). **Serviço Social: Direitos e Competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplinaservico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitossociais-e-competencias-profissionais-2009/view>. Acesso em: 10 out. 2020.

HÖFLING, E. D. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedex**, v. XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>. Acesso em: 10 dez. 2021.

HOSTINS, R.C.L. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10315>. Acesso em: 10 out. 2020.

IAQUINTO, B. O. A sustentabilidade e suas dimensões. **Revista da ESMESC**, 25(31), Florianópolis. v. 25. Nº31, p. 157–178, 2018. Disponível em: <https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/187>. Acesso em: 23 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/panorama>. Acesso em: 8 abr. 2022.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S.A, 1969.

KUENZER, A. Z.; MORAES, M. C. M. Temas e tramas na pós-graduação em educação. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1341-1362, Set./Dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NCGYCZkVyFqBNwCTJnjWJ8x/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 8 abr. 2021.

LIMA, K. **Escândalo do MEC: ‘Só Milton Ribeiro pode dizer o que aconteceu’, diz atual ministro da Educação**. Política: Portal G1, 5 de jul, 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/07/05/escandalo-do-mec-so-milton-ribeiro-pode-dizer-o-que-aconteceu-diz-atual-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso em: 07 ago. 2022.

LIRA, S. R. B. de; SILVA, M. L. M. D; PINTO, R. S. Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia no século XXI. **Nova economia**, v. 19, n. 1, p. 153-184. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/3wByz8V6M7GHtjzhw7Fn6Ct/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 18 de set de 2022.

LORDÊLO, J. A. C; DAZZANI, M. V. **Avaliação Educacional: desatando e reatando nós**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5627/1/Avaliacao_educacional.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 17. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2003.

MARX, K. O Capital - Livro I – **Crítica da economia política: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASETTO, M. T. **Autoavaliação em cursos de pós-graduação: teoria e prática**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2004.

MENDES, J. M. R; ALMEIDA, B. L. F. As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 640-661, out./dez. 2014. Disponível em: <https://url.gratis/2GhEKa> Acesso em: 10 out. 2020.

MINAYO, M. C. de S; O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S; DESLANDES; GOMES, R. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. S. Entre voos de águia e passos de elefante: caminhos da investigação na atualidade. In: MINAYO, M. C. de S; DESLANDES, F.S. **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2ª reimpressão, 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Processo nº 5101246-47.2021.4.02.5101 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro**, 2021. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-justica-suspende-avaliacao-em-andamento-dos-programas-de-pos-graduacao-pela-CAPEs>. Acesso em: 07 ago. 2022.

MONTAÑO, C; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

NASCIMENTO, E. P; VIANNA, J. N. **Dilemas e Desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. Notas sobre o marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino. Ensino em serviço social: pluralismo e formação profissional. **Cadernos ABESS**. nº 4. p. 76. São Paulo: Cortez, 1991. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-marxismo-e-seus-rebatimentos-no-servico-social-jose-paulo-netto-joao-antonio-de-paula-201609020231020166010.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2021.

NOGUEIRA, V.M.R; GARCIA, M.L.T; FORTI, V. L. **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/20122017-servico-social-quadrienal-pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

OLIVEIRA, J. F. D. Prefácio Avaliação da Educação. In: ROTHEN, J. C; SANTANA, A. D.C. M. **Avaliação da educação : referências para uma primeira conversa**. São Carlos : EdUFSCar, 2018.

PAIVA, J. Z. S; PINHEIRO, H. A. **Na trilha da qualificação profissional: educação, formação e destino dos mestres**. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2013, São Luiz, Maranhão.

PINHEIRO, H. A; ANDRADE, R. F. C; CUNHA, M. G. N. A Pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas: contribuições para a sociedade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, nº. 139, p. 488-499, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n139/0101-6628-ssoc-139-0488.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

PINHEIRO, H. A; CUNHA, M. G. N. ANDRADE, R. F. C. A pós-graduação em serviço social no estado do Amazonas: as particularidades da discussão da sustentabilidade socioambiental na UFAM. In: JOAZEIRO, E. M. G; GOMES; V. B. **Serviço social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos**. Teresina: EDUFPI, 2020.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo. Cortez, 1997.

PRATES, J. C. A pesquisa e a extensão no processo de ensino-aprendizagem da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre: PUC/RS, v. 16, nº. 1, p. 1 - 8, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/27964>. Acesso em: 23 dez. 2020.

PRATES, J. C. A produção de uma nova cultura a partir da pesquisa e da arte: contribuições do referencial marxiano. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre: PUC/RS, v. 13, n. 2, p. 214 - 220, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321532943001.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

PRATES, J. C. A produção de uma nova cultura a partir da pesquisa e da arte: contribuições do referencial marxiano. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre: PUC/RS, v. 13, n. 2, p. 214 - 220, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321532943001.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020

PRATES, J. C. **O Método em Marx e o enfoque misto na pesquisa social**. 37 slides. Disponível em: Banco de Dados do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Acesso em: 09 jul. 2022.

PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre: PUC/RS, v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/11647>. Acesso em: 22 dez. 2020.

PRATES, J. C. Pesquisa e formação em Serviço Social: uma relação necessária (Prefácio). In: ANDRADE, R. F. C. DE; VALLINA, M. M. **Novos contornos do Serviço Social no Amazonas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

PRIANTE, P. D. **A produção intelectual do corpo docente do programa de pós- graduação em serviço social e sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) no período de 2010 a 2012**. Relatório de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA (PPGSS). **Ficha de Avaliação do Programa 2007-2009**. CAPES, 2010

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA (PPGSS). **Ficha de Avaliação do Programa 2010-2012**. CAPES, 2013.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA (PPGSS). **Ficha de Avaliação do Programa 2013-2016**. CAPES, 2020.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA (PPGSS). **Coordenação do PPGSS realizou Oficina de Avaliação e Planejamento do ano de 2018**, 2018. Disponível: <https://ppgss.ufam.edu.br/ultimas-noticias/114-coordenacao-do-ppgss-realizou-oficina-de-avaliacao-e-planjeamento-do-ano-de-2018.html> . Acesso em: 10 ago. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA (PPGSS). **Deliberações do Seminário de Autoavaliação e Planejamento Estratégico em 2021** . Manaus, 2021. Disponível em: Banco de Dados do PPGSS. Acesso em: 07 jun. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA (PPGSS). **Deliberações do Seminário de Autoavaliação e Planejamento Estratégico em 2019**. Manaus, 2019. Disponível em: Banco de Dados do PPGSS. Acesso em: 07 jun. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA (PPGSS). **Deliberações do Seminário de Autoavaliação e Planejamento Estratégico em 2020**. Manaus, 2020. Disponível em: Banco de Dados do PPGSS. Acesso em: 07 jun. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. **Pesquisa Emergencial com os alunos do Programa de Pós-Graduação em Serviço**

Social e Sustentabilidade na Amazônia, Manaus, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1JjZYJM2GHAe4dUIGKwXtc-jsb_u6DruW/view. Acesso em: 07 jun. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. **Plano de autoavaliação e planejamento estratégico do Programa de pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS - 2021 – 2024**. Manaus, 2021. Disponível em: Banco de Dados do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Acesso em: 26 set. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. PPGSS. **Documento Interno do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia: Proposta do curso de Serviço Social nº 2988**, Brasil, 2006. Disponível em: Banco de Dados do PPGSS. Acesso em: 14 nov. 2020.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. **Questionário sobre condições de saúde da comunidade acadêmica do PPGSS, de modo a subsidiar a discussão do colegiado sobre retorno presencial**. Manaus, 2022. Disponível em: Banco de Dados do PPGSS. Acesso em: 07 jun. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. **Pedido de Reconsideração de Nota 3**. Manaus, 2017. Disponível em: Banco de Dados do PPGSS. Acesso em: 15 jan. 2021.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. **Banco de Dados Quantitativos e Qualitativos**. Manaus, 2022. Disponível em: Banco de Dados do PPGSS. Acesso em: 07 jan. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. **Atas dos anos 2008**. Manaus, 2017. Disponível em: Banco de Dados do PPGSS. Acesso em: 15 jan. 2021.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. **Atas dos anos 2009**. Manaus, 2017. Disponível em: Banco de Dados do PPGSS. Acesso em: 15 jan. 2021.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. **Atas dos anos 2010**. Manaus, 2017. Disponível em: Banco de Dados do PPGSS. Acesso em: 15 jan. 2021.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. **Atas dos anos 2011**. Manaus, 2017. Disponível em: Banco de Dados do PPGSS. Acesso em: 15 jan. 2021.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. **Atas dos anos 2012**. Manaus, 2017. Disponível em: Banco de Dados do PPGSS. Acesso em: 15 jan. 2021.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. **Atas dos anos 2013**. Manaus, 2017. Disponível em: Banco de Dados do PPGSS. Acesso em: 15 jan. 2021.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. **Atas dos anos 2014**. Manaus, 2017. Disponível em: Banco de Dados do PPGSS. Acesso em: 15 jan. 2021.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. **Atas dos anos 2015**. Manaus, 2017. Disponível em: Banco de Dados do PPGSS. Acesso em: 15 jan. 2021.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. **Atas dos anos 2016**. Manaus, 2017. Disponível em: Banco de Dados do PPGSS. Acesso em: 15 jan. 2021.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. **Atas dos anos 2017**. Manaus, 2017. Disponível em: Banco de Dados do PPGSS. Acesso em: 15 jan. 2021.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. **Atas dos anos 2018**. Manaus, 2017. Disponível em: Banco de Dados do PPGSS. Acesso em: 15 jan. 2021.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. **Atas dos anos 2019**. Manaus, 2017. Disponível em: Banco de Dados do PPGSS. Acesso em: 15 jan. 2021.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. **Atas dos anos 2020**. Manaus, 2017. Disponível em: Banco de Dados do PPGSS. Acesso em: 15 jan. 2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

MATINS ROMÊO, J. R.; MARTINS ROMÊO, C. I.; LOMBARDO JORGE, Vladimyr. **Estudos de pós-graduação no Brasil**. UNESCO, IESALC, IES, 2004. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139901>. Acesso em: 10 out. 2020.

ROTHEN, J. C; SANTANA, A. D.C. M. **Avaliação da educação : referências para uma primeira conversa**. São Carlos : EdUFSCar, 2018.

ROTHEN, J. C; Uma pequena história da avaliação da educação a partir do caso brasileiro e francês. In: ROTHEN, J. C; SANTANA, A. D.C. M. **Avaliação da educação : referências para uma primeira conversa**. São Carlos : EdUFSCar, 2018.

RUA, M. D. G; ROMANINI, R. **Para aprender políticas públicas – Volume 1: Conceitos e Teorias**. IGEPP, 2013.

SACHS, I. Ignacy Sachs. In: NASCIMENTO, E. P; VIANNA, J. N. **Dilemas e Desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SANTANA, A. D.C. M. A constituição do Estado Avaliativo e o aumento das avaliações externas: propagando um ensino desigual para todos. In: ROTHEN, J. C; SANTANA, A. D.C. M. **Avaliação da educação : referências para uma primeira conversa**. São Carlos : EdUFSCar, 2018.

SANTOS, C. M. Os primeiros passos da pós-graduação no Brasil: a questão da dependência. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.** Rio de Janeiro, v. 10, n. 37, p. 479-492, out/dez, 2002.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educ. Soc.** Campinas. v.24, n.83, p.627-641, agosto de 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v24n83/a16v2483.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

SCHERER, E. **Tempo de contrarreforma**. 1ª ed. Manaus: Editora Valer, 2000.

SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. 4 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2015.

SEIBEL, E. J; GELINSKI, C. R. O. G. Concepção do estado e escolha da metodologia de avaliação de políticas públicas. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Florianópolis, v.13, nº.102, p.119-134jan/jul, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/19848951.2012v13n102p119/22677>. Acesso em: 10 out. 2020.

SETUBAL, A. **A. Pesquisa em serviço social: utopia e realidade**. 5ª ed. Paulo: Cortez, 2013.

SHIROMA, E. O; MORAES, M. C. M. D; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, M. O. S. **O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SILVA, D. S. **Xadrez e educação: contribuições da ciência para o uso do jogo como instrumento pedagógico**. Editora UFPR, 2012.

SILVA, M. O. D. S. **Pesquisa Avaliativa: aspectos teóricos metodológicos**. São Paulo: Veras Editora, 2013.

SILVA, M. O. DA. S.; DE CARVALHO, D. B. B. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília**, v. 4, n.8, p.192-216, dezembro de 2007. Disponível em: <https://rbpg.CAPES.gov.br/index.php/rbpg/article/view/129>. Acesso em: 10 out. 2020.

SILVA, M. O. D. S; Avaliação de Política Pública. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, vol. 17, n: 1, p. 11-13, jan. /jun de 2013. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2524>. Acesso em: 10 out. 2020.

SILVA, R. H. R. **Análise epistemológica das dissertações e teses defendidas no programa de pós-graduação em educação especial da UFSCar: 1981- 2002. 2006**. 193f. Dissertação Mestrado em Educação Especial, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3204/DissRHRS.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 out. 2020.

SILVA, S. Q. E. **Gestão social e sustentabilidade: um estudo de caso sobre a política pública de desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, 2011.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES). **Nota da diretoria nacional do andes-sn em solidariedade aos pesquisadores e pesquisadoras da CAPES**. 2021. Disponível em: [https://www.adua.org.br/userfiles/files/Anexo-Circ458-21%20\(1\).pdf](https://www.adua.org.br/userfiles/files/Anexo-Circ458-21%20(1).pdf). Acesso em: 07 ago. 2022.

TEIXEIRA, J. B. O desafio da inclusão social no cenário atual brasileiro e amazônico. In: SCHERER, E. **Questão Social na Amazônia**, 1ª Ed. Manaus. Editora Edua, 2009.

TENÓRIO, R.M; ANDRADE, M.A.B. A avaliação da Educação superior no Brasil: desafios e perspectivas. In: LORDÉLO, J. A. C; DAZZANI, M. V. **Avaliação Educacional: desatando e reatando nós**. Salvador: EDUFBA,2009. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5627/1/Avaliacao_educacional.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

TREVISAN, A. P; BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, nº. 3, v. 42, p. 529-50, mai/jun, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

TREVISAN, L.A; DEVECHHI, C.P.V; DIAS, E. D. Avaliação da avaliação da pós-graduação em educação do Brasil: quanta verdade é suportável? **Revista Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 2, p. 373-392, jul. 2013 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v18n2/07.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS, **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Tocantins**, 2020. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ppgssocial/historico>. Acesso em: 22 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM). **Plano de desenvolvimento institucional (2001-2015)**. Manaus, UFAM, 2004. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1-4g2DY4wDlRFSQMRqJ5hfEUCWApEtAs/view> Acesso em: 15 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Mestrado em Serviço Social: há des anos fortalecendo a perspectiva da sustentabilidade. **Revista Ufam Especial: Cursos em Júbilo 2017**, Manaus, ano 1, n. 1, p.42-46, janeiro, 2018. Disponível em: https://issuu.com/ascom.ufam/docs/revista-aniversario_v9. Acesso em: 22 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 13/2006, de 12 de abril de 2006**. Dispõe sobre a criação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (Mestrado e Doutorado) e seu Regimento Interno. Manaus: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2006a. Disponível em: <https://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0132006sep.pdf> . Acesso em: 10 jul.2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Conselho Universitário. **Resolução nº 10/2006, de 11 de julho de 2006.** Dispõe sobre a criação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (Mestrado e Doutorado). Manaus: Conselho Universitário, 2006b. Disponível em: <https://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0102006suni.pdf> . Acesso em: 10 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Relatório de atividade de 2006.** Manaus, UFAM, 2007. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/1344756/ano-2006---universidade-federal-do-amazonas> Acesso em: 15 jul. 2021.

VAL, A. L. Amazônia: Reflexões para o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020. In: **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020**, Brasília, CAPES, 2010.

VIANA, W. F. **Sistema CAPES de avaliação da pós-graduação stricto sensu: um estudo de caso da área de Administração Pública no Brasil.** 154 p. Dissertação (Mestrado Profissional). Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade de Brasília, 2018.

WELTER, C. B. **Avaliação CAPES: análise do cotidiano de um programa de pós-graduação em educação.** 2007. 189f. Dissertação (mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1932> Acesso em: 10 out. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA DAS EX-COORDENADORAS DO PPGSS



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZONIA



ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA EX-COORDENADORAS

Nº: ____.

Título do projeto: “Avaliação da Pós-Graduação em Serviço Social em xeque: caminhos, avanços e desafios de um programa na Amazônia”.

I. IDENTIFICAÇÃO

1. Data da entrevista: _____ 2. Período de gestão: _____

II. QUESTÕES SOBRE OS AVANÇOS E DESAFIOS DO PPGSS

1. Qual o contexto econômico, político e social no período de gestão?
2. Quais foram as principais preocupações da gestão no aperfeiçoamento do conceito do PPGSS?
3. Quais foram as estratégias adotadas para aumentar (qualificar) o conceito do programa?
4. Quais foram as mudanças do PPGSS decorrentes dos resultados de avaliação?
5. Existe alguma singularidade positiva do PPGSS que não é abrangida pela ficha de avaliação da CAPES?

III. QUESTÕES SOBRE OS CONDICIONANTES DAS FRAGILIDADES

6. Quais foram os principais entraves internos (micro) no respectivo período de gestão que fragilizaram o conceito do programa? (me refiro às dificuldades internas, pessoais dos discentes, docentes e coordenação).
7. Quais foram os principais entraves externos (macro) no respectivo período de gestão que fragilizaram o conceito do programa? (me refiro a questões políticas, crises e fatores de condição).
8. Quais foram os elementos (critérios) priorizados para melhorar o conceito programa?

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM OS DOCENTES RESPONSÁVEIS PELA CRIAÇÃO DO PPGSS.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZONIA



ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA SOBRE A ORIGEM E CRIAÇÃO DE PROPOSTA DO PROGRAMA

Nº: _____.

TÍTULO DO PROJETO: “Avaliação da Pós-Graduação em Serviço Social em xeque: caminhos, avanços e desafios de um programa na Amazônia”.

I. IDENTIFICAÇÃO

Data da entrevista:

II. QUESTÕES SOBRE A NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DO PPGSS

1. Quais os determinantes influenciaram na criação de uma proposta de mestrado acadêmico?
2. Foi a primeira tentativa de organização ou anteriormente já haviam elaborado uma proposta?
3. Por que a inclusão da sustentabilidade na proposta do programa?

III. QUESTÕES SOBRE A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

3. Qual foi o caminho percorrido pelos responsáveis da proposta no processo de adequação aos critérios de novos cursos no ano de 2006? (anos? Meses?).
4. Quantas pessoas estavam envolvidas na elaboração da proposta e como foi construída?

IV. QUESTÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA

5. Quais foram os principais desafios no processo de implementação da proposta?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZONIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

A senhora está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa intitulado: “**Avaliação da Pós-Graduação em Serviço Social em xeque: caminhos, avanços e desafios de um programa na Amazônia**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Escarlete Raíssa Evangelista da Silva, endereço: Rua do Castanho nº82, Conjunto Ajuricaba, Redenção, Cep: 69047-320, telefone: 99150-1018/ e-mail: escarleteraissa@gmail.com. O projeto está sendo desenvolvido sob orientação e responsabilidade da professora Dra. Roberta Ferreira Coelho de Andrade do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS, localizado na Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 6200 - Coroado, 69.077-000 - Campus Universitário Sen. Artur Virgílio Filho (Setor Norte), Bloco Mário Ypiranga Monteiro, 1º andar, do IFCHS.

A pesquisa tem como **objetivo geral**: Analisar os avanços e desafios do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) à luz dos critérios de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para dar visibilidade às particularidades da região Amazônica e contribuir para a qualificação do programa. E como **objetivos específicos**: 1) Contextualizar a trajetória histórica e as singularidades do PPGSS no Amazonas, 2) Evidenciar os avanços do PPGSS nas avaliações quadrienais (2013-2016/2017-2020), e, 3) Desocultar os desafios e entraves do PPGSS à luz dos indicadores da CAPES. A senhora está sendo convidada a participar porque contribuiu, participou ou participa de forma direta ou indireta do processo de criação, desenvolvimento e consolidação do PPGSS no Amazonas no período 2007-2020.

Caso aceite participar desta pesquisa, sua **participação** não é obrigatória, é **voluntária**. A senhora tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa. Reitera-se que a senhora não receberá nenhuma remuneração e quando os resultados da pesquisa forem analisados, publicados e divulgados em qualquer forma, sua identidade não será divulgada, permanecerá sob sigilo. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento. Sua participação nesta pesquisa consiste em responder perguntas sobre o processo de criação, desenvolvimento e consolidação do PPGSS.

Em razão do cenário pandêmico, as pesquisas de campo envolvem diversos riscos de ordem física, emocional e psíquicas. Considerando às orientações de condução de pesquisa do CEP/UFAM, a pesquisa será aplicada seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Comissão Nacional de Pesquisa (CONEP) ligada diretamente ao Conselho Nacional e Saúde (CNS) em virtude da emergência sanitária mundial, que reforça à adoção de medidas preventivas, como o distanciamento social. A estratégia adotada para resguardar os participantes da pesquisa será aplicar as entrevistas semiestruturadas de forma on-line através da plataforma Google Meet.

A **coleta das informações** será realizada através da aplicação de uma **entrevista semiestruturada**, salvaguardados todos os termos e definições constantes nas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde: nº 466/2012 e nº 510/2016. E na Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, que orienta sobre os riscos da pesquisa em modalidade virtual. Dessa forma, ainda que a plataforma Google, Google Drive e Google Meet possua uma política de privacidade que assegure a segurança dos dados, em conformidade ao ofício, após a realização da pesquisa, os dados serão transferidos para dispositivo de memória externa, a fim de preservar o sigilo dos participantes.

O **instrumento** é um roteiro norteador e será aplicado com os coordenadores do PPGSS e envolvidos na proposta de criação do programa através da Plataforma *Google Meet*. O principal benefício da sua participação na pesquisa é a contribuição singular do seu olhar e experiência na trajetória do PPGSS. Os **benefícios** podem ser caracterizados como diretos ou indiretos, pois os resultados poderão ser apresentados em encontros, revistas científicas e contribuir para subsidiar novas pesquisas e discussões sobre o PPGSS no Amazonas. Além de, gerar reflexões sobre a avaliação e autoavaliação do PPGSS, e reforçar a importância do programa no Amazonas.

Conforme à Resolução nº 466 de 2012 e Resolução nº 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), qualquer pesquisa com seres humanos envolve riscos. Desta forma, é importante considerar os riscos que envolvem esta pesquisa sejam eles de agravo imediato ou posterior, direto ou indireto, ao indivíduo ou à coletividade, danos de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural, espiritual, desconforto, constrangimento ou a perda de anonimato.

Dessa forma, prevendo procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, as entrevistas serão aplicadas sem a presença de outras pessoas, as perguntas serão impessoais e será respeitado o seu direito de não responder qualquer questão que o entrevistado não sinta confortável ou discorde.

Para resguardar sua identidade, será utilizado a identificação por meio de números, de modo que sua identidade não seja revelada, e uma abordagem que não será invasiva à sua intimidade, sendo apenas correspondente ao tema da pesquisa. Caso ocorra algum risco, a pesquisadora se compromete a encerrar a abordagem, ou, conforme se comprove, ressarcir possíveis despesas oriundas desse processo.

E, dentre as alternativas, em caso de dano ou sofrimento psíquico decorrentes da pesquisa podemos referenciar os participantes da pesquisa para o Centro de Serviço de Psicologia aplicada (CSPA) da UFAM, o qual forneceu anuência e apoio à referida pesquisa, irá recebê-la, proporcionando-lhe adequado atendimento psicológico. Endereço: Av. General Rodrigo Octávio, 6200, Bloco X, Coroado I, Fone: (92) 3305-1181/ (92) 99222-2275. Para qualquer informação a senhora poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, conforme endereço apresentado acima. A senhora também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br.

Dessa forma, solicito sua autorização para aplicar o roteiro de entrevista semiestruturada e para que nenhuma informação importante se perca, a gravação da nossa conversa através da Plataforma Meet. Caso concorde, marque as opções abaixo:

- () Disponho-me a participar da entrevista ciente que os dados e as informações serão utilizados para fins do presente estudo.
- () Autorizo que as respostas da entrevista sejam gravadas pela Plataforma Google Meet.

Este documento será emitido em 2 vias, sendo uma assinada pelo pesquisador responsável e outra pelo participante, ambas as partes ficam com uma via do termo.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____ fui informado (a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha contribuição, e entendi a explicação. Assim, concordo em participar da pesquisa, sabendo que não serei pago (a) e que tenho todo o direito de retirar meu consentimento a qualquer momento, sem sofrer qualquer penalidade ou constrangimento.

Manaus, ____/____/____

Assinatura do(a) Participante

Assinatura do(a) Pesquisador Responsável

1ª via- Pesquisadora
2ª via – Participante

APÊNDICE D – COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA NO PERÍODO 2020-2022

Figura 11: Linha de tempo da Coordenação do PPGSS/UFAM no período 2007-2013



Fonte: Elaborado por Escarlete Raíssa Evangelista da Silva e Evelyn Barroso Pedrosa (2022).

Figura 12: Linha de tempo da Coordenação do PPGSS/UFAM no período 2013-2017



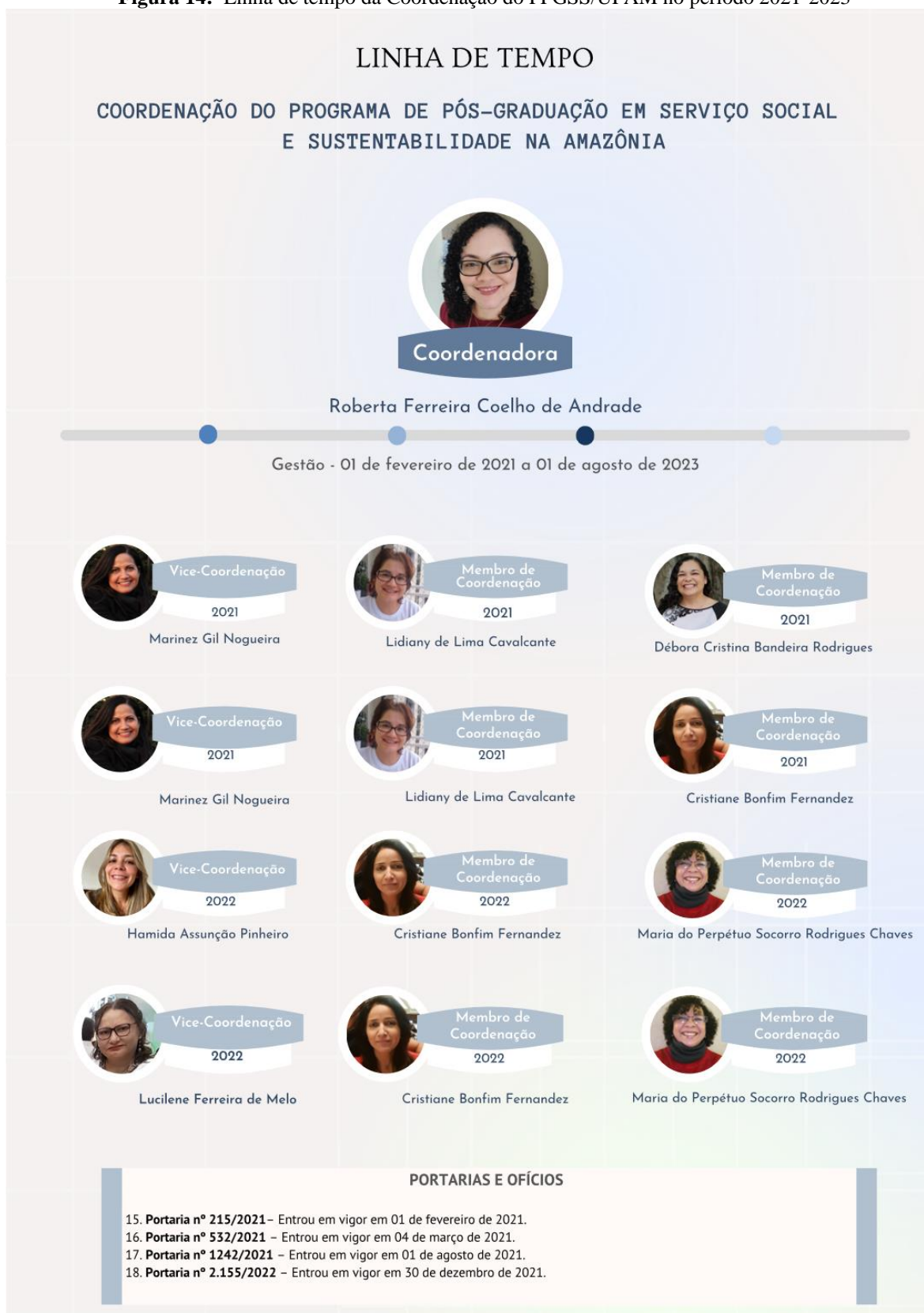
Fonte: Elaborado por Escarlete Raíssa Evangelista da Silva e Evelyn Barroso Pedrosa (2022).

Figura 13: Linha de tempo da Coordenação do PPGSS/UFAM no período 2017-2020



Fonte: Elaborado por Escarlete Raíssa Evangelista da Silva e Evelyn Barroso Pedrosa (2022).

Figura 14: Linha de tempo da Coordenação do PPGSS/UFAM no período 2021-2023



Fonte: Elaborado por Escarlete Raíssa Evangelista da Silva e Evelyn Barroso Pedrosa (2022).

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA DA PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

25/10/2021 14:39

SEI/UFAM - 0735323 - Carta



Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, **Profa. Dra. Adriana Malheiro Alle Marie**, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação em exercício, declaro na qualidade de representante legal instituída pela Portaria Nº.2840/2018, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Instituição Federal do Ensino Superior, estabelecida na Av. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, Nº 6.200, Coroado, Manaus, Amazonas, Brasil, anuência da instituição para o projeto "**avaliação da Pós-Graduação em Serviço Social em xeque: caminhos, avanços e desafios de um programa na Amazônia**" para ser realizado pelo mestrando Escarlete Raíssa Evangelista da Silva, sob a sob a coordenação e a responsabilidade da pesquisadora **Profª. Drª. Roberta Ferreira Coelho de Andrade** do Programa de Pós-Graduação Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia-PPGSS/UFAM.

Manaus, 22 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Malheiro Alle Marie**, **Pró-Reitor em exercício**, em 22/10/2021, às 20:55, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufam.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0735323** e o código CRC **394EFB00**.

Avenida General Rodrigo Octávio, 6200 - Bairro Coroado I Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Prédio Administrativo da Reitoria (2º andar), Setor Norte - Telefone: (92) 3305-1181 / Ramal 1496
CEP 69080-900, Manaus/AM, proresp@ufam.edu.br

Referência: Processo nº 23105.036296/2021-67

SEI nº 0735323

ANEXO B – DECLARAÇÃO CENTRO DE SERVIÇO DE PSICOLOGIA APLICADA

25/10/2021 14:38

SEIUFAM - 0733800 - Declaração



Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Centro de Serviço de Psicologia Aplicada - FAPSI

DECLARAÇÃO

Em resposta ao Processo SEI N° 23105.036292/2021-89

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com o atendimento psicológico, caso necessário, dos(as) participantes da pesquisa intitulada **Avaliação da Pós-Graduação em Serviço Social em xeque: caminhos, avanços e desafios de um programa na Amazônia**. Pesquisa coordenada pela Profª Drª Roberta Ferreira Coelho de Andrade.

Atenciosamente,

Manaus, 21 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Sócrates Baçal de Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 21/10/2021, às 14:37, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



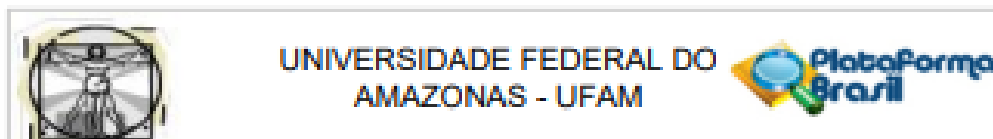
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufam.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0733800** e o código CRC **60F178FA**.

Av. General Rodrigo Otávio, 6200 - Bairro Coroado I Campus Universitário, Setor Sul, Bloco X - Telefone: (92) (92) 3305-1181 / Ramal 2583
CEP 69080-900 Manaus/AM - cspa.fapsi@ufam.edu.br

Referência: Processo nº 23 105.036292/2021-89

SEI nº 0733800

ANEXO C – PARECER DE APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA


PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM XEQUE: CAMINHOS, AVANÇOS E DESAFIOS DE UM PROGRAMA NA AMAZÔNIA

Pesquisador: ESCARLETE RAISSA EVANGELISTA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 53349821.4.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.143.016

Apresentação do Projeto:

A expansão e a consolidação da pós-graduação stricto sensu no Brasil são orientadas a cada decênio por um Plano Nacional de Pós-graduação (PNGP). O documento delinea diretrizes, estratégias e metas no desenvolvimento da pós-graduação que busquem assegurar a qualidade, a adequação e o aperfeiçoamento dos programas de pós-graduação no Brasil. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é fundamental nesse processo, pois vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tem como finalidade subsidiar na formação de políticas e recursos humanos que assegurem a qualidade da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado). Esse processo envolve um acompanhamento e uma avaliação periódica dos cursos de pós-graduação, direcionada pela CAPES, e realizada pelo Sistema Nacional de Pós-graduação (SNGP), objetivando certificar a entrada de novos cursos, como também, certificar a permanência ou descredenciamento de um programa. Esse processo é fundamentado no "reconhecimento e confiabilidade [...] assegurada pela análise dos pares; critérios debatidos e atualizados pela comunidade acadêmico-científica a cada período avaliativo; Transparência firmada na ampla divulgação das decisões, ações e resultados (CAPES, 2020, n.p). O debate crítico acerca do processo de avaliação da pós-graduação traz questionamentos que devem ser refletidos e discutidos. Um dos principais elementos é sua ênfase na produção quantitativa de artigos periódicos qualificados. Outros questionamentos estão relacionados às assimetrias regionais, distribuição desigual de recursos e critérios de avaliação que parecem não contemplar as

Endereço: Rua Teresina, 4650

Bairro: Adrianópolis

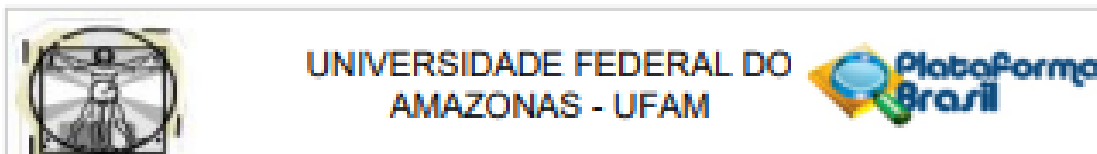
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Projeto: S-143.018

responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEPI/UFAM).

Benefícios: Os benefícios podem ser caracterizados como diretos ou indiretos, pois os resultados poderão ser apresentados em encontros, revistas científicas e contribuir para subsidiar novas pesquisas e discussões sobre o PPGSS no Amazonas. Além de, gerar reflexões sobre a avaliação e autoavaliação do PPGSS, e reforçar a importância do programa no Amazonas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tipo de estudo: Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - UFAM

Caráter – acadêmico –

Patrocínio – próprio

País de origem – Brasil;

Nº de participantes – -10;

Centros de Pesquisas – Universidade Federal do Amazonas;

Instituição proponente: Universidade Federal do Amazonas;

Previsão de início do estudo: janeiro de 2022.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

*Folha de rosto – apresentada e adequada, com todas as informações e assinatura, conforme as recomendações da Resolução 466/2012;

*Instrumental de pesquisa – apresentado e adequado.

*Projeto de pesquisa – apresentado e adequado, em conformidade com as normativas das resoluções 466/2012 e 510/2016.

Termo de anuência da instituição participante – apresentado e adequado conforme a resolução 466/2012;

*Termo de anuência do CSPA - apresentado e adequado.

Cronograma – apresentado e adequado;

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo de pesquisa apresenta relevância nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, com temática atualíssima e emergente no bojo do desenvolvimento das pesquisas na região

Endereço: Rua Tarasina, 4650

Bairro: Adrianópolis

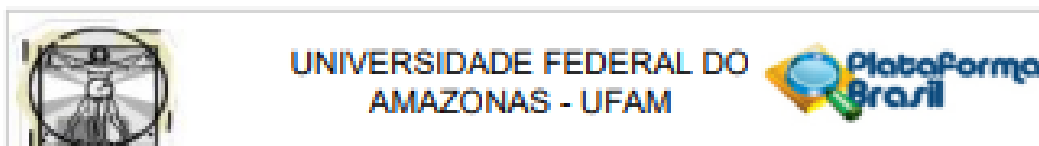
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: csp.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: S.143.016

Amazônica.

Ao analisar o protocolo, o Colegiado do Comitê de Ética em pesquisa considerou que todos os documentos apresentados foram reconfigurados e estão em conformidade com as normativas expressas nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 sobre Pesquisas com seres humanos no país, além de estar adaptado ao contexto pandêmico, em conformidade com as exigências da Organização Mundial de Saúde e Carta Circular da CONEP (Comissão Nacional de Pesquisa) no que tange aos protocolos de biossegurança.

Resalta-se que após a aprovação do protocolo, a pesquisadora deve comprometer-se em apresentar o relatório parcial da pesquisa e relatório final, de acordo com a sinalização do item "XI – d" da Resolução 466/2012, já que trata-se de uma pesquisa com seres humanos com a devida anuência do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, a entrega dos relatórios parcial e final são exigências normativas.

Diante dos documentos ora apresentados ao Colegiado Multidisciplinar do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, considera-se que a pesquisa está aprovada.

SMJ

É o parecer.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1840253.pdf	01/11/2021 13:35:43		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhado.pdf	01/11/2021 13:33:17	ESCARLETE RAISSA EVANGELISTA DA	Aceito
Outros	roteiroentrevistasemiestruturadapropost adoppq.pdf	01/11/2021 13:30:43	ESCARLETE RAISSA EVANGELISTA DA	Aceito
Outros	roteiroentrevistasemiestruturadacoorden adores.pdf	01/11/2021 13:30:24	ESCARLETE RAISSA EVANGELISTA DA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostooassinada.pdf	01/11/2021 13:15:21	ESCARLETE RAISSA EVANGELISTA DA	Aceito
TCLE / Termos de	TCLE.pdf	01/11/2021	ESCARLETE	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 4653

Bairro: Adrianópolis

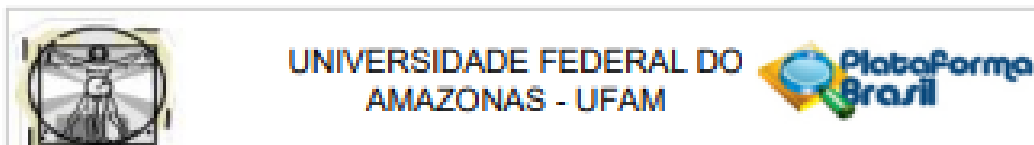
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: S.143.016

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	13:13:19	EVANGELISTA DA SILVA	Aceito
Outros	declaracaocspa.pdf	25/10/2021 16:11:03	ESCARLETE RAISSA EVANGELISTA DA	Aceito
Outros	cartadeanuencia.pdf	25/10/2021 16:10:01	ESCARLETE RAISSA EVANGELISTA DA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 03 de Dezembro de 2021

Assinado por:

Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 4650

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (62)3302-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com

ANEXO D – ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 14 (quatorze) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois (2022), às 13 horas, em observância ao que versam o artigo 50 do Regimento Interno do Programa reuniu-se a Banca designada pela Coordenação do Mestrado para examinar, em sessão pública, a dissertação de Mestrado sob o título: “**AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM XEQUE: caminhos, avanços e desafios de um programa na Amazônia.**” de autoria da mestranda **Escarlete Raissa Evangelista da Silva**, matrícula 2200215. A sessão aconteceu por meio de videoconferência através da plataforma Google Meet, com acesso público pelo link: <https://meet.google.com/zhw-bcen-mje>, em observância à Portaria nº 626/2020-GR, DECISÃO ad referendum – CONSUNI 01/2020 e ao Ofício Circular nº. 009/2020-PROPESP/UFAM, e contou com a participação da mestranda e da banca examinadora composta pelas professoras: Dr^a Roberta Ferreira Coelho de Andrade (PPGSS/UFAM), presidente e orientadora; Dr^a. Marinez Gil Nogueira (PPGSS/UFAM), membro interno e Dr^a Jane Cruz Prates (PPGSS/PUCRS), membro externo. A presidente deu por aberta a sessão e, em seguida, passou a palavra a mestranda, para que, no prazo máximo de 40 (quarenta) minutos, expusesse o trabalho de pesquisa que resultou na Dissertação sob defesa. Terminada a exposição, a presidente autorizou a arguição pela Banca Examinadora. Finalizada a arguição, a presidente suspendeu a sessão para que fosse efetivado o julgamento do Trabalho apresentado. Recolhidos os resultados, a presidente retomou os trabalhos públicos da sessão e anunciou o resultado final do julgamento da Dissertação apresentada: a banca aprovou a Dissertação. A banca, às 15h45min, encerra a sessão, cuja ata vai assinada pela Banca Examinadora.

Área de Concentração: Serviço Social, Políticas Públicas, Trabalho e Sustentabilidade na Amazônia

Linha de Pesquisa: Questão Social, Políticas Sociais, Lutas Sociais e Formação Profissional

AVALIAÇÃO:

 Aprovada

 Reprovada

Observações da Banca Examinadora:

Dissertação aprovada com distinção e louvor. Indicada para publicação.

BANCA EXAMINADORA:

1. Prof^a. Dr^a. Roberta Ferreira Coelho de Andrade (PPGSS/UFAM) (Presidente) *Roberta Ferreira Coelho de Andrade*
C.P.F: 657.523.172-15
2. Prof^a. Dr^a. Marinez Gil Nogueira (PPGSS/UFAM) (membro interno) *Marinez Gil Nogueira*
C.P.F: 274.922.572-87
3. Prof^a. Dr^a. Jane Cruz Prates (PPGSS/PUCRS) (membro externo) *Jane Cruz Prates*
C.P.F: 424.983.330-53